

Processo Administrativo

Processo nº	035/2025
Concorrência Presencial nº	001/2025
Objeto:	Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Autuação

Aos 15 dias do mês de abril de 2025, na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias - Bahia, foi encaminhado ao Setor de Licitações o documento de formalização da demanda, oriundo da Diretoria Administrativa, contendo a descrição clara e suficiente da pretensão contratual e compatibilidade do preço praticado, consoante autorização do Presidente, para deflagrar o procedimento sob a etiqueta da Concorrência Presencial, arrimada em exercício hermenêutico extraído do artigo 29, da Lei nº 14.133/21, pelo que o autuo sob o n° 001/2025, Processo Administrativo nº 035/2024. Assim para constar eu, Frederico Custódio da Silva, Presidente, faço o presente registro e autuação.

Candeias, Bahia, 15 de abril de 2025.

Frederico Custódio da Silva
Presidente da Comissão de Contratação

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

LEIA-SE:

DECRETO Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições da Comissão e Agente de Contratação conforme da lei 14.133/21"

ROSANA DE SOUSA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que conforme artigo art. 8 a Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO que a natureza específica da norma contida na dicção do antedito art. 8º e, para além disso, a estrutura e envergadura da Câmara Municipal de Candeias, carente de quadro de servidores com expertise condizente, inclusive, com as diretrizes de governança.

04

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

CONSIDERANDO que, da interpretação sistemática da norma inserta no art. 7º, incisos I e II, conclui-se pela viabilidade da nomeação de servidor titular de cargo com provimento em comissão para exercer a função de Agente de Contratação, desde que inexista servidores efetivos com aptidão para tanto, aliada a qualificação técnica compatível e demonstração que o designado possui atribuições relacionadas a licitações e contratos.

CONSIDERANDO, por fim, o teor do parecer nº 00627-22 exarado no bojo do processo e-TCM-BA nº 05320e22, de autoria da Assessoria Jurídica da Egrégia Corte de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

DECRETA

Art. 1º - Fica designado como Agente de Contratação o Sr. **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS, MATRÍCULA Nº 3886**, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - O agente de contratação ou pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio, que será composta pelos seguintes servidores:

III- FREDERICO CUSTÓDIO DOS SANTOS: - **MEMBRO**;
IV- CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**

Parágrafo único. O Agente de Contratação responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Art. 3º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Candeias-Bahia, a Comissão de Contratação, que, substituindo o Agente de Contratação, atuará em licitação que envolva bens ou serviços especiais, bem como nos procedimentos auxiliares, que contará com a seguinte composição:

CERTIFICAÇÃO: 8811AE0A-E686-4322-8A05-1FBAEC334F31

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

II. FREDERICO CUSTÓDIO DA SILVA: - **PRESIDENTE**;
IV. CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**;
V. EMMANOEL SALES: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4° Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - Conduzir a sessão pública;
II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
V - Verificar e julgar as condições de habilitação;
VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
VII - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
VIII - indicar o vencedor do certame;
IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
X - Aonduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1° A instrução dos processos de contratação direta, previstos no art. 72 e seguintes, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, caberá, preferencialmente, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços especiais e/ou complexos.

CERTIFICAÇÃO: 88114E0A-C886-4000-9A05-1FB4E53B4F31

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-62

§ 2° A instrução dos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços comuns.

Art. 5° - A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 6° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANA DE SOUZA SILVA
Presidente da Câmara

CERTIFICAÇÃO: 6B114E0A-E886-4002-8A05-1FB4E0394F31

07

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD Nº 016/2024

Órgão: Câmara Municipal de Vereadores de Candeias - Bahia
Setor requisitante: Diretoria Administrativa
Responsável pela Demanda: **Everaldo Silva Aragão Filho** Matrícula:
Email: candeias492@gmail.com Tel. 71 – 3190-3990
Equipe Responsável pelo planejamento: Everaldo Silva Aragão Filho, Lídio Gabriel Chaves Silva e Marcus Vinicius Menezes dos Santos.

1. Objeto:

Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. Justificativa da necessidade da contratação:

Atualmente, a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias enfrenta entraves significativos na efetivação de uma comunicação institucional abrangente e eficiente, especialmente no tocante à divulgação de suas atividades legislativas, ações institucionais, campanhas de interesse público e informações relevantes para a

população. A ausência de um planejamento publicitário contínuo e estruturado compromete a transparência dos atos do Poder Legislativo e limita o acesso da sociedade às iniciativas e deliberações da Casa Legislativa. O cenário exige um esforço coordenado para ampliar o alcance das mensagens institucionais e garantir que a população receba informações claras, tempestivas e adequadas ao seu contexto.

A comunicação institucional vem sendo conduzida de forma dispersa e sem o amparo de um corpo técnico especializado, o que tem dificultado a articulação estratégica das ações informativas. Em diversas oportunidades, a Câmara investiu recursos pontuais em campanhas e divulgações isoladas, mas sem alcançar os resultados esperados em termos de abrangência e efetividade. Essa fragilidade estrutural repercute negativamente na participação social, na compreensão do papel do Poder Legislativo e no fortalecimento da relação entre os vereadores e a sociedade.

A carência de uma política de comunicação institucional articulada, com diretrizes claras, metas e métricas de avaliação, tem impossibilitado o pleno exercício da função pedagógica da publicidade legislativa. Em tempos de intensa circulação de informações, especialmente nos meios digitais, torna-se ainda mais necessária a adoção de práticas comunicacionais modernas, éticas e efetivas, que assegurem à população o pleno conhecimento das ações da Câmara, fomentem o engajamento cívico e reforcem os valores republicanos que regem a atuação do Poder Legislativo.

A publicidade institucional, quando planejada e executada de modo estratégico, cumpre papel essencial na construção da cidadania, ao permitir que o cidadão conheça seus direitos, compreenda o funcionamento do Parlamento Municipal e se envolva nos processos legislativos e nas discussões públicas promovidas pela Câmara. No entanto, a inexistência de um modelo estruturado de comunicação, baseado em critérios técnicos e alinhado às exigências legais, tem impedido que esse potencial se realize de maneira plena em Candeias.

Diante desse contexto, revela-se evidente a necessidade de reestruturação da comunicação institucional da Câmara Municipal, com vistas a superar os desafios hoje enfrentados, a partir de práticas que valorizem a transparência, o fortalecimento da democracia participativa e o direito da população à informação clara e acessível. Essa necessidade é especialmente sensível no acompanhamento das sessões legislativas, dos projetos de lei, das fiscalizações e das ações de interesse coletivo desenvolvidas pelos parlamentares, que exigem canais efetivos de divulgação, orientação e interação.

ITEM	PRODUTO	VALOR GLOBAL
I	Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.	R$ 420.000,00

3. Descrições e quantidade:

A definição do valor considerou a experiência acumulada em eventos ações e eventos anteriores, o que forneceu uma base sólida para estimar a quantidade de materiais e serviços necessários. Esse processo de avaliação e planejamento visa garantir que todos as ações e eventos sejam realizados de maneira eficiente e profissional, evitando tanto a escassez quanto o desperdício de recursos. Assim, o valor estabelecido reflete uma abordagem meticulosa e fundamentada, voltada para a execução de eventos de alta qualidade, que promovam a imagem positiva da Câmara Municipal.

3.1. Do valor da contratação e Fonte de Recursos:

Ancorados nos preços pactuados em contratações anteriores, especialmente, aqueles alusivos ao exercício 2025, o valor estimado da contratação é de R$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS).

As despesas deverão ser suportadas pelas seguintes dotações:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

4. Observações gerais

4.1. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução contratual: 01 de agosto de 2025.

4.2. Local e horário da Entrega/Execução: O serviço será prestado conforme solicitação da contratante, com informe do destino e reserva de data/hora. Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade da Câmara, seguindo rigorosamente o cumprimento da reserva solicitada.

4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:

Diretoria Administrativa: Everaldo Silva Aragão Filho

4.4. Prazo para pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelos servidores responsáveis, acompanhada de todas as certidões fiscais e trabalhistas

4.5. Grau de prioridade: (X) Alta ( ) Média ( ) Baixa

5. Vinculação ou dependência com o objeto de outro DFD?

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Este DFD não há vinculação ou dependência com qualquer outro objeto.

MEMBROS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS:

Responsáveis pelo Planejamento (DFD):	**NOME** : Everaldo Silva Aragão Filho
Responsável pela Gestão do Contrato:	**NOME** : Lídio Gabriel Chaves Silva
Responsável pela Fiscalização do Contrato:	**NOME:** Marcus Vinicius Menezes dos Santos

Por este instrumento declaro ter ciência das informações aqui contidas, bem como da responsabilidade do papel exercido na elaboração da formalização apresentada, como integrante requisitante.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis

Candeias - Ba, 07 de abril de 2025

Everaldo Silva Aragão Filho

(X) Aprovado
( ) Não Aprovado

Em 07/04/25

Rosana de Souza Silva
Presidente

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Identificação do processo e solicitante

Número do processo: 035/2025

Número da Solicitação: 015/2025

Área solicitante: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

2. Equipe de Planejamento da Contratação: Everaldo Silva Aragão, Lídio Gabriel Chaves Silva e Marcus Vinicius Menezes dos Santos.

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada

Atualmente, a Câmara de Vereadores de Candeias, Bahia, enfrenta desafios na divulgação de suas ações institucionais, campanhas educativas e informações de interesse público. A ausência de uma estratégia consolidada de publicidade institucional compromete a transparência e a efetividade da comunicação com a população, dificultando o acesso dos cidadãos às políticas públicas, programas sociais e serviços oferecidos pela Administração. A necessidade de ampliar e qualificar a disseminação dessas informações torna-se ainda mais evidente diante da crescente demanda por maior acessibilidade e clareza na divulgação de atos administrativos.

Atualmente, a comunicação institucional da Câmara é realizada de maneira fragmentada, sem um planejamento estratégico contínuo e sem o suporte de uma estrutura profissionalizada de publicidade. Isso impacta diretamente na eficácia das ações informativas e educativas, reduzindo seu alcance e comprometendo a participação da sociedade. A Câmara já realizou tentativas de contratação de serviços de publicidade institucional, mas encontrou dificuldades na definição de

um modelo adequado, seja por entraves técnicos na execução contratual, seja pela limitação de recursos disponíveis para essa finalidade.

A Câmara já desprendeu recursos para ações isoladas de publicidade, mas sem a abrangência necessária para garantir uma comunicação eficiente e contínua. Dessa forma, há um universo significativo de cidadãos que poderiam ser melhor informados sobre programas e serviços públicos caso houvesse uma estratégia mais estruturada e profissional. O presente estudo busca, portanto, fundamentar a necessidade de contratação de serviços especializados de publicidade institucional, permitindo que a Câmara otimize a divulgação de suas ações, assegurando maior transparência, eficiência e engajamento social.

Portanto, a necessidade da contratação de serviços especializados em publicidade institucional para a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, Bahia, fundamenta-se na obrigação de garantir a transparência de seus atos e assegurar o amplo acesso da população às informações de interesse coletivo. A comunicação eficiente entre o poder público e a sociedade é um instrumento essencial para promover a cidadania, fortalecer a participação popular e garantir a efetividade das políticas públicas. No entanto, a inexistência de uma estratégia consolidada e profissionalizada de publicidade tem dificultado a disseminação adequada de informações sobre programas governamentais, campanhas educativas e ações institucionais, comprometendo o alcance e a compreensão dessas iniciativas pela população.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a contratação de serviços de publicidade institucional para garantir uma comunicação clara, acessível e estratégica, permitindo que a população tenha conhecimento das políticas públicas, dos serviços oferecidos e das campanhas de interesse social. A profissionalização desse serviço possibilitará maior eficiência na veiculação das mensagens institucionais, com a utilização de técnicas e ferramentas adequadas para alcançar o público-alvo de maneira eficaz. Assim, a Câmara Municipal busca suprir uma lacuna fundamental em sua estrutura comunicacional, promovendo maior engajamento da sociedade, fortalecendo a transparência e garantindo que a informação pública cumpra seu papel de orientar e beneficiar os cidadãos.

94

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração

O Plano de Contratações Anual alusivo ao presente exercício não foi publicado. Nada obstante, há sinergia entre a contratação pretendida e as peças orçamentárias editadas para o período.

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação

Para que a contratação atenda de forma eficiente e eficaz às necessidades da Câmara Municipal, é fundamental que a empresa contratada possua qualificações específicas e desenvolva atividades essenciais para garantir a ampla divulgação das ações institucionais da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, Bahia.

A prestadora do serviço deve possuir experiência comprovada na execução de campanhas de publicidade institucional voltadas para o setor público, demonstrando expertise na comunicação governamental e no atendimento a órgãos municipais. A comprovação dessa experiência se dará por meio de referências de contratos anteriores firmados com entes públicos ou privados, assegurando que a empresa esteja apta a desenvolver estratégias eficazes para a disseminação de informações institucionais.

Além disso, é imprescindível que a empresa conte com uma equipe técnica qualificada, composta por profissionais especializados em comunicação social, publicidade, marketing e design, aptos a desenvolver estratégias de divulgação que alcancem todos os segmentos da população. Essa equipe deve estar capacitada para criar conteúdo institucionais acessíveis, engajadores e em conformidade com as diretrizes da comunicação pública, garantindo que a informação oficial seja transmitida com clareza, transparência e efetividade.

A empresa contratada deverá demonstrar capacidade técnica para planejar e executar campanhas de publicidade institucional em diversos formatos e meios de comunicação, incluindo rádio,

televisão, mídias digitais, jornais impressos, redes sociais e outros canais estratégicos. Além disso, será responsável pelo desenvolvimento de peças publicitárias, vídeos institucionais, materiais gráficos, conteúdos audiovisuais e demais recursos de comunicação que potencializem o alcance das mensagens da Câmara Municipal.

Para garantir que a publicidade institucional seja eficiente e cumpra sua finalidade de informar a população sobre ações, programas e serviços públicos, a empresa deverá atuar de forma integrada com as secretarias da Câmara Municipal, adaptando as campanhas às necessidades específicas de cada área de governo. Também deverá elaborar relatórios periódicos que comprovem o impacto das campanhas e a efetividade dos meios utilizados, assegurando o uso racional e estratégico dos recursos destinados à comunicação pública.

A execução dos serviços poderá ocorrer de forma remota, por meio de atendimento digital, videoconferências e outros recursos tecnológicos, bem como de forma presencial, com visitas técnicas à sede da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias. A empresa contratada deverá dispor de infraestrutura própria para a execução dos serviços, incluindo equipamentos de informática, softwares de criação e edição de conteúdo e demais recursos necessários para a produção das peças publicitárias, podendo utilizar, quando necessário, equipamentos da Edilidade.

Mensalmente, ou juntamente com a emissão da Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar relatórios técnicos detalhados das atividades realizadas, demonstrando o alcance das campanhas, a execução dos serviços prestados e os resultados obtidos, garantindo o acompanhamento e a avaliação contínua da prestação do serviço.

A contratação de uma empresa especializada para a prestação desses serviços garantirá que a Câmara Municipal, tenha uma comunicação institucional estratégica, acessível e eficiente, promovendo a transparência das ações legislativas e fortalecendo a interação entre a Câmara e os cidadãos.

Nesse sentido, a presente contratação abrange a prestação de serviços publicitários voltados à divulgação de informações institucionais, utilidade pública, monitoramento de redes sociais e comunicação digital, incluindo:

16

a) Planejamento e execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento, relacionados à execução dos contratos;

b) Produção e execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, tanto em mídia tradicional quanto digital;

c) Desenvolvimento e implementação de formas inovadoras de comunicação publicitária, alinhadas às novas tecnologias, para potencializar os efeitos das ações de publicidade;

d) Elaboração de marcas, logotipos, expressões de propaganda e demais elementos de comunicação visual.

A contratação dos serviços elencados acima tem como objetivo atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, promovendo a disseminação de ideias, posicionamento institucional, comunicação de políticas públicas e orientação ao público.

O planejamento das ações publicitárias deverá abranger tanto os meios tradicionais (off-line) quanto os digitais (on-line), sempre considerando métricas e indicadores para mensuração de resultados.

As pesquisas e instrumentos de avaliação referidos acima deverão:

a) Analisar o mercado, o público-alvo e os meios mais eficazes para a divulgação das campanhas publicitárias;

b) Avaliar o impacto estratégico das mensagens e sua adequação aos objetivos institucionais;

c) Mensurar e avaliar os resultados obtidos, vedando a inclusão de conteúdos não relacionados à ação de publicidade.

Não estão incluídas no escopo desta contratação atividades de promoção, patrocínio, relações públicas, assessoria de comunicação e imprensa, bem como a realização de eventos festivos de qualquer natureza, salvo os casos expressamente previstos em legislação aplicável.

O patrocínio de mídia, compreendido como projetos de veiculação em mídia, plataformas digitais e transmissões de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento por veículos de

17

comunicação, não se enquadra na restrição do item anterior.

2. Serviços a serem prestados

A agência contratada deverá prestar serviços específicos, incluindo:

a) Elaboração de plano publicitário, definindo mensagens, identidade visual e planejamento de mídia, garantindo melhor custo-benefício para a Administração Pública;

b) Execução do plano publicitário, compreendendo criação, produção e veiculação das peças publicitárias;

c) Análise estratégica dos públicos e regiões para otimização do impacto das campanhas;

d) Desenvolvimento de pesquisas de opinião e de mercado para embasar estratégias publicitárias;

e) Planejamento e execução de campanhas digitais, incluindo redes sociais, e-mail marketing e formatos inovadores;

f) Desenvolvimento de websites, hotsites, landing pages e aplicativos institucionais;

g) Monitoramento digital por meio de plataformas especializadas, visando à análise de inteligência de dados e otimização das ações publicitárias;

h) Controle e comprovação das veiculações publicitárias, garantindo transparência e prestação de contas sobre os serviços executados.

A execução dos serviços deve estar alinhada com os princípios constitucionais da Administração Pública, assegurando transparência, eficiência e avaliação contínua dos resultados obtidos.

3. Condições de Contratação

Para a execução dos serviços será contratada uma única agência de propaganda, conforme determina a legislação vigente, incluindo a Lei nº 4.680/1965 e a Lei nº 12.232/2010.

A agência contratada deverá possuir certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº 12.232/2010, e não poderá subcontratar outra agência para a execução dos serviços, exceto nos casos expressamente permitidos por lei.

As ações publicitárias contratadas deverão respeitar os princípios do artigo 37, §1º, da

Constituição Federal, garantindo caráter educativo, informativo e de orientação social, com eficiência e racionalidade no uso dos recursos públicos.

A prestadora de serviço atuará por ordem e conta da Administração Pública na contratação de fornecedores e veículos de mídia, conforme previsto no artigo 3° da Lei n° 4.680/1965, sendo responsável pela transparência na execução dos serviços e pela adequada comprovação dos investimentos realizados.

Sendo assim, considerando que os serviços a serem prestados são técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a serem prestados por empresas com certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 4° da Lei Federal n° 12.232/2010, será exigida os seguintes documentos para fins de comprovação da qualificação técnica:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa prestado ou estar prestando serviços de comunicação, publicidade e marketing, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

a.1) O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado - no original ou em cópia reprográfica autenticada, ou cópia a ser autenticada pela Comissão de Licitação, à vista do original.

b) Certificado de qualificação técnica eletrônico de que trata a Lei n° 12.232/2010, art. 4° e seu § 1°, com código de validação, obtido perante site oficial do Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP https://www.cenp.com.br/certificacao.

Ademais, no que concerna a subcontratação, deverá ser observado os seguintes parâmetros:

a) A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços especializados relacionados com as atividades complementares previstas nos termos do § 1° do art. 2° da Lei Federal n° 12.232 de 29 de abril de 2010.

b) A subcontratação fica limitada à prestação de Serviços Especializados nos termos do art. 14 da Lei n° 12.232/2010.

c) Será necessária comprovação de certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 17, inciso I alínea "f" do Decreto nº 57.690/66 e art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, conforme subitem 8.4.2 deste Termo de Referência.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

1. Levantamento de Mercado (art. 18º, §1º, V)

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado um levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar soluções para a contratação de serviços de publicidade institucional, considerando aspectos técnicos e econômicos que assegurem a vantajosidade para a Administração Pública, sob os critérios de conveniência, economicidade e eficiência.

Assim, com base no histórico de contratações e nas práticas adotadas por este e outros órgãos públicos, foram identificadas as seguintes alternativas:

1. Conceituação das Alternativas

a) Contratação de Agência Especializada em Publicidade Institucional:

Essa alternativa envolve a contratação de uma agência de publicidade que possua expertise na criação, planejamento e execução de campanhas institucionais voltadas para o setor público. As agências especializadas contam com equipes multidisciplinares, capazes de desenvolver estratégias eficazes para a divulgação de programas, ações e serviços da Câmara Municipal. Além disso, dispõem de infraestrutura e ferramentas tecnológicas que garantem a veiculação eficiente das mensagens em diferentes canais de comunicação.

b) Execução Interna pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura:

Essa opção baseia-se na utilização dos profissionais já lotados na estrutura da Câmara para desenvolver e implementar as campanhas publicitárias. No entanto, essa alternativa exige investimentos contínuos em capacitação, além da necessidade de aquisição de softwares, equipamentos e contratação de serviços terceirizados para viabilizar a produção e a distribuição do conteúdo em diferentes mídias.

2. Aspectos Técnicos das Alternativas

a) Contratação de Agência Especializada em Publicidade Institucional:

As agências especializadas possuem experiência consolidada na execução de campanhas publicitárias para órgãos públicos, compreendendo a necessidade de comunicação clara, transparente e acessível à população. Além disso, contam com profissionais qualificados em publicidade, marketing, design gráfico, audiovisual e mídia digital, o que garante um alto nível de qualidade e efetividade na divulgação das informações institucionais.

A contratação de uma agência permite que a Administração utilize estratégias publicitárias integradas e planejadas, otimizando a veiculação das mensagens por meio de canais adequados ao público-alvo. Além disso, possibilita maior alcance e engajamento, garantindo que as informações sobre programas, serviços e campanhas governamentais cheguem à população de forma eficaz.

Outro benefício técnico relevante é a possibilidade de mensuração de resultados, com a apresentação de relatórios de impacto e desempenho das campanhas, permitindo ajustes estratégicos para maximizar os efeitos da comunicação institucional.

b) Execução Interna pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura:

Embora a Câmara já conte com uma Assessoria de Comunicação, essa estrutura é limitada em termos de recursos humanos e tecnológicos para atender à demanda crescente de publicidade institucional. Os servidores acumulam diversas funções, o que impacta na capacidade de planejamento e execução de campanhas publicitárias robustas e estratégicas.

Para que essa alternativa seja viável, seria necessário um alto investimento na capacitação da equipe, aquisição de softwares específicos de edição e design, além da contratação de serviços pontuais de terceiros para a produção de materiais audiovisuais e impressos. Além disso, o tempo necessário para que os servidores adquiram o conhecimento técnico especializado poderia comprometer a eficiência da comunicação institucional no curto prazo.

3. Aspectos Econômicos das Alternativas

21

a) Contratação de Agência Especializada em Publicidade Institucional:

Os custos estimados para a contratação de uma agência de publicidade variam conforme o escopo dos serviços e a complexidade das campanhas. A remuneração das agências ocorre por meio de percentual fixado sobre o valor das inserções publicitárias adquiridas, garantindo a economicidade e a proporcionalidade dos investimentos de acordo com a necessidade da Câmara Municipal.

Além disso, ao contratar uma agência, a Câmara Municipal evita despesas adicionais com aquisição de equipamentos, softwares e contratação de serviços isolados, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira mais eficiente e planejada.

b) Execução Interna pela Assessoria de Comunicação da Câmara:

Embora essa alternativa possa parecer inicialmente mais econômica, a necessidade de capacitação contínua dos servidores, aquisição de equipamentos e softwares especializados, além da terceirização de serviços complementares, pode gerar um custo elevado a longo prazo.

Além disso, os gastos com treinamentos, deslocamentos, diárias e atualização tecnológica podem superar os valores investidos na contratação de uma agência especializada, sem garantir a mesma qualidade e efetividade na execução das campanhas publicitárias.

2. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI, §1°, do art. 18°)

Diante da análise técnica e econômica das alternativas, conclui-se que a contratação de uma agência de publicidade especializada é a solução mais vantajosa para a Câmara Municipal. Essa alternativa assegura um serviço profissionalizado, estratégico e alinhado às necessidades de comunicação institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, Bahia.

A agência contratada garantirá a produção e veiculação de campanhas publicitárias eficazes, otimizando o uso dos recursos públicos e ampliando o alcance das informações de interesse da população. Além disso, possibilitará a mensuração dos resultados e a adaptação contínua das estratégias, promovendo uma comunicação pública mais eficiente, transparente e acessível.

22

3. Estimativa das quantidades e do valor da contratação (art. 18°, §1, IV e VI)

Entende-se necessária a contratação da prestação dos serviços e baseando-se nos preços praticados pela futura contratada, chegamos as seguintes quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
01	Prestação de Serviços	MÊS	12

As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

- Junção dos serviços indicados neste Estudo Técnico Preliminar;
- Prestação de Serviços por uma única empresa.

O custo estimado da contratação é de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

A definição do valor estimado para a presente contratação seguiu os seguintes critérios:

1. **Previsão Orçamentária** – O montante destinado à publicidade institucional foi definido no planejamento orçamentário anual, garantindo que a despesa tenha suporte financeiro adequado.
2. **Adequação ao Planejamento Estratégico da Comunicação** – O valor definido visa atender às campanhas institucionais previstas ao longo do ano, assegurando que os objetivos de comunicação da Câmara sejam alcançados de maneira eficiente e dentro dos limites financeiros estabelecidos.
3. **Parâmetro de Remuneração dos Serviços** – A remuneração dos serviços a serem contratados seguirá os valores e critérios estabelecidos na **Tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia (SINAPRO/BA)**, assegurando a conformidade com os padrões de mercado e garantindo transparência e economicidade na contratação.

Assim, a presente estimativa reflete a alocação orçamentária definida na LOA, assegurando que a contratação ocorra dentro dos princípios da **legalidade, economicidade e eficiência**, sem comprometer o equilíbrio financeiro do município e garantindo a observância dos valores praticados pelo setor publicitário na Bahia.

Ademais, destaca-se que os valores gastos a cada vigência contratual não são lineares, oscilam em razão das conjunturas: políticas, econômicas e sociais, fatores que norteiam as diretrizes da CONTRATANTE. Cabe observar que alguns fatores têm impacto direto nos valores executados, tais como as limitações legais de gastos em ano eleitoral, a pandemia, dentre outros.

IV – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1. Descrição da solução como um todo (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 18°, §1°, VII)

A análise criteriosa das alternativas apresentadas revela que a contratação de uma agência de publicidade especializada se configura como a solução mais eficiente e estratégica para atender às necessidades de comunicação institucional da Administração. Essa escolha se fundamenta nas vantagens técnicas e operacionais oferecidas por empresas com expertise consolidada no setor, capazes de planejar e executar campanhas publicitárias de forma profissional, garantindo ampla divulgação das ações e serviços da Câmara Municipal.

Embora a execução interna das campanhas por meio da Assessoria de Comunicação possa parecer economicamente viável à primeira vista, essa opção apresenta limitações significativas. A equipe interna possui estrutura reduzida e acumula diversas funções, o que compromete a qualidade e a efetividade das campanhas. Além disso, a necessidade de investimentos contínuos em capacitação, aquisição de equipamentos e softwares especializados, bem como a terceirização de serviços pontuais, encarece essa alternativa a médio e longo prazo, sem garantir a mesma qualidade e alcance da comunicação.

Por outro lado, a contratação de uma agência de publicidade especializada permitirá que a Administração alcance seus objetivos institucionais de maneira ampla e eficaz, garantindo:

a) Planejamento estratégico das campanhas – Desenvolvimento de estratégias de comunicação alinhadas às necessidades da Administração, garantindo que a mensagem institucional seja clara, acessível e eficaz para a população.

b) Criação e produção de materiais publicitários – Elaboração de peças gráficas, audiovisuais e digitais de alta qualidade, assegurando identidade visual padronizada e coerente com a imagem institucional da Câmara.

c) Gestão de mídias e canais de comunicação – Planejamento e veiculação de campanhas em diversos meios (TV, rádio, redes sociais, sites, outdoors, entre outros), garantindo amplo alcance e engajamento do público-alvo.

d) Mensuração de resultados – Monitoramento do impacto das campanhas, por meio de métricas e relatórios de desempenho, permitindo ajustes estratégicos para otimizar os recursos investidos.

e) Adaptação e inovação na comunicação institucional – Atualização constante das estratégias de comunicação, acompanhando tendências do mercado publicitário e novas tecnologias para melhorar a eficiência da divulgação institucional.

f) Conformidade legal e transparência – Respeito às normativas da publicidade governamental, garantindo que todas as ações sigam os princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos públicos.

Portanto, a contratação de uma agência de publicidade especializada não apenas aprimora a comunicação institucional da Câmara Municipal, como também promove maior transparência, engajamento da população e otimização dos investimentos em divulgação. A solução proporciona, de forma estratégica, uma comunicação eficaz, acessível e alinhada aos interesses públicos, consolidando-se como a opção mais vantajosa para a Administração e para os cidadãos beneficiários dos serviços municipais.

Ainda, considerando a necessidade da prestação dos serviços de publicidade institucional para a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias/BA, a contratação deverá ocorrer por meio de licitação na modalidade Concorrência Presencial, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.232/2010, que regulamenta a contratação de serviços de publicidade pela Administração Pública, e na Lei nº 14.133/2021, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação no setor público.

A opção pela Concorrência Presencial justifica-se em razão da complexidade das etapas do

certame, especialmente no que se refere à avaliação técnica das propostas, à necessidade de apresentação e defesa das estratégias publicitárias, bem como à realização de diligências presenciais que garantam a transparência e a efetividade do julgamento. Além disso, verifica-se a incompatibilidade do sistema eletrônico atualmente utilizado para licitações com as especificidades desse tipo de contratação, uma vez que ele não comporta adequadamente a análise qualitativa das propostas técnicas, a interação necessária entre as partes e a dinâmica de julgamento exigida para esse objeto.

Todavia, visando garantir máxima transparência e segurança jurídica, todas as sessões presenciais serão gravadas em áudio e vídeo, permitindo o registro detalhado dos atos processuais, assegurando ampla publicidade e possibilitando eventual necessidade de auditoria ou revisão posterior.

O critério de julgamento adotado será o de técnica e preço, por ser o mais adequado para a contratação dos serviços pretendidos. A escolha desse critério se justifica pelo fato de que a publicidade institucional exige elevado nível de criatividade, planejamento estratégico e eficiência comunicacional, de modo que a avaliação técnica das propostas deve ter um peso determinante na seleção da agência contratada. Esse critério proporcionará uma contratação de qualidade, garantindo que a agência escolhida esteja plenamente apta a atender aos anseios da Administração, por meio da produção de campanhas eficazes, alinhadas aos objetivos institucionais e capazes de gerar o impacto desejado na comunicação pública.

Dessa forma, a solução escolhida busca garantir que o Parlamento tenha acesso a uma agência de publicidade altamente qualificada, capaz de desenvolver estratégias de comunicação inovadoras e eficientes, assegurando a máxima efetividade das campanhas publicitárias e a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração.

No que concerne a possibilidade de exigir a prestação de uma garantia contratual por parte da futura contratada, a exigência de garantia de execução contratual no percentual de 5% do valor do contrato encontra fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de

26

sua exigência para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Considerando a natureza dos serviços de publicidade institucional, a exigência da garantia se justifica pelos seguintes fatores:

1. **Complexidade e Responsabilidade na Execução:** A publicidade institucional envolve a concepção estratégica, criação, produção e veiculação de campanhas de grande alcance, impactando diretamente a comunicação da Câmara Municipal com a sociedade. A exigência da garantia busca **mitigar riscos operacionais** e assegurar que a contratada **cumpra integralmente suas obrigações contratuais**, especialmente no que se refere à qualidade e tempestividade das entregas.
2. **Evitar Prejuízos à Administração:** A inexecução parcial ou total dos serviços de publicidade pode gerar **prejuízos à imagem institucional** da Câmara, além de comprometer a eficiência da comunicação pública. A garantia de execução **funciona como um mecanismo de segurança financeira**, permitindo que a Câmara possa cobrir eventuais custos adicionais decorrentes do descumprimento contratual.
3. **Previsão Legal e Equilíbrio na Exigência:** O percentual de **5% do valor do contrato** está dentro do limite permitido pela **Lei nº 14.133/2021** e é compatível com a natureza dos serviços a serem prestados. Esse percentual é **razoável e proporcional**, assegurando que a exigência da garantia não represente um ônus excessivo às licitantes, ao mesmo tempo em que protege o interesse público.
4. **Estímulo ao Cumprimento das Obrigações Contratuais:** A exigência da garantia de execução contribui para que a empresa contratada mantenha **comprometimento e diligência** na prestação dos serviços, garantindo a **continuidade e a efetividade das ações publicitárias** ao longo da vigência do contrato.

Portanto, a exigência da garantia de execução no percentual de 5% do valor do contrato é necessária e adequada, assegurando maior segurança jurídica, mitigação de riscos e garantia da boa execução dos serviços, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações administrativas.

27

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Em exame da natureza do objeto que ora se pretende nesta contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir a divisão de prestação de serviços ou seu agrupamento.

Sugere-se o agrupamento do objeto em um único item visto que a finalidade é a prestação de serviços técnicos para garantir o cumprimento do objeto contratual, desta forma, o serviço buscado, por sua natureza, revela-se indivisível.

3. Resultados pretendidos (art. 6º, IX)

A contratação de uma agência de publicidade especializada tem como principal objetivo aprimorar a comunicação institucional da Câmara, garantindo que as ações governamentais sejam amplamente divulgadas de maneira eficiente, acessível e transparente. Esse processo visa não apenas ampliar o alcance das informações de interesse público, mas também fortalecer a relação entre a Câmara e a população, promovendo maior engajamento e participação social.

A seguir, estão os resultados pretendidos com a contratação dos serviços de publicidade institucional:

- ✓ Ampliação do Alcance da Comunicação – A empresa contratada deverá desenvolver estratégias e campanhas publicitárias eficazes para garantir que a população tenha pleno conhecimento dos programas, serviços e iniciativas da Câmara, promovendo maior transparência e engajamento social.
- ✓ Padronização e Qualidade da Comunicação Institucional – A agência será responsável pela criação de materiais gráficos, audiovisuais e digitais de alta qualidade, assegurando que a identidade visual da Câmara seja padronizada e coerente, fortalecendo a imagem institucional.
- ✓ Maior Eficiência na Divulgação de Ações Governamentais – Com o suporte técnico especializado da agência, a comunicação da Câmara será mais planejada e direcionada, permitindo que campanhas e mensagens institucionais atinjam de maneira estratégica os diferentes segmentos da população, otimizando os recursos investidos.

- ✓ Utilização de Múltiplos Canais de Comunicação – A empresa contratada deverá atuar na gestão e veiculação de conteúdos em diversos meios de comunicação (TV, rádio, mídias digitais, redes sociais, outdoors, entre outros), garantindo maior penetração e capilaridade na transmissão das informações públicas.
- ✓ Monitoramento e Avaliação Contínua das Campanhas – A agência de publicidade será responsável por mensurar o impacto das ações publicitárias por meio de métricas e indicadores de desempenho, permitindo ajustes estratégicos e a otimização dos recursos aplicados na comunicação governamental.
- ✓ Fortalecimento da Transparência e Acesso à Informação – A publicidade institucional deverá ser pautada na transparência e no interesse público, garantindo que os cidadãos tenham amplo acesso às informações da Câmara.

A Câmara Municipal, alinhada às suas diretrizes de comunicação e transparência, reconhece a necessidade de contratar uma agência especializada para fortalecer suas estratégias de divulgação institucional. As atividades descritas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) são essenciais para garantir uma comunicação eficaz, acessível e alinhada às melhores práticas do setor, contribuindo para o fortalecimento da relação entre a Câmara e a sociedade.

Importante ressaltar que todas as atividades desenvolvidas pela agência de publicidade contratada deverão ser acompanhadas e validadas pela Câmara, garantindo que a comunicação institucional esteja sempre alinhada aos interesses da Câmara Municipal e da população.

4. Providências a serem adotadas (art. 6º, X)

Antes da celebração do contrato com a agência de publicidade a ser contratada, a Administração adotará as seguintes providências:

- Referencial de Preços: Será realizada uma pesquisa de mercado detalhada para assegurar que os valores propostos estejam alinhados às práticas do setor, considerando propostas similares, contratos firmados por outros órgãos públicos e a compatibilidade com os parâmetros de mercado.

- Elaboração e Formalização do Contrato: Após a análise da proposta, verificação da qualificação técnica da agência e adequação ao referencial de preços, o contrato será formalizado, observando todas as exigências legais pertinentes. O processo será submetido à homologação pelos órgãos competentes, garantindo conformidade e transparência.
- Planejamento Estratégico das Ações Publicitárias: Em conjunto com a agência contratada, será elaborado um plano estratégico de comunicação, definindo as diretrizes para a execução das campanhas institucionais, os canais de divulgação e os objetivos a serem alcançados.
- Acompanhamento e Avaliação dos Serviços: Durante toda a vigência do contrato, será realizado um monitoramento contínuo da execução dos serviços prestados, com avaliações periódicas da qualidade das campanhas, do impacto na comunicação institucional e do cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Essas providências são essenciais para garantir a efetividade das ações de publicidade institucional, assegurando que a comunicação da Câmara Municipal seja realizada de forma estratégica, transparente e eficiente, em benefício da população.

5. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 6º, XI)

Não há contratação correlata ou interdependente.

6. Possíveis impactos ambientais (art. 6º, XII)

Não há impactos ambientais a serem considerados.

V - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO) (art. 6º, XIII)

A contratação de uma agência de publicidade para a prestação de serviços de publicidade institucional a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias/BA é plenamente adequada e justificada para atender à necessidade específica de comunicação governamental eficiente e estratégica.

Diante da análise pormenorizada dos serviços a serem prestados, que evidenciam uma atuação abrangente e especializada na execução de campanhas institucionais, bem como a demonstração de que os valores praticados estão compatíveis com a qualidade e amplitude dos serviços oferecidos, a contratação de agência de publicidade se mostra a opção mais eficiente e estratégica para a Câmara.

Por fim, as providências logísticas adotadas, incluindo a definição das diretrizes estratégicas das campanhas, a estruturação do plano de mídia e a implementação de ferramentas de monitoramento e avaliação, são essenciais para o êxito da contratação.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de uma agência de publicidade é a solução mais adequada e eficaz para atender à demanda de comunicação institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias/BA, garantindo maior transparência, eficiência na divulgação das ações governamentais e fortalecimento da relação entre a Administração Pública e a sociedade.

ASSINATURAS:

- Equipe de Planejamento da Contratação e Autoridade Competente

Candeias, Bahia, 07 de abril de 2024.

Everaldo Silva Aragão Filho Diretor Administrativo	Lídio Gabriel Chaves Silva Assessor de Mídia	Marcus Vinicius Menezes dos Santos Assistente Administrativo

(X) Aprovado ( ) Não aprovado Em: 07/04/24	Rosana de Souza Silva Presidente

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

MAPA DE RISCOS

Documento que apresenta os riscos, controles e responsáveis pelas ações preventivas.

1. Dados do Processo:	
Objeto:	Contratação de serviços de publicidade por intermédio de 01 (uma) Agência de Propaganda.

2. Fase de Análise:	
Planejamento da Contratação	Gestão do Contrato

3. Riscos:

Risco 01:	Atraso no andamento do processo		
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto
Dano(s): Descontinuidade dos serviços.			
Ação(ões) Preventiva(s): Contato prévio com a eventual contratada, para colheita da documentação necessária. Tornar o processo prioritário, dentro do rol de demandas apresentadas ao setor de contratações.			**Responsável:** Diretoria Administrativa
Ação(ões) de Contingência: Adiar as atividades e buscar outro meio para satisfazer essa demanda.			**Responsável:** Diretoria Administrativa

Risco 02:	Desalinhamento de Expectativa - Possíveis desentendimentos entre a administração e a contratada em relação aos objetivos específicos da contratação		
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	(X) Médio	( ) Alto
Dano(s): Prejuízos em relação ao planejamento da Administração.			

Ação(ões) Preventiva(s): Manter uma comunicação clara e constante entre ambas as partes, revisando periodicamente os objetivos.	**Responsável:** Diretoria Administrativa
Ação(ões) de Contingência: Ajustar com os prestadores de serviços a complementação das atividades, com vistas a atingir, em sua completude, os objetivos colimados pela Diretoria.	**Responsável:** Diretoria Administrativa

Risco 03:	Ineficácia das Campanhas Publicitárias		
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(X) Alto
Dano(s): Baixo engajamento do público-alvo nas campanhas institucionais. Ineficiência na comunicação das ações do município.			
Ação(ões) Preventiva(s): Definição clara dos objetivos de cada campanha, alinhando as mensagens com o público-alvo. Aplicação de métricas para avaliação contínua da eficácia da publicidade. Contratação de pesquisas de mercado para ajustar estratégias conforme necessário.			**Responsável:** Diretoria Administrativa
Ação(ões) de Contingência: Ajuste na estratégia de veiculação dos conteúdos publicitários. Reavaliação do plano de mídia para redistribuir os investimentos em canais mais eficazes.			**Responsável:** Diretoria Administrativa

4. Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa o Gerenciamento de Riscos da presente contratação.

Everaldo Silva Aragão Filho	Lídio Gabriel Chaves Silva	Marcus Vinicius Menezes dos Santos

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
Processo Administrativo nº 035/2025

1. **OBJETO**: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.

1.1. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:
a) o estudo, o planejamento, a conceituação, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação;

b) a difusão de ideias, princípios, programas, serviços, ações e políticas públicas, com vistas ao atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

1.2. Também integram o objeto desta contratação, como atividades complementares, os seguintes serviços especializados:

a) o planejamento e a execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento, sobre o público-alvo, o mercado e os meios de divulgação;

b) a produção e a execução técnica de peças e projetos publicitários de mídia e não mídia;

c) a criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à ampliação dos efeitos das mensagens publicitárias;

d) a elaboração de marcas, expressões de propaganda, logotipos e demais elementos de identidade visual.

1.3. As pesquisas previstas no item anterior terão por finalidade:

a) gerar conhecimento sobre o ambiente de atuação da Administração, seu público-alvo e os canais mais eficazes de difusão;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação das mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias, sendo vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

1.4. Os serviços ora contratados não abrangem atividades de promoção, patrocínio, relações públicas, assessoria de comunicação ou de imprensa, nem a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.4.1. Exclui-se dessa vedação o patrocínio de mídia, compreendido como o apoio financeiro a projetos veiculados em meios de comunicação ou a transmissões de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, comercializados por veículo de comunicação.

1.5. A prestação dos serviços será realizada por 01 (uma) agência de propaganda, a ser contratada mediante processo licitatório na modalidade Concorrência, do tipo técnica e preço, conforme disciplinado pela Lei Federal nº 12.232/2010, Lei nº 4.680/1965 e Lei nº 14.133/2021.

1.6. A agência deverá estar devidamente registrada no CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão) e em entidade sindical da categoria econômica correspondente à sua base territorial, devendo apresentar certificado de qualificação técnica de funcionamento nos moldes exigidos na legislação vigente.

1.7. A execução dos serviços será feita pela contratada por ordem e conta da Administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.680/1965, abrangendo a intermediação de serviços com terceiros e a contratação de espaços publicitários junto aos veículos de comunicação.

1.8. É vedada a subcontratação de outra agência de propaganda para a execução dos serviços principais previstos neste Termo de Referência, excetuando-se as atividades complementares que podem ser terceirizadas, conforme §1º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.

1.9. As ações de publicidade decorrentes desta contratação terão caráter educativo, informativo e de orientação social, com o objetivo de garantir a eficiência, a transparência e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos, e deverão estar sujeitas à avaliação sistemática de seus resultados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias enfrenta entraves significativos na efetivação de uma comunicação institucional abrangente e eficiente, especialmente no tocante à divulgação de suas atividades legislativas, ações institucionais, campanhas de interesse público e informações relevantes para a população. A ausência de um planejamento publicitário contínuo e estruturado compromete a transparência dos atos do Poder Legislativo e limita o acesso da sociedade às iniciativas e deliberações da Casa Legislativa. O cenário exige um esforço coordenado para ampliar o alcance das mensagens institucionais e garantir que a população receba informações claras, tempestivas e adequadas ao seu contexto.

2.2. A comunicação institucional vem sendo conduzida de forma dispersa e sem o amparo de um corpo técnico especializado, o que tem dificultado a articulação estratégica das ações informativas. Em diversas oportunidades, a Câmara investiu recursos pontuais em campanhas e divulgações isoladas, mas sem alcançar os resultados esperados em termos de abrangência e efetividade. Essa fragilidade estrutural repercute negativamente na participação social, na compreensão do papel do Poder Legislativo e no fortalecimento da relação entre os vereadores e a sociedade.

2.3. A carência de uma política de comunicação institucional articulada, com diretrizes claras, metas e métricas de avaliação, tem impossibilitado o pleno exercício da função pedagógica da publicidade legislativa. Em tempos de intensa circulação de informações, especialmente nos meios digitais, torna-se ainda mais necessária a adoção de práticas comunicacionais modernas, éticas e efetivas, que assegurem à população o pleno conhecimento das ações da Câmara, fomentem o engajamento cívico e reforcem os valores republicanos que regem a atuação do Poder Legislativo.

2.4. A publicidade institucional, quando planejada e executada de modo estratégico, cumpre papel essencial na construção da cidadania, ao permitir que o cidadão conheça seus direitos, compreenda o funcionamento do Parlamento Municipal e se envolva nos processos legislativos e nas discussões públicas promovidas pela Câmara. No entanto, a inexistência de um modelo estruturado de comunicação, baseado em critérios técnicos e alinhado às exigências legais, tem impedido que esse potencial se realize de maneira plena em Candeias.

2.5. Diante desse contexto, revela-se evidente a necessidade de reestruturação da comunicação institucional da Câmara Municipal, com vistas a superar os desafios hoje enfrentados, a partir de práticas que valorizem a transparência, o fortalecimento da democracia participativa e o direito da população à informação clara e acessível. Essa necessidade é especialmente sensível no acompanhamento das sessões legislativas, dos projetos de lei, das fiscalizações e das ações de interesse coletivo desenvolvidas pelos parlamentares, que exigem canais efetivos de divulgação, orientação e interação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando que os serviços a serem prestados são técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a serem prestados por empresas com certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, será exigida qualificação técnica de acordo com **subitem 8.4.2** deste Termo de Referência.

3.2. A **CONTRATADA** poderá subcontratar os serviços especializados relacionados com as atividades complementares previstas nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.232 de 29 de abril de 2010.

3.2.1. A subcontratação fica limitada à prestação de Serviços Especializados nos termos do art. 14 da Lei nº 12.232/2010.

3.2.2. O Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

3.3. Será necessária comprovação de certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 17, inciso I alínea "f" do Decreto nº 57.690/66 e art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, conforme **subitem 8.4.2** deste Termo de Referência.

3.4. Deverão ser observadas as providências para a proteção dos dados pessoais, previstas na Lei nº 13.709/2018, conforme cláusulas a constarem do Termo de Contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a necessidade de fortalecer a comunicação institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, propõe-se como solução a contratação de uma agência de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, com vistas à execução integrada de serviços especializados de natureza publicitária. Essa solução visa garantir a difusão qualificada e estratégica das ações legislativas, a promoção do acesso à informação, o estímulo à participação cidadã e a consolidação dos princípios da publicidade, transparência e eficiência que regem a Administração Pública.

4.2. A agência contratada deverá prestar serviços que envolvam o estudo, o planejamento, a criação, a produção e a veiculação de peças e campanhas institucionais, assegurando a interlocução eficiente entre o Poder Legislativo e a população. A proposta contempla tanto os meios

tradicionais de comunicação (mídia impressa, rádio, televisão) quanto os canais digitais e as novas plataformas tecnológicas, a fim de garantir uma comunicação multicanal, acessível, tempestiva e adaptada à realidade do público-alvo.

4.3. O escopo dos serviços a serem prestados abrange, ainda, atividades complementares de relevante importância, como a realização de pesquisas de opinião, análise de percepção pública, mensuração de resultados das ações comunicacionais, desenvolvimento de formas inovadoras de veiculação de conteúdo e produção de identidade visual para campanhas institucionais e projetos legislativos. A integração dessas atividades permitirá a construção de uma comunicação institucional coesa, moderna e alinhada com os objetivos estratégicos da Câmara.

4.4. O critério de julgamento eleito para a licitação será o de técnica e preço, considerado o mais compatível com a complexidade e a natureza predominantemente intelectual do objeto, em que a qualidade técnica da proposta é elemento central para assegurar a eficácia da contratação. A licitação será conduzida sob a modalidade concorrência pública, assegurando ampla participação, isonomia entre os licitantes e estrita observância às disposições legais.

4.5. Com a efetivação da contratação, a Câmara Municipal de Candeias contará com suporte profissional especializado para conduzir suas estratégias de comunicação institucional, ampliando o alcance de suas iniciativas, promovendo o acesso da população às informações de interesse coletivo e fortalecendo a presença do Poder Legislativo no espaço público. A medida contribuirá decisivamente para o aprimoramento da transparência, a consolidação da democracia participativa e a valorização do papel institucional da Câmara perante a sociedade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação de serviços reger-se-á pelo disposto no artigo 37, §1°, da Constituição da República Federativa, pelas disposições específicas contidas na Lei Federal n° 4.680, de 18/06/65, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda, regulamentada pelo Decreto Federal n.° 57.690, de 01 de fevereiro de 1966 e Decreto Federal n.° 4563, de 31 de dezembro de 2002, pelas Normas - Padrão para prestação de serviços de comunicação e suas recíprocas relações vigentes, do Conselho Executivo das Normas-Padrão, mais conhecido por CENP, conforme as normas previstas no Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, e pelas disposições contidas no capítulo III da Lei n° 12.232, de 29 de abril de 2010.

5.2. O regime de execução do contrato é o de execução indireta, na forma de empreitada por preço unitário.

5.3. O objeto do ajuste será requisitado e executado na seguinte conformidade, observando-se o disposto no Capítulo III Dos Contratos de Serviços de Publicidade e da Sua Execução, artigos 13 a 17, e demais dispositivos pertinentes, da Lei Federal n° 12.232/2010;

5.3.1. A **CONTRATANTE**, por intermédio do seu responsável técnico, expedirá Ordem de Serviço especificando as atividades a serem desempenhadas.

5.3.2. A **CONTRATADA** elaborará a correspondente apropriação de custos, dentro dos parâmetros estabelecidos na Proposta Técnica e de Proposta de Preço aprovadas **no processo licitatório**, acompanhada de demonstrativo dos preços da média de mercado ou tabela de preços vigentes à época, conforme a espécie do trabalho a ser prestado, bem como a efetiva incidência dos descontos negociados em favor da **CONTRATANTE**, dentro do critério da melhor relação custo/benefício;

5.3.3. A **CONTRATADA** deverá obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato;

37

5.3.4. A **CONTRATADA** deverá submeter a contratação de serviços de terceiros, objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**, quanto à política de preços, permanecendo com todas as suas responsabilidades contratuais perante esta, inclusive quanto à qualidade e à finalidade almejada;

5.3.5. Todas as vantagens derivadas de negociação de preços e de condições de pagamento, inclusive especiais (além dos normais previstos em tabelas) com fornecedores e com veículos, e, quanto a estes, sob forma de descontos e bonificações ou reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens, deverão ser transferidas integralmente à **CONTRATANTE**, salvo se privativas da **CONTRATADA** e constarão das respectivas apropriações que esta encaminhar à **CONTRATANTE** para aprovação;

5.3.6. A **CONTRATADA**, produzirá e apresentará uma cópia em arquivo digital em alta resolução de cada filme para TV, *spots, jingles* de rádio e peças para mídia digital online (internet); mídia *out of home* (OOH / DOOH), cinema, revistas ou jornais;

5.3.7. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** será responsável pela administração dos suprimentos de bens e serviços de terceiros fornecedores e pela integral execução dos serviços, arcando integralmente com os encargos decorrentes;

5.3.8. A **CONTRATADA** deverá obter a aprovação da **CONTRATANTE** por meio da Diretoria Administrativa, após apresentação prévia: **I** - da ideia criativa, da ação e/ou campanha; do roteiro, do texto, da apresentação visual (layout) e da arte final das mensagens, peças ou qualquer outro tipo de comunicação publicitária; **II** - do plano de mídia e do plano dos demais meios de distribuição da comunicação publicitária; **III** - do período de realização; **IV** - da apropriação de custos; **V** - da assunção de despesas com fornecedores especializados, veículos ou qualquer outra relacionada com a Ordem de Serviço e **VI** - das métricas utilizadas para aferir o retorno dos esforços de comunicação;

5.3.9. Nos termos das disposições normativas, toda campanha, preparação de peças, planos de mídia e autorizações de mídia, destinadas aos veículos de comunicação, deverão ser apresentados, ainda na fase de planejamento, para que sejam examinados pela **CONTRATANTE**, sob o aspecto técnico-publicitário;

5.3.10. No caso de necessidade de segunda tiragem, a **CONTRATANTE** poderá optar pela contratação junto a terceiros, sob sua própria orientação;

5.3.11. A quantidade de material a ser utilizado na veiculação só será definida após a aprovação da mídia pela **CONTRATANTE** e sua reprodução dar-se-á a partir das peças aprovadas pela autoridade competente;

5.3.12. A **CONTRATADA** deverá entregar à **CONTRATANTE**, impreterivelmente, até o dia 10 do mês subsequente, um relatório detalhando, com base em dados que possam ser comprovados com documentos, as despesas de produção e veiculação autorizadas e realizadas no mês anterior, nos termos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e um relatório dos serviços em andamento com os dados mais relevantes para uma avaliação de seu estágio, nos moldes indicados pela **CONTRATANTE**, após esse prazo poderá ser aplicada a penalidade prevista **no subitem 10.2**

5.3.13. O fornecimento de bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.232/10, deverá observar o procedimento previsto no art. 14 e parágrafos da Lei Federal nº 12.232/10.

5.4. REMUNERAÇÃO

5.4.1. A **CONTRATADA** será remunerada pelos serviços prestados com base nos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia- SINAPRO- BA a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria **CONTRATADA**;

5.4.2. A **CONTRATADA** receberá honorários referentes à produção de peças e materiais incidente sobre os custos de serviços realizados por fornecedores;

5.4.3. A **CONTRATADA** receberá honorários incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por fornecedores, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias;

5.4.4. A **CONTRATADA** receberá honorários incidentes sobre os custos de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias;

5.4.5. A **CONTRATADA** receberá honorários na reutilização de peças em roteiros comerciais por período igual ao inicialmente pactuado, calculado com base no percentual máximo incidente sobre o cachê original, a ser pago pela **CONTRATANTE** a atores e modelos, pelos direitos de uso de imagem e som de voz;

5.4.6. A **CONTRATADA** receberá honorários na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, calculado com base no percentual máximo incidente sobre o valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de uso.

5.5. DO DESCONTO DE AGÊNCIA

5.5.1. Além da remuneração prevista no subitem **5.4**, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência sobre os preços de tabela ou os preços negociados para veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois, a ser concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com a legislação regente.

5.5.2. Da comissão de agência a que faz jus, a **CONTRATADA** repassará em favor da **CONTRATANTE**, sob a forma de desconto, o percentual máximo previsto na correspondente faixa de INVESTIMENTO BRUTO ANUAL DE MÍDIA PREVISTA PELA **CONTRATANTE**, no ato de pagamento de cada uma das respectivas faturas, permanecendo com o saldo restante de comissão.

5.6. PRAZOS

5.6.1. Para execução dos serviços serão emitidas Ordem de Serviço especificando as atividades a serem desempenhadas, cujos prazos serão estabelecidos de comum acordo considerando a complexidade, conveniência e urgência da prestação dos serviços.

5.6.2. Demais prazos estão disposto na Minuta do Termo de Contrato.

5.7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1.1. Além das obrigações constantes no Edital e seus Anexos, das estabelecidas no presente instrumento e das fixadas na normatização de regência, a **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados;

5.7.1.2. Guiar-se pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com CÓDIGIO DE DEFESA DO CONSUMIDOR e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes;

5.7.1.3. Executar o Plano de Ação, conforme informações e instrumentos de publicidade (Briefing) colocados à disposição da **CONTRATANTE**, sem ônus adicional, durante a vigência do ajuste, de acordo com o investimento previsto na proposta vencedora;

5.7.1.4. Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade;

5.7.1.5. Utilizar os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **CONTRATANTE** e aprovação da **CONTRATANTE**;

5.7.1.6. Realizar diretamente, ou, quando necessário, mediante a contratação de terceiros sob sua responsabilidade, os serviços contratados, de acordo com as especificações estipuladas e aprovadas pela **CONTRATANTE;**

5.7.1.7. Obter os melhores preços e condições nas negociações junto a terceiros, transferindo à **CONTRATANTE** as vantagens normais, previstas em tabela, e as especiais, derivadas de negociações de preços e de condições de pagamento entabuladas com os fornecedores e veículos, bem como as conferidas sob forma de descontos, bonificações ou reaplicações, prazos especiais de pagamento, etc., salvo se privativas da **CONTRATADA;**

5.7.1.8. É vedado à **CONTRATADA** privilegiar os planos de incentivo (Lei Federal Nº 12.232/2010, art. 18) em detrimento dos interesses da **CONTRATANTE**, seja preterindo veículos de divulgação que não os concedam, seja priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados;

5.7.1.8.1. O descumprimento ao disposto **no subitem 5.7.1.8** deste Termo de Referência constituirá violação aos deveres contratuais, submetendo à **CONTRATADA** infratora a processo administrativo que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3** deste Termo de Referência.

5.7.1.9. Fazer cotação de preços para todos os serviços de terceiros e apresentar, no mínimo, três propostas, com a indicação da mais adequada para sua execução, observando-se o que estabelece o Termo de Contrato. A impossibilidade de obter três propostas deverá ser justificada por escrito pela **CONTRATADA**, observadas as seguintes condições:

a) apresentar somente cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, aptos a fornecer bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato, nos termos da Lei federal nº 12.232/2010.

b) exigir do fornecedor que constem da cotação os produtos ou serviços que a compõem, seus preços unitários e total e, sempre que necessário, o detalhamento de suas especificações;

c) fazer constar dos orçamentos de produção a seguinte declaração assinada de forma digital por representante da **SUBCONTRATADA**, com poderes para tal. "*Estamos cientes e autorizamos, cedendo todos os direitos, que as peças/materiais produzidos fiquem expostos em acervo no Portal e nos Canais Próprios do cliente por tempo indeterminado*".

d) a cotação deverá ser apresentada no original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura digital do responsável pela cotação;

e) juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito e em atividade no CNPJ ou no CPF e nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido;

f) Para cada orçamento encaminhado deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada digitalmente por funcionário da **CONTRATADA** responsável pela documentação: "Atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais".

5.7.1.10. Obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato;
5.7.1.11. Submeter a contratação de serviços de terceiros, objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**, quanto à política de preços, permanecendo com todas as suas responsabilidades contratuais perante esta, inclusive quanto à qualidade e à finalidade almejada;
5.7.1.12. Orientar a produção e a impressão das peças gráficas (folhetos, cartazes, malas diretas, etc.) aprovadas pela **CONTRATANTE**;
5.7.1.13. Exibir laudo que comprove a compra de pesquisas de mídia necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da espécie, no prazo de 15 (quinze) dias, após a solicitação da **CONTRATANTE**, após esse prazo, poderá ser aplicada a penalidade prevista no **subitem 10.2**
5.7.1.14. Registrar em Relatório de Atendimento todas as reuniões e comunicações de serviço mantidas com a **CONTRATANTE**, com o objetivo de tornar transparentes os entendimentos havidos e também para que ambas tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades. Tais relatórios deverão ser enviados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** até o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização do contato. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a **CONTRATANTE** solicitará a necessária correção, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório;
5.7.1.15. Tomar providências imediatas em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **CONTRATANTE**, respeitadas as obrigações contratuais assumidas com terceiros e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por terceiros por ela contratados;
5.7.1.16. Manter em Carteira os títulos originados pelos serviços executados, sendo vedada a sua negociação junto a estabelecimento financeiro. Se da infringência deste dispositivo advierem protestos do título, a **CONTRATADA** obriga-se a efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartorário, após esse prazo, poderá ser aplicada a penalidade prevista no **subitem 10.2**;

5.7.1.17. A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer pretexto, utilizar o nome da **CONTRATANTE**, os serviços e os recursos a ela fornecidos como forma de publicidade, propaganda e/ou qualquer outra forma de divulgação sem o consentimento expresso e formal da **CONTRATANTE**.
5.7.1.18. A obrigação do sigilo prevista nesta cláusula subsistirá não só durante o prazo de vigência contratual, como também pelo prazo de 10 (dez) anos após o término de sua vigência.
5.7.1.19. A **CONTRATADA** se obriga a orientar seus empregados e demais prepostos, vinculados à execução do objeto deste instrumento, a observar e respeitar as obrigações aqui contratadas e as regras internas da **CONTRATANTE**.

43

5.7.1.20. Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
5.7.1.21. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na concorrência que deu origem a este ajuste;
5.7.1.22. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
5.7.1.23. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários e, quando for o caso, aos de terceiros contratados;
5.7.1.24. Responder pelos recolhimentos dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre os serviços prestados.
5.7.1.25. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;

5.7.1.26. Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
5.7.1.27. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a própria **CONTRATANTE**;
5.7.1.28. Nos casos de contratação de terceiros para a execução parcial de serviços estipulados neste instrumento, exigir dos eventuais contratados, no que couber, as mesmas condições originárias do presente contrato;
5.7.1.29. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **CONTRATANTE**. A infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato e sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades e às indenizações cabíveis;
5.7.1.30. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu, em quaisquer serviços objeto deste contrato;
5.7.1.31. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativas de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a **CONTRATANTE**;
5.7.1.32. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato, responsabilizando-se, enfim, por todas as obrigações decorrentes do ajuste, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, acidentárias e civis;
5.7.1.33. Responder por qualquer ação judicial ou extrajudicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedades ou direitos autorais, referentes ao objeto deste contrato;
5.7.1.34. Zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento de faturas e demais documentos decorrentes deste contrato, certificando-se da identificação do destinatário, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade e obrigações por parte da **CONTRATANTE**;

5.7.1.35. É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação de natureza financeira;
5.7.1.36. Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei Federal n.º 14.133/21, que a **CONTRATADA** aceita e aos quais se submete;
5.7.1.37. A **CONTRATADA** deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas;

42

5.7.1.38. Apresentar, ao final de cada campanha / ação publicitária, Relatório de Desempenho contendo o detalhamento das métricas, resultados alcançados e demais informações cabíveis.

5.7.1.39. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.8.1. Expedir as ordens de serviço, explicitando os trabalhos necessários;
5.8.2. Atestar o recebimento dos serviços prestados;
5.8.3. Efetuar o pagamento, conforme previsto no Termo de Contrato;
5.8.4. Será de responsabilidade da **CONTRATANTE** o tratamento e disponibilização à **CONTRATADA** os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços contratados, sendo certo que a **CONTRATADA** assume o compromisso de não divulgar, por qualquer forma, referidas informações a quem quer que seja, ainda que sobre a forma de cessão, locação, alienação, empréstimo, sem prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**, manifestada por documento escrito.
5.8.4.1. Em caso de comprovação da falta de cumprimento do disposto no subitem anterior, ou de utilização das informações fornecidas pela **CONTRATANTE** para outros fins de qualquer natureza ou espécie que não os expressamente autorizados e para uso exclusivo nos serviços prestados à **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** responderá de forma incondicional civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da **CONTRATANTE** de promover a rescisão contratual com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação.
5.8.5. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;

5.8.6. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA**, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
5.8.7. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

5.9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.9.1. A gestão do contrato será realizada pelo **CONTRATANTE**, visando ao cumprimento de todas as condições estabelecidas no instrumento de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
5.9.2. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão realizadas por escrito, através de mensagem eletrônica.
5.9.3. A CONTRATANTE fará avaliação anual do contrato que se dará pela mensuração dos aspectos estratégicos, criação, produção, mídia, planejamento, pesquisa, compra e acompanhamento de mídia, acompanhamento de metas, grupo de atendimento, administração e finanças, serviços especiais, parcerias e atendimento global.

5.9.3.1. A fiscalização do contrato caberá ao servidor Fabiane de Jesus Sales, vinculado à Diretoria Administrativa, conforme Decreto nº 004/2025.

5.10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.10.1. Do recebimento:
5.10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução do objeto do contrato e o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, fará a

43

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.10.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.10.2. O pagamento será creditado, em conta corrente da **CONTRATADA** pela Secretaria de Finanças da **CONTRATANTE**, preferencialmente através de crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, acompanhado da versão digital das notas fiscais, recibos ou documento de cobrança equivalente de fornecedores e de veículos, e respectivos comprovantes de realização de serviços.

5.10.3. No tocante à veiculação, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar sem ônus para a **CONTRATANTE** os seguintes comprovantes:

5.10.3.1. JORNAL e REVISTA: exemplar original com o anúncio; cópia de parecer ou qualquer manifestação de empresa independente de auditoria credenciada pelo Conselho Executivo de Normas Padrão – CENP, que ateste a tiragem e distribuição desse exemplar. Na falta dessa auditoria, deve ser fornecida prova de tiragem por meio de declaração assinada digitalmente /certidão emitida, sob a égide do art. 299 do Código Penal Brasileiro, pela(s) gráfica(s) responsável(eis) pela impressão da edição específica em que foi publicado o anúncio, detalhando o número de exemplares destinados à venda avulsa, assinaturas e circulação gratuita (cortesia, degustação e reparte interno), bem como cópia autenticada das notas fiscais do serviço de impressão de referida tiragem, além de declaração, redigida pelo representante legal do veículo, também sob a égide do art. 299 do Código Penal Brasileiro, informando a tiragem e a relação dos pontos de distribuição com endereço de cada um deles;

5.10.3.2. TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo (relatório de checagem de veiculação, mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, assinada digitalmente, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação;

5.10.3.3. Mídia *Out Of Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro,

44

firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração;

5.10.3.4. Mídia Digital *Out Of Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar fotos por amostragem, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração;

5.10.3.5. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pela empresa que veiculou as peças, com a tipo e quantidade de inserções, período de veiculação, preferencialmente com identificação das peças e print da tela, métricas utilizadas e o resultado alcançado.

5.10.3.6. Formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nos subitens **5.10.2.1 a 5.10.2.5** serão estabelecidas formalmente pelo **CONTRATANTE**, antes da aprovação do respectivo Plano de Mídia.

5.10.4. Os pagamentos devidos serão efetuados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Até trinta dias após a realização dos serviços, e após atestada pelo fiscal da **CONTRATANTE**.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 1 (um) ano, prorrogáveis por iguais ou inferiores períodos, limitado a 10 (dez) anos, a critério da **CONTRATANTE**, considerados os resultados das avaliações anuais, de acordo com a legislação em vigor.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento do contrato decorrente desta Licitação, correrão por conta da **CONTRATANTE**, conforme a seguinte dotação orçamentária:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Não será permitida a participação de empresas através de consórcio, cooperativa ou similares ou que sejam estrangeiras e não funcionem no país.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento "melhor técnica", conforme disposto no Art. 5º da Lei 12.232/10.

8.3. Para fins de seleção da proposta haverá as seguintes condições:

8.3.1. PROPOSTAS TÉCNICAS

45

8.3.1.1. As propostas técnicas serão elaboradas com base no *briefing* a ser disponibilizado no Edital.

8.3.1.2. As propostas técnicas serão julgadas por Subcomissão Técnica, formada de acordo com o Art. 10 da Lei 12.232/10.

8.3.1.3. A Subcomissão Técnica analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

8.3.1.4. A Proposta Técnica será analisada e avaliada individualmente pelos membros da Subcomissão Técnica.

8.3.1.5. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os atributos da Proposta, em cada quesito ou subquesito elencados no Edital.

8.3.1.6. A Proposta Técnica está limitada ao máximo de 100 (cem) pontos e será apurada segundo a soma dos pontos dos quesitos ou subquesitos.

8.3.2. PROPOSTA DE PREÇO

8.3.2.1. As Propostas de Preço das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e receberão no máximo 100 (cem) pontos.

8.3.3. JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS

8.3.3.1. O julgamento final das Propostas desta Concorrência será feito de acordo com o procedimento previsto para o tipo de licitação "técnica e preço", conforme a Lei Federal nº 14.133/21 e critérios estabelecidos no Edital.

8.4. Para **fins de habilitação**, serão analisadas:

8.4.2. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

8.4.3. Para fins de **qualificação técnica** serão exigidos os seguintes documentos:

8.4.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa prestado ou estar prestando serviços de comunicação, publicidade e marketing, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

8.4.2.1.1. Considera-se em quantidades compatíveis, atestados que comprovem ter a licitante planejado e executado ações de publicidade, utilizando ao menos dois dos seguintes veículos de comunicação existentes no mercado de comunicação de massa: TV, Rádio, Revistas ou Jornais, eletrônicos ou não, Mídia Out Of Home sendo ao menos uma ação que envolva a mídia TV e outra a mídia rádio.

8.4.3.2. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado - no original ou em cópia reprográfica autenticada, ou cópia a ser autenticada pela Comissão de Licitação, à vista do original.

8.4.3.3. Certificado de qualificação técnica eletrônico de que trata a Lei nº 12.232/2010, art. 4º e seu § 1º, com código de validação, obtido perante site oficial do Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP https://www.cenp.com.br/certificacao.

8.4.3.4. REGISTRO OU INSCRIÇÃO NO SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA de sua base territorial.

8.4.3.5. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos serviços executados ou em execução na **CONTRATANTE**, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.4. O custo global estimado da contratação é de **R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**.

9.4.2. Os valores gastos a cada vigência contratual não são lineares, oscilam em razão das conjunturas: políticas, econômicas e sociais, fatores que norteiam as diretrizes da **CONTRATANTE**. Cabe observar que alguns fatores têm impacto direto nos valores executados, tais como as limitações legais de gastos em ano eleitoral, a pandemia, dentre outros.

10. SANÇÕES

10.4. Além das **penalidades** previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.5. Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada ao máximo de 05 (cinco) dias, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal. Decorrido esse prazo, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.5, 10.7, 10.8 e/ou 10.9.**

10.5.2. Entende-se por **execução dos serviços** todos os serviços prestados desde o planejamento até a devida prestação de contas, incluídas as obrigações administrativas contratuais e legais como comprovantes dos serviços prestados, planilhas e relatórios administrativos.

10.6. Multa de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor não repassado ao fornecedor de serviços especializados, incluindo os de veiculação por descumprimento do prazo estabelecido para apresentação dos comprovantes dos pagamentos efetuados a terceiros;

10.7. Multa cominatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da garantia a ser prestada, em caso de descumprimento dos prazos previstos nos **itens 13.1, 13.1.1 e 13.2 do Anexo III – Minuta de Contrato**, por culpa da **CONTRATADA**, limitado o atraso a 10 (dez) dias úteis.

10.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade grave havida no cumprimento do avençado, por culpa da

47

CONTRATADA, bem como para o caso de não serem atingidos os padrões de qualidade previstos na avaliação trimestral descrita no subitem **5.9.3** e no **Anexo Único** deste Termo de Referência.

10.9. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA.**

10.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.11. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do **CONTRATANTE** pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.12. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.13. As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.

10.14. No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.2,** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens**, 10.5, 10.7, 10.8 e/ou 10.9.**

10.15. As multas terão seus valores apurados na data da infração.

10.16. Para fins de atualização monetária para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.

11. DISPISÇÕES GERAIS

11.1. A Administração reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos contantes na Lei Federal 14.133/2021.

11.3. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias/BA, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretoria Administrativa


TABELA REFERENCIAL DE CUSTOS INTERNOS 2024 - 2025
marca
sinapro
BAHIA



diretoria

PRESIDENTE:
. ANDRE MASCARENHAS (ARTECAPITAL)

VICE-PRESIDENTE:
. LAURA PASSOS (ENGENHONOVO)

DIRETOR DE ASSUNTOS ÉTICOS:
. MARCOS FONSECA (PROPEG)

DIRETOR DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS:
. LUIS EDUARDO LIMA (SLA)

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:
. GUSTAVO QUEIROZ (NIBS)

DIRETOR SECRETÁRIO:
. LUCAS DE OURO (TUPPI)

DIRETOR TESOUREIRO:
. PAULO COELHO (MAGO)

CONSELHEIROS
. CARLOS POGGIO (POGGIO)
. MARCEL HOHLENWERGER (MARÉ)
. VERA ROCHA (ROCHA)

SUPLENTES
. ALINE MACEDO (CARAMBOLA)
. GEO FILHO (GENTE)
. VINÍCIUS CARVALHO (COCADA)

DELEGACIAS REGIONAIS
. REGIONAL OESTE: ALINE MACEDO (CARAMBOLA)
. REGIONAL SERTÃO: VINÍCIUS CARVALHO (COCADA)
. REGIONAL SUDOESTE: GEO FILHO (GENTE)
. REGIONAL SUL: LORENNA CALDAS (AVOAR)

GERENTE EXECUTIVA

. DIANA NAVARRO

GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
. MARCO DE SANTANA

ANALISTA DE MARKETING DIGITAL
. JEAN SACRAMENTO

TABELA REFERENCIAL DE CUSTOS INTERNOS 2024 - 2025

diretoria

PRESIDENTE:
. ANDRE MASCARENHAS (ARTECAPITAL)

VICE-PRESIDENTE:
. LAURA PASSOS (ENGENHONOVO)

DIRETOR DE ASSUNTOS ÉTICOS:
. MARCOS FONSECA (PROPEG)

DIRETOR DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS:
. LUIS EDUARDO LIMA (SLA)

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:
. GUSTAVO QUEIROZ (NIBS)

DIRETOR SECRETÁRIO:
. LUCAS DE OURO (TUPPI)

DIRETOR TESOUREIRO:
. PAULO COELHO (MAGO)

CONSELHEIROS
. CARLOS POGGIO (POGGIO)
. MARCEL HOHLENWERGER (MARÉ)
. VERA ROCHA (ROCHA)

SUPLENTES
. ALINE MACEDO (CARAMBOLA)
. GEO FILHO (GENTE)
. VINICIUS CARVALHO (COCADA)

DELEGACIAS REGIONAIS
. REGIONAL OESTE: ALINE MACEDO (CARAMBOLA)
. REGIONAL SERTÃO: VINICIUS CARVALHO (COCADA)
. REGIONAL SUDOESTE: GEO FILHO (GENTE)
. REGIONAL SUL: LORENNA CALDAS (AVOAR)

GERENTE EXECUTIVA
. DIANA NAVARRO

GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
. MARCO DE SANTANA

ANALISTA DE MARKETING DIGITAL
. JEAN SACRAMENTO



diretoria

PRESIDENTE:
. ANDRE MASCARENHAS (ARTECAPITAL)

VICE-PRESIDENTE:
. LAURA PASSOS (ENGENHONOVO)

DIRETOR DE ASSUNTOS ÉTICOS:
. MARCOS FONSECA (PROPEG)

DIRETOR DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS:
. LUIS EDUARDO LIMA (SLA)

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:
. GUSTAVO QUEIROZ (NIBS)

DIRETOR SECRETÁRIO:
. LUCAS DE OURO (TUPPI)

DIRETOR TESOUREIRO:
. PAULO COELHO (MÁGO)

CONSELHEIROS
. CARLOS POGGIO (POGGIO)
. MARCEL HOHLENWERGER (MARÉ)
. VERA ROCHA (ROCHA)

SUPLENTES
. ALINE MACEDO (CARAMBOLA)
. GEO FILHO (GENTE)
. VINÍCIUS CARVALHO (COCADA)

DELEGACIAS REGIONAIS
. REGIONAL OESTE: ALINE MACEDO (CARAMBOLA)
. REGIONAL SERTÃO: VINÍCIUS CARVALHO (COCADA)
. REGIONAL SUDOESTE: GEO FILHO (GENTE)
. REGIONAL SUL: LORENNA CALDAS (AVOAR)

GERENTE EXECUTIVA

. DIANA NAVARRO

GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
. MARCO DE SANTANA

ANALISTA DE MARKETING DIGITAL
. JEAN SACRAMENTO

sumário

institucional

1	PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
1a	Calendário Anual Institucional			R$ 63.751,00
1b	Calendário Anual Promocional			R$ 32.043,00
1c	Case de Marketing/Mídia/RP			R$ 44.726,00
1d	Criação de Tema/Conceito de Campanha			R$ 25.937,00
1e	Planejamento da Comunicação Municipal/Capital			R$ 40.037,00
1f	Planejamento da Comunicação Municipal/Interior			R$ 17.442,00
1g	Planejamento da Comunicação Estadual			R$ 50.065,00
1h	Planejamento da Comunicação Regional			R$ 83.444,00
1i	Planejamento da Comunicação Nacional			R$ 116.821,00

1	PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA (MÍDIA)	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
1j	Investimento até R$500.000,00			R$ 8.375,00
1k	Investimento entre R$500.000,01 e R$2.000.000,00			R$ 16.739,00
1l	Investimento acima de R$2.000.000,01			R$ 33.476,00
1m	Planejamento de Ação Promocional			R$ 24.728,00
1n	Planejamento de Convenção e Planejamento de Evento/Feiras			R$ 32.970,00

1	PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA (PRODUTO)	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
1o	Planejamento para Lançamento de Produto			R$ 44.726,00
1p	Planejamento de Endomarketing			R$ 44.726,00



2	MARCA	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL	REFORMULAÇÃO
2a	Manual de Identidade Visual (por lâmina)	R$ 825,60	R$ 550,40	R$ 1.376,00	
2b	Marca de Empreendimento Imobiliário	R$ 2.873,40	R$ 1.915,60	R$ 4.789,00	R$ 2.394,50
2c	Marca de Empresa	R$ 16.171,80	R$ 10.781,20	R$ 26.953,00	R$ 13.476,50
2d	Marca de Eventos	R$ 4.225,20	R$ 2.816,80	R$ 7.042,00	R$ 3.521,00
2e	Marca de Produto	R$ 24.333,60	R$ 16.222,40	R$ 40.556,00	R$ 20.278,00
2f	Marca de Projeto	R$ 12.167,40	R$ 8.111,60	R$ 20.279,00	R$ 10.139,50
2g	Nome Fantasia			R$ 10.781,00	
2h	Nome Produto			R$ 16.223,00	
2i	Pictograma			R$ 4.026,00	
2j	Planejamento Estratégico de Marca			R$ 105.919,00	
2k	Selo Comemorativo	R$ 4.732,80	R$ 3.155,20	R$ 7.888,00	
2l	Slogan			R$ 8.262,00	

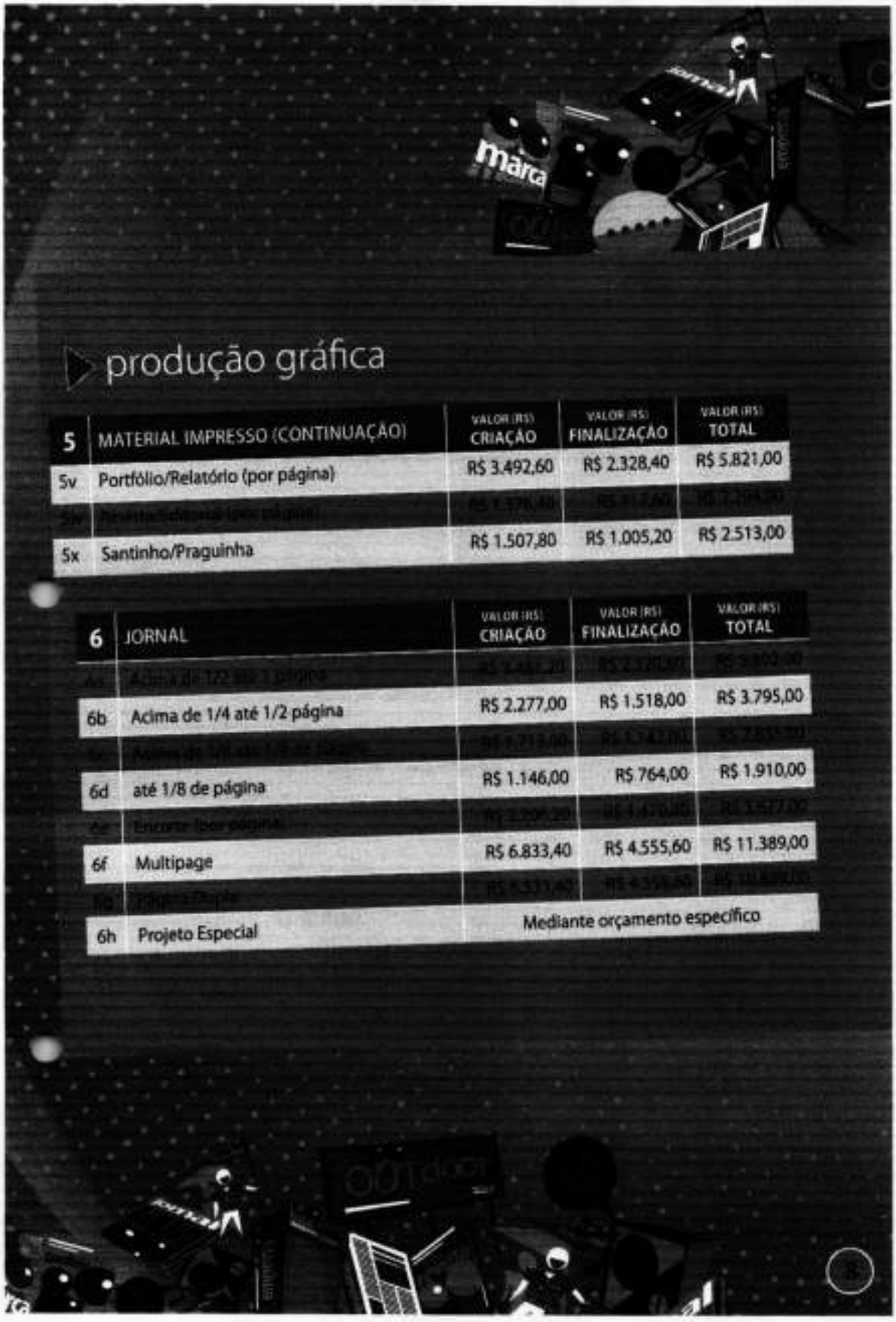
produção gráfica

3	COMUNICAÇÃO EXTERIOR	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
3b	Banner	R$ 886,20	R$ 590,80	R$ 1.477,00
3d	Cartaz/Sanca Metrô	R$ 2.881,80	R$ 1.921,20	R$ 4.803,00
3f	Empena / Fachada	R$ 3.601,80	R$ 2.401,20	R$ 6.003,00
3h	Envelopamento de Veículo Grande	R$ 6.293,40	R$ 4.195,60	R$ 10.489,00
3j	Envelopamento de Veículo Pequeno	R$ 2.860,80	R$ 1.907,20	R$ 4.768,00
3l	Faixa	R$ 559,20	R$ 372,80	R$ 932,00
3n	Mobiliário Urbano (Painel Frontal/Lateral de Abrigo de Ônibus)	R$ 3.601,80	R$ 2.401,20	R$ 6.003,00
3p	Outdoor	R$ 3.731,40	R$ 2.487,60	R$ 6.219,00
3r	Outdoor Triplo	R$ 11.195,40	R$ 7.463,60	R$ 18.659,00
3t	Painel Eletrônico	R$ 4.401,60	R$ 2.934,40	R$ 7.336,00
3v	Placa de Sinalização	R$ 700,20	R$ 466,80	R$ 1.167,00
3x	Pórtico	R$ 3.939,00	R$ 2.626,00	R$ 6.565,00
3z	Tapume (metro linear)	R$ 619,80	R$ 413,20	R$ 1.033,00
3ab	Testeira	R$ 2.320,80	R$ 1.547,20	R$ 3.868,00

produção gráfica

4	PAPELARIA	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
4b	Cartão Personalizado/Agradecimento	R$ 656,40	R$ 437,60	R$ 1.094,00
4d	Envelope	R$ 729,60	R$ 486,40	R$ 1.216,00
4f	Pasta	R$ 925,20	R$ 616,80	R$ 1.542,00

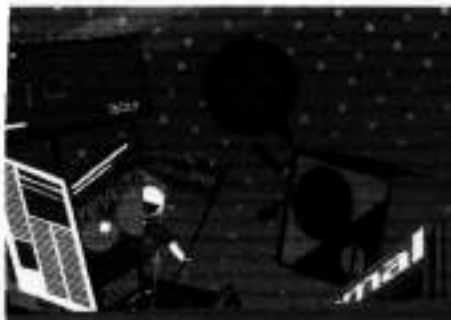
5	MATERIAL IMPRESSO	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
5b	Anexo Conta (por lâmina)	R$ 612,60	R$ 408,40	R$ 1.021,00
5d	Broadside	R$ 1.483,80	R$ 989,20	R$ 2.473,00
5f	Cancela de Estacionamento	R$ 2.967,60	R$ 1.978,40	R$ 4.946,00
5h	Cardápio (por lâmina)	R$ 345,60	R$ 230,40	R$ 576,00
5j	Cartaz/Cartaz de Mall	R$ 1.519,80	R$ 1.013,20	R$ 2.533,00
5l	Convite	R$ 1.954,80	R$ 1.303,20	R$ 3.258,00
5n	Diploma/Certificado	R$ 1.101,60	R$ 734,40	R$ 1.836,00
5p	Etiqueta/Tag	R$ 480,60	R$ 320,40	R$ 801,00
5r	Jornal Interno/House Organ (por lâmina)	R$ 3.489,60	R$ 2.326,40	R$ 5.816,00
5t	Mala Direta/Panfleto/Flyer	R$ 1.608,60	R$ 1.072,40	R$ 2.681,00



produção gráfica

5	MATERIAL IMPRESSO (CONTINUAÇÃO)	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
5v	Portfólio/Relatório (por página)	R$ 3.492,60	R$ 2.328,40	R$ 5.821,00
5x	Santinho/Praguinha	R$ 1.507,80	R$ 1.005,20	R$ 2.513,00

6	JORNAL	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
6b	Acima de 1/4 até 1/2 página	R$ 2.277,00	R$ 1.518,00	R$ 3.795,00
6d	até 1/8 de página	R$ 1.146,00	R$ 764,00	R$ 1.910,00
6f	Multipage	R$ 6.833,40	R$ 4.555,60	R$ 11.389,00
6h	Projeto Especial	Mediante orçamento específico		



7	REVISTA	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
7b	1/2 página	R$ 1.286,40	R$ 857,60	R$ 2.144,00
7d	Até 1/3 de página	R$ 1.111,80	R$ 741,20	R$ 1.853,00
7f	Encarte Simples	R$ 2.206,20	R$ 1.470,80	R$ 3.677,00
	Projeto Especial	Mediante orçamento específico		

8	PUBLICIDADE LEGAL	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
8b	Até 1/2 página	R$ 1.080,60	R$ 720,40	R$ 1.801,00
8d	Página Dupla	R$ 4.313,40	R$ 2.875,60	R$ 7.189,00

Toda e qualquer peça, que for feita a cobrança por lâminas ou cm2, considerar o valor para cada face.

produção eletronica

9	AUDIOVISUAL	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
9a	Audiovisual/Documentário (por minuto)	R$ 4.543,00		R$ 4.543,00
9b	Filme/VT Institucional 30" (*)	R$ 12.191,00		R$ 12.191,00
9c	Filme/VT Varejo 30" (*)	R$ 6.262,00		R$ 6.262,00
9d	Jingle 30"/Trilha (*)	R$ 7.368,00		R$ 7.368,00
9e	SMS (Texto)	R$ 412,00		R$ 412,00
9f	Spot 30" (*)	R$ 4.609,00		R$ 4.609,00
9g	Storyboard (por quadro)	R$ 253,00		R$ 253,00
9h	Texto Merchandising/Testemunhal	R$ 4.542,00		R$ 4.542,00
9i	Vinheta de Assinatura/Patrocínio (por segundo)	R$ 501,00	R$ 334,00	R$ 835,00
9j	VT Cartelado 30" (Criação)	R$ 4.298,40	R$ 2.865,60	R$ 7.164,00
9k	VT Cartelado 30" - Baixa complexidade	R$ 8.154,60	R$ 5.436,40	R$ 13.591,00
9l	VT Cartelado 30" - Média complexidade	R$ 12.232,80	R$ 8.155,20	R$ 20.388,00
9m	VT Cartelado 30" - Alta complexidade	R$ 18.349,20	R$ 12.232,80	R$ 30.582,00
9n	Motion (por segundo)	R$ 488,00		R$ 488,00

Para formatos diferentes de 30" fazer o cálculo proporcional aos segundos adicionais.
Quando houver redução de um VT original, cobrar 50% do valor em cima do valor originário.

9	GRAVAÇÃO/EDITORAÇÃO	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
9o	Apresentação em Power Point (por tela)	R$ 546,00	R$ 364,00	R$ 910,00
9p	Digitalização de Imagem (valor unitário)			R$ 164,00
9q	Editoração da Tabela/Gráfico Simples	R$ 1.301,40	R$ 867,60	R$ 2.169,00
9r	Geração de Arquivo jpg/pdf			R$ 164,00
9s	Gravação em Mídia Digital			R$ 121,00
9t	Mapa de Localização Simples	R$ 1.701,60	R$ 1.134,40	R$ 2.836,00
9u	Print Formato A3			R$ 116,00
9v	Print Formato A4			R$ 82,00
9w	Prova Digital Formato A3			R$ 412,00
9x	Prova Digital Formato A4			R$ 330,00
9y	Scanner - Mínimo de 100 cm²			R$ 164,00
9z	Tratamento de Imagem (com montagem)*			R$ 3.845,00
9aa	Tratamento de Imagem (objeto)*			R$ 1.357,00
9ab	Tratamento de Imagem (paisagem)*			R$ 2.262,00

*Custo por foto.

produção eletrônica

9ac	Tratamento de Imagem (seres vivos)*			R$ 2.713,00
9ad	Vetorização de Logotipo (valor unitario)			R$ 330,00

*Custo por foto.

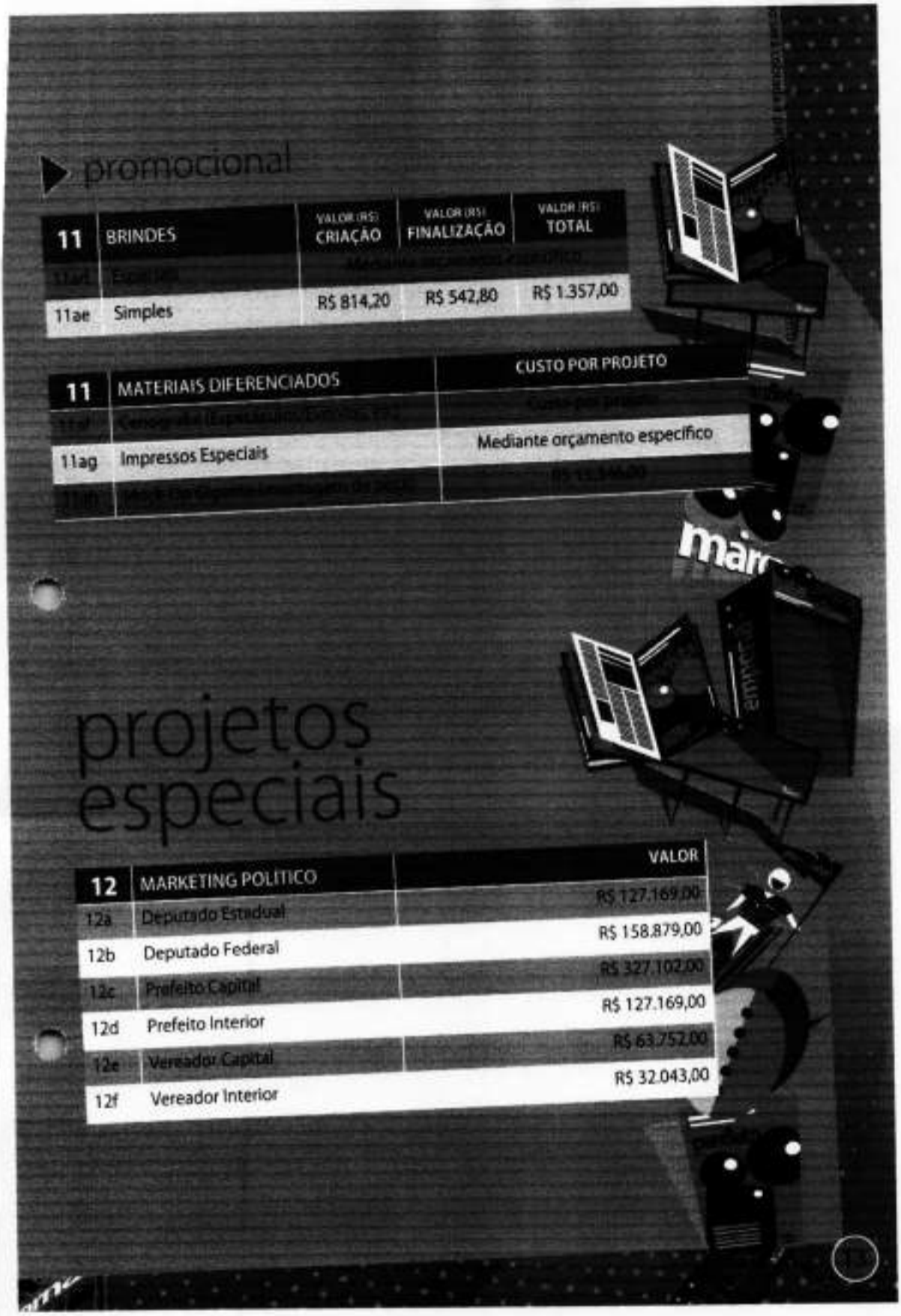
9	GRAVAÇÃO DE ARQUIVOS PARA VEICULAÇÃO OU TRANSMISSÃO VIA REDE - JORNAL E REVISTA	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
9ae	Página Dupla			R$ 3.296,00
9af	Página			R$ 2.424,00
9ag	1/2 página			R$ 1.788,00
9ah	1/3 de página			R$ 1.655,00
9ai	1/4 de página			R$ 1.274,00
9aj	Valor Mínimo			R$ 903,00

promocional

10	EMBALAGEM	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
10a	Berço (estrutura de embalagem)	R$ 4.197,60	R$ 2.798,40	R$ 6.996,00
10b	Caixa de Display de Produto	R$ 8.658,00	R$ 5.772,00	R$ 14.430,00
10c	Caixa de Embarque	R$ 2.821,20	R$ 1.880,80	R$ 4.702,00
10d	Embalagem (adaptação)	R$ 4.682,40	R$ 3.121,60	R$ 7.804,00
10e	Embalagem Amostra Grátis	R$ 2.082,00	R$ 1.388,00	R$ 3.470,00
10f	Embalagem Blister/Sampling	R$ 3.742,80	R$ 2.495,20	R$ 6.238,00
10g	Embalagem com Faca	R$ 2.773,20	R$ 1.848,80	R$ 4.622,00
10h	Embalagem de Linha de Produto (pacote de até 5 embalagens)	R$ 39.564,60	R$ 26.376,40	R$ 65.941,00
10i	Embalagem de Produto	R$ 5.974,80	R$ 3.983,20	R$ 9.958,00
10j	Embalagem Mecânica	R$ 1.666,20	R$ 1.110,80	R$ 2.777,00
10k	Embalagem Promocional	R$ 5.807,40	R$ 3.871,60	R$ 9.679,00
10l	Embalagem sem Faca	R$ 1.667,40	R$ 1.111,60	R$ 2.779,00
10m	Luva/Caixa/Envelope Especial	R$ 2.218,80	R$ 1.479,20	R$ 3.698,00
10n	Mock-Ups/Protótipo (sem custos de terceiros)	R$ 8.028,60	R$ 5.352,40	R$ 13.381,00
10o	Rótulo	R$ 2.379,60	R$ 1.586,40	R$ 3.966,00
10p	Rótulo-Reformulação/Melhoria	R$ 799,20	R$ 532,80	R$ 1.332,00
10q	Vinheta de Embalagem	R$ 2.099,40	R$ 1.399,60	R$ 3.499,00

11	PONTO DE VENDA	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
11b	Adesivo (de A4 a 3x1metro)	R$ 890,40	R$ 593,60	R$ 1.484,00
11d	Adesivo Folha A4	R$ 594,00	R$ 396,00	R$ 990,00
11f	Balcão Promocional	R$ 3.462,00	R$ 2.308,00	R$ 5.770,00
11h	Banner/Cavalete/Galhardete	R$ 886,20	R$ 590,80	R$ 1.477,00
11j	Crachá	R$ 715,20	R$ 476,80	R$ 1.192,00
11l	Encosto de Cabeça/Capa de Cadeira	R$ 1.708,20	R$ 1.138,80	R$ 2.847,00
11n	Forração de Gôndola/Bandô	R$ 1.483,80	R$ 989,20	R$ 2.473,00
11p	Infláveis (Balão/Blimp/Réplica/Roof)	R$ 1.483,80	R$ 989,20	R$ 2.473,00
11r	Placa ou Adesivo para Púlpito	R$ 495,00	R$ 330,00	R$ 825,00
11t	Programação Visual de Estande para Feiras, Eventos de Vendas (pequeno porte)*			R$ 11.540,00
11v	Programação Visual de Estande para Feiras, Eventos de Vendas (grande porte)*			R$ 24.728,00
11x	Tapume (por m²)	R$ 599,40	R$ 399,60	R$ 999,00
11z	Troféu/Medalha	R$ 3.609,60	R$ 2.406,40	R$ 6.016,00
11ab	Urna	R$ 4.846,20	R$ 3.230,80	R$ 8.077,00

A finalização será cobrada à parte, nas peças que compuserem o projeto.



promocional

11	BRINDES	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
11ae	Simples	R$ 814,20	R$ 542,80	R$ 1.357,00

11	MATERIAIS DIFERENCIADOS	CUSTO POR PROJETO
11ag	Impressos Especiais	Mediante orçamento específico

projetos especiais

12	MARKETING POLÍTICO	VALOR
12a	Deputado Estadual	R$ 127.169,00
12b	Deputado Federal	R$ 158.879,00
12c	Prefeito Capital	R$ 327.102,00
12d	Prefeito Interior	R$ 127.169,00
12e	Vereador Capital	R$ 63.752,00
12f	Vereador Interior	R$ 32.043,00

projetos especiais

12	SERVIÇOS ESPECIAIS - Por Hora (Consultoria em Comunicação/Trabalhos Especiais/ Pesquisas)	VALOR
12g	Acompanhamento de Produção e Execução de Serviços - Fora da Grande Salvador* (por hora) Em toda visita técnica, para acompanhamento de produção e execução de serviços de terceiros, poderá ser cobrada, pela agência, hora de acompanhamento, devidamente acordada com o cliente.	R$ 164,00
12h	Acompanhamento de Produção e Execução de Serviços - Na Grande Salvador* (por hora) Em toda visita técnica, para acompanhamento de produção e execução de serviços de terceiros, poderá ser cobrada, pela agência, hora de acompanhamento, devidamente acordada com o cliente.	R$ 164,00
12i	Analista/Assistente	R$ 247,00
12j	Diretor	R$ 825,00
12k	Gerente/Supervisor	R$ 494,00
12l	Levantamento de Dados sobre o Cliente, Produtos e Concorrência e/ou Elaboração de Briefing (quando os dados não forem fornecidos pelo cliente)	R$ 247,00
12m	Pesquisa de Bancos de Imagem/Video	R$ 330,00
12n	Visita Técnica - Atendimento fora da Grande Salvador* (por hora)	R$ 164,00
12o	Visita Técnica - Atendimento na Grande Salvador* (por hora) Toda visita técnica, para atendimento ao cliente, terá seus gastos reembolsados, podendo a agência cobrar hora de consultoria, devidamente acordada pelo cliente, além de diárias, viagens, transporte, alimentação, comunicação em geral, etc. A agência deverá fazer um demonstrativo para ressarcimento pelo cliente	R$ 164,00



serviços digitais

13	ANUNCIOS DISPLAY	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
13b	Qualquer formato com animação	R$ 3.422,40	R$ 2.281,60	R$ 5.704,00
13d	Rich Media	R$ 6.765,60	R$ 4.510,40	R$ 11.276,00

Observação: Formatos padrão IAB e Rede Display Google (GDN) sujeitos a alteração. Refação – Adicional de 40%. Valores em Reais.

PEÇA/DIMENSÕES	PIXELS
Arranha-céu Largo (Wide Skyscraper)	160x600
Super Banner (Cabeçalho)	728x90
Giga Banner (Cabeçalho Grande)	970x90
Retângulo Médio	300x250
Retângulo Vertical	240x400
Quadrado	250x250
Meia Página (Half Page)	300x600
Dhtml/Floater	Variável, até 72.200px de área
Feature Phones	
Medium Banner	168x28
Wide Banner e Wide Banner Expansível	320x50

serviços digitais

14	REDES SOCIAIS	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
14b	Criação de Conteúdo Textual (por post)			R$ 494,00
14d	Criação de Destaques para Instagram			R$ 2.143,00
14f	Criação de Filtros (estáticos e dinâmicos) para Instagram			R$ 12.199,00
14h	Criação de Legenda e Títulos para Peças de Redes Sociais Derivadas de Campanha de Mídia Online			R$ 494,00
14j	Criação de Thumnails Youtube			R$ 2.143,00
14l	Criação e Publicação de Gifs para Stories do Instagram			R$ 2.143,00
14n	Diagnóstico de T.I.			R$ 2.473,00
14p	Gestão de Presença - Acompanhamento, Relacionamento e Postagem de Conteúdo (até 450 interações por rede, em 3 redes: Facebook, Twitter e Instagram) (*)			R$ 11.540,00
14r	Instant Articles	R$ 1.977,60	R$ 1.318,40	R$ 3.296,00
14t	Planejamento de Ações em Redes Sociais (grande porte)			R$ 16.485,00



serviços digitais

14v	Planejamento de Ações em Redes Sociais (pequeno porte)			R$ 8.243,00
14w				
14x	Planejamento para Captação de Leads - Facebook (grande porte)			R$ 11.540,00
14y				
14z	Planejamento para Captação de Leads - Facebook (pequeno porte)			R$ 4.121,00
14aa				
14ab	Planejamento para Setup: Canais, Tipos de Conteúdo, Projeto Editorial, Identidade Visual, Estratégia para Ativação (médio porte)			R$ 13.188,00
14ac				
14ad	Post Carrossel (animação + texto)**			R$ 4.946,00
14ae				
14af	Post Carrossel /Animação de Gif (por lâmina)			R$ 1.072,00
14ag				
14ah	Post Facebook Coleção			R$ 4.121,00
14ai				
14aj	Post Simples/Animação (baixa complexidade)***			R$ 2.802,00
14ak				
14al	Post Simples/Anúncio de Redes Sociais (jpg/png+texto)			R$ 2.143,00
14am				
14an	Relatório Avulso			R$ 2.473,00

serviços digitais

14ao	Relatório de Desempenho de Redes Sociais			R$ 2.473,00
14aq	Story Animado (gif + texto)			R$ 4.946,00

(*) Rede adicional: 35% do valor original. Para quantidade acima de 450 interações, fazer o cálculo proporcional por interação adicional.

(**) Formato específico de compactação de imagens em várias cenas, exibindo movimento, possui, no máximo, 10 segundos, paleta de cores limitadas, sem áudio e exibidos em loop.

(***) Animação de baixa complexidade são vídeos com transições simples de tela, sem áudio e sem trilha de até 60 segundos

(****) Animação de alta complexidade são vídeos com transições de tela mais complexas, com animações de texto, movimento de objetos da cartela todo em 2d, com duração de até 2 minutos.

(*****) Para quantidade acima de 40 posts, fazer o cálculo proporcional por post adicional.

15	INBOUND MARKETING - MARKETING DE CONTEÚDO	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
15b	Construção de Brand Persona			R$ 4.121,00
15d	Definição de Lead Persona (por persona)			R$ 3.296,00
15f	Setup Inicial (fluxo de automação/listas de segmentação)			R$ 5.770,00

16	MONITORAMENTO E AUDIÊNCIA	VALOR (R$) PRODUÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
16b	Diagnóstico de Presença: Social Listening Analytics, Levantamento de Dados, Análise e Elaboração de Relatório em 3 Redes: Facebook, Twitter e Instagram)*		R$ 10.386,00
16d	Monitoramento de Redes Sociais (Social Listening) com Relatório Mensal Redes: Facebook, Twitter e Instagram)*		R$ 4.616,00
16f	Setup de Monitoramento		R$ 2.473,00

*Para monitoramente nos finais de semana e feriados, cobrar adicional de 50%.

SERVIÇOS DIGITAIS

17	BUSINESS INTELLIGENCE A disciplina Business Intelligence é ampla com várias áreas de atuação, tais como: Big Data, Analytics e Qualidade e Governança de Dados, Planejamento de TI, Banco de Dados, entre outras. Escolhemos algumas referências dos serviços mais demandados pelos clientes: Análise de B.I., Web Metrics e Mídia Mobile para E-Commerce	PREÇO DE REFERÊNCIA
17a	Análise de BI	R$ 8.242,00
17b	Análise Web Metrics (mensal)	R$ 4.121,00
17c	Análise Web Metrics (E-Commerce mensal)	R$ 4.121,00

18	PLANEJAMENTO DE CAMPANHA Abrange 2 áreas distintas: Planejamento Estratégico de Campanhas Digitais e Planejamento de Mídia para Campanhas Digitais. Partindo do princípio de que as premissas globais como objetivos, metas, matriz SWOT e demais componentes de um Planejamento Estratégico de Marca já foram feitas e implementadas	PREÇO DE REFERÊNCIA
18a	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CAMPANHAS DIGITAIS	R$ 21.240,00
18b	Planejamento de Mídia para Campanhas Digitais (pequeno porte)	R$ 3.296,00
18c	Planejamento de Mídia para Campanhas Digitais (médio porte)	R$ 8.241,00
18d	Planejamento de Mídia para Campanhas Digitais (grande porte)	R$ 13.188,00



serviços digitais

18	GESTÃO DE CAMPANHA DE PERFORMANCE Acompanhamento diário da campanha, com otimização constante, incluindo a implementação de recursos e ferramentas que visam garantir a melhor performance da mídia, além do controle orçamentário da campanha.	PREÇO DE REFERÊNCIA
18f	Rede de Display Otimização das campanhas com base nos resultados dos reports diários fornecidos pelas ferramentas.	20% da verba gerenciada

19	LINKS PATROCINADOS	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
19b	Planejamento de Campanhas de Links Patrocinados/Redes Sociais* (Setup e Acompanhamento - Não Inclui Criação de Anúncios ou Posts) - médio porte			R$ 11.540,00
19d	Relatório de Campanha			R$ 2.473,00

* Cobrar 50% do valor originário para apenas planejamento e criação ou apenas acompanhamento.

20	ADVERGAMES	PREÇO DE REFERÊNCIA
20b	Game Online Standard	R$ 12.199,00
20d	Planejamento de Advertising in Game	R$ 7.583,00



serviços digitais

21	SEO	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
21a	Diagnóstico e Setup Inicial da SEO			R$ 5.605,00
21b	Gestão da SEO (custo por mês)			R$ 2.473,00
21c	Planejamento			
21d	Relatório de Campanha			

22	WEBSITE	VALOR (R$) PRODUÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
22a	**Website Responsivo** Responsivo com 10 seções: Home, Empresa, Serviços, Galeria de Mídias, Formulário de Contato, Formulário de Orçamento, Notícias, Clientes, Casos de Sucesso, Resultados de Busca, Especificação Funcional, Arquitetura da Informação (UX), Sitemap, Wireframe, Layout e Desenvolvimento Front-End e Back-End para um novo website. Painel de Administração para atualização de conteúdo. HTML desenvolvido utilizando os padrões W3C (HTML, XHTML, CSS, XML, etc), configurações básicas para indexação em buscadores. Testes nas últimas versões dos principais navegadores.		R$ 30.332,00

23	HOTSITE Tecnicamente idêntico ao website, porém com uma estrutura menor e mais focada em lançamentos de produtos, concursos, eventos, entre outros. Possui um período de vida definido e precisa ter uma estratégia de comunicação bem elaborada, alinhada com a estratégia de campanha.	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
23a	Nível de Complexidade Baixa (até 4 páginas)			R$ 21.431,00
23b	Nível de Complexidade Média (até 8 páginas e com recurso interativo - joguinho/cartão virtual ou enquete)			R$ 26.377,00
23c	Nível de Complexidade Alta (até 12 páginas - linha do tempo, recursos sonoros, filmes)			R$ 29.904,00



Serviços digitais

24	MOBILE SITE	PREÇO DE REFERÊNCIA
24a	Um Mobile Site possui as mesmas características de um website, porém devem ser consideradas premissas técnicas essenciais para elevar a experiência do usuário e otimizar muito o desempenho, visto que será utilizado em dispositivos móveis. Versão de um website já existente. 10 seções: Home, Empresa, Serviços, Galeria de Mídias (fotos, vídeos), Formulário de Contato, Formulário de Orçamento, Notícias, Clientes, Casos de Sucesso, Resultados de Busca. Especificação Funcional, Arquitetura da Informação (UX), Sitemap, Wireframe, Layout e Desenvolvimento Front-End e Back-End, Painel de Administração para atualização de conteúdo HTML, desenvolvido utilizando os padrões W3C (HTML, XHTML, CSS, XML, etc). Configurações básicas para indexação em buscadores, testes em até 10 resoluções diferentes de dispositivos móveis.	R$ 20.442,00

25	BLOG	PREÇO DE REFERÊNCIA
25a	O Blog nada mais é do que um website com foco em divulgar rapidamente informações de um modo simples e rápido. Responsivo com 5 seções: Home, Categoria de Conteúdo, Conteúdo, Resultados de Busca e Fale Conosco. Especificação Funcional, Arquitetura da Informação (UX), Sitemap, Wireframe, Layout e Desenvolvimento Front-End e Back-End. Painel de Administração para atualização de conteúdo. HTML desenvolvido utilizando os padrões W3C (HTML, XHTML, CSS, XML, etc). Configurações básicas para indexação em buscadores. Testes nas últimas versões dos principais navegadores.	R$ 12.281,00

26	LANDING PAGE	PREÇO DE REFERÊNCIA
26a	Página criada exclusivamente como destino de uma campanha. Tem como principal objetivo informar o usuário sobre uma determinada ação, lançamento, promoção com foco em aumentar o engajamento e conversão. Página única de campanha já definida no planejamento, responsiva, com os seguintes elementos: até 3 banners em slider; até 2 blocos de textos, até 10 imagens; até 2 vídeos incorporados de ferramenta de terceiros, formulário de captação que envia um e-mail ao administrador. Especificação Funcional, Arquitetura de Informação (UX), Sitemap, Wireframe, Layout e Desenvolvimento Front-End e Back-End. HTML desenvolvido utilizando os padrões W3C (HTML, XHTML, CSS, XML, etc). Configurações básicas para indexação em buscadores. Testes nas últimas versões dos principais navegadores.	R$ 13.188,00

serviços digitais

27	E-COMMERCE Customização de e-commerce, utilizando plataforma de mercado existente. No caso de plataformas open source, é definido um tema padrão e, com base nesse, é feita toda customização. No caso de plataforma proprietária, é utilizado o tema já existente e feita as customizações dentro dos limites da plataforma.	PREÇO DE REFERÊNCIA
27a	Complexidade Baixa	R$ 29.673,00
27b	Complexibilidade Média	R$ 40.883,00

28	E-MAIL MARKETING	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
28b	Criação de Layout	R$ 2.769,60	R$ 1.846,40	R$ 4.616,00
28d	Importação/Segmentação/Higienização de Base			R$ 2.473,00
28f	Produção HTML			R$ 2.473,00
28h	Setup Disparo de E-mail Marketing (de 20 a 50 mil e-mails)			R$ 825,00
28j	Setup Disparo de E-mail Marketing (Acima de 100 mil e-mails)			R$ 1.648,00



serviços digitais

29	MOBILE APP Desenvolvimento de aplicativo híbrido, proprietário, para as plataformas Android e iOS. Especificação Funcional, Arquitetura de Informação (UX), Wireframe, Layout e Desenvolvimento Front-End e Back-End. Funcionalidades: Login, Logout, Esqueci Minha Senha, Termos de Uso, Cadastro, Sobre o Aplicativo, Galeria de Fotos, Notícias, Push Notification, Eventos, Alteração de Dados Cadastrais, Painel de Administração para Atualização de Conteúdo e APIs de Integração entre o Back-end e o APP. Compatibilidade e testes nas últimas versões de sistema operacional dos principais dispositivos.	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
29b	Criação de Aplicativos Standard			R$ 12.199,00
29d	Planejamento de Aplicativos			R$ 7.631,00

30	NEWSLETTER	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
30b	Disparo (20 mil e-mails)			R$ 367,00
30d	Disparo (de 50 mil a 100 mil e-mails)			R$ 1.319,00
30f	Importação/Segmentação/Higienização de Base			R$ 2.473,00
30h	Produção Editorial			R$ 4.121,00

serviços digitais

31	WHATSAPP	VALOR (R$) CRIAÇÃO	VALOR (R$) FINALIZAÇÃO	VALOR (R$) TOTAL
31b	Animação de gif (baixa complexidade)			R$ 1.068,00
31d	Card (jpg/png+texto)	R$ 2.136,60	R$ 1.424,40	R$ 3.561,00

32	SERVIÇOS ESPECIAIS (custo por hora)	VALOR (R$) TOTAL
32b	Analista SEO	R$ 330,00
32d	Cobertura de Eventos	R$ 2.310,00
32f	Gerenciamento de Projetos/Atendimento	R$ 825,00
32h	Produção de Conteúdo	R$ 494,00

33	INFLUENCIADORES	VALOR (R$) TOTAL
33b	Gestão de Rede de Influenciadores (complexidade média)	R$ 14.837,00

34	SURVEY ONLINE	VALOR (R$) TOTAL
34b	Complexidade Média	R$ 1.978,00

CRITÉRIOS GERAIS

Os critérios seguem rigorosamente as Normas-Padrão da Atividade Publicitária editadas pelo CENP - Conselho Executivo das Normas-Padrão, bem como a Legislação da Industria da Propaganda, particularmente a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e os Decretos nº 57.690 de 1º de fevereiro de 1966 e nº 2.262, de 26 de junho de 1997.

Custos Internos
Os custos internos são cobrados conforme os valores estipulados nesta Tabela Referencial de Custos Internos e devem obedecer ao item 3.6 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária editadas pelo CENP.

Custos Externos
São todos os custos de serviços contratados com fornecedores/terceiros para a execução dos trabalhos dos clientes anunciantes e que são executados sob supervisão da agencia. Os honorários de Agência (taxa de 15%) incidentes sobre os custos dos serviços de fornecedores/terceiros devem seguir o estipulado nos itens 3.1.6 e 3.6.2 das Normas-Padrão da Atividade Publicitária editadas pelo CENP. Os honorários não incidem sobre custos internos, impostos, encargos sociais e reembolsos de despesas.

Reembolso de Despesas
Todos os gastos efetuados a serviço do cliente serão previamente autorizados e efetivamente comprovados, sendo debitados pelo preço de custo sem incidência de honorários ou comissões. Exemplo: viagens, diárias, transporte, alimentação, comunicação em geral, fotocópias, etc. Pelo Parecer Normativo PMSP 01/78 de 31 de dezembro de 1977, publicado no D.O.M.S.P de 10/08/78, os reembolsos de despesas ou outras despesas, farão parte integrante da receita tributável da Agência, não podendo, pois, serem deduzidos do preço do serviço. Assim sendo, tais reembolsos sofrem uma taxação da alíquota do ISS - Imposto sobre Serviços. Este tributo deve ser cobrado do cliente nestes casos.

Projetos Especiais
A cobrança de projetos, criação, redação de textos de materiais e outros serviços não previstos nesta tabela é de livre acerto entre a agência e o cliente.



OBSERVAÇÕES

Sempre que os serviços solicitados pelo cliente e executados pela agência não forem incluídos nos preços de cessão dos direitos sem justo motivo, a agência cobrará de acordo com esta tabela, a fim de preservar as suas despesas com pessoal, encargos, tributos, comissões etc.

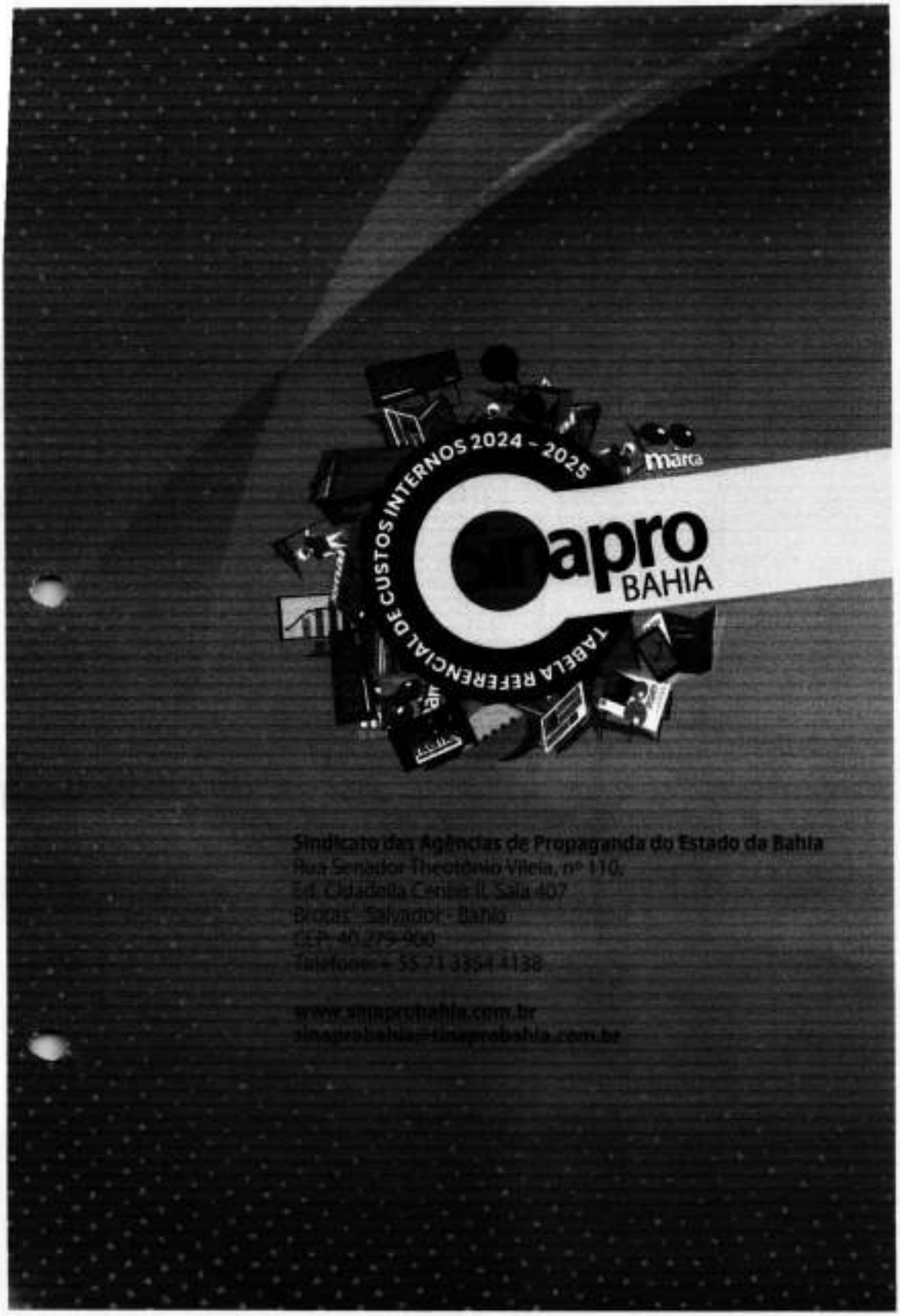
Em caso de prazo reduzido de solicitação que obrigue a agência a imprimir a mais uma peça, a agência cobrará mais até 30% sobre o custo de criação da peça.

Refinamento de arte final será cobrado o equivalente a 30% do valor total original da peça.

Os custos mínimos para campanhas de candidatos a Senador, Governador, Presidente da República ou a outros cargos eletivos serão definidos de acordo com a condição financeira de cada candidato, podendo ser aplicado um desconto de 50% em cima dos valores anteriormente apresentados.

Caso a aprovação das especificações de um arquivo final exigido direto pelo cliente, deverá ser cobrado 20% do valor de criação da peça.

Para os custos de criação de e-mails, os valores da tabela serão uma média aritmética de 3 e-mails.



Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia
Rua Senador Theotônio Vilela, nº 110,
Ed. Cidadella Center II, Sala 407
Brotas - Salvador - Bahia
CEP: 40.279-900
Telefone: + 55 71 3354 4138

www.sinaprobahia.com.br
sinaprobahia@sinaprobahia.com.br

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA **.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02**

Ao
Ilustríssimo Senhor
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Referência: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Prezado,

Em resposta ao ofício expedido pela unidade demandante, solicitando a prestação dos serviços em epígrafe, AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO e determino o encaminhamento ao Setor de Licitações para demais providências administrativas - autuação e numeração rubricada das páginas do Documento de Formalização de Demanda e documentos inclusos, com anexação de capa, para fins de formalização.

Após autuação, determino o envio do processo, nessa ordem, para os seguintes setores:

1) Setor de Contabilidade, para informar acerca da disponibilidade orçamentária e financeira;
2) Agente de Contratação, para que emita de parecer técnico;
3) Procuradoria Jurídica, para emissão de parecer jurídico;

Ultimadas tais providências, retornem os autos ao Gabinete para deliberação.

Candeias, 09 de abril de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Da: Agente de Contratação
Para: Setor de Contabilidade

Processo administrativo: 035/2025.
Concorrência Presencial n° 001/2025
Assunto: Informação sobre compatibilidade de previsão de recursos orçamentários para a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veiculos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Prezado Senhor,

Em estrita observância ao determinado pela Exma. Sra. Presidente, solicitamos do setor contábil a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, indicando as dotações para a satisfação de tal demanda.

Caso exista previsão, favor indicar a fonte do recurso correspondente a reserva no valor de R$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS).

Atenciosamente,

MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS
Agente de Contratação

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

PARECER CONTÁBIL

Do: Setor de Contabilidade
Para: Agente de Contratação
Assunto: Resposta ao Processo Administrativo nº 035/2025.

Senhor,
Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria a respeito da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, informamos acerca da existência de dotação orçamentária para custear despesas relativas a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Por essa razão, tenho a informar-lhe que:

a) Há previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;
b) A Dotação orçamentária pela qual correrá aludida despesa é

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

Por fim, retornem os autos ao Comissão de Contratação para as demais providências.

Jean Carlos Souza Ferreira
Setor de Contabilidade

ESTADO DA BAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

Despesa Orçamentária - Demonstrativo

ABRIL/2025

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhado		Liquidado		Pago		Saldo	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
0100 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**	**36.900.000,00**	**166.294,81**	**31.667.160,93**	**2.793.630,92**	**10.566.089,83**	**2.796.930,92**	**10.566.089,83**	**21.101.071,10**	**5.232.839,07**
0101 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**	**36.900.000,00**	**166.294,81**	**31.667.160,93**	**2.793.630,92**	**10.566.089,83**	**2.796.930,92**	**10.566.089,83**	**21.101.071,10**	**5.232.839,07**
1001-AMPLIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
44905100 15000000-Obras e Instalações	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2002-GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO	**9.903.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**	**9.903.000,00**	**166.294,81**	**7.267.160,93**	**575.655,19**	**2.514.386,59**	**580.755,19**	**2.514.386,59**	**4.752.774,34**	**2.636.839,07**
31900400 15000000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	328.000,00	0,00	0,00	328.000,00	0,00	300.000,00	4.554,00	217.755,75	4.554,00	217.755,75	82.244,25	28.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
31909400 15000000-Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	41.000,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
33903000 15000000-Material de Consumo	855.000,00	150.000,00	0,00	1.005.000,00	0,00	311.334,79	50.240,59	205.803,20	50.240,59	205.803,20	105.531,59	693.665,21
33903300 15000000-Passagens e Despesas Com Locomoção	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
33903400 15000000-Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
33903500 15000000-Serviços de Consultoria	1.270.000,00	0,00	0,00	1.270.000,00	0,00	660.000,00	60.000,00	209.280,00	60.000,00	209.280,00	450.720,00	610.720,00
33903600 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.586.000,00	0,00	0,00	6.586.000,00	125.815,21	5.871.100,54	453.321,00	1.793.943,04	458.421,00	1.793.943,04	4.077.157,50	714.899,46
33904000 15000000-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909100 15000000-Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
33909200 15000000-Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33909300 15000000-Indenizações e Restituições	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	458.000,00	0,00	0,00	458.000,00	40.479,60	124.725,60	7.539,60	87.604,60	7.539,60	87.604,60	37.121,00	333.274,40
2003-GESTÃO DO PLENÁRIO	**26.837.000,00**	**0,00**	**0,00**	**26.837.000,00**	**0,00**	**24.400.000,00**	**2.218.175,73**	**8.051.703,24**	**2.218.175,73**	**8.051.703,24**	**16.348.296,76**	**2.437.000,00**
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	22.051.000,00	0,00	0,00	22.051.000,00	0,00	22.000.000,00	1.963.185,15	7.108.310,81	1.963.185,15	7.108.310,81	14.891.689,19	51.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	4.747.000,00	0,00	0,00	4.747.000,00	0,00	2.400.000,00	254.990,58	943.392,43	254.990,58	943.392,43	1.456.607,57	2.347.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	39.000,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00
Total Geral:	**36.900.000,00**	**150.000,00**	**150.000,00**	**36.900.000,00**	**166.294,81**	**31.667.160,93**	**2.793.630,92**	**10.566.089,83**	**2.796.930,92**	**10.566.089,83**	**21.101.071,10**	**5.232.839,07**

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 035/2025

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL: 001/2025

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Conforme consignado no Documento de Formalização de Demanda, a contratação em vértice justifica-se em virtude das seguintes razões:

Atualmente, a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias enfrenta entraves significativos na efetivação de uma comunicação institucional abrangente e eficiente, especialmente no tocante à divulgação de suas atividades legislativas, ações institucionais, campanhas de interesse público e informações relevantes para a população. A ausência de um planejamento publicitário contínuo e estruturado compromete a transparência dos atos do Poder Legislativo e limita o acesso da sociedade às iniciativas e deliberações da Casa Legislativa. O cenário exige um esforço coordenado para ampliar o alcance das mensagens institucionais e garantir que a população receba informações claras, tempestivas e adequadas ao seu contexto.

A comunicação institucional vem sendo conduzida de forma dispersa e sem o amparo de um corpo técnico especializado, o que tem dificultado a articulação estratégica das ações informativas. Em diversas oportunidades, a Câmara investiu recursos pontuais em campanhas e divulgações isoladas, mas sem alcançar os resultados esperados em termos de abrangência e efetividade. Essa fragilidade estrutural repercute negativamente na participação social, na compreensão do papel do Poder Legislativo e no fortalecimento da relação entre os vereadores e a sociedade.

A carência de uma política de comunicação institucional articulada, com diretrizes claras, metas e métricas de avaliação, tem impossibilitado o pleno exercício da função pedagógica da publicidade legislativa. Em tempos de intensa circulação de informações, especialmente nos meios digitais, torna-se ainda mais necessária a adoção de práticas comunicacionais modernas, éticas e efetivas, que assegurem à população o pleno conhecimento das ações da Câmara, fomentem o engajamento cívico e reforcem os valores republicanos que regem a atuação do Poder Legislativo.

A publicidade institucional, quando planejada e executada de modo estratégico, cumpre papel essencial na construção da cidadania, ao permitir que o cidadão conheça seus direitos, compreenda o funcionamento do Parlamento Municipal e se envolva nos processos legislativos e nas discussões públicas promovidas pela Câmara. No entanto, a inexistência de um modelo estruturado de comunicação, baseado em critérios técnicos e alinhado às exigências

81

legais, tem impedido que esse potencial se realize de maneira plena em Candeias.

Diante desse contexto, revela-se evidente a necessidade de reestruturação da comunicação institucional da Câmara Municipal, com vistas a superar os desafios hoje enfrentados, a partir de práticas que valorizem a transparência, o fortalecimento da democracia participativa e o direito da população à informação clara e acessível. Essa necessidade é especialmente sensível no acompanhamento das sessões legislativas, dos projetos de lei, das fiscalizações e das ações de interesse coletivo desenvolvidas pelos parlamentares, que exigem canais efetivos de divulgação, orientação e interação.

Assim, tendo em conta tal necessidade, indispensável se faz a formalização de novo contrato, com vistas a satisfazer os anseios da Administração, bem como de todos os cidadãos.

DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO: Em relação ao documento de formalização de demanda e a autorização da autoridade competente para abertura de processo de contratação, verifica-se as devidas formalizações encartadas nos autos do processo em epígrafe.

DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS: Foi apresentado pela unidade demandante pesquisa de preços, confeccionada com arrimo em três cotações colhidas com potencias fornecedores, em estrita atenção, assim, ao preceito insculpido no art. 23, inc. IV, da Lei nº 14.133/21.

PARECER TÉCNICO DO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Face ao atendimento de todos os pré-requisitos legais exigidos pela Lei nº 14.133/21, entendemos que há no presente o atendimento dos requisitos formais para a continuidade do processo e, consequentemente, a futura contratação. Sendo assim, entendemos que não há impedimento de ordem legal para o acolhimento da demanda postulada.

Candeias, Bahia, 09 de abril de 2025

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Candeias - BA, 10 de abril de 2025.

Do(a): Agente de Contratação
Para: Procuradoria Juridica e/ou Assessoria Juridica.

Processo Administrativo: 035/2025.
Assunto: Solicitação de opinativo para exame de conformidade acerca da contratação veiculada no caderno administrativo.

Em conformidade com Lei Federal 14.133/2021, precisamente em seu artigo 53, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de pregão eletrônico, e que seja elaborado parecer jurídico para que o mesmo transcorra dentro dos trâmites legais e lisura administrativa.

Caso entenda possivel a continuidade do processo, favor encaminhar parecer juridico favorável para que a autoridade superior autorize o inicio da fase externa procedendo a devida publicidade, nos termos do artigo 54, da Lei Federal 14.133/2021.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

83

MINUTA DO EDITAL

PROCESSO Nº 035/2025

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

TIPO: Técnica e preço.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ ..... (.....).

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

PROCESSO Nº 035/2025

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº ...../2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, por intermédio da Diretoria Administrativa, neste ato representado pela Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 002/2025, torna público aos interessados que realizará **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, para contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda.

Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021.

HORA, DATA E LOCAL

Os invólucros contendo as Propostas Técnicas e de Preço deverão ser entregues pessoalmente, na sede da Câmara Municipal de Candeias, localizada na Avenida dos Três Poderes, s/n – Bairro: Ouro Negro – Candeias - Bahia, na sessão pública **marcada para as ....:... horas do dia .. de ..... de 2025. Os documentos de Habilitação serão entregues pela agências classificadas, em dia e hora designada pela Comissão Contratação.**

GLOSSÁRIO

Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste Edital, ou em quaisquer de seus anexos, terão os seguintes significados:

COMISSÃO: Comissão de Contratação.

CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

LICITANTE/PROPONENTE: Empresa que apresenta proposta para este certame.

CONTRATADAS: Empresas vencedoras desta licitação em favor da qual for adjudicado o seu objeto.

85

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.1.1. Também integram o objeto desta Concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

1.1.1.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas.

1.1.1.2. À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados.

1.1.1.3. À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.2. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos no subitem 1.1.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, o público- alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

1.1.3. Os serviços previstos no subitem 1.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações-públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.1.3.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem anterior o patrocínio de mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como

86

veículo de comunicação e o patrocínio de transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, comercializados por veículo de comunicação.

1.2. Para a prestação dos serviços será contratada 01 (uma) agência de publicidade e propaganda, doravante denominada agência ou contratada.

1.3. A agência de propaganda contratada atuará consoante convocação da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

1.4. Os serviços objeto da presente Concorrência serão contratados com agência de publicidade e propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº. 4.680/1965 e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº. 12.232/2010.

1.5. As Agências não poderão subcontratar outra Agência de Propaganda para a execução dos serviços previstos no Item 1 – DO OBJETO, deste Edital.

1.6. A agência contratada atuará por conta e ordem da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.680/65, na contratação de fornecedores de serviços especializados e de veículos e demais meios de divulgação.

2. DO VALOR ESTIMADO E DA FONTE DE RECURSOS

2.1. O objeto desta Concorrência, no valor global estimado de **R$ ..... (.....)**, serão pagos com recursos provenientes do Orçamento das Ações do deste Poder Legislativo, com as seguintes Classificações Funcionais:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar desta Concorrência todo e sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no ramo do objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do presente Instrumento convocatório, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados, partes integrantes deste Edital.

3.2. Não será permitida a participação de empresas através de consórcio, cooperativa ou similares ou que sejam estrangeiras e não funcionem no país.

57

3.3. Não poderão participar da presente licitação, empresas que:

3.3.1 Sejam consideradas inidôneas ou suspensas para participar de licitação em qualquer órgão/entidade governamental, ou que estejam em processo de Recuperação Judicial, ou em Processo de Falência, sob Concurso de Credores, em Dissolução ou em Liquidação.

3.4. É vedada a participação de empresas cujos representantes legais ou sócios sejam servidores públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública da Câmara Municipal de Candeias, inclusive Fundações Instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, como concorrente, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios. Esta proibição é extensiva ao cônjuge e demais parentes até terceiro grau dos integrantes da Comissão de Licitação e de quaisquer outros servidores responsáveis diretamente pelos trabalhos e supervisão dos serviços.

3.5. A participação na presente Licitação implica para a licitante:

a) a confirmação de que recebeu da Comissão Especial de Contratação os documentos e informações necessárias ao cumprimento desta licitação;

b) a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos;

c) a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

d) a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.6. A licitante assume todos os custos de preparação e apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas exigidos nesta Concorrência, ressalvado que a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.7. Não serão recebidos nem aceitos invólucros entregues via Correio/SEDEX /FAX ou Correio Eletrônico.

3.8. As Propostas Técnicas e de Preço, bem como os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados por preposto da licitante com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida ou assinada digitalmente, de forma certificadam na forma da Lei competente. A não apresentação do referido instrumento não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

88

3.9. Nenhuma licitante poderá participar deste certame com mais de uma proposta.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇO

4.1. As Propostas Técnicas e de Preço deverão ser apresentadas à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO em 04 (quatro) invólucros distintos e fechados, os quais deverão estar identificados com as seguintes informações e conteúdo:

4.1.1. INVÓLUCRO "01" - PROPOSTA TÉCNICA (APÓCRIFA)

4.1.1.1. No invólucro "01" deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via **Não** Identificada, consistindo em: Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia, em consonância com o indicado no subitem 5.3 deste edital.

4.1.1.2. Só será aceito Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado em invólucro padronizado fornecido obrigatoriamente pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, por meio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, a pedido formal da licitante.

4.1.1.3. O invólucro padronizado deverá ser retirado pela licitante, até o 3º dia útil anterior à data prevista para a sessão de abertura da licitação, no seguinte endereço: Av. dos Três Poderes s/n, Bairro: Ouro Negro – Candeias – Bahia.

4.1.1.4. O invólucro "01" deverá ser entregue aberto, de acordo com as características padrões do invólucro, sem lacre e sem rubrica.

4.1.1.5. Para preservar o sigilo, até a abertura do invólucro "02", quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o invólucro "01" não poderá:

a) ter nenhuma identificação;

b) apresentar marca, sinal, etiqueta, cabeçalho, rodapé, ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante;

c) estar danificado ou deformado pelas peças, material e/ou demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da licitante.

4.1.1.6. À exceção da Ideia Criativa, todas as demais partes do Plano de Comunicação Publicitária, tais como o Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Estratégia de Mídia e Não Mídia deverão ser elaboradas nos seguintes padrões:

a) Em papel A4, branco, com 75 gr/m² a 90 gr/m², orientação retrato;

b) Espaçamento de 02 (dois) centímetros na margem esquerda e direita, a partir da borda;

c) Sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes;

d) Com textos justificados;

e) Com espaçamento "simples" entre as linhas;

f) Com texto e numeração de páginas em fonte "Arial", cor "Automático" tamanho 12 (doze) pontos;

g) Com numeração em todas as páginas, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna em algarismos arábicos, no canto inferior direito da página;

h) Em caderno único, utilizando espiral plástico na cor preta, colocado à esquerda;

i) Capa e contracapa em papel A4 branco, com 75 gr/m² a 90 gr/m², ambas em branco;

j) Sem qualquer identificação da licitante.

4.1.1.7. Fica vedada a utilização de nomes nos personagens das peças corporificadas, do Plano de Comunicação Publicitária, em especial para evitar a identificação dos sócios ou empregados das agências participantes do certame, sob pena de desclassificação.

4.1.1.8. Na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do Plano de Mídia e Não Mídia, poderão ser utilizadas as fontes tipográficas e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos e poderão ser editados em cores.

4.1.1.9. As peças que integram a Ideia Criativa devem ter formatos compatíveis com suas características, devendo adequar-se ao tamanho do invólucro "01".

4.1.1.10. Os subquesitos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráficos e/ou tabelas, observadas as seguintes regras:

a) Os gráficos e/ou tabelas poderão ser editados em cores;

b) Os dados e informações dos quadros e/ou tabelas devem ser editados na fonte "Arial", estilo "Normal", cor "Automático", tamanho "10 (dez) pontos";

c) As páginas referentes aos gráficos e/ou tabelas poderão ser impressos na orientação paisagem e apresentadas em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite previsto no subitem 4.1.1.12, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4;

4.1.1.12 Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Publicitária e da relação e descrição das peças publicitárias estão limitados no conjunto a 10 páginas, ressalvado que não serão computadas nesse limite as páginas usadas apenas para separar os textos desses subquesitos.

4.1.1.13. Os textos do Estratégia de Mídia e Não Mídia não têm limitação quanto ao número de páginas.

4.1.2. INVÓLUCRO "02" - PROPOSTA TÉCNICA (IDENTIFICADA)

4.1.2.1. No Invólucro "02" deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, consistindo em: Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia, em consonância com o indicado no subitem 5.3, deste Edital.

4.1.2.2. O conteúdo indicado no subitem 5.3, deste Edital, exceto as peças que compõem a Ideia Criativa, deverá ser acondicionado em invólucro providenciado pela licitante, o qual poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo estar fechado, rubricado no fecho e ser identificado conforme abaixo:

INVÓLUCRO "02" PROPOSTA TÉCNICA – VIA IDENTIFICADA **PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA** **NOME DA LICITANTE/CNPJ CONCORRÊNCIA Nº _____–** **CÂMARA MUNICIPAL DE _____**

4.1.2.3. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, sem os exemplos de peças e ou material da Ideia Criativa, deverá constituir-se em cópia da via não identificada, com as seguintes especificidades:

a) ter a identificação da licitante;

b) ser datado;

c) estar assinado na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.1.3. INVÓLUCRO "03" - PROPOSTA TÉCNICA

4.1.3.1. No invólucro "03" deverão estar acondicionados a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de que tratam os subitens 5.4, 5.5 e 5.6 deste Edital.

4.1.3.2. O conteúdo indicado no subitem 4.1.3, deste Edital, deverá ser acondicionado em invólucro providenciado pela licitante, o qual poderá ser constituído de embalagem

91

adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo estar fechado, rubricado no fecho e ser identificado conforme abaixo:

4.1.3.3. O conteúdo do invólucro "03" deverá ser acondicionado em um único volume com dimensões conforme necessário, em virtude de sua própria característica.

INVÓLUCRO "03" PROPOSTA TÉCNICA **CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO** **NOME DA LICITANTE/CNPJ** **CONCORRÊNCIA Nº _____– CÂMARA MUNICIPAL DE _____**

4.1.3.4. O invólucro "03" não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do invólucro "02".

4.1.3.5. O conteúdo do invólucro nº 03 deverá ser apresentado em um único caderno, numerado sequencialmente, a partir da primeira página interna, rubricado em todas as páginas e assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.1.4. INVÓLUCRO "04" - PROPOSTA DE PREÇO

4.1.4.1. Os documentos indicados nos subitens 8.1 e 8.2, deste Edital, deverão ser acondicionados em invólucro providenciado pela licitante, o qual poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo estar fechado, rubricado no fecho e ser identificado conforme abaixo:

INVÓLUCRO "04" PROPOSTA DE PREÇOS **NOME DA LICITANTE/CNPJ** **CONCORRÊNCIA Nº _____** **CÂMARA MUNICIPAL DE _____**

4.2. As propostas e os documentos deverão ser redigidos em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

4.3. No ato da entrega dos invólucros com as Propostas Técnicas e de Preço, o representante da licitante apresentará à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, documento que o credencia a participar do presente certame, com seu documento de identidade com fé pública.

4.4. Quando a representação for exercida na forma de seus atos constitutivos, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente.

4.5. Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, constando, no mínimo, os poderes descritos no modelo que constitui o Anexo II, deste Edital.

4.6. A licitante que não estiver devidamente representada nos termos descritos nos subitens acima não terá prejudicada a sua participação no certame, mas a pessoa que estiver no certame à sua ordem não terá voz ativa.

5. DA PROPOSTA TÉCNICA (INVÓLUCROS 01, 02 E 03)

5.1. A licitante deverá apresentar proposta técnica estruturada de acordo com os seguintes quesitos:

a) **Plano de Comunicação Publicitária (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não-Mídia);**

b) **Capacidade de Atendimento;**

c) **Repertório;**

d) **Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.**

5.2. O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser entregue completo e sem identificação da licitante no invólucro "01". O invólucro "02" deverá conter cópia identificada do Plano de Comunicação Publicitária encadernada, sem as peças referentes à ideia criativa. Os demais componentes da proposta técnica (Capacidade de Atendimento,

Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) deverão ser entregues no invólucro "03".

5.3. A licitante deverá apresentar Plano de Comunicação Publicitária elaborado com base no Briefing, constante no Anexo I, deste Edital, devendo o mesmo compreender os seguintes subquesitos:

5.3.1. Raciocínio Básico, que será consubstanciado em texto no qual a licitante apresentará:

a) diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS para enfrentar o desafio de comunicação;

b) sua compreensão sobre o objeto da licitação e, principalmente, sobre o desafio de comunicação a ser enfrentado e sobre os objetivos, geral e específicos, de comunicação expressos no Briefing (Anexo I).

5.3.2. Estratégia de Comunicação Publicitária, texto em que a licitante:

a) apresentará e defenderá o partido temático e o conceito que, de acordo com o seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução do problema específico de comunicação da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS;

b) explicitará e defenderá os principais pontos da estratégia de comunicação publicitária sugerida para a solução do problema específico de comunicação, especialmente o que dizer, a quem dizer, como dizer e que instrumentos, ferramentas e meios de divulgação utilizar.

5.3.3. Ideia Criativa: a licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de peças que corporifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação, observadas as seguintes disposições:

a) apresentar relação de peças e/ou material que julgar necessários para a execução da sua proposta de estratégia de comunicação publicitária, como previsto no subitem, 5.3.3 deste Edital, com comentários sobre cada peça e/ou material.

b) da relação prevista na alínea anterior, escolher e apresentar como exemplos as peças e ou material que julgar mais indicados para corporificar objetivamente sua proposta de solução do desafio de comunicação, conforme explicitado na estratégia de comunicação publicitária.

5.3.3.1. Os comentários mencionados na alínea 'a' do subitem 5.3.3, deste Edital, estão circunscritos à especificação de cada peça e ou material e à explicitação das funções táticas que se pode esperar de cada peça e ou material.

5.3.3.2. Se a campanha proposta pela licitante prever número de peças e/ou material superior ao que pode ser apresentado 'fisicamente', conforme estabelecido na alínea 'a' do subitem 5.3.3.3, a relação prevista na alínea 'a' do subitem 5.3.3 deverá ser elaborada em dois blocos: um para as peças e/ou material apresentados como exemplos (peças corporificadas) e outro para o restante (peças não corporificadas).

5.3.3.3. Os exemplos de peças:

a) estão limitados a 10 (dez), independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça;

b) podem ser apresentados sob a forma de roteiro, layout e storyboard impressos, para qualquer peça, e de "monstro", storyboard impresso, storyboard animado ou animatic para tv, cinema, internet, rádio e demais meios.

c) 'boneca' ou layout montado dos materiais de não mídia.

5.3.3.4. As peças gráficas poderão ser impressas em tamanho real ou reduzido, desde que não haja prejuízo em sua leitura, sem limitação de cores, com ou sem suporte ou *passe-partout*. Peças que não se ajustem às dimensões do Invólucro nº 1 poderão ser dobradas.

5.3.3.5. Na elaboração de 'monstro' ou *layout* eletrônico para os meios sonoros, poderão ser inseridos todos os elementos de referência, tais como trilha sonora, ruídos de ambientação, voz de personagens e locução.

5.3.3.6. Na elaboração do *storyboard* animado ou *animatic*, poderão ser inseridas fotos e imagens estáticas, além de trilha sonora, voz de personagens e locução.

5.3.3.7. O 'monstro' ou layout eletrônico e o *storyboard* animado ou animatic deverão ser apresentados em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, executáveis em sistema operacional *Windows*.

5.3.3.8. Nessas mídias de apresentação (CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO) não poderão constar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante, ou de qualquer anunciante, somente a marca do seu fabricante.

5.3.3.9. Caso a Licitante opte por apresentar as peças na forma de "monstro", layout eletrônico, *storyboard* animado ou animatic o CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, pode ser apresentado solto ou fixado nas "pranchas".

5.3.3.10. Fica a critério da Licitante apresentar todas as peças eletrônicas em uma única mídia ou cada peça em uma única mídia.

5.3.3.11. Caberá à licitante providenciar a mídia que julgar adequada.

5.3.3.12. Os exemplos não serão avaliados sob os critérios utilizados para peças finalizadas, mas apenas como referências das propostas a serem produzidas, independente da forma escolhida pela licitante para a apresentação.

5.3.3.13. Para facilitar seu cotejo, cada exemplo deverá trazer indicação do tipo de peça (exemplos: cartaz, filme TV, spot rádio, anúncio revista, banner internet), de acordo com as seguintes orientações:

a) texto em fonte Arial, cor preta, tamanho de 12 pontos;

5.4.4.14. Nos casos de "monstro" ou layout eletrônico e de storyboard animado ou animatic, que deverão ser apresentados em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, a indicação do tipo de peça deve ocorrer nos nomes dos arquivos salvos, caso a Licitante opte por apresentar o CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, solto. Caso opte por apresentar fixado na prancha, além da indicação do tipo de peça nos nomes dos arquivos salvos deve também constar a indicação do tipo de peça na prancha.

b) uma vez que essas mídias devem ser apresentadas na condição original, somente com a marca do fabricante, conforme descrito anteriormente.

5.3.3.14. Para fins de cômputo das peças que poderão ser apresentadas fisicamente como exemplos, até o limite de 10 (dez), devem ser observadas as seguintes regras:

a) as reduções e variações de formato serão consideradas como novas peças;

b) cada peça apresentada como parte de um kit será computada no referido limite;

c) uma peça sequencial, para qualquer meio (a exemplo de anúncio para revista e jornal, banner de internet e painéis sequenciais de mídia exterior, tais como *outdoor*, envelopamento de veículo, adesivagem de finger, entre outros), será considerada 01 (uma) peça, se o conjunto transmitir mensagem única;

d) um *hotsite* e todas as suas páginas serão considerados 01 (uma) peça;

e) um filme e o *hotsite* que o hospeda serão considerados 02 (duas) peças;

f) um *banner* e o *hotsite* por ele direcionado serão considerados 02 (duas) peças.

g) Descrição de Áudio junto à apresentação de peça produzida, será considerado 01 (uma) peça.

5.3.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia constituída de:

a) texto em que, de acordo com as informações do Briefing, demonstrará capacidade para atingir os públicos prioritários da campanha (permitida a inclusão de tabelas e gráficos) e indicará o uso dos recursos de comunicação próprios da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS;

b) simulação de plano de distribuição das peças de que trata o item 5.3.3, deste Edital, acompanhada de tabelas, planilhas e texto com a explicitação das premissas adotadas e suas justificativas.

b.1) As páginas em que estiverem inseridos os gráficos, tabelas e planilhas da simulação do plano de distribuição das peças poderão ser apresentadas em papel A3 branco dobrado.

5.3.4.1. Da simulação deverá constar um resumo geral com informações sobre, pelo menos, o período de veiculação; os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em mídia, os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça, separadamente de mídia e não mídia.

5.3.4.1.1. Os valores ou custos indicados pelas licitantes que não correspondam aos efetivamente cobrados pelos veículos de comunicação, serão contabilizados como falha na elaboração da Estratégia de Mídia e Não Mídia, cabendo à Subcomissão Técnica diminuir a respectiva nota, nos termos do item a.4, "a", 6.3.1., deste Edital.

5.3.4.2. Todas as peças e/ou materiais que integrem a relação comentada prevista no subitem 5.3.3.2 deverão constar dessa simulação.

5.3.4.3. Em se tratando de não mídia, no resumo geral também deverão ser explicitadas as quantidades a serem produzidas de cada peça.

5.3.4.4. Na simulação de que trata a alínea "b" do subitem 5.3.4:

a) os preços das inserções em veículos de divulgação deverão ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do último Aviso de Licitação;

b) não devem ser incluídos na estratégia de mídia dessa simulação veículos de divulgação que não atuem com tabela de preços. Pode-se utilizar empresas de trading desk que possuam tabela, para simulação em plataformas que não trabalhem com tabela de preços;

c) deverá ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do Artigo 11, da Lei nº 4.680/1965;

97

d) deverão ser desconsiderados os custos internos e os honorários sobre os bens e serviços especializados prestados por fornecedores.

5.3.4.5. Para fins desta concorrência, consideram-se como Não Mídia os meios que não implicam a compra de espaço e ou tempo em veículos de divulgação para a transmissão de mensagem publicitária.

5.4. Capacidade de atendimento, textos nos quais a licitante apresentará:

a) relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante, com a especificação do período de atendimento de cada um deles;

b) a quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que serão colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de atuação; estudo e planejamento, criação, produção de rádio, TV e internet, produção gráfica, mídia e atendimento;

c) as instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução do contrato;

d) a sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pela licitante, na execução do contrato, incluídos os prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;

e) a discriminação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sem ônus adicional, durante a execução do contrato.

5.5. Repertório, consubstanciado em apresentação, sob forma de peças e respectivas fichas técnicas, de um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados/expostos pela licitante.

5.5.1. Poderão ser apresentadas até **10 (dez) peças**, independente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça.

5.5.2. Para cada peça, deve ser apresentada uma ficha técnica com a indicação sucinta do problema que cada peça se propôs a resolver e a identificação da licitante, título, data de produção, período de veiculação/exposição e menção de pelo menos 01 (um) veículo/espaço que a divulgou/expôs.

5.5.3. O material em vídeo, os spots e/ou jingle, as peças de internet deverão ser fornecidos em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO; as peças gráficas impressas em proporções que preservem suas dimensões originais e sua leitura.

5.5.4. Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem acima poderá ser editada em papel A3 dobrado.

5.5.5. As peças não podem se referir a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

5.6. Os Relatos de Solução de Problemas de Comunicação deverão ser apresentados, até 02 (dois) cases, relatando, em no máximo, 02 (duas) páginas cada, soluções de problemas de comunicação

5.6.1. Os relatos deverão ser elaborados pela Agência em papel timbrado ou com sua identificação e terão de ser formalmente referendados pelos respectivos anunciantes e não podem se referir a ações de comunicação solicitadas e/ou aprovadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

5.6.2 A validação deverá ser feita no próprio Relato, e deverá constar, além do ateste dos relatos o nome empresarial do cliente, o nome do signatário, seu cargo/função e sua assinatura.

5.6.2. Para cada Relato, é permitida a inclusão de até 05 (cinco) peças e/ou material, independente do meio de divulgação, tipo ou característica da peça, caso em que, se incluídos:

a) O material em vídeo, os spots e/ou jingle, as peças de internet deverão ser fornecidos em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO; as peças gráficas impressas em proporções que preservem suas dimensões originais e sua leitura.

b) Qualquer página com os documentos e informações na alínea acima poderá ser editada em papel A3 dobrado

5.6.3. Os Relatos não podem se referir a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

5.7. Os textos pertinentes ao Plano de Comunicação Publicitária estão limitados a 10 (dez) páginas, ressalvada a relação das peças de que trata o subitem 5.3.3 "a" e os textos, tabelas, gráficos e planilhas referentes às alíneas "a" e "b" do subitem 5.3.4 não serão computados nesse limite de páginas.

5.8. A critério da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, as campanhas publicitárias das Propostas vencedoras poderão ou não vir a serem produzidas e veiculadas, com ou sem modificações, quando da vigência do contrato.

6. JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1. As propostas técnicas serão analisadas por subcomissão técnica, prevista no item 7, deste Edital, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e em seus anexos.

6.2. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta Técnica, em cada quesito ou subquesito:

6.2.1. Plano de Comunicação Publicitária

6.2.1.1. Raciocínio Básico

a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades da contratante e do contexto de sua atuação;

b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados, relativos às necessidades de comunicação publicitária identificadas;

c) a assertividade demonstrada na análise do desafio de comunicação a ser superado pela contratante e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing.

6.2.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária

a) a adequação do partido temático e do conceito à natureza e às atividades da contratante, bem como ao desafio e aos objetivos de comunicação;

b) a consistência da argumentação em defesa do partido temático e do conceito;

c) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta;

d) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre a contratante, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;

e) o alinhamento da campanha com a diversidade de mídias disponíveis no mercado.

6.2.1.3. Ideia Criativa

a) o alinhamento da campanha com a Estratégia de Comunicação Publicitária;

b) a pertinência da solução criativa com a natureza da contratante, com o desafio e com os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;

c) a adequação das peças publicitárias ao perfil dos segmentos de público-alvo, levando em conta a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem;

d) a compatibilidade das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam;

e) a originalidade da solução criativa, considerando proposta visual, organização das informações no layout e multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta.

f) a exequibilidade das peças e de todos os elementos propostos, com base na verba referencial para investimento;

6.2.1.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia

a) a adequação da Estratégia de Mídia e Não Mídia com as características da ação publicitária, com a verba referencial para investimento e com o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;

b) a consistência técnica demonstrada na proposição e defesa da estratégia, da tática e do plano de mídia;

c) a consistência do conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos-alvo da campanha publicitária;

d) a adequação da proposta no uso dos recursos próprios de comunicação da contratante e seu alinhamento com a Estratégia de Mídia e Não Mídia;

e) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação dos parâmetros de cobertura e frequência.

6.2.2. Capacidade de Atendimento

a) o porte e a tradição dos clientes, como anunciantes publicitários, e o período de atendimento a cada um;

b) a experiência dos profissionais da licitante e a adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais às necessidades de comunicação publicitária da contratante;

c) a adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato;

d) a operacionalidade do relacionamento entre a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS e a licitante, esquematizado na proposta;

f) a relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará

regularmente à disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

6.2.3. Repertório:

a) a ideia criativa, sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver e sua adequação à natureza do cliente, ao público-alvo e ao desafio de comunicação;

b) a qualidade da produção, da execução e do acabamento da peça e/ou material;

c) a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem às características dos meios e públicos-alvo.

6.2.4. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação

a) a evidência de planejamento estratégico por parte da licitante na proposição da solução publicitária;

b) a demonstração de que a solução publicitária contribuiu para o alcance dos objetivos de comunicação do cliente;

c) a relevância dos resultados apresentados;

d) a concatenação lógica da exposição.

6.3 A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de 100 (cem) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir.

6.3.1 Aos quesitos ou subquesitos serão atribuídos, no máximo, os seguintes pontos:

a) Plano de Comunicação Publicitária – 70 (setenta) pontos

a.1) Raciocínio Básico – 10 (dez) pontos

a.2) Estratégia de Comunicação Publicitária – 25 (vinte e cinco) pontos

a.3) Ideia Criativa – 20 (vinte) pontos

a.4) Estratégia de Mídia e Não Mídia – 15 (quinze) pontos

b) Capacidade de Atendimento – 10 (dez) pontos

c) Repertório – 10 (dez) pontos

d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação – 10 (dez) pontos

6.3.2. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas dos membros da Subcomissão Técnica.

6.3.3. A nota de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

6.4 Será desclassificada a Proposta que:

a) não atender às exigências do presente Edital e de seus anexos;

b) apresentar qualquer informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, antes da abertura do Invólucro nº 2;

c) não alcançar, no total, a **nota mínima de 70 (setenta) pontos;**

d) obtiver nota zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos a que se referem os itens 6.2.1.1 a 6.2.1.4 e 6.2.2 a 6.2.4, deste Edital.

6.5. Serão consideradas melhor classificadas na fase do julgamento técnico as licitantes que obtiverem as quatro maiores pontuações na soma das notas dos quesitos.

6.6. Se houver empate que impossibilite a identificação automática das quatro melhores classificadas nesta fase, serão assim consideradas as licitantes que obtiverem as maiores pontuações, sucessivamente, nos quesitos correspondentes aos itens 6.2.1 a 6.2.4, deste Edital.

6.7. Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, cuja data será divulgada na forma do item 13, deste Edital, e para o qual serão convidadas todas as licitantes.

7. DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

7.1. As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, composta por 03 (três) membros que tenham formação superior em, no mínimo, Comunicação, Publicidade ou Marketing ou, ainda, que atuem profissionalmente em uma das duas áreas, nos termos da Lei Federal n. 12.232, de 29 de abril de 2010.

7.1.1. 01 (um) dos membros da Subcomissão não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

7.2. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes registrados por meio de Edital de Chamamento Público, em uma relação que terá, no mínimo, 09 (nove) integrantes, previamente cadastrados pea CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

7.2.1 A relação dos nomes referidos no subitem 7.2 deste Edital será publicada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no Diário Oficial do Estado, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

7.2.2 O sorteio será processado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, com vistas a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos dos subitens 7.1.1 e 7.2., deste Edital.

7.2.3 A relação prevista no subitem 7.2, deste Edital, conterá, separadamente, os nomes dos que mantenham e os dos que não mantenham vínculo com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

7.2.4. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem 7.2, mediante a apresentação à COMISSÃO DE LICITAÇÃO de justificativa para a exclusão, juridicamente fundamentada.

7.2.5. De igual forma, o membro da referida Subcomissão deverá declarar-se suspeito ou impedido, imediatamente, sempre que constatar que participa do certame agência de publicidade e/ou projeto nos quais tenha trabalhado ou participado, em respeito aos princípios da impessoalidade e da transparência no julgamento das propostas, sob pena de responsabilidade, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.5.1. A ausência de manifestação do membro teoricamente suspeito não impede que qualquer outro participante da Subcomissão, tendo conhecimento dos fatos, possa alegálos, a qualquer tempo.

7.2.6. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste item 7, deste Edital.

7.2.6.1. Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido no subitem 7.2, deste Edital.

7.2.6.2. Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

7.2.7 A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 7.2.1 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (INVÓLUCRO 04)

8.1. A proposta de preços da licitante deverá ser:

a) apresentada em caderno único, em papel que identifique a licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto à expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras;

b) elaborada em 02 (dois) documentos distintos, descritos nos subitens 8.2 e 8.3;

c) datadas e assinadas nos documentos referidos nos subitens 8.2 e 8.3, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

8.2. A licitante deverá apresentar Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, a ser elaborada com as informações constantes do Anexo III, deste Edital.

8.3. O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de 60 (sessenta) dias, corridos, contados de sua apresentação.

8.4. A licitante deverá elaborar Declaração na qual:

a) Comprometer-se-á a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo aa CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS as vantagens obtidas;

b) informará estar ciente e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais estabelecidas na Cláusula Décima da Minuta do Contrato, constante no Anexo IV, deste Edital.

8.5. A licitante que não concordar em praticar o preço proposto pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS será desclassificada.

8.5.1. Tratará da questão dos direitos autorais, estabelecendo:

8.5.1.1. A cessão, total e definitiva, dos direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato que vier a ser firmado, sem qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do contrato.

8.5.1.2. O compromisso de em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, solicitar de cada terceiro que vier a ser contratado dois orçamentos para execução do

serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS escolha uma das alternativas;

8.5.1.3. Que nos casos de cessão de direitos por tempo limitado condicionará a contratação de serviços com terceiros pelo período indicado pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS e que utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão;

8.5.1.4. O compromisso de, quando a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:

8.5.1.4.1. Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, arranjo e execução de trilha sonora, as matrizes, os fotolitos e demais trabalhos assemelhados;

8.5.1.4.2. Estabeleçam que o da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

8.5.1.5. Que considerará como já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros em decorrência da cessão de direitos, por tempo limitado ou total e definitiva.

8.5.1.6. O compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s) incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos;

8.5.1.7. O compromisso de fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

8.5.1.7.1. Serão entregues para a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS duas cópias, uma em HD Externo e outra em DVD, de todo o material produzido;

8.5.1.7.2. A cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material aa CÂMARA

MUNICIPAL DE CANDEIAS que poderá, a seu juízo, utilizar referidos produtos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato a ser firmado e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que caiba aa CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

8.5.1.7.3. A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá reproduzir, de forma parcial ou integral, editar, adaptar o arranjo musical e quaisquer outras transformações, a tradução para qualquer idioma, a inclusão em fonograma ou produção audiovisual, veiculação, quando intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra.

8.5.1.7.4. A remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

8.5.1.8. O compromisso de sempre negociar as melhores condições de preço para os direitos de imagem e som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

8.5.2. Garantir a transferência da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS de toda e qualquer vantagem obtida nas negociações de preços e/ou condições de pagamento junto a veículos e a fornecedores.

8.6. Os preços propostos aceitos serão de exclusiva responsabilidade da licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTA DE PREÇOS

9.4 As Propostas de Preços das licitantes classificadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

9.5 Será desclassificada a Proposta de Preços que:

9.2.1 Não atender às exigências deste Edital e de seus anexos, que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver qualquer item condicionante para a entrega dos serviços.

9.2.2 Apresentar proposta em desacordo com os seguintes parâmetros:

107

a) Ofertar desconto inferior a 15% (quinze por cento) em relação aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria licitante.

b) Ofertar honorários superiores a 15% (quinze por cento) referente à produção de peças e materiais, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros.

c) Ofertar honorários superiores a 10% (dez por cento) incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referente ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato.

d) Ofertar honorários superiores a 15% (quinze por cento), incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.

9.3 A Comissão de Contratação atribuirá notas para cada um dos quesitos a serem valorados, conforme a seguinte tabela

Desconto/Honorários	**Notas (N)**
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda da Bahia	N = (% Desconto)
Percentual de honorários referentes à produção de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto padrão de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros	N = 5 x (15 – Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por	N = 5 x (10 – Honorários)

fornecedores, referente ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato	
Percentual de honorários incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.	N = (15 – Honorários) / 4
Observação: para efeito de cálculo das notas de cada licitante, os termos desconto e honorários serão substituídos nas fórmulas da coluna Notas pelas respectivas percentagens que constarem de sua Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo "%".	

9.4. A nota de cada Proposta de Preços será obtida mediante a soma das notas dos quesitos constantes da tabela referida no item anterior.

9.5 As notas serão calculadas com, no máximo, duas casas decimais.

9.6 Serão desclassificadas as licitantes que não atenderem às exigências do ato convocatório.

10 DO JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS

10.1 Para o julgamento final das propostas serão adotados os procedimentos estabelecidos neste capítulo.

10.2 A pontuação técnica é o somatório das notas atribuídas a cada quesito técnico e a pontuação de preço é o resultado do somatório das notas atribuídas a cada quesito da

109

planilha de preços contida no item

10.3 O Índice Técnico (IT) será aferido através do somatório das notas obtidas nas propostas técnicas, com máximo de 100 (cem) pontos.

10.4 A proposta que obtiver, no Índice Técnico, total de pontos menor que 70, será desclassificada.

10.5 O Índice de Preço (IP) será aferido através do somatório das notas obtidas nas propostas de preços.

10.6 O cálculo do índice de preço obedecerá à seguinte fórmula:

10.7 Índice de Preço (IP) = total de pontos obtidos na proposta em análise, dividido pela maior pontuação obtida dentre as demais propostas e multiplicado por 100:

$$IP = \frac{PA \times 100}{MP}$$

Onde:

IP = Índice de Preço

MP = Maior Pontuação de Preço

PA = Pontuação da Proposta em Análise

10.8 Para encontrar a melhor proposta será feita uma classificação decrescente das propostas classificadas, utilizado o seguinte critério:

Pontuação Resultante (PR) = Índice Técnico multiplicado por 7 (sete) somado a Índice de Preço multiplicado por 3 (três).

$$PR = (IT \times 7) + (IP \times 3)$$

Onde:

PR = Pontuação Resultante

IT = Índice Técnico

IP = Índice de Preço

10.9 Será julgada vencedora da licitação a proposta que obtiver a maior Pontuação

110

Resultante do somatório do IT + IP, após aplicados os respectivos pesos.

10.10 Se houver empate, será assegurada a preferência à empresa brasileira, persistindo o empate será realizado sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

11 ENTREGA, FORMA DE APRESENTAÇÃO E DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, pelas licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, no dia, hora e local previstos na convocação da sessão a ser realizada para esse fim.

11.1.1 A licitante classificada no julgamento final das Propostas que não apresentar os Documentos de Habilitação na referida sessão será alijada do certame, exceto diante da ocorrência de que trata o subitem 11.8., deste Edital.

11.1.2 Os documentos deverão estar acondicionados no invólucro "05", que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "05"
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DA LICITANTE/CNPJ
CONCORRÊNCIA Nº _____- CÂMARA MUNICIPAL DE _____

11.1.3 O invólucro "05" será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

11.1.4 Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório. Somente serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha acerca da validade do

111

mesmo. Na ausência de referida declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

c) Em caderno único, rubricados, numerados sequencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir o número exato de páginas.

d) A eventual falta de numeração ou numeração incorreta, poderá ser suprida por representante credenciado da licitante na sessão de abertura dos Documentos de Habilitação.

e) Os Documentos de Habilitação somente serão aceitos mediante cópias legíveis e que ofereçam condições de análise por parte da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

11.2 Para se habilitar a esta Concorrência, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

11.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual;

b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ata da assembleia que elegeu seus atuais Administradores. Em se tratando de sociedades civis, Ato Constitutivo acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.1) Os documentos mencionados na alínea "b" deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverão constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta Concorrência;

c) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO EM CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, EM SE TRATANDO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição na Fazenda Federal (CNPJ);

b) Prova de Inscrição na Fazenda Estadual (CGF), se houver, ou Prova de Inscrição na Fazenda Municipal;

11.2.2.1 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da

sede da licitante:

a) A comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional referente a todos os tributos e à Dívida Ativa da União será efetuada mediante a apresentação da certidão prevista na Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014. As certidões de prova de regularidade fiscal emitidas nos termos do Decreto nº 6.106/2007 e da Portaria 358/2014 têm eficácia durante o prazo de validade nelas constante.

a.1) As empresas participantes desta licitação obedecerão ao que determina a legislação específica do MUNICÍPIO, do domicílio da licitante.

b) COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, que deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

c) PROVA DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação – CRF.

11.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) REGISTRO OU INSCRIÇÃO NO SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA de sua base territorial.

b) CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONCEDIDO PELO CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS PADRÃO.

c) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

11.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL do local da sede da licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.**

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.**

113

c) A avaliação para todas as licitantes será apurada através da apresentação do Índice de Liquidez Geral (LG), a seguir definido, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamentos. A fonte de informação dos valores considerados deverá ser os Balanços Patrimoniais, apresentados na forma da lei. Tratando-se de Sociedade Anônima, deverão ser apresentadas as Demonstrações Contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação em Diário Oficial, publicação em jornal de grande circulação, ou ainda, através de cópia autenticada das mesmas. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia autenticada do Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial da sede da licitante ou em outro órgão equivalente.

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigivel\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1,0$$

c.1) A licitante poderá apresentar o cálculo para obtenção do Índice de Liquidez Geral(LG) definido no subitem 11.2.4."c".

c.2) A agência que apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) relativo à boa situação financeira, menor que 1,0 (um vírgula zero) será considerada "inabilitada".

c.3) O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados conforme a seguir:

I – Sociedades Empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (Art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69).

II – Sociedades Empresárias, especificamente no caso de Sociedades Anônimas regidas pela Lei nº 6.404/76: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação (Art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/76).

III – Sociedades Simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive registro na Junta Comercial.

114

IV – Sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de 01 (um) ano: deverão apresentar balanços, conforme abaixo discriminado, contendo as assinaturas do contador ou técnico em contabilidade regularmente habilitado e do sócio-gerente, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante:

- Balanço de Abertura – sociedades sem movimentação;
- Balanço Intermediário – sociedades com movimentação.

11.3 Se a Licitante tiver filial, todos os Documentos de Habilitação deverão estar ou em nome da matriz ou da filial, dependendo de quem for a Licitante, salvo aqueles documentos que, por sua natureza, comprovadamente, deverão ser emitidos em nome da matriz.

11.4 A Licitante deverá fornecer a título de informação, número de telefone, e-mail, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

11.5 A licitante também deverá incluir no invólucro "05" declaração firmada conforme o modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

Referente Concorrência....., inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº....., inscrito(a) no CPF sob o nº , DECLARA, para fins do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (se for o caso acrescentar texto a seguir) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data:

11.5.1 Deverá incluir, de igual maneira, no invólucro "05", Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa SLTI/MP nº. 2/2009, nos seguintes termos:

Declaração de Elaboração Independente de Proposta Concorrência nº _____ – CÂMARA MUNICIPAL DE _____

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº....., inscrito(a) no CPF sob o nº como representante devidamente constituído da (Identificação completa da licitante),

doravante denominada licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente pela licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CÂMARA MUNICIPAL DE _____ antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

11.6 A COMISSÃO DE LICITAÇÃO examinará os Documentos de Habilitação e julgará habilitadas todas as licitantes que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos, neste edital.

11.7 Se nenhuma licitante restar habilitada será reaberta a fase de habilitação, com nova convocação de todas as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas, para apresentar os respectivos Documentos, no prazo de ao menos 03 (três) dias úteis.

12 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

116

12.1 Serão realizadas 04 (quatro) sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes.

12.1.1 A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no subitem 3.8 deste Edital. (Credenciamento)

12.1.2 Os representantes das licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar as Propostas e Documentos de Habilitação nas sessões públicas.

12.1.3 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e a Subcomissão Técnica, conforme o caso, poderão, no interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, relevar aspectos puramente formais nas Propostas e nos Documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência.

12.1.4 Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

12.1.5 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preços e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.

12.1.6 Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

12.1.7 Qualquer tentativa da licitante influenciar a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

12.1.8 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

12.1.9 Se os invólucros das licitantes desclassificadas ou inabilitadas não puderem ser devolvidos nas sessões públicas, ficarão à disposição das interessadas por 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento desta concorrência – após transcorrer o prazo para interposição de recurso contra o resultado final da licitação ou ter havido a sua desistência

ou, ainda, terem sido julgados os recursos interpostos. Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS providenciará sua destruição.

Primeira Sessão

12.2 A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Edital e terá a seguinte pauta inicial:

a) identificar os representantes das licitantes, por meio do documento exigido no subitem 3.8 deste Edital; (credenciamento)

b) receber os Invólucros "01", "02", "03" e "04", das licitantes em condições de participação;

c) conferir se esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital.

12.2.1 O Invólucro "01", com a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, só será recebido pela Comissão Especial de Contratação se não:

a) estiver identificado;

b) apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes da abertura do Invólucro "02";

c) estiver danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do Invólucro "02".

12.2.1.1 Ante a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do subitem 12.2.1, a Comissão Especial de Contratação não receberá o Invólucro "01", o que também a impedirá de receber os demais invólucros da mesma licitante.

12.2.2 A primeira sessão prosseguirá com a seguinte pauta básica:

a) rubricar, no fecho, sem abri-los, os Invólucros "02" e "04", que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão de Contratação, e separá-los dos Invólucros "01" e "03";

b) retirar e rubricar o conteúdo dos Invólucros "01";

c) abrir os Invólucros "03" e rubricar seu conteúdo;

d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica, os documentos que constituem os Invólucros "01" e "03";

e) informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão na forma do item 13 deste Edital.

12.2.2.1 A Comissão de Contratação, antes do procedimento previsto na alínea 'b' do subitem 12.2.2, adotará medidas para evitar que seus membros e/ou os representantes das

licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação Publicitária.

12.2.2.2 Se, ao examinar e ou rubricar os conteúdos dos Invólucros "01" e "03", a Comissão Especial de Contratação e ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, a Comissão Especial de Contratação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

12.2.3 A Comissão de Contratação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Invólucros nº 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

12.2.4 Abertos os Invólucros "01" e "03", as licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão Especial de Contratação.

12.2.5 Se as licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão de Contratação na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade em conformidade com o previsto no subitem 12.2.6 e seguintes, caso contrário, consignará(ão) em ata o interesse de recorrer, oportunamente.

12.2.6 Após a lavratura da ata serão adotadas as seguintes providências:

a) encaminhamento, pela Comissão de Contratação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros "01", com as vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária;

b) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital;

c) elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão de Contratação, da ata de julgamento dos Planos de Comunicação Publicitária, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso;

d) encaminhamento, pela Comissão de Contratação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros "03", com a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;

e) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, da Capacidade de Atendimento, do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de

119

acordo com os critérios especificados neste Edital;

f) elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão Especial de Licitação, da ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

12.2.6.1 Se alguma Proposta Técnica for desclassificada com base na alínea 'a' do subitem 6.4 deste Edital, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

12.2.6.1.1 O disposto no subitem precedente não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos Invólucros "02".

12.2.7 As planilhas previstas nas alíneas 'c' e 'f' do subitem 12.2.6 conterão, respetivamente, as pontuações de cada membro para cada subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada licitante.

Segunda Sessão

12.3 Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (Invólucros "01" e "03"), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão de Contratação convocará as licitantes, na forma do item 13 deste Edital, para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) abrir os Invólucros "02";

c) cotejar as vias não identificadas (Invólucro "01") com as vias identificadas (Invólucro "02") do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;

d) elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica;

e) proclamar o resultado do julgamento geral da Proposta Técnica;

f) executar o sorteio previsto no subitem 6.7, quando for o caso;

g) informar que o resultado do julgamento geral das Propostas Técnicas será publicado na forma do item 13, com a indicação dos proponentes classificados e dos desclassificados, em ordem decrescente de pontuação.

h) A intenção de interpor recurso deverá ser manifestada após o resultado proferido. O prazo para interposição de recurso, será único e processado conforme disposto no item 14.

12.3.1 Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Especial de Contratação 03.

Terceira Sessão

12.4 A Comissão poderá na mesma sessão anterior dar continuidade ao certame ou convocar as licitantes, na forma do item 13 deste Edital, para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) abrir os Invólucros "04", com a Proposta de Preços, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

c) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros "04";

d) analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;

e) identificar a Proposta de menor preço e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes;

f) efetuar negociação com a licitante mais bem classificada na fase da Proposta Técnica – caso não tenha apresentado a Proposta de menor preço – a negociação prevista na Lei nº 14.133/21, art. 61, § 1º, tendo como referência a Proposta de menor preço entre as licitantes classificadas;

g) adotar procedimento idêntico, na falta de êxito na negociação mencionada na alínea precedente, sucessivamente com as demais licitantes classificadas, até a consecução de acordo para a contratação;

h) declarar vencedoras do julgamento final das Propostas Técnica e de Preços as licitantes

121

mais bem classificadas, que tiverem apresentado a melhor proposta, de acordo com os cálculos apresentados no item 10;

i) informar que o resultado do julgamento da Proposta de Preço e do julgamento final das Propostas será publicado na forma do item 13 deste Edital, com a indicação da ordem de classificação. O prazo recursal será único, conforme disposto no item 14.

j) Solicitar das licitantes classificadas, que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ou outro definido pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO apresentem o Invólucro "05", contendo os documentos de habilitação.

Quarta Sessão

12.5 A Comissão de Contratação convocará as licitantes para participarem da quarta sessão, ocasião em que serão recebidos e abertos os Invólucros "05" - Documentos de Habilitação, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) receber e abrir os Invólucros "05", cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

c) analisar a conformidade dos Documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor;

d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros "05";

e) informar o seguinte:

e1) o resultado da habilitação;

e2) que na ausência de algum representante legal, o resultado da habilitação será publicado na forma do item 13 deste Edital, com a indicação dos proponentes habilitados e inabilitados;

e3) que será publicado na forma do item 13 deste Edital o nome das licitantes vencedoras desta concorrência, ocasião em que será aberto o prazo recursal em fase única, para todas as fases da presente licitação.

13 DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

122

13.1 A critério da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, todas as decisões referentes a esta Concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é obrigatória:

a) nas reuniões de abertura de invólucros;

b) no Diário Oficial;

c) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

14 IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade. Qualquer pedido de impugnação deverá ser protocolizado até **(03) três** dias úteis antes da data marcada para início do presente certame, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03(tres) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 Eventuais recursos referentes à presente Concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de (03) tres dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em petição escrita dirigida à Comissão de Contratação, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

14.4 A intenção de interpor recurso deverá ser manifestada imediatamente a cada resultado proferido, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 14.3 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.1 A apreciação dar-se-á em fase única.

14.5 Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo máximo de (03) tres dias úteis com início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição de recurso.

14.6 Recebido(s) o(s) recurso(s), ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão de Contratação 03 poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de (03) três dias úteis. Caso não reconsidere sua decisão, encaminhará o recurso devidamente instruído à autoridade

superior da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contados de seu recebimento.

14.6.1 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.7 Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo como representante da licitante.

14.8 Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos ou impugnações até o seu término, vista ao processo desta Concorrência, na sala da Comissão de Contratação, em horário a ser indicado por esta Comissão.

14.9 Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento de Propostas terão efeito suspensivo.

15 CONDIÇÕES CONTRATUAIS

15.1 A licitante vencedora terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da convocação, para apresentar a garantia prevista no item 16.1 deste Edital e assinarem o termo de contrato, nos moldes da minuta constante no Anexo IV.

15.2 Caso a licitante vencedora se recuse a assinar o contrato no prazo acima estipulado, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá, a seu critério, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas na proposta de menor preço, ou revogar esta Concorrência, independentemente da cominação prevista no Artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 Se a licitante vencedora se recusar a constituir a garantia contratual ou a assinar o contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS lhes aplicará multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, além de poder aplicar-lhe outras sanções e penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.3.1 O disposto no item anterior não se aplica às Licitantes convocadas na forma do item15.2.

15.4 O contrato para a execução dos serviços objeto deste Edital terá duração de doze meses, contados a partir do dia da sua assinatura.

15.4.1 Esse prazo poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, a juízo da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, mediante acordo entre as partes, nos termos do art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

15.5 A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato que vier a ser assinado, observado o contido na Cláusula Décima Quarta da sua minuta, constante no Anexo IV, deste Edital.

15.6 Às contratadas poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas na legislação aplicável e no contrato a ser firmado entre as partes.

15.7 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

15.8 Obrigam-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste Edital e do contrato que vier a ser assinado.

15.9 A contratada deverá prestar esclarecimentos, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que as envolvam, independentemente de solicitação.

15.10 A contratada só poderá divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto desta Concorrência, que envolvam o nome da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, se houver expressa autorização desta.

15.11 É vedado à contratada caucionar ou utilizar o contrato resultante da presente Concorrência para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

15.12 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Concorrência.

15.13 a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS realizará, semestralmente, avaliação da qualidade do atendimento, do nível técnico dos trabalhos e dos resultados concretos dos esforços de comunicação sugeridos pela contratada, da diversificação dos serviços prestados e dos benefícios decorrentes da política de preços praticada.

15.13.1 A avaliação semestral será considerada para aquilatar a necessidade de solicitar às contratadas que melhorem a qualidade de serviços prestados; para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o respectivo contrato; para

125

fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações.

15.14 Integrará o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenha servido de base para o julgamento desta Concorrência e, quando for o caso, as Propostas de Preços com elas negociadas.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada à prestação de garantia através de Títulos da Dívida Agrária.

16.2 Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

16.3 A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4 A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

16.5 Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 16.1. deste edital.

17 REMUNERAÇÃO E PAGAMENTOS

17.1 A remuneração às contratadas, pelos serviços prestados, será feita nos termos das Cláusulas Oitava e Nona da minuta do contrato, consoante os preços estabelecidos em sua Proposta de Preços.

17.2 A forma e as condições de pagamento são as constantes da Cláusula Décima Primeira da minuta do contrato, constante no Anexo IV, deste Edital.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 É facultada à Comissão de Contratação ou autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação ou das Propostas Técnica e de Preços.

18.2 A Comissão de Contratação poderá, em qualquer fase do processo, se julgar necessário, proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem disponível para a realização dos serviços objeto desta Concorrência.

18.3 Até a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá ser inabilitada ou desclassificada se a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação ou classificação, conhecido após o julgamento.

18.4 Se ocorrer inabilitação ou desclassificação da licitante vencedora por fatos referidos no subitem anterior, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá convocar as licitantes remanescentes por ordem de classificação ou revogar esta Concorrência.

18.5 Os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento (Proposta Técnica) deverão participar da elaboração dos serviços objeto deste Edital, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

18.6 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

18.7 A Comissão de Contratação poderá, no interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, relevar omissões puramente formais nos documentos e Propostas apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Concorrência e possam ser sanadas no prazo a ser fixado pela Comissão de Contratação.

18.8 Para fins desta Concorrência, o Briefing (Anexo I) atende às exigências do projeto básico a que se referem o art. 6º e o art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

127

18.9 Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS comunicará os fatos verificados à Procuradoria para as providências devidas.

18.10 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 337-I, do Capitulo II-B da Lei nº 14.133/2021.

18.11 Antes do aviso oficial do resultado desta Concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação do contrato ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

18.12 Qualquer tentativa de uma licitante influenciar a Comissão de Contratação no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

18.13 Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta Concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

18.14 Antes da data marcada para a abertura dos invólucros com as Propostas, a Comissão de Contratação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa ou em consequência de solicitações de esclarecimentos, alterar este Edital e seus anexos, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos Documentos e Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

18.15 Correrão por conta da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS as despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, aí incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial do Estado, na forma prevista no art. 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.16 As questões suscitadas por este Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de CANDEIAS/BA, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

18.17 A entrega de qualquer documento relativo à presente licitação, à exceção dos citados no preâmbulo deste Edital, deverá ser feita na Comissão de Contratação, no horário

das **8h às 17h**, na Av. dos Três Poderes s/n Bairro: Ouro Negro – Candeias - Bahia. Quaisquer esclarecimentos porventura necessários para o perfeito entendimento deste Edital deverão ser encaminhados à Comissão de Contratação por e-mail para o endereço copel.cmc@hotmail.com, até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para abertura das propostas.

18.18 É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo na página do CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – no endereço https://camaracandeias.ba.gov.br/diario, até a data da realização da sessão pública de recebimento da documentação e propostas, tendo em vista que quaisquer esclarecimentos, referentes a este Edital, serão disponibilizados no referido endereço sem a identificação das consulentes.

18.19 Integram este Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I: Briefing.
b) Anexo II: Modelo de Procuração.
c) Anexo III: Planilha de Preços Sujeitos a Valoração.
d) Anexo IV: Minuta de Contrato.
e) Anexo V: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.
f) Anexo VI: Modelo de Declaração de Conhecimento do Instrumento Convocatório.

_____, _____

XXXXXX
(Ordenador de Despesas)

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica:

XXXXXX
XXXXXXX
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

ANEXO I - BRIEFING

Cliente: Câmara Municipal de Candeias
Município: Candeias – Bahia

PÚBLICO

- População candeense, seja na área urbana ou rural;
- Poder público em todas as esferas (Executivo, Legislativo, Judiciário).

OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO

Os serviços de comunicação a serem desenvolvidos para a Câmara Municipal de Candeias devem ter como objetivos:

1. – Difundir os direitos do cidadão e estimular a participação da sociedade na definição de políticas para o desenvolvimento do Município de Candeias;

2. – Estabelecer canais de diálogo entre o poder público e a comunidade estimulando a participação nos trabalhos legislativos;

3. – A ampliação da visibilidade da instituição junto à sociedade, com o fornecimento de subsídios que contribuam para o melhor entendimento dos atos e processos decisórios da Casa;

4. - A ampliação da conexão entre os cidadãos e seus representantes eleitos, enfatizando a importância do Parlamento para a democracia;

OBJETIVOS DO MARKETING

1. – Fomentar a imagem institucional da Câmara Municipal como gestão participativa, integrada e dinâmica;

2. – Difundir as informações de interesse público, as ações da Câmara Municipal para maior número de pessoas possíveis;

3. – Garantir que as notícias institucionais cheguem aos diversos públicos pelos mais variados veículos de comunicação.

4. – Aumentar e diversificar os canais de comunicação entre a Câmara e a população através da rádio, televisão e Internet.

A TAREFA DOS LICITANTES

A empresa deverá desenvolver um Plano de Comunicação que proponha estratégias de divulgação publicitárias informando ao público o papel da Câmara Municipal para o desenvolvimento da cidadania na cidade de Candeias.

J30

PÚBLICO PRIORITÁRIO

A campanha publicitária deve atingir toda a sociedade de Candeias.

PEÇAS

As peças a serem desenvolvidas para a campanha não podem exceder a quantidade máxima de 4 (quatro) peças sendo elas: roteiro de texto para VT de TV 30", Spot Rádio de 30", layout de outdoor e banner de site.

RECURSOS

O custo limite estimado da campanha, incluindo produção e veiculação de mídia, é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PRAZO DE DURAÇÃO DA CAMPANHA

Até 30 (trinta) dias.

131

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

Outorgante

Qualificação (nome, endereço, razão social, etc.)

Outorgado

O representante devidamente qualificado

Objeto:

Representar a outorgante na Concorrência Nº _____ – CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Poderes:

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....-.....de de 20__.

NOME CARGO EMPRESA

Observações: se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada; será necessário ***comprovar os poderes do outorgante para fazer a delegação acima.***

ANEXO III

PLANILHA DE PREÇOS

LICITAÇÃO Nº _____/____ - CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Declaramos que, na vigência do contrato, concordaremos em adotar a seguinte política de preços para os serviços descritos:

a) desconto a ser concedido aa CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia): **__% (_____ por cento)**;

b) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, referentes à produção de peças e materiais, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros: **__% (_____ por cento)**;

c) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual: **__% (_____ por cento)**;

d) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias: **__% (_____ por cento)**;

1. Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2. O prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 14.3 do Edital.

3. Declarações:

133

3.1. Estamos cientes de que a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

3.2. Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação, transferindo à CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS todas as vantagens obtidas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 12.232/2010.

3.3. Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de bens e de serviços especializados e aos veículos de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

3.4. Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Edital da Concorrência em referência.

.....-.,.....de ..... de 20__.

LICITANTE/CNPJ

(Assinatura do representante da Licitante, com indicação do seu nome e cargo)

134

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº ___/ 20__

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM(O)A _____ E (O) A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE _____/BA, por meio da Diretoria _____ , inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e a AGÊNCIA DE PUBLICIDADE 01, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por (NOME COMPLETO), brasileiro, estado civil, profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxx Inscrito no RG sob o nº xxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, para prestação de serviços de publicidade e propaganda, oriundo da Concorrência Nº _____ /CÂMARA MUNICIPAL DE _____, a serem realizados na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1.O presente contrato tem como fundamento a Concorrência n° _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, Lei nº. 12.232, de 29 de abril de 2010, Decreto Federal nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, das normas-padrão da atividade publicitária e do relacionamento comercial entre anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação, Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, bem como Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária e das disposições deste Edital e de seus

anexos.

1.2. Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições, o Edital da Concorrência nº _____ /CÂMARA MUNICIPAL DE _____ e seus anexos, bem como as propostas da Contratada.

1.3. A CONTRATANTE publicará o extrato resumido do presente Contrato no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos da legislação aplicável

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **01(uma)** Agência de Publicidade e Propaganda, para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto e atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

2.2. Os serviços objeto deste contrato compreendem:

2.2.1. Também integram o objeto desta Concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

2.2.1.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas.

2.2.1.2. À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados.

2.2.1.3. À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

2.2.2. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos no subitem 2.2.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do CÂMARA

136

MUNICIPAL DE _____, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

2.2.3. Os serviços previstos no subitem 2.2.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações-públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.2.3.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem anterior o patrocínio de mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículo de comunicação e o patrocínio de transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento comercializados por veículo de comunicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. Para as prorrogações, será observado o resultado das avaliações semestrais previstas na Cláusula Sétima, deste Contrato, **(subitens 7.10. e 7.10.1).**

CLÁUSULA QUARTA - VALOR GLOBAL E ORÇAMENTO

4.1. O valor global deste Contrato é de .....

4.2. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO:

CÓDIGO REDUZIDO:

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

5.1.2. Realizar com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de serviços especializados e veículos de comunicação e divulgação, todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE.

5.1.2.1. Não será admitida a subcontratação de agência de publicidade e propaganda, para execução dos serviços objeto deste contrato, conforme disposto em sua Cláusula Segunda, tais como planejamento, estudo, criação e concepção.

5.1.2.1.1. As CONTRATADA poderá contratar terceiros para a execução, produção e distribuição de campanhas e de peças publicitárias.

5.1.2.2. A CONTRATADA se compromete a utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica, da Concorrência que deu origem a este Contrato, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE.

5.1.3. Cumprir os prazos de execução dos serviços no desenvolvimento de cada ação, conforme as condições estabelecidas entre as partes, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.4. Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações de preços obtidas entre fornecedores que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido. Quando não for possível obter o mínimo de 03 (três) cotações, a CONTRATADA deverá justificar o fato, por escrito, sujeito à aceitação pela CONTRATANTE. O valor dos serviços será orçado pela contratada em cada caso, em função dos custos respectivos, obedecendo-se, rigorosamente, sob pena de responsabilidade, sua compatibilidade com os preços de mercado, e serão submetidos à apreciação da CONTRATANTE que decidirá quanto à sua aprovação.

5.1.4.1. As cotações de preços deverão ser elaboradas em papel timbrado e conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Razão Social;
b) CNPJ;
c) Endereço completo;

d) Telefone e e-mail para contato;

e) Descrição detalhada do produto ou serviço cotado, quantidade, preço unitário e preço total;

f) Local e data de emissão;

g) Nome por extenso, assinatura, cargo e função de seu representante;

h) Anexar o orçamento do fornecedor da cotação do preço devidamente assinado.

5.1.4.2. É facultado à CONTRATANTE sempre que achar necessário exigir que as cotações de preços apresentadas pelo CONTRATADO estejam acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou à sede do terceiro, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da cotação;

c) Prova de regularidade para com:

c.1.) Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

c.2.) Fazenda Estadual;

c.3.) Fazenda Municipal;

c.4.) INSS – Certidão Negativa de Débito/INSS;

c.5) FGTS – Certificado de Regularidade com o FGTS;

c.6.) Trabalhista – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.4.3. É facultado à CONTRATANTE realizar cotação de preço junto a outros fornecedores, observadas as mesmas especificações e as mesmas condições de cotação utilizadas pela CONTRATADA.

5.1.4.4. Todas as cotações formarão uma única base, da qual será escolhida e contratada a cotação de menor preço e/ou a de maior vantagem para a CONTRATANTE.

5.1.4.5. Sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do Contrato, a CONTRATADA procederá à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da CONTRATANTE.

5.1.5. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições de preços nas

negociações junto a fornecedores e veículos de comunicação e divulgação e transferir ao CONTRATANTE as vantagens obtidas.

5.1.5.1. Pertencem ao CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra de tempos e ou espaços publicitários diretamente ou por intermédio da CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de comunicação e divulgação.

5.1.6.1.1 O disposto no item 5.1.6.1 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos de comunicação e divulgação à CONTRATADA e a outras agências, nos termos do art. 18 da Lei 12.232/2010.

5.1.6. Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens 8.2.1. e 8.2.2., da Cláusula Oitava, para os direitos autorais de imagem e de som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da CONTRATANTE.

5.1.7. Obter da CONTRATANTE anuência prévia e por escrito de tudo o que vier a ser realizado por terceiros, responsabilizando-se pela boa execução dos serviços, seja qual for a forma de execução das atividades relacionadas ao objeto deste Contrato.

5.1.8. Ser responsável por orientar a produção dos materiais e das peças gráficas e eletrônicas, aprovadas pela CONTRATANTE, atestando a conformidade deste material com as especificações contidas no documento de autorização da ação.

5.1.9. Conferir (checking) os mapas de veiculação, fornecidos pelos veículos de comunicação, podendo valer-se de instrumentos verificadores de veiculação que se prestem a esse fim.

5.1.10. Entregar, como comprovante de peça(s) produzida(s), exemplar(es) para arquivo, conforme quantidade a ser definida pela CONTRATANTE para cada tipo de item.

5.1.11. Fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, um caderno em formato A4, contendo o resumo da ação (produção e veiculação da campanha publicitária).

5.1.12. Produzir e entregar ao final de cada ano ou ao final da vigência deste contrato, o que ocorrer primeiro, em CD ou em DVD ou outro meio magnético adequado, portfólio dos trabalhos que realizou (período: 01/01 a 31/12 ou início da vigência a 31/12 ou 01/01 até o final da vigência) para a CONTRATANTE.

5.1.13. Produzir, após a aprovação do serviço pela CONTRATANTE, uma cópia BETACAM ou similar editável e uma em DVD ou outro meio magnético adequado de cada

filme para TV; uma cópia, em DVD ou outro meio magnético adequado, de spots e jingles de rádio, de peças de internet, de anúncios para revistas ou para jornais e demais peças impressas. Além disso, fará a digitalização de todas as peças produzidas e encaminhará todo este material à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar de sua finalização, conforme o serviço realizado pela contratada.

5.1.14. Registrar em Relatórios semanais, as demandas recebidas e as atividades realizadas pela CONTRATADA em relação a cada uma das ações em desenvolvimento, os Briefings e as reuniões subsequentes para o desenvolvimento de cada ação. Os relatórios semanais deverão ser assinados e enviados pela CONTRATADA à CONTRATANTE no dia acordado entre as partes. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a CONTRATANTE solicitará a necessária correção no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento dos respectivos relatórios.

5.1.15. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados.

5.1.16. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.

5.1.17. Não utilizar o presente Contrato em qualquer operação financeira.

5.1.18. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar- se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.

5.1.19. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de terceiros contratados.

5.1.20. Assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.1.21. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

5.1.22. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

5.1.23. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e com a própria CONTRATANTE.

5.1.24. Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Concorrência que deu origem a este Contrato.

5.1.25. Exigir de terceiros em casos de contratação para a execução, total ou parcial, de serviços estipulados neste instrumento, as mesmas condições do presente contrato, inclusive a regularidade fiscal prevista no Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.26. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto deste contrato.

5.1.27. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou de erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou em perda de descontos para a CONTRATANTE.

5.1.28. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhes venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.

5.1.29. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à CONTRATANTE as importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

5.1.30. Responder por qualquer ação, de qualquer natureza, em âmbito administrativo, ou ação judicial, movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste Contrato.

5.1.31. As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão deste contrato.

5.1.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato previsto na Cláusula Quarta, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, devidamente comprovado.

5.1.33. Manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas, durante o período mínimo de 05 (cinco) anos após a extinção do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

6.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

6.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

6.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

6.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações

pelo contratado;

6.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

6.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias.

6.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

7.1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

7.1.1. A fiscalização dos serviços será exercida pelo gestor do contrato, ou por preposto devidamente credenciado, que terá poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou as falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Contrato.

7.2. A fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

7.2.1. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste Contrato.

7.3. A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da CONTRATANTE.

7.3.1 Não será permitido a CONTRATADA declinar de nenhuma solicitação dos serviços previstos na Cláusula Segunda deste CONTRATO.

7.4. A não-aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do

prazo de entrega, salvo expressa concordância da CONTRATANTE.

7.5. A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, a sua expensa e nos prazos estipulados pela fiscalização.

7.6. A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus contratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

7.7. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e às exigências apresentadas pela fiscalização.

7.8. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da CONTRATANTE ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à CONTRATANTE.

7.9. À CONTRATANTE é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste Contrato, juntamente com um representante credenciado pela CONTRATADA.

7.10. A CONTRATANTE realizará, semestralmente, avaliação da qualidade do atendimento, do nível técnico dos trabalhos e dos resultados concretos dos esforços de comunicação sugeridos pela CONTRATADA, da diversificação dos serviços prestados e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

7.10.1. A avaliação semestral será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados para decidir sobre a conveniência de prorrogar ou, a qualquer tempo, rescindir o presente Contrato; para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações.

CLÁUSULA OITAVA – REMUNERAÇÃO

8.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

8.1.1. (Percentual de desconto) sobre os custos internos, baseados na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia.

8.1.2. (Percentual de honorários) referentes à produção de peças e de materiais

decorrentes do estudo ou de criação intelectual da agência contratada e sob sua supervisão, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros.

8.1.3. (Percentual de honorários) incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual.

8.1.4 (Percentual de honorários) incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.

8.1.5 A Contratada fará, ainda, jus ao Desconto de Agência concedido pelos veículos de divulgação, na forma da Lei 12.232/10.

8.2 Em relação aos direitos autorais:

8.2.4 À atores e modelos, em relação ao cachê original, pelos direitos de uso de imagem e de som de voz, na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, a CONTRATANTE pagará no **máximo 50% do valor contratado**.

8.2.5 Aos detentores dos direitos patrimoniais de uso de obras consagradas, incorporadas a peças, em relação ao valor original da cessão desses direitos, na reutilização das peças por período igual ao inicialmente pactuado, a CONTRATANTE **pagará no máximo 50% do valor** contratado.

8.2.6 Em relação aos subitens 8.2.1. e 8.2.2.:

8.2.6.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante aplicação do Índicede Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA (IBGE), desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

8.2.6.2 Quando da reutilização de peças por período inferior ao inicialmente contratado, o limite máximo que a CONTRATANTE se propõe a pagar será obtido dividindo-se o valor total originalmente pago pelo número de meses contratados, para em seguida, multiplicar-se o valor correspondente a um mês pelo número de meses que será renovado.

8.2.6.3 A CONTRATADA se compromete a sempre negociar as melhores condições de preço.

8.3 A CONTRATADA não fará jus:

8.3.4 Às despesas com deslocamento (passagens aéreas e terrestres, hospedagens,

alimentação) de seus profissionais ou de seus representantes.

CLÁUSULA NONA – DESCONTO DE AGÊNCIA

9.1. Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência – à base de um percentual bruto de __% (_____ por cento) dos preços de tabela ou dos preços acertados para veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois – concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11, da Lei nº. 4.680/65, e com o art. 11, do Decreto nº. 57.690/66.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS

10.1. A CONTRATADA cede à CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados ou produzidos em decorrência deste Contrato, não cabendo remuneração adicional ou especial, mesmo depois de encerrada a vigência deste Contrato.

10.1.1. O valor dessa cessão é considerado incluso nas modalidades de remuneração definidas neste contrato.

10.1.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA.

10.1.3. A critério da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes da estrutura do Poder Legislativo, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA.

10.2. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA solicitará de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, 01 (um) de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a CONTRATANTE escolha uma das opções.

10.2.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA condicionará a contratação do serviço por período indicado pela CONTRATANTE e utilizará os trabalhos

de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.

10.2.2. Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros - para a produção de peças e de campanhas e a prestação de outros serviços - cláusulas escritas que:

a) Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes e os demais trabalhos assemelhados.

b) Estabeleçam que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

10.3. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão - definitiva ou por tempo limitado será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.4. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada (s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

10.5. A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e de som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

a) Que à CONTRATANTE serão entregues duas cópias, uma em BETACAM ou similar editável e a outra digitalizada, de todo material bruto produzido.

b) Que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

c) Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.6. A CONTRATANTE será a única e exclusiva proprietária dos resultados oriundos do

cumprimento do presente contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

10.7. É garantido à CONTRATANTE o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à CONTRATADA ou a terceiros, antes da assinatura do presente contrato.

10.8. Fica garantida à CONTRATANTE a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

10.9. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes do Poder Legislativo. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos das peças.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Entregar à CONTRATANTE, em meio eletrônico e em meio impresso, até o dia 10 (dez) de cada mês, um relatório total (mês a mês) de despesas referente a demanda dos serviços, oriundos do mês anterior, com o respectivo acompanhamento de seus comprovantes de realização.

11.2. Os documentos de cobrança da CONTRATADA, compostos de sua Fatura com a respectiva Nota Fiscal do terceiro, acompanhada dos comprovantes dos respectivos serviços prestados, serão liquidados por meio de depósito bancário, conforme os seguintes dados da CONTRATADA: Banco Bradesco – nº da Agência e nº. da Conta Corrente.

11.2.1 Encontram-se dentro da excepcionalidade à exigência do item 11.2, os comprovadamente isentos na forma da Lei;

11.3. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

11.4. O CNPJ que deverá constar nas Faturas apresentadas e na conta corrente utilizada

para pagamento à CONTRATADA deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste contrato.

11.5. O CNPJ que deverá constar das Notas Fiscais dos fornecedores deverá ser o mesmo da cotação de preços que norteou a contratação.

11.6. Nos documentos fiscais da CONTRATADA, referentes ao pagamento de terceiros, deverá constar, necessariamente, o número deste contrato; o número do documento que autorizou a veiculação ou produção do serviço; a razão social do fornecedor com seu respectivo CNPJ; e os dados bancários apresentados no subitem 11.2. deste contrato.

11.7. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

11.8. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento dos serviços, mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), após o atesto pela CONTRATANTE, a qual acontecerá da seguinte forma:

11.8.1. Veiculação: em até 30 (trinta) dias após o mês de veiculação, mediante apresentação dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos veículos, tabelas de preços dos veículos e respectivos comprovantes de veiculação;

11.8.2. Produção: em até 30 (trinta) dias após o mês de produção, mediante apresentação dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos fornecedores, demonstrativos de despesas e respectivos comprovantes;

11.8.3. Outros serviços: realizados por terceiros nos vencimentos previamente ajustados com a CONTRATANTE, mediante a entrega dos serviços solicitados, dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos fornecedores e respectivos comprovantes.

11.8.4. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, de sua pessoa jurídica e dos fornecedores a que se referem, juntamente com a Nota(s) Fiscal(is)/Fatura, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito do INSS;

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal nos seus respectivos órgãos;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.8.5. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à necessidade de apresentação e/ou regularização de tais documentos em até 30 (trinta) dias.

11.8.6. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, este Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, no caso de as certidões se referirem à pessoa jurídica da CONTRATADA. Caso se referirem à pessoa jurídica dos fornecedores emitentes das Notas Fiscais, a CONTRATADA será notificada para não mais agenciá-los, até que a situação fiscal dos mesmos esteja regularizada.

11.8.7. Deflagrada a situação do item anterior, fica facultado à CONTRATANTE oficiar a ocorrência ao INSS, no caso da CND/INSS, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, aos órgãos competentes, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais e ao Ministério Público do Trabalho no caso dos Tributos Trabalhistas.

11.8. Caso o serviço, objeto deste Contrato, seja recusado ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto no subitem 11.7. deste Contrato.

11.9. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

11.10. Todos os documentos de cobrança e demais documentos necessários para a efetivação de pagamento pela CONTRATANTE, deverão ser encaminhados ao endereço a seguir: _____, para _____

11.11. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore dos IGP-M (FGV), verificado entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

11.12. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

11.13. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

11.14. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

11.15 A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

11.16. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.17. A CONTRATADA apresentará cópias dos documentos fiscais que comprovem os pagamentos feitos a terceiros, até o 5º dia útil do mês subseqüente ao do pagamento realizado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada à prestação de garantia através de Títulos da Dívida Agrária.

12.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

12.3. A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

12.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 16.1. deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SIGILO

13.1. A CONTATADA somente poderá divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolva o nome da CONTRATANTE, mediante sua prévia e expressa autorização.

13.2. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CONTRATANTE, mesmo após o término deste Contrato.

13.2.1. A infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato nos termos da Lei nº 14.133/2021, e sujeitará a CONTRATADA às penas cabíveis e às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados, as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência: será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, podendo ser cumulada com outra penalidade;

14.1.2. Multa: será aplicada nos seguintes casos:

14.1.2.1. O atraso injustificado na execução deste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma a seguir, garantida a defesa prévia:

a) Atraso na apresentação/atualização da garantia de execução contratual, estabelecida neste Contrato (Cláusula Décima Segunda): em 1% (um por cento) do valor total da garantia prestada, por dia de atraso, conforme subitem 12.1. deste contrato, até o limite de 10 (dez) dias úteis.

b) Ocorrência de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento não abrangidos pelas alíneas anteriores: em 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global deste instrumento, por dia de atraso.

14.1.2.2. Pela inexecução total ou parcial serão aplicadas multas na forma a seguir, garantida a prévia defesa:

a) Quando a CONTRATADA incorrer em alguma das hipóteses das alíneas "a" a "j" do subitem 15.1.1. deste Contrato (rescisão unilateral): em 10% (dez por cento) do valor global

atualizado deste Contrato.

b) Não-apresentação/atualização da garantia de execução contratual, após o limite de prazo constante na alínea "e" do subitem 14.1.2.1. na forma estabelecida neste Contrato: em 50% (cinquenta por cento) do valor total da garantia prestada, conforme subitem 12.1. deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

c) Pela não-manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme subitem 5.1.26 deste Contrato: em 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

d) Utilizar o presente Contrato em qualquer operação financeira, conforme subitem 5.1.18 deste Contrato: em 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

e) Ocorrência de quaisquer outros tipos de descumprimento contratual não abrangidos pelas alíneas anteriores: em 0,1% (um décimo por cento) do valor global atualizado deste Instrumento para cada evento.

14.1.2.3. As multas previstas nos subitens 14.1.2.1. e 14.1.2.2. são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas do subitem 14.1.2.1 limitado a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, sendo que, acima desse percentual a CONTRATADA ficará sujeita à rescisão contratual.

14.1.2.4. Em caso de descumprimento deste Contrato, além das multas de mora, a CONTRATADA responderá por quaisquer danos e prejuízos sofridos pela CONTRATANTE.

14.1.2.5. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.1.2.6. O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.6 deste Contrato.

14.1.2.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo período não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes casos, dentre outros:

a) Não-manutenção de situação regular em relação à Documentação de Habilitação;

b) Se a CONTRATADA der causa à rescisão unilateral deste Contrato, por

descumprimento de suas obrigações;

c) Apresentação de documentos falsos ou adulterados;

d) Cometimento de falhas ou fraudes na execução deste Contrato.

14.1.2.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, também, poderá ser aplicada nos casos previstos nas alíneas do subitem 14.1.2.4.

14.1.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção, previsto na Lei nº 14.133/2021, que será aplicada, também, nos seguintes casos:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da contratação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

14.2. As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

14.3. As sanções previstas no subitem 14.1.1. poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 14.1.2., facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação das mesmas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades; caso contrário, aplicar-se-á a sanção cabível.

14.4. Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

14.4.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, pela autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

14.5. O valor das multas e os prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser descontados da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente

da CONTRATADA.

14.6. A CONTRATADA desde logo autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula décima quarta:

15.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) O não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos, tais como:

a.1) Não-apresentação ou não-atualização da garantia de execução contratual;

a.2) Não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

a.3) Utilização deste Contrato em qualquer operação financeira;

a.4) Descumprimento do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

b) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

c) Atraso injustificado na entrega do produto ou do serviço;

d) Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

e) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;

f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;

g) Cometimento de falhas na execução deste Contrato;

h) Decretação de falência da CONTRATADA;

i) Dissolução da sociedade da CONTRATADA;

j) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a

CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;

I) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos à execução deste Contrato.

15.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.

15.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

15.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) Supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) Ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

15.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "k" e "l" do subitem 15.1.1., desta Cláusula e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.2., sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. A rescisão de que trata o subitem 15.1.1., exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) Retenção dos créditos existentes em outros Contratos, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) Retenção/execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

15.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas do subitem 15.6., a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

16.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

a) Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Contrato.

16.1.2. Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária à modificação do modo e/ou do cronograma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviço;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis,

retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

d) Quando conveniente a substituição da garantia de execução contratual.

16.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

16.2.1. APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;

b) O empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido;

c) Ajustes no cronograma de entrega ou na execução dos serviços, desde que não impactem nos encargos contratados e não afetem a isonomia do processo licitatório, situações estas, previamente, reconhecidas por autoridade competente da CONTRATANTE.

16.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Contrato ou do seu valor.

16.3. Os Termos Aditivos ou as Apostilas farão parte deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A CONTRATADA guiar-se-á pelo Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que estejam de acordo como Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

17.2. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Estado - DOE, as suas expensas, na forma prevista no Art. 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. A omissão ou tolerância das partes - em exigir o estrito cumprimento das disposições deste Contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

159

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas pelo Foro da Comarca de _____ Estado da Bahia.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

_____, XX de XXXXXXXX de 20XX.

NOME DO REPRESENTANTE CONTRANTANTE

NOME DO REPRESENTANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

RG: RG:

CPF: CPF:

160

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO

Agência _____, inscrita no CNPJ n°_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da Lei que até a presente data inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade/UF, __de _____de 2024.

(Assinatura do representante da Licitante, com indicação do seu nome e cargo)

OBSERVAÇÃO: Caso o representante que estiver subscrevendo o presente documento não seja o sócio, gerente ou diretor, declarado no contrato social ou na ata de constituição, será necessário comprovar os poderes para assinatura.

ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER ENTREGUE COM OS DOCUMENTOS REFERENTES AO CREDENCIAMENTO

161

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Agência _____, inscrita no CNPJ n° _____,por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____,portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____e do CPF nº_____, DECLARA sob as penas da Lei o CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.

Cidade/UF, __de _____de 2024.

(Assinatura do representante da Licitante, com indicação do seu nome e cargo)

OBSERVAÇÃO: Caso o representante que estiver subscrevendo o presente documento não seja o sócio, gerente ou diretor, declarado no contrato social ou na ata de constituição, será necessário comprovar os poderes para assinatura.

ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER ENTREGUE COM OS DOCUMENTOS REFERENTES AO CREDENCIAMENTO

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
Processo Administrativo nº 035/2025

1. OBJETO: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.

1.1. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:
a) o estudo, o planejamento, a conceituação, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação;

b) a difusão de ideias, princípios, programas, serviços, ações e políticas públicas, com vistas ao atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

1.2. Também integram o objeto desta contratação, como atividades complementares, os seguintes serviços especializados:

a) o planejamento e a execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento, sobre o público-alvo, o mercado e os meios de divulgação;

b) a produção e a execução técnica de peças e projetos publicitários de mídia e não mídia;

c) a criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à ampliação dos efeitos das mensagens publicitárias;

d) a elaboração de marcas, expressões de propaganda, logotipos e demais elementos de identidade visual.

1.3. As pesquisas previstas no item anterior terão por finalidade:

a) gerar conhecimento sobre o ambiente de atuação da Administração, seu público-alvo e os canais mais eficazes de difusão;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação das mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias, sendo vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

1.4. Os serviços ora contratados não abrangem atividades de promoção, patrocínio, relações

públicas, assessoria de comunicação ou de imprensa, nem a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.4.1. Exclui-se dessa vedação o patrocínio de mídia, compreendido como o apoio financeiro a projetos veiculados em meios de comunicação ou a transmissões de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, comercializados por veículo de comunicação.

1.5. A prestação dos serviços será realizada por 01 (uma) agência de propaganda, a ser contratada mediante processo licitatório na modalidade Concorrência, do tipo técnica e preço, conforme disciplinado pela Lei Federal nº 12.232/2010, Lei nº 4.680/1965 e Lei nº 14.133/2021.

1.6. A agência deverá estar devidamente registrada no CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão) e em entidade sindical da categoria econômica correspondente à sua base territorial, devendo apresentar certificado de qualificação técnica de funcionamento nos moldes exigidos na legislação vigente.

1.7. A execução dos serviços será feita pela contratada por ordem e conta da Administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.680/1965, abrangendo a intermediação de serviços com terceiros e a contratação de espaços publicitários junto aos veículos de comunicação.

1.8. É vedada a subcontratação de outra agência de propaganda para a execução dos serviços principais previstos neste Termo de Referência, excetuando-se as atividades complementares que podem ser terceirizadas, conforme §1º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.

1.9. As ações de publicidade decorrentes desta contratação terão caráter educativo, informativo e de orientação social, com o objetivo de garantir a eficiência, a transparência e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos, e deverão estar sujeitas à avaliação sistemática de seus resultados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias enfrenta entraves significativos na efetivação de uma comunicação institucional abrangente e eficiente, especialmente no tocante à divulgação de suas atividades legislativas, ações institucionais, campanhas de interesse público e informações relevantes para a população. A ausência de um planejamento publicitário contínuo e estruturado compromete a transparência dos atos do Poder Legislativo e limita o acesso da sociedade às iniciativas e deliberações da Casa Legislativa. O cenário exige um esforço coordenado para ampliar o alcance das mensagens institucionais e garantir que a população receba informações claras, tempestivas e adequadas ao seu contexto.

2.2. A comunicação institucional vem sendo conduzida de forma dispersa e sem o amparo de um corpo técnico especializado, o que tem dificultado a articulação estratégica das ações informativas. Em diversas oportunidades, a Câmara investiu recursos pontuais em campanhas e divulgações isoladas, mas sem alcançar os resultados esperados em termos de abrangência e efetividade. Essa fragilidade estrutural repercute negativamente na participação social, na compreensão do papel do Poder Legislativo e no fortalecimento da relação entre os vereadores e a sociedade.

2.3. A carência de uma política de comunicação institucional articulada, com diretrizes claras, metas e métricas de avaliação, tem impossibilitado o pleno exercício da função pedagógica da publicidade legislativa. Em tempos de intensa circulação de informações, especialmente nos meios digitais, torna-se ainda mais necessária a adoção de práticas comunicacionais modernas, éticas e

164

efetivas, que assegurem à população o pleno conhecimento das ações da Câmara, fomentem o engajamento cívico e reforcem os valores republicanos que regem a atuação do Poder Legislativo.

2.4. A publicidade institucional, quando planejada e executada de modo estratégico, cumpre papel essencial na construção da cidadania, ao permitir que o cidadão conheça seus direitos, compreenda o funcionamento do Parlamento Municipal e se envolva nos processos legislativos e nas discussões públicas promovidas pela Câmara. No entanto, a inexistência de um modelo estruturado de comunicação, baseado em critérios técnicos e alinhado às exigências legais, tem impedido que esse potencial se realize de maneira plena em Candeias.

2.5. Diante desse contexto, revela-se evidente a necessidade de reestruturação da comunicação institucional da Câmara Municipal, com vistas a superar os desafios hoje enfrentados, a partir de práticas que valorizem a transparência, o fortalecimento da democracia participativa e o direito da população à informação clara e acessível. Essa necessidade é especialmente sensível no acompanhamento das sessões legislativas, dos projetos de lei, das fiscalizações e das ações de interesse coletivo desenvolvidas pelos parlamentares, que exigem canais efetivos de divulgação, orientação e interação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando que os serviços a serem prestados são técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a serem prestados por empresas com certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, será exigida qualificação técnica de acordo com **subitem 8.4.2** deste Termo de Referência.

3.2. A **CONTRATADA** poderá subcontratar os serviços especializados relacionados com as atividades complementares previstas nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.232 de 29 de abril de 2010.

3.2.1. A subcontratação fica limitada à prestação de Serviços Especializados nos termos do art. 14 da Lei nº 12.232/2010.

3.2.2. O Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

3.3. Será necessária comprovação de certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 17, inciso I alínea "f" do Decreto nº 57.690/66 e art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, conforme **subitem 8.4.2** deste Termo de Referência.

3.4. Deverão ser observadas as providências para a proteção dos dados pessoais, previstas na Lei nº 13.709/2018, conforme cláusulas a constarem do Termo de Contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a necessidade de fortalecer a comunicação institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, propõe-se como solução a contratação de uma agência de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, com vistas à execução integrada de serviços especializados de natureza publicitária. Essa solução visa garantir a difusão qualificada e estratégica das ações legislativas, a promoção do acesso à informação, o estímulo à participação cidadã e a consolidação dos princípios da publicidade, transparência e eficiência que regem a Administração Pública.

4.2. A agência contratada deverá prestar serviços que envolvam o estudo, o planejamento, a criação, a produção e a veiculação de peças e campanhas institucionais, assegurando a interlocução eficiente entre o Poder Legislativo e a população. A proposta contempla tanto os meios tradicionais de comunicação (mídia impressa, rádio, televisão) quanto os canais digitais e as novas plataformas tecnológicas, a fim de garantir uma comunicação multicanal, acessível, tempestiva e adaptada à realidade do público-alvo.

4.3. O escopo dos serviços a serem prestados abrange, ainda, atividades complementares de relevante importância, como a realização de pesquisas de opinião, análise de percepção pública, mensuração de resultados das ações comunicacionais, desenvolvimento de formas inovadoras de veiculação de conteúdo e produção de identidade visual para campanhas institucionais e projetos legislativos. A integração dessas atividades permitirá a construção de uma comunicação institucional coesa, moderna e alinhada com os objetivos estratégicos da Câmara.

4.4. O critério de julgamento eleito para a licitação será o de técnica e preço, considerado o mais compatível com a complexidade e a natureza predominantemente intelectual do objeto, em que a qualidade técnica da proposta é elemento central para assegurar a eficácia da contratação. A licitação será conduzida sob a modalidade concorrência pública, assegurando ampla participação, isonomia entre os licitantes e estrita observância às disposições legais.

4.5. Com a efetivação da contratação, a Câmara Municipal de Candeias contará com suporte profissional especializado para conduzir suas estratégias de comunicação institucional, ampliando o alcance de suas iniciativas, promovendo o acesso da população às informações de interesse coletivo e fortalecendo a presença do Poder Legislativo no espaço público. A medida contribuirá decisivamente para o aprimoramento da transparência, a consolidação da democracia participativa e a valorização do papel institucional da Câmara perante a sociedade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação de serviços reger-se-á pelo disposto no artigo 37, §1º, da Constituição da República Federativa, pelas disposições específicas contidas na Lei Federal nº 4.680, de 18/06/65, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 57.690, de 01 de fevereiro de 1966 e Decreto Federal n.º 4563, de 31 de dezembro de 2002, pelas Normas - Padrão para prestação de serviços de comunicação e suas recíprocas relações vigentes, do Conselho Executivo das Normas-Padrão, mais conhecido por CENP, conforme as normas previstas no Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, e pelas disposições contidas no capítulo III da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

5.2. O regime de execução do contrato é o de execução indireta, na forma de empreitada por preço unitário.

5.3. O objeto do ajuste será requisitado e executado na seguinte conformidade, observando-se o disposto no Capítulo III Dos Contratos de Serviços de Publicidade e da Sua Execução, artigos 13 a 17, e demais dispositivos pertinentes, da Lei Federal nº 12.232/2010;

5.3.1. A **CONTRATANTE**, por intermédio do seu responsável técnico, expedirá Ordem de Serviço especificando as atividades a serem desempenhadas.

5.3.2. A **CONTRATADA** elaborará a correspondente apropriação de custos, dentro dos parâmetros estabelecidos na Proposta Técnica e de Proposta de Preço aprovadas **no processo licitatório**, acompanhada de demonstrativo dos preços da média de mercado ou tabela de preços vigentes à época, conforme a espécie do trabalho a ser prestado, bem como a efetiva incidência dos descontos negociados em favor da **CONTRATANTE**, dentro do critério da melhor relação custo/benefício;

5.3.3. A **CONTRATADA** deverá obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato;

5.3.4. A **CONTRATADA** deverá submeter a contratação de serviços de terceiros, objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**, quanto à política de preços, permanecendo com todas as suas responsabilidades contratuais perante esta, inclusive quanto à qualidade e à finalidade almejada;

5.3.5. Todas as vantagens derivadas de negociação de preços e de condições de pagamento, inclusive especiais (além dos normais previstos em tabelas) com fornecedores e com veículos, e, quanto a estes, sob forma de descontos e bonificações ou reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens, deverão ser transferidas integralmente à **CONTRATANTE**, salvo se privativas da **CONTRATADA** e constarão das respectivas apropriações que esta encaminhar à **CONTRATANTE** para aprovação;

5.3.6. A **CONTRATADA**, produzirá e apresentará uma cópia em arquivo digital em alta resolução de cada filme para TV, *spots, jingles* de rádio e peças para mídia digital online (internet); mídia *out of home* (OOH / DOOH), cinema, revistas ou jornais;

5.3.7. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** será responsável pela administração dos suprimentos de bens e serviços de terceiros fornecedores e pela integral execução dos serviços, arcando integralmente com os encargos decorrentes;

5.3.8. A **CONTRATADA** deverá obter a aprovação da **CONTRATANTE** por meio da Diretoria Administrativa, após apresentação prévia: **I** - da ideia criativa, da ação e/ou campanha; do roteiro, do texto, da apresentação visual (layout) e da arte final das mensagens, peças ou qualquer outro tipo de comunicação publicitária; **II** - do plano de mídia e do plano dos demais meios de distribuição da comunicação publicitária; **III** - do período de realização; **IV** - da apropriação de custos; **V** - da assunção de despesas com fornecedores especializados, veículos ou qualquer outra relacionada com a Ordem de Serviço e **VI** - das métricas utilizadas para aferir o retorno dos esforços de comunicação;

5.3.9. Nos termos das disposições normativas, toda campanha, preparação de peças, planos de mídia e autorizações de mídia, destinadas aos veículos de comunicação, deverão ser apresentados, ainda na fase de planejamento, para que sejam examinados pela **CONTRATANTE**, sob o aspecto técnico-publicitário;

5.3.10. No caso de necessidade de segunda tiragem, a **CONTRATANTE** poderá optar pela contratação junto a terceiros, sob sua própria orientação;

5.3.11. A quantidade de material a ser utilizado na veiculação só será definida após a aprovação da mídia pela **CONTRATANTE** e sua reprodução dar-se-á a partir das peças aprovadas pela autoridade competente;

5.3.12. A **CONTRATADA** deverá entregar à **CONTRATANTE**, impreterivelmente, até o dia 10 do mês subsequente, um relatório detalhando, com base em dados que possam ser comprovados com documentos, as despesas de produção e veiculação autorizadas e realizadas no mês anterior, nos termos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e um relatório dos serviços em andamento com os dados mais relevantes para uma avaliação de seu estágio, nos moldes indicados pela **CONTRATANTE**, após esse prazo poderá ser aplicada a penalidade prevista **no subitem 10.2**

5.3.13. O fornecimento de bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.232/10, deverá observar o procedimento previsto no art. 14 e parágrafos da Lei Federal nº 12.232/10.

5.4. REMUNERAÇÃO

5.4.1. A **CONTRATADA** será remunerada pelos serviços prestados com base nos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia- SINAPRO- BA a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria **CONTRATADA**;

5.4.2. A **CONTRATADA** receberá honorários referentes à produção de peças e materiais incidente sobre os custos de serviços realizados por fornecedores;

5.4.3. A **CONTRATADA** receberá honorários incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por fornecedores, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias;

5.4.4. A **CONTRATADA** receberá honorários incidentes sobre os custos de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias;

5.4.5. A **CONTRATADA** receberá honorários na reutilização de peças em roteiros comerciais por período igual ao inicialmente pactuado, calculado com base no percentual máximo incidente sobre o cachê original, a ser pago pela **CONTRATANTE** a atores e modelos, pelos direitos de uso de imagem e som de voz;

5.4.6. A **CONTRATADA** receberá honorários na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, calculado com base no percentual máximo incidente sobre o valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de uso.

5.5. DO DESCONTO DE AGÊNCIA

5.5.1. Além da remuneração prevista no subitem **5.4**, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência sobre os preços de tabela ou os preços negociados para veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois, a ser concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com a legislação regente.

5.5.2. Da comissão de agência a que faz jus, a **CONTRATADA** repassará em favor da **CONTRATANTE**, sob a forma de desconto, o percentual máximo previsto na correspondente faixa de INVESTIMENTO BRUTO ANUAL DE MÍDIA PREVISTA PELA **CONTRATANTE**, no ato de pagamento de cada uma das respectivas faturas, permanecendo com o saldo restante de comissão.

5.6. PRAZOS

5.6.1. Para execução dos serviços serão emitidas Ordem de Serviço especificando as atividades a serem desempenhadas, cujos prazos serão estabelecidos de comum acordo considerando a complexidade, conveniência e urgência da prestação dos serviços.

5.6.2. Demais prazos estão disposto na Minuta do Termo de Contrato.

5.7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1.1. Além das obrigações constantes no Edital e seus Anexos, das estabelecidas no presente instrumento e das fixadas na normatização de regência, a **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados;

5.7.1.2. Guiar-se pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com CÓDIGIO DE DEFESA DO CONSUMIDOR e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes;

5.7.1.3. Executar o Plano de Ação, conforme informações e instrumentos de publicidade (Briefing) colocados à disposição da **CONTRATANTE**, sem ônus adicional, durante a vigência do ajuste, de acordo com o investimento previsto na proposta vencedora;

5.7.1.4. Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade;

5.7.1.5. Utilizar os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **CONTRATANTE** e aprovação da **CONTRATANTE**;

5.7.1.6. Realizar diretamente, ou, quando necessário, mediante a contratação de terceiros sob sua responsabilidade, os serviços contratados, de acordo com as especificações estipuladas e aprovadas pela **CONTRATANTE;**

5.7.1.7. Obter os melhores preços e condições nas negociações junto a terceiros, transferindo à **CONTRATANTE** as vantagens normais, previstas em tabela, e as especiais, derivadas de negociações de preços e de condições de pagamento entabuladas com os fornecedores e veículos, bem como as conferidas sob forma de descontos, bonificações ou reaplicações, prazos especiais de pagamento, etc., salvo se privativas da **CONTRATADA;**

5.7.1.8. É vedado à **CONTRATADA** privilegiar os planos de incentivo (Lei Federal Nº 12.232/2010, art. 18) em detrimento dos interesses da **CONTRATANTE**, seja preterindo veículos de divulgação que não os concedam, seja priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados;

5.7.1.8.1. O descumprimento ao disposto **no subitem 5.7.1.8** deste Termo de Referência constituirá violação aos deveres contratuais, submetendo à **CONTRATADA** infratora a processo administrativo que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3** deste Termo de Referência.

5.7.1.9. Fazer cotação de preços para todos os serviços de terceiros e apresentar, no mínimo, três propostas, com a indicação da mais adequada para sua execução, observando-se o que estabelece o Termo de Contrato. A impossibilidade de obter três propostas deverá ser justificada por escrito pela **CONTRATADA**, observadas as seguintes condições:

a) apresentar somente cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, aptos a fornecer bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato, nos termos da Lei federal nº 12.232/2010.

b) exigir do fornecedor que constem da cotação os produtos ou serviços que a compõem, seus preços unitários e total e, sempre que necessário, o detalhamento de suas especificações;

c) fazer constar dos orçamentos de produção a seguinte declaração assinada de forma digital por representante da **SUBCONTRATADA**, com poderes para tal. "*Estamos cientes e autorizamos, cedendo todos os direitos, que as peças/materiais produzidos fiquem expostos em acervo no Portal e nos Canais Próprios do cliente por tempo indeterminado*".

d) a cotação deverá ser apresentada no original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura digital do responsável pela cotação;

e) juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito e em atividade no CNPJ ou no CPF e nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido;

f) Para cada orçamento encaminhado deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada digitalmente por funcionário da **CONTRATADA** responsável pela documentação: "Atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais".

5.7.1.10. Obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato;
5.7.1.11. Submeter a contratação de serviços de terceiros, objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**, quanto à política de preços, permanecendo com todas as suas responsabilidades contratuais perante esta, inclusive quanto à qualidade e à finalidade almejada;
5.7.1.12. Orientar a produção e a impressão das peças gráficas (folhetos, cartazes, malas diretas, etc.) aprovadas pela **CONTRATANTE**;
5.7.1.13. Exibir laudo que comprove a compra de pesquisas de mídia necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da espécie, no prazo de 15 (quinze) dias, após a solicitação da **CONTRATANTE**, após esse prazo, poderá ser aplicada a penalidade prevista no **subitem 10.2**
5.7.1.14. Registrar em Relatório de Atendimento todas as reuniões e comunicações de serviço mantidas com a **CONTRATANTE**, com o objetivo de tornar transparentes os entendimentos havidos e também para que ambas tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades. Tais relatórios deverão ser enviados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** até o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização do contato. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a **CONTRATANTE** solicitará a necessária correção, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório;
5.7.1.15. Tomar providências imediatas em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **CONTRATANTE**, respeitadas as obrigações contratuais assumidas com terceiros e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por terceiros por ela contratados;
5.7.1.16. Manter em Carteira os títulos originados pelos serviços executados, sendo vedada a sua negociação junto a estabelecimento financeiro. Se da infringência deste dispositivo advierem protestos do título, a **CONTRATADA** obriga-se a efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartorário, após esse prazo, poderá ser aplicada a penalidade prevista no **subitem 10.2**;

5.7.1.17. A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer pretexto, utilizar o nome da **CONTRATANTE**, os serviços e os recursos a ela fornecidos como forma de publicidade, propaganda e/ou qualquer outra forma de divulgação sem o consentimento expresso e formal da **CONTRATANTE**.
5.7.1.18. A obrigação do sigilo prevista nesta cláusula subsistirá não só durante o prazo de vigência contratual, como também pelo prazo de 10 (dez) anos após o término de sua vigência.
5.7.1.19. A **CONTRATADA** se obriga a orientar seus empregados e demais prepostos, vinculados à execução do objeto deste instrumento, a observar e respeitar as obrigações aqui contratadas e as regras internas da **CONTRATANTE**.

5.7.1.20. Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
5.7.1.21. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na concorrência que deu origem a este ajuste;
5.7.1.22. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
5.7.1.23. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários e, quando for o caso, aos de terceiros contratados;
5.7.1.24. Responder pelos recolhimentos dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre os serviços prestados.
5.7.1.25. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;

5.7.1.26. Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
5.7.1.27. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a própria **CONTRATANTE**;
5.7.1.28. Nos casos de contratação de terceiros para a execução parcial de serviços estipulados neste instrumento, exigir dos eventuais contratados, no que couber, as mesmas condições originárias do presente contrato;
5.7.1.29. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **CONTRATANTE**. A infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato e sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades e às indenizações cabíveis;
5.7.1.30. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu, em quaisquer serviços objeto deste contrato;
5.7.1.31. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativas de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a **CONTRATANTE**;
5.7.1.32. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato, responsabilizando-se, enfim, por todas as obrigações decorrentes do ajuste, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, acidentárias e civis;
5.7.1.33. Responder por qualquer ação judicial ou extrajudicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedades ou direitos autorais, referentes ao objeto deste contrato;
5.7.1.34. Zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento de faturas e demais documentos decorrentes deste contrato, certificando-se da identificação do destinatário, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade e obrigações por parte da **CONTRATANTE**;

5.7.1.35. É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação de natureza financeira;
5.7.1.36. Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei Federal n.º 14.133/21, que a **CONTRATADA** aceita e aos quais se submete;
5.7.1.37. A **CONTRATADA** deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas;

171

5.7.1.38. Apresentar, ao final de cada campanha / ação publicitária, Relatório de Desempenho contendo o detalhamento das métricas, resultados alcançados e demais informações cabíveis.

5.7.1.39. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.8.1. Expedir as ordens de serviço, explicitando os trabalhos necessários;
5.8.2. Atestar o recebimento dos serviços prestados;
5.8.3. Efetuar o pagamento, conforme previsto no Termo de Contrato;
5.8.4. Será de responsabilidade da **CONTRATANTE** o tratamento e disponibilização à **CONTRATADA** os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços contratados, sendo certo que a **CONTRATADA** assume o compromisso de não divulgar, por qualquer forma, referidas informações a quem quer que seja, ainda que sobre a forma de cessão, locação, alienação, empréstimo, sem prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**, manifestada por documento escrito.
5.8.4.1. Em caso de comprovação da falta de cumprimento do disposto no subitem anterior, ou de utilização das informações fornecidas pela **CONTRATANTE** para outros fins de qualquer natureza ou espécie que não os expressamente autorizados e para uso exclusivo nos serviços prestados à **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** responderá de forma incondicional civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da **CONTRATANTE** de promover a rescisão contratual com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação.

5.8.5. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;

5.8.6. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA**, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
5.8.7. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

5.9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.9.1. A gestão do contrato será realizada pelo **CONTRATANTE**, visando ao cumprimento de todas as condições estabelecidas no instrumento de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
5.9.2. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão realizadas por escrito, através de mensagem eletrônica.
5.9.3. A CONTRATANTE fará avaliação anual do contrato que se dará pela mensuração dos aspectos estratégicos, criação, produção, mídia, planejamento, pesquisa, compra e acompanhamento de mídia, acompanhamento de metas, grupo de atendimento, administração e finanças, serviços especiais, parcerias e atendimento global.

5.9.3.1. A fiscalização do contrato caberá ao servidor Fabiane de Jesus Sales, vinculado à Diretoria Administrativa, conforme Decreto nº 004/2025.

5.10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.10.1. Do recebimento:
5.10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução do objeto do contrato e o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, fará a

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.10.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.10.2. O pagamento será creditado, em conta corrente da **CONTRATADA** pela Secretaria de Finanças da **CONTRATANTE**, preferencialmente através de crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, acompanhado da versão digital das notas fiscais, recibos ou documento de cobrança equivalente de fornecedores e de veículos, e respectivos comprovantes de realização de serviços.

5.10.3. No tocante à veiculação, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar sem ônus para a **CONTRATANTE** os seguintes comprovantes:

5.10.3.1. JORNAL e REVISTA: exemplar original com o anúncio; cópia de parecer ou qualquer manifestação de empresa independente de auditoria credenciada pelo Conselho Executivo de Normas Padrão – CENP, que ateste a tiragem e distribuição desse exemplar. Na falta dessa auditoria, deve ser fornecida prova de tiragem por meio de declaração assinada digitalmente /certidão emitida, sob a égide do art. 299 do Código Penal Brasileiro, pela(s) gráfica(s) responsável(eis) pela impressão da edição específica em que foi publicado o anúncio, detalhando o número de exemplares destinados à venda avulsa, assinaturas e circulação gratuita (cortesia, degustação e reparte interno), bem como cópia autenticada das notas fiscais do serviço de impressão de referida tiragem, além de declaração, redigida pelo representante legal do veículo, também sob a égide do art. 299 do Código Penal Brasileiro, informando a tiragem e a relação dos pontos de distribuição com endereço de cada um deles;

5.10.3.2. TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo (relatório de checagem de veiculação, mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, assinada digitalmente, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação;

5.10.3.3. Mídia *Out Of Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro,

firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração;

5.10.3.4. Mídia Digital *Out Of Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar fotos por amostragem, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração;

5.10.3.5. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pela empresa que veiculou as peças, com a tipo e quantidade de inserções, período de veiculação, preferencialmente com identificação das peças e print da tela, métricas utilizadas e o resultado alcançado.

5.10.3.6. Formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nos subitens **5.10.2.1 a 5.10.2.5** serão estabelecidas formalmente pelo **CONTRATANTE**, antes da aprovação do respectivo Plano de Mídia.

5.10.4. Os pagamentos devidos serão efetuados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Até trinta dias após a realização dos serviços, e após atestada pelo fiscal da **CONTRATANTE**.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 1 (um) ano, prorrogáveis por iguais ou inferiores períodos, limitado a 10 (dez) anos, a critério da **CONTRATANTE**, considerados os resultados das avaliações anuais, de acordo com a legislação em vigor.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento do contrato decorrente desta Licitação, correrão por conta da **CONTRATANTE**, conforme a seguinte dotação orçamentária:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Não será permitida a participação de empresas através de consórcio, cooperativa ou similares ou que sejam estrangeiras e não funcionem no país.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento "melhor técnica", conforme disposto no Art. 5º da Lei 12.232/10.

8.3. Para fins de seleção da proposta haverá as seguintes condições:

8.3.1. PROPOSTAS TÉCNICAS

8.3.1.1. As propostas técnicas serão elaboradas com base no *briefing* a ser disponibilizado no Edital.

8.3.1.2. As propostas técnicas serão julgadas por Subcomissão Técnica, formada de acordo com o Art. 10 da Lei 12.232/10.

8.3.1.3. A Subcomissão Técnica analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

8.3.1.4. A Proposta Técnica será analisada e avaliada individualmente pelos membros da Subcomissão Técnica.

8.3.1.5. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os atributos da Proposta, em cada quesito ou subquesito elencados no Edital.

8.3.1.6. A Proposta Técnica está limitada ao máximo de 100 (cem) pontos e será apurada segundo a soma dos pontos dos quesitos ou subquesitos.

8.3.2. PROPOSTA DE PREÇO

8.3.2.1. As Propostas de Preço das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e receberão no máximo 100 (cem) pontos.

8.3.3. JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS

8.3.3.1. O julgamento final das Propostas desta Concorrência será feito de acordo com o procedimento previsto para o tipo de licitação "técnica e preço", conforme a Lei Federal nº 14.133/21 e critérios estabelecidos no Edital.

8.4. Para **fins de habilitação**, serão analisadas:

8.4.2. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

8.4.3. Para fins de **qualificação técnica** serão exigidos os seguintes documentos:

8.4.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa prestado ou estar prestando serviços de comunicação, publicidade e marketing, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

8.4.2.1.1. Considera-se em quantidades compatíveis, atestados que comprovem ter a licitante planejado e executado ações de publicidade, utilizando ao menos dois dos seguintes veículos de comunicação existentes no mercado de comunicação de massa: TV, Rádio, Revistas ou Jornais, eletrônicos ou não, Mídia Out Of Home sendo ao menos uma ação que envolva a mídia TV e outra a mídia rádio.

8.4.3.2. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado - no original ou em cópia reprográfica autenticada, ou cópia a ser autenticada pela Comissão de Licitação, à vista do original.

576

CONTRATADA, bem como para o caso de não serem atingidos os padrões de qualidade previstos na avaliação trimestral descrita no subitem **5.9.3** e no **Anexo Único** deste Termo de Referência.

10.9. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA.**

10.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.11. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do **CONTRATANTE** pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.12. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.13. As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.

10.14. No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.2,** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens**, 10.5, 10.7, 10.8 e/ou 10.9.**

10.15. As multas terão seus valores apurados na data da infração.

10.16. Para fins de atualização monetária para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.

11. DISPISÇÕES GERAIS

11.1. A Administração reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos contantes na Lei Federal 14.133/2021.

11.3. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias/BA, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Candeias, Bahia, .. de ..... de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretoria Administrativa

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

PARECER JURÍDICO

Consulente: Câmara Municipal de Candeias/BA.

Consultado: Procuradoria Jurídica

Objeto: Exame do Processo Administrativo de Licitação – Concorrência nº 001/2025, para Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Processo Administrativo nº 035/2025.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO LICITATÓRIO CUJO DESIDERATO ARVORA-SE NA CONTRATAÇÃO DE Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

. CONCORRÊNCIA. ART. 53 DA LEI 14.133/2021. CONTROLE DE LEGALIDADE. REQUISITOS LEGAIS. POSSIBILIDADE.

I – INTROÍTO:

Trata-se de requesto originário da Diretoria Administrativa acerca da legalidade do Processo Administrativo nº 035/2025, o qual tem por modalidade o Concorrência, cujo critério de julgamento é o técnica e preço, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto consiste na contratação de Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Ante o que dispõe o art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria Jurídica para análise e parecer.

II – PARECER:

Antes de abordarmos o teor dos instrumentos e atos acostados aos autos do processo administrativo ora submetido, imperioso se faz tecer algumas considerações de cunho preliminar, as quais denotam a conclusão do presente juízo de valor.

O processamento da licitação, seja qual for à modalidade eleita, exige a prévia fixação de condições que se prestarão, no caso concreto, a reger o certame, assegurando não só o alcance do que se deseja contratar, como também recebam os diversos participantes um tratamento transparente e igualitário.

O instrumento convocatório, como genericamente se denomina o ato convocatório da licitação, tem por objetivos, assim, estabelecer *a priori* regras que deverão ser seguidas pela comissão de licitação numa situação específica, estabelecendo critérios

destinados a avaliar as condições dos licitantes e a vantagem das propostas que serão oportunamente apresentadas. Abordando o tema em comento, assevera CARLOS ARY SUNDFELD (*in* "Licitação e Contrato Administrativo" - Malheiros Editores, 1994 - pág. 98) que *"A licitação tem início com a divulgação do ato convocatório, denominado edital (ou, no caso específico das licitações por convite, de Pregão Presencial), destinado a normatizar com antecipação tanto o seu desenvolvimento como o regime da futura relação contratual"*.

Possui o instrumento convocatório, como se percebe, a função de regular, numa hipótese dada, a condução do procedimento e a celebração do contrato que em decorrência será futura e oportunamente celebrado. Necessário ver-se, no entanto, que a norma interna da licitação não afasta a aplicação de regras inscritas na *Lei de Licitações e Contratos* até porque esta lhe serve de base para a elaboração e não pode haver conflito entre ambas, o que, se vier a ocorrer, ensejará inapelavelmente a nulidade de dispositivo ou de todo o instrumento.

Destarte, visando a proporcionar o resultado almejado, qual seja a contratação, deve o *instrumento convocatório* reunir um conjunto de condições mínimas que criarão, para a informatização e para os participantes, uma necessária vinculação. Em se tratando do *edital* - espécie do gênero instrumento convocatório -, impõe a Lei nº 14.133/2021 um conteúdo básico que se acha explicitado em seu art. 25 e que serve, se bem observado, como um roteiro para a composição do *edital*, evitando omissões lesivas ao interesse do órgão ou entidade licitadora.

A contribuição da Procuradoria Jurídica consiste primordialmente em identificar eventuais riscos sob a perspectiva jurídica e sugerir ações a serem tomadas para resguardar a autoridade assessorada. Nesse particular, é de competência da autoridade responsável avaliar a magnitude dos riscos que eventualmente existam e decidir, de acordo com a conveniência e oportunidade, quando não houver ilegalidade, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, se deve ou não adotar as precauções recomendadas. O parecer jurídico oferece subsídios e orientações para amparar a tomada de decisão antecitada, visando assegurar a integridade do processo e a observância das normas legais pertinentes.

Logo, imperioso consignar que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente debruçou-se sobre os elementos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos (Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU):

> *A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando- se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*

Do breve perlustrar dos fólios, é possível inferir que as diretrizes técnicas mencionadas neste processo, incluindo detalhes sobre o objeto da contratação, suas especificações, requisitos e estimativa de preço, foram devidamente estabelecidas pelo setor competente do órgão. Essas determinações são embasadas em parâmetros técnicos objetivos, visando alcançar o melhor cumprimento do interesse público.

Feitas as considerações assinaladas ao norte, passemos à análise das questões estritamente jurídicas, com fulcro no Novo Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021.

DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a

exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. Nesse contexto, o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação.

Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomenda-se, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial

b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,

c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Portanto, cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Neste sentido, para fins de orientação de boas práticos, cumpre destacar o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU), que assim consignou:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto e em relação ao Termo de Referência.

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

O Estudo Técnico Preliminar, tem como objetivo precípuo descrever detalhadamente as análises realizadas em relação às condições da contratação, abordando aspectos como necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e outras características relevantes. Além disso, busca demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação em questão.

O Gestor responsável é encarregado de analisar o Estudo Técnico Preliminar e, com base em suas conclusões, determinar o modelo mais vantajoso para a Administração Pública em relação ao objeto a ser contratado. Isso deve ser feito de acordo com as normas e regulamentações estabelecidas na Lei 14.133/2021.

Então, considerando o disposto em normativo municipal vocacionado a regulamentar a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do respectivo ente, verifica-se que o ETP acostado aos autos preenche os requisitos legais, porquanto consta os elementos necessários exigidos pela legislação de regência.

DO DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA:

O Documento de Oficialização de Demanda (DFD) é um registro formalizado pela unidade demandante que tem a finalidade de apresentar e justificar a necessidade da contratação para atender a determinada demanda ou serviço. Nesse sentido, sua função é documentar a solicitação e fornecer justificativas claras e objetivas sobre a escolha da contratação, considerando critérios como capacidade técnica, experiência, preço, qualidade,

184

entre outros. Trata-se de documento de extrema importância, fundador do processo de contratação, assegurando a transparência e a legalidade do procedimento.

In casu, verifica-se que o documento de oficialização preso aos autos demonstrou a necessidade real, contendo o detalhamento da necessidade do setor Requisitante, solução contratual a ser atendida pela empresa especializada a ser contratada, com a descrição da fonte orçamentária e eventual justificativa da contratação.

DO TERMO DE REFERÊNCIA:

De acordo com a Nova Lei de Licitação, o Termo de Referência é um documento essencial no processo licitatório. Ele deve conter as justificativas técnicas para a contratação, fornecendo as informações necessárias para que os licitantes possam compreender o objeto da licitação de forma completa e precisa, conforme depreende-se da leitura do inciso XXIII, do art. 6°, da Lei n° 14.133/2021.

O Termo de Referência deve descrever detalhadamente o objeto da contratação, incluindo suas especificidades, forma de entrega, modalidade de pagamento, modelo de gestão e quaisquer outros requisitos relevantes. É importante que todas as informações estejam claramente indicadas no documento para garantir que os licitantes possam apresentar suas propostas de forma adequada e compatível com as necessidades da Administração Pública.

Além disso, o Termo de Referência deve estabelecer os critérios necessários para habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômica dos licitantes, ou seja, os requisitos que as empresas devem cumprir para demonstrar que têm a capacidade e o conhecimento necessário para executar o objeto da licitação.

Todas as informações e critérios presentes no Termo de Referência serão replicados no edital convocatório – em seu corpo ou em documento independente -, que é o documento oficial que convoca os interessados a participar da licitação. Dessa forma, o edital

deve ser claro e consistente com o conteúdo do Termo de Referência, garantindo a lisura e a transparência do processo licitatório.

Nesse sentido, verifica-se que o Termo de Referência disposto no procedimento em voga possui os requisitos previstos em Lei. No entanto, com relação às exigências e especificações técnicas descritas no referido Termo de Referência acostado aos autos, em virtude da ausência de conhecimentos técnicos específicos por parte desta assessoria jurídica, para fins de análise da qualidade e garantia dos produtos, como também os critérios técnicos para habilitação relativo aos quantitativos e demais exigências, são de exclusiva responsabilidade dos agentes competentes para a prática do ato administrativo.

O processo de contratação de empresa se inicia a partir de um pedido formulado pelo setor técnico responsável, indicando o(s) objeto(s) pretendido (s), os respectivos quantitativos e demais especificações técnicas, com a apresentação das razões de interesse público que justificam a contratação, explicitando a necessidade pública a ser alcançada, demonstrado no Termo de Referência.

Quanto ao Termo de Referência, especificamente, importa assinalar que as especificações dos itens trazem definições de forma precisa, suficiente e clara, sendo vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a participação de competidores na concorrência.

Para tanto, verifica-se o detalhamento do objeto pretendido de forma clara e precisa indicado no Termo de Referência, sendo assim especificado: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

186

É importante destacar que a decisão de contratação é de responsabilidade exclusiva do demandante, porém, é necessário enfatizar que é vedado direcionar a contratação para marcas específicas sem similaridade ou características exclusivas, exceto quando houver uma justificativa técnica plausível.

Conforme previsto no artigo 41, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve garantir a isonomia e a competitividade no processo licitatório. Portanto, não é permitido favorecer ou restringir a participação de empresas ou marcas de forma injustificada.

A exceção ocorre quando a demanda requer especificações técnicas ou características únicas que tornem uma marca específica a única opção adequada para atender às necessidades da Administração. Nesses casos, é fundamental que a justificativa técnica seja bem fundamentada e transparente, demonstrando a necessidade daquela marca específica e garantindo que não se trata de um direcionamento injustificado.

A observância dessas diretrizes assegura a lisura e a transparência do processo licitatório, além de estimular a livre concorrência e a oferta de soluções diversas que possam atender melhor ao interesse público.

DA CONCORRÊNCIA:

A concorrência é uma modalidade de licitação prevista na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 28, inciso II) que apresenta vantagens significativas para garantir a competitividade, transparência e eficiência no processo de contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia por órgãos públicos.

Ao realizar o a Concorrência, os princípios da igualdade, segurança jurídica e julgamento objetivo são preservados, pois todos os licitantes têm a oportunidade de participar do processo em igualdade de condições. O atendimento aos princípios do artigo 5º da nova lei é essencial para garantir a legalidade e a legitimidade de todo o procedimento licitatório. Esses princípios incluem a impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público,

probidade administrativa, transparência, celeridade, entre outros, que norteiam a conduta da Administração Pública e asseguram a lisura e o bom uso dos recursos públicos.

Com a devida observância dos princípios e do rito procedimental estabelecido na lei, a concorrência se mostra como uma modalidade ágil e eficiente, proporcionando uma ampla concorrência entre os licitantes e resultando na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a adoção da concorrência contribui para a seleção de fornecedores de qualidade e a economia de recursos públicos, além de garantir a segurança e a previsibilidade dos processos licitatórios.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

A Administração Pública, assim, deverá considerar, para a definição do objeto que melhor se adeque ao seu interesse. Então, para o presente caso, a Administração optou por utilizar o critério de julgamento MELHOR TÉCNICA, nos termos do art. 33, III, da Lei 14.133/21:

> *Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com osseguintes critérios:*
>
> *I - menor preço;*
>
> *II - maior desconto;*
>
> ***III - melhor técnica ou conteúdo artístico;***
>
> *IV - técnica e preço;*
>
> *V - maior lance, no caso de leilão;*
>
> *VI - maior retorno econômico.*

Reitere-se que, a nova Lei de Licitações determina que um dos objetivos do processo licitatório é a obtenção da proposta apta a produzir o resultado de contratação mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto. Assim, cabe à Administração,

na etapa preparatória, considerar o ciclo de vida do objeto pretendido, qualquer que seja a modalidade licitatória eleita.

> *Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*
> *I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

No que tange à instrução processual preparatória do certame, com base nos documentos elencados e normas aplicáveis, a teor do disposto na Lei nº 14.133/21, passamos a dispor.

Dentre os documentos que compõe obrigatoriamente o processo administrativo relativo à concorrência, identificamos a presença da autorização da abertura de licitação pela autoridade competente, bem como o termo de autuação de abertura do processo e destaque orçamentário com previsão específica.

Cabe ao setor técnico competente avaliar se há dentre as exigências para o serviço de cada item, especificações que limitem a competição, bem como exigências de aceitação da proposta e garantias que limitem a competitividade.

Especificamente quanto ao objeto a ser licitado, devemos ressaltar que cabe ao órgão solicitante avaliar a necessidade dos serviços descritos, segundo levantamento realizado pela equipe competente, dimensionando o quantitativo para a avaliação da estimativa da despesa.

É de responsabilidade da equipe técnica relacionada ao objeto contratual realizar pesquisas a fim de identificar as mais avançadas e eficientes soluções disponíveis no mercado. Essas soluções devem priorizar a longevidade dos produtos ou serviços entregues, destacando a importância da economicidade no processo de contratação, buscando a eficiência e a melhor opção para atender às necessidades da Administração. Nem sempre a escolha se limita apenas ao menor preço, pois é imprescindível considerar também a qualidade

da solução, o ciclo de vida do produto ou serviço e as despesas futuras de manutenção e conservação.

Assim, ao elaborar o edital, a equipe técnica assegura que todas as formalidades legais foram cumpridas. Dessa forma, respeita-se os princípios fundamentais que regem a Administração Pública, como a legalidade, que garante a conformidade com a legislação vigente; a eficiência, que busca a otimização dos recursos; a segurança jurídica, que confere previsibilidade e estabilidade aos atos administrativos; e o interesse público, que deve ser sempre o objetivo final das contratações.

Ao considerar todos esses aspectos, a equipe técnica contribui para que o processo licitatório seja conduzido de maneira transparente, competitiva e que resulte na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A análise criteriosa dos aspectos técnicos e econômicos é fundamental para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos e o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

DA INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS:

Outro aspecto destacado é a necessidade de apresentar a comprovação da disponibilidade de recursos orçamentários, indicando as rubricas específicas.

De acordo com a Constituição Federal, nos incisos I e II do artigo 167, é expressamente proibido iniciar programas ou projetos que não estejam previstos na Lei Orçamentária Anual, bem como realizar despesas ou assumir obrigações que ultrapassemos créditos orçamentários disponíveis ou adicionais.

Essa exigência é fundamental para garantir a responsabilidade fiscal e a gestão adequada dos recursos públicos. A Administração Pública deve assegurar que possui os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas decorrentes das contratações, evitando assim o comprometimento das finanças do órgão e a realização de gastos sem amparo orçamentário.

Dessa forma, ao comprovar a existência de recursos orçamentários e indicar as rubricas específicas, a Administração Pública cumpre com os princípios de legalidade, responsabilidade e transparência, assegurando que as contratações estejam devidamente alinhadas com a disponibilidade financeira do órgão e em conformidade com a legislação vigente. Isso contribui para a gestão eficiente dos recursos públicos e a promoção do interesse coletivo.

Semelhante disposição encontra-se nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

> *Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.*
>
> *Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:*
>
> *I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*
>
> *II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*
>
> *§ 1º Para fins desta Lei Complementar, considera-se:*
>
> *I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*
>
> *II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos e prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.*
>
> *§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.*
>
> *§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Ao exigir a previsão ou indicação da disponibilidade orçamentária como requisito para a realização da licitação, o legislador teve o objetivo de evitar situações em que obras, serviços ou compras fossem licitados ou contratados pela Administração Pública, mas posteriormente não pudessem ser iniciados ou concluídos devido à falta de recursos adequados. Essa condição poderia levar à revogação da licitação ou à rescisão do contrato com a empresa contratada, causando prejuízos e custos para ambas as partes e comprometendo o desenvolvimento de ações e projetos administrativos, além de prejudicar o atendimento ao interesse público.

Neste procedimento em análise, verifica-se a existência de previsão orçamentária que indica a programação orçamentária da despesa e detalha os elementos referentes à despesa orçamentária. Ao fornecer essa informação, a Administração Pública assegura que há recursos financeiros disponíveis e previstos para cobrir os gastos decorrentes da licitação e contratação.

Dessa forma, a exigência de previsão orçamentária atende aos princípios de legalidade, responsabilidade e transparência, garantindo que as contratações estejam em conformidade com as condições financeiras do órgão e evitando problemas futuros relacionados à falta de recursos.

DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, aborda os critérios a serem considerados durante a elaboração da minuta do edital, estabelecendo diretrizes importantes para esse processo. Esse artigo inclui um parágrafo específico, o §1º, que autoriza expressamente a utilização de minutas padronizadas, desde que a natureza do objeto licitado permita essa abordagem.

Em outras palavras, o legislador reconhece a utilidade das minutas padronizada em certas situações, ou seja, modelos pré-definidos de editais que podem ser adaptados e utilizados em licitações com objetos semelhantes. Isso é particularmente benéfico para processos licitatórios que envolvem aquisição de bens ou serviços com características e requisitos comuns, tornando mais eficiente e ágil a preparação do edital.

A autorização para o uso de minutas padronizadas busca promover a padronização e a uniformidade nos procedimentos de licitação, economizando tempo e recursos administrativos. Isso é especialmente relevante em situações em que diversos órgãos ou entidades governamentais têm demandas semelhantes e podem utilizar a mesma minuta como ponto de partida para seus editais.

Contudo, é essencial que, ao adotar uma minuta padronizada, a Administração Pública avalie cuidadosamente se as especificidades do objeto licitado estão adequadamente contempladas no modelo utilizado, garantindo que o edital atenda plenamente às necessidades da contratação em questão.

Dessa forma, a utilização de minutas padronizadas, quando apropriada, pode ser uma prática benéfica para otimizar a elaboração de editais e garantir a conformidade com os requisitos legais, assegurando, assim, processos licitatórios mais eficientes e transparentes.

Já o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

> *a) justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto*
> *b) justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;*
> *c) justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e*
> *d) justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.*

Assim, podemos concluir que todas as formalidades previstas no edital analisado foram devidamente cumpridas. Nenhum vício de legalidade foi identificado que capaz de prejudicar o procedimento licitatório, o que assegura a conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública, como a legalidade, eficiência, segurança jurídica e o interesse público.

A versão do edital e todos os seus anexos estão adequadamente redigidos, contendo todas as cláusulas necessárias para que sejam compreendidos e implementados de maneira eficaz, garantindo assim a observância integral da Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos.

Essa análise detalhada assegura que o processo licitatório está de acordo com a legislação vigente, garantindo a transparência, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Além disso, a estrita observância da lei contribui para a gestão responsável dos recursos públicos e para a realização de contratações que atendam plenamente às necessidades da Administração e aos interesses da sociedade como um todo.

Portanto, pode-se concluir que o edital em questão está devidamente embasado em normas legais, respeitando os princípios basilares da Administração Pública, e está pronto para conduzir um processo licitatório justo, transparente e alinhado com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

DA MINUTA DO CONTRATO:

A minuta do contrato, deverá contém as cláusulas necessárias, com base no art. 92 da Lei nº 14.133/2023, quais sejam:

> *Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:*
> *I - o objeto e seus elementos característicos;*
> *II- a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for ocaso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

> *XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;*
>
> *XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos sem regulamento;*
>
> *XIX - os casos de extinção.*

Portanto, a competente minuta contratual deve conter, por imperativo legal todos os elementos insertos nos incisos do art. 92, da Lei nº 14.133/2021. No caso em vértice, verifica-se que a minuta contratual atende todos os requisitos insculpidos nos incisos do art. 92, da retromencionada lei.

DO SERVIÇO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – LEI Nº 12.232/2010

A licitação para a contratação de serviços de publicidade é um tema que demanda atenção especial devido à sua natureza peculiar, que envolve tanto a criatividade quanto a técnica. Diferentemente de outras contratações públicas, em que o critério de menor preço pode ser um fator determinante para a seleção da proposta mais vantajosa, no caso da publicidade, a avaliação deve considerar critérios qualitativos que garantam a efetividade da comunicação institucional e o interesse público. Nesse sentido, a Lei nº 12.232/2010 estabelece normas específicas para a licitação e execução dos contratos de publicidade, buscando assegurar a transparência, a impessoalidade e a eficiência na divulgação de informações de interesse coletivo.

Um dos pontos fundamentais ao se discutir a licitação para serviços publicitários é a distinção entre a contratação integrada e a contratação fragmentada de atividades relacionadas à publicidade. Quando a administração pública busca contratar a publicidade em sua totalidade, desde a criação até a veiculação das campanhas, deve obrigatoriamente seguir a Lei nº 12.232/2010, que estabelece diretrizes para a seleção da agência de publicidade. Essa legislação veda expressamente o critério de menor preço, uma vez que o objeto da licitação exige julgamento por fatores que vão além do custo financeiro,

abrangendo aspectos técnicos e estratégicos que garantam maior impacto e eficiência na comunicação institucional.

Por outro lado, quando a administração pretende contratar apenas partes do serviço publicitário, sem a integração de todas as atividades envolvidas, a recomendação é seguir as regras gerais da Lei nº 14.133/2021. No entanto, essa fragmentação da contratação exige um planejamento rigoroso para evitar o fracionamento indevido da despesa, o que poderia configurar uma prática irregular, comprometendo a legalidade do processo e gerando questionamentos jurídicos. Além disso, a pulverização de contratações pode resultar em falta de coerência nas ações publicitárias do órgão público, prejudicando a padronização da comunicação e reduzindo a efetividade da mensagem transmitida à população.

Outro aspecto relevante é a subcontratação de serviços de execução externa no contexto da publicidade oficial. A Lei nº 12.232/2010 permite que agências contratadas pelo poder público subcontratem determinados serviços necessários para a realização das campanhas, desde que os fornecedores estejam previamente credenciados pelo órgão competente. Essa exigência visa garantir maior controle sobre as contratações, evitando a seleção de fornecedores sem qualificação adequada e prevenindo eventuais fraudes ou favorecimentos indevidos. A transparência no processo de subcontratação é essencial para que os princípios da legalidade e da moralidade administrativa sejam preservados.

Além das questões normativas, a publicidade institucional precisa respeitar os limites impostos pela Constituição Federal, que veda a promoção pessoal de agentes públicos. Isso significa que as campanhas de comunicação devem ter como foco o interesse público, promovendo a divulgação de informações relevantes para a sociedade, sem exaltar a figura de gestores ou autoridades. Esse princípio reforça a necessidade de um planejamento criterioso das ações publicitárias, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e ética.

Ademais, deve-se destacar a importância da Subcomissão Técnica, a qual é responsável pela avaliação das propostas técnicas. A subcomissão técnica desempenha um papel fundamental na licitação para a contratação de serviços de publicidade, sendo um

mecanismo essencial para garantir a imparcialidade e a qualidade na escolha da agência que prestará o serviço. Regulada pela Lei nº 12.232/2010, essa comissão é responsável por avaliar e julgar as propostas técnicas apresentadas pelos concorrentes, assegurando que a seleção seja baseada em critérios objetivos e na capacidade real das agências de atender às necessidades da administração pública.

Um dos principais motivos para a exigência da subcomissão técnica é a natureza peculiar dos serviços de publicidade, que não podem ser avaliados exclusivamente pelo critério de menor preço. Diferentemente da contratação de bens ou serviços padronizados, a publicidade envolve aspectos criativos, estratégicos e comunicacionais que devem ser analisados por especialistas, capazes de identificar a proposta mais eficaz e inovadora para atingir os objetivos da administração pública. Dessa forma, a avaliação técnica se torna o fator determinante na licitação, garantindo que a agência escolhida possua a qualificação e a experiência adequadas para desenvolver campanhas eficientes e de interesse coletivo.

A Lei nº 12.232/2010 estabelece que a subcomissão técnica deve ser composta por três ou cinco membros. Essa composição garante maior imparcialidade no julgamento, reduzindo o risco de direcionamento da licitação e aumentando a transparência do processo. Além disso, os integrantes devem ser escolhidos por meio de sorteio público, procedimento que impede favorecimentos indevidos e assegura que a avaliação técnica ocorra com base na competência dos candidatos e não em critérios políticos ou subjetivos.

Outro aspecto relevante é que a subcomissão técnica atua de maneira autônoma, analisando as propostas sem interferências externas. Seu julgamento é baseado em critérios previamente definidos no edital, como criatividade, adequação ao briefing fornecido e capacidade de execução do serviço. Com isso, evita-se que a licitação seja conduzida de forma meramente burocrática, permitindo que a administração contrate a agência mais qualificada para atender ao interesse público.

Diante desses pontos, a subcomissão técnica é um elemento essencial para garantir a transparência, a qualidade e a isonomia no processo de licitação de serviços

publicitários. Sua atuação impede que critérios subjetivos ou políticos influenciem a escolha da agência, assegurando que a decisão final seja pautada na competência técnica e na capacidade de entregar uma comunicação eficiente e de alto impacto para a sociedade. Assim, o papel da subcomissão reforça o compromisso da administração pública com a legalidade, a eficiência e a moralidade na gestão dos recursos destinados à publicidade institucional.

In casu, da leitura do caderno processual e dos documentos que o acompanham, é possível verificar que o processo licitatório segue as diretrizes impostas pelas Leis nºs 12.232/2010 e 14.133/2021.

Diante desse contexto, a contratação de serviços de publicidade deve ser conduzida com base em critérios que assegurem tanto a qualidade do serviço quanto a regularidade jurídica do procedimento licitatório. A escolha do regime legal adequado, a observância dos princípios constitucionais e a transparência no processo de contratação são elementos essenciais para garantir que a publicidade oficial cumpra seu papel de informar a sociedade de maneira eficiente, sem comprometer os valores fundamentais da administração pública.

III - CONCLUSÃO

Ex positis, ante os fundamentos fáticos e jurídicos neste parecer delineados, opinamos pela continuidade do certame licitatório, desde que sobrevenham os ajustes recomendados, a partir dos quais, nada obstará a aprovação das minutas em apreço, pelo que subscrevemos e rubricamos todas as folhas.

Sem embargos de opiniões contrárias, é a nossa modesta opinião.

Candeias, Bahia, 10 de abril de 2025.

JUNO BARBOSA LEITE
Procurador Jurídico

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

GABINETE DA PRESIDENTE

DESPACHO

A/C: Agente de Contratação

REFERÊNCIA: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao principio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Tendo em conta o teor do parecer emitido pela Procuradoria Jurídica, opinando pela viabilidade jurídica da continuidade do processo em análise, iniciando, agora, a sua fase externa, AUTORIZO a publicação do instrumento convocatório e todos os seus anexos, bem como a adoção dos demais atos necessários à conclusão do procedimento em vértice.

Ultimadas tais providências, retornem os autos ao Gabinete para deliberação.

Candeias, Bahia, 10 de abril de 2025.

Rosana de Souza Silva
PRESIDENTE

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

CNPJ: 13.612.254/0001-02

CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Candeias avisa aos interessados que realizará licitação no dia 08/07/2025 às 10:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Candeias, situada na Av. dos Três Poderes, s/n, Ouro Negro, Candeias – Bahia, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, sob a modalidade Concorrência, tendo como objeto a escolha da melhor proposta para Contratação de empresa especializada na Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos. Todas as informações necessárias poderão ser obtidas no local acima indicado ou através do fone: 71-3190-3995, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas. Edital disponível no site https://transparencia.camaracandeias.ba.gov.br/

Candeias, 06 de maio de 2025.

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICACOES
JA:219042030
182

Câmara Municipal de Candeias - Bahia

201

Atos Administrativos

ANO XIII - Edição Nº 11
BAHIA - 07 de Maio de 2025 - Quarta-feira

Câmara Municipal de Candeias publica:

- *CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025*



ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

CNPJ: 13.612.254/0001-02

CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Candeias avisa aos interessados que realizará licitação no dia 08/07/2025 às 10:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Candeias, situada na Av. dos Três Poderes, s/n, Ouro Negro, Candeias – Bahia, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, sob a modalidade Concorrência, tendo como objeto a escolha da melhor proposta para Contratação de empresa especializada na Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos. Todas as informações necessárias poderão ser obtidas no local acima indicado ou através do fone: 71-3190-3995, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas. Edital disponível no site https://transparencia.camaracandeias.ba.gov.br/

Candeias, 06 de maio de 2025.

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

203

MECÂNICO É MORTO EM PERSEGUIÇÃO NA AV. 29 DE MARÇO

TIROS Uma perseguição com tiros assustou quem estava na Avenida 29 de Março, em Salvador, na manhã de segunda-feira (5). No caso, um homem identificado como Eric da Silva Santos, 21 anos, estava em uma moto quando tentava fugir de criminosos que atiraram contra ele na avenida. A vítima caiu da moto e acabou falecendo no local.

Eric era morador da região e, segundo informações iniciais, trabalhava como mecânico. A informações foi confirmada pela Polícia Militar da Bahia (PM-BA) que informou o acionamento de agentes da 50ª CIPM para averiguar a situação. O caso será investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

MÃE É PRESA APÓS LEVAR BEBÊ MORTO PARA HOSPITAL

VIOLÊNCIA Uma mulher foi presa em flagrante, após levar a filha, um bebê de apenas nove meses, até uma unidade de saúde. A criança chegou ao hospital sem sinais vitais. O caso foi registrado em Nova Viçosa, no Extremo Sul do estado.

Até o momento, as investigações são conduzidas para apurar o crime como abandono de incapaz. Ângela Santos Gusmão deu entrada no Hospital Municipal de Nova Viçosa sem vida, na segunda-feira (05).

Segundo a Polícia Civil (PC), a mãe da criança relatou que ela teria se afogado em uma banheira após engatinhar até o local. No entanto, a equipe médica acionou a polícia após identificar marcas no corpo da menina.

HOMEM É EXECUTADO POR TRAFICANTES

LOBATO-PIRAJÁ Um homem, ainda não identificado, foi executado a tiros na ligação Lobato-Pirajá, em Salvador, na madrugada de ontem (6). A vítima foi encontrada com diversas marcas de disparos e com braços amarrados em área que dá acesso a BR-324. Ao serem acionados, policiais da 9ª Companhia Independente (CIPM) encontraram a vítima sem vida.

O homem morto teria sido sequestrado por traficantes, de acordo com uma fonte policial. O viaduto da ligação Lobato-Pirajá é um ponto usado por bandidos para desova e execuções pela facilidade em chegadas e saídas rápidas do local. A 3ª Delegacia de Homicídios/BTS investiga o crime.

Avião arremete após tentativa de pouso

SUSTO Um avião da Latam arremeteu após uma tentativa de pouso no Aeroporto de Salvador na manhã de ontem (6). A manobra foi realizada por volta das 10h20, em meio às fortes chuvas que atingem a capital baiana, e assustou os passageiros.

Uma das pessoas que estava no voo era a jornalista Maíra Azevedo, conhecida como Tia Má. Ela desabafou nas redes sociais sobre o episódio: "O avião chega em Salvador, mas não pode pousar por conta da chuva! Misericórdia!", disse. "Já desci e deu tudo certo! Mas, até abrir a porta... foi a maior tensão", contou depois.

Uma das pessoas que estava no voo era a jornalista Maíra Azevedo. Ela desabafou nas redes sociais

O aeroporto informou que a infraestrutura das pistas está funcionando normalmente e a decisão de pousar ou não naquele momento foi do piloto e da companhia aérea. O voo partiu de Congonhas, em São Paulo.

A reportagem procurou a Latam para ter mais detalhes da ocorrência, mas não teve retorno.

De acordo com Sosthenes Macedo, diretor geral da Defesa Civil de Salvador, a chuva deverá dar uma trégua amanhã (8) e na sexta-feira (9). Entre sábado (10) e domingo (11), a previsão é de céu parcialmente nublado com chuvas fracas a moderadas, a qualquer hora do dia. As temperaturas deverão variar entre 24°C e 30°C.

O tempo chuvoso acontece devido à atuação de um sistema de baixa pressão sobre o oceano Atlântico, o que favorece o aumento da nebulosidade e a ocorrência de chuvas.

Quatro linhas de ônibus terão atendimento reforçado a partir de hoje

TRANSPORTE A Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob) irá reforçar o atendimento em quatro linhas da cidade a partir de hoje (7). As linhas dão atendimento às regiões da Engomadeira, São Marcos, Estação Pirajá e Cajazeiras VIII, e visam melhorar o atendimento e adequar a oferta de viagens à atual demanda destas linhas.

A linha 1215 - Engomadeira - Lapa, que atualmente realiza 72 viagens em dias úteis, passará a fazer 78 viagens, assim como a linha 1307 - Bosque Real x Jardim Placaford, que ampliará de 18 para 21 o número de viagens nos dias úteis.


Objetivo é adequar à oferta de viagens à demanda

A linha 1341 - Estação Pirajá x Barra 2, que aos domingos e feriados realiza 31 viagens, passará a fazer 33 viagens no mesmo período.

A linha 1405 - Estação Pirajá x Cajazeiras VIII, que faz 62 viagens em dias úteis, passará a realizar, a partir desta quarta-feira, 68 viagens no mesmo período.

"Este reforço na operação visa justamente melhorar o atendimento para os usuários destas linhas, adequando ao número de viagens à demanda de passageiros. Com isso, o cidadão fica menos tempo nos pontos, garantindo um atendimento melhor e uma frequência maior de transporte na localidade", explicou o titular da Semob, Pablo Souza.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONITINA
AVISO DE CREDENCIAMENTO 01/2025
...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURU
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 011/2025
...

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASCOTE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025
...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
...

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
...
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025
...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025
...

PREFEITURA MUNICIPALDE TREMEDAL - BAHIA
AVISOS DE ABERTURA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2025
...

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS/BA
CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025
...

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS BIOMÉDICOS DO ESTADO DA BAHIA - ABBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA COLEGIADA E CONSELHO FISCAL E OUTROS ASSUNTOS
...

AB HOLDING S/A
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
...

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

EDITAL

PROCESSO Nº 035/2025

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

TIPO: Técnica e preço.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS).

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

PROCESSO Nº 035/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, por intermédio da Diretoria Administrativa, neste ato representado pela Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 002/2025, torna público aos interessados que realizará **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, para contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda.

Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021.

HORA, DATA E LOCAL

Os invólucros contendo as Propostas Técnicas e de Preço deverão ser entregues pessoalmente, na sede da Câmara Municipal de Candeias, localizada na Avenida dos Três Poderes, s/n – Bairro: Ouro Negro – Candeias - Bahia, na sessão pública **marcada para as 10:00 horas do dia 08 de julho de 2025. Os documentos de Habilitação serão entregues pela agências classificadas, em dia e hora designada pela Comissão Contratação.**

GLOSSÁRIO

Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste Edital, ou em quaisquer de seus anexos, terão os seguintes significados:

COMISSÃO: Comissão de Contratação.

CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

LICITANTE/PROPONENTE: Empresa que apresenta proposta para este certame.

CONTRATADAS: Empresas vencedoras desta licitação em favor da qual for adjudicado o seu objeto.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.1.1. Também integram o objeto desta Concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

1.1.1.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas.

1.1.1.2. À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados.

1.1.1.3. À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.2. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos no subitem 1.1.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, o público- alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

1.1.3. Os serviços previstos no subitem 1.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações-públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.1.3.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem anterior o patrocínio de mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículo de comunicação e o patrocínio de transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, comercializados por veículo de comunicação.

1.2. Para a prestação dos serviços será contratada 01 (uma) agência de publicidade e propaganda, doravante denominada agência ou contratada.

1.3. A agência de propaganda contratada atuará consoante convocação da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

1.4. Os serviços objeto da presente Concorrência serão contratados com agência de publicidade e propaganda cujas atividades sejam disciplinadas pela Lei nº. 4.680/1965 e que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos da Lei nº. 12.232/2010.

1.5. As Agências não poderão subcontratar outra Agência de Propaganda para a execução dos serviços previstos no Item 1 – DO OBJETO, deste Edital.

1.6. A agência contratada atuará por conta e ordem da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.680/65, na contratação de fornecedores de serviços especializados e de veículos e demais meios de divulgação.

2. DO VALOR ESTIMADO E DA FONTE DE RECURSOS

2.1. O objeto desta Concorrência, no valor global estimado de **R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**, serão pagos com recursos provenientes do Orçamento das Ações do deste Poder Legislativo, com as seguintes Classificações Funcionais:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar desta Concorrência todo e sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no ramo do objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do presente Instrumento convocatório, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados, partes integrantes deste Edital.

3.2. Não será permitida a participação de empresas através de consórcio, cooperativa ou similares ou que sejam estrangeiras e não funcionem no país.

3.3. Não poderão participar da presente licitação, empresas que:

3.3.1 Sejam consideradas inidôneas ou suspensas para participar de licitação em qualquer órgão/entidade governamental, ou que estejam em processo de Recuperação Judicial, ou em Processo de Falência, sob Concurso de Credores, em Dissolução ou em Liquidação.

3.4. É vedada a participação de empresas cujos representantes legais ou sócios sejam servidores públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública da Câmara Municipal de Candeias, inclusive Fundações Instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, como concorrente, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios. Esta proibição é extensiva ao cônjuge e demais parentes até terceiro grau dos integrantes da Comissão de Licitação e de quaisquer outros servidores responsáveis diretamente pelos trabalhos e supervisão dos serviços.

3.5. A participação na presente Licitação implica para a licitante:

a) a confirmação de que recebeu da Comissão Especial de Contratação os documentos e informações necessárias ao cumprimento desta licitação;

b) a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos;

c) a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

d) a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.6. A licitante assume todos os custos de preparação e apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas exigidos nesta Concorrência, ressalvado que a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.7. Não serão recebidos nem aceitos invólucros entregues via Correio/SEDEX /FAX ou Correio Eletrônico.

3.8. As Propostas Técnicas e de Preço, bem como os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados por preposto da licitante com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida ou assinada digitalmente, de forma certificadam na forma da Lei competente. A não apresentação do referido instrumento não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome

da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

3.9. Nenhuma licitante poderá participar deste certame com mais de uma proposta.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇO

4.1. As Propostas Técnicas e de Preço deverão ser apresentadas à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO em 04 (quatro) invólucros distintos e fechados, os quais deverão estar identificados com as seguintes informações e conteúdo:

4.1.1. INVÓLUCRO "01" - PROPOSTA TÉCNICA (APÓCRIFA)

4.1.1.1. No invólucro "01" deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via **Não** Identificada, consistindo em: Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia, em consonância com o indicado no subitem 5.3 deste edital.

4.1.1.2. Só será aceito Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado em invólucro padronizado fornecido obrigatoriamente pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, por meio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, a pedido formal da licitante.

4.1.1.3. O invólucro padronizado deverá ser retirado pela licitante, até o 3º dia útil anterior à data prevista para a sessão de abertura da licitação, no seguinte endereço: Av. dos Três Poderes s/n, Bairro: Ouro Negro – Candeias – Bahia.

4.1.1.4. O invólucro "01" deverá ser entregue aberto, de acordo com as características padrões do invólucro, sem lacre e sem rubrica.

4.1.1.5. Para preservar o sigilo, até a abertura do invólucro "02", quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o invólucro "01" não poderá:

a) ter nenhuma identificação;

b) apresentar marca, sinal, etiqueta, cabeçalho, rodapé, ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante;

c) estar danificado ou deformado pelas peças, material e/ou demais documentos nele acondicionados, de modo a possibilitar a identificação da licitante.

4.1.1.6. À exceção da Ideia Criativa, todas as demais partes do Plano de Comunicação Publicitária, tais como o Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Estratégia de Mídia e Não Mídia deverão ser elaboradas nos seguintes padrões:

a) Em papel A4, branco, com 75 gr/m² a 90 gr/m², orientação retrato;

b) Espaçamento de 02 (dois) centímetros na margem esquerda e direita, a partir da borda;

c) Sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes;

d) Com textos justificados;

e) Com espaçamento "simples" entre as linhas;

f) Com texto e numeração de páginas em fonte "Arial", cor "Automático" tamanho 12 (doze) pontos;

g) Com numeração em todas as páginas, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna em algarismos arábicos, no canto inferior direito da página;

h) Em caderno único, utilizando espiral plástico na cor preta, colocado à esquerda;

i) Capa e contracapa em papel A4 branco, com 75 gr/m² a 90 gr/m², ambas em branco;

j) Sem qualquer identificação da licitante.

4.1.1.7. Fica vedada a utilização de nomes nos personagens das peças corporificadas, do Plano de Comunicação Publicitária, em especial para evitar a identificação dos sócios ou empregados das agências participantes do certame, sob pena de desclassificação.

4.1.1.8. Na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do Plano de Mídia e Não Mídia, poderão ser utilizadas as fontes tipográficas e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos e poderão ser editados em cores.

4.1.1.9. As peças que integram a Ideia Criativa devem ter formatos compatíveis com suas características, devendo adequar-se ao tamanho do invólucro "01".

4.1.1.10. Os subquesitos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráficos e/ou tabelas, observadas as seguintes regras:

a) Os gráficos e/ou tabelas poderão ser editados em cores;

b) Os dados e informações dos quadros e/ou tabelas devem ser editados na fonte "Arial", estilo "Normal", cor "Automático", tamanho "10 (dez) pontos";

c) As páginas referentes aos gráficos e/ou tabelas poderão ser impressos na orientação paisagem e apresentadas em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite previsto no subitem 4.1.1.12, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4;

4.1.1.12 Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Publicitária e da

relação e descrição das peças publicitárias estão limitados no conjunto a 10 páginas, ressalvado que não serão computadas nesse limite as páginas usadas apenas para separar os textos desses subquesitos.

4.1.1.13. Os textos do Estratégia de Mídia e Não Mídia não têm limitação quanto ao número de páginas.

4.1.2. INVÓLUCRO "02" - PROPOSTA TÉCNICA (IDENTIFICADA)

4.1.2.1. No Invólucro "02" deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, consistindo em: Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia, em consonância com o indicado no subitem 5.3, deste Edital.

4.1.2.2. O conteúdo indicado no subitem 5.3, deste Edital, exceto as peças que compõem a Ideia Criativa, deverá ser acondicionado em invólucro providenciado pela licitante, o qual poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo estar fechado, rubricado no fecho e ser identificado conforme abaixo:

INVÓLUCRO "02" PROPOSTA TÉCNICA – VIA IDENTIFICADA **PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA** **NOME DA LICITANTE/CNPJ CONCORRÊNCIA Nº _____–** **CÂMARA MUNICIPAL DE _____**

4.1.2.3. O Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada, sem os exemplos de peças e ou material da Ideia Criativa, deverá constituir-se em cópia da via não identificada, com as seguintes especificidades:

a) ter a identificação da licitante;

b) ser datado;

c) estar assinado na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.1.3. INVÓLUCRO "03" - PROPOSTA TÉCNICA

4.1.3.1. No invólucro "03" deverão estar acondicionados a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de que tratam os subitens 5.4, 5.5 e 5.6 deste Edital.

4.1.3.2. O conteúdo indicado no subitem 4.1.3, deste Edital, deverá ser acondicionado em invólucro providenciado pela licitante, o qual poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo estar fechado, rubricado no fecho e ser identificado conforme abaixo:

4.1.3.3. O conteúdo do invólucro "03" deverá ser acondicionado em um único volume com dimensões conforme necessário, em virtude de sua própria característica.

INVÓLUCRO "03" PROPOSTA TÉCNICA **CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO** **NOME DA LICITANTE/CNPJ** **CONCORRÊNCIA Nº _____– CÂMARA MUNICIPAL DE _____**

4.1.3.4. O invólucro "03" não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do invólucro "02".

4.1.3.5. O conteúdo do invólucro nº 03 deverá ser apresentado em um único caderno, numerado sequencialmente, a partir da primeira página interna, rubricado em todas as páginas e assinado na última por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.1.4. INVÓLUCRO "04" - PROPOSTA DE PREÇO

4.1.4.1. Os documentos indicados nos subitens 8.1 e 8.2, deste Edital, deverão ser acondicionados em invólucro providenciado pela licitante, o qual poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, devendo estar fechado, rubricado no fecho e ser identificado conforme abaixo:

INVÓLUCRO "04" PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA LICITANTE/CNPJ
CONCORRÊNCIA Nº _____
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

4.2. As propostas e os documentos deverão ser redigidos em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

4.3. No ato da entrega dos invólucros com as Propostas Técnicas e de Preço, o representante da licitante apresentará à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, documento que o credencia a participar do presente certame, com seu documento de identidade com fé pública.

4.4. Quando a representação for exercida na forma de seus atos constitutivos, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente.

4.5. Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, constando, no mínimo, os poderes descritos no modelo que constitui o Anexo II, deste Edital.

4.6. A licitante que não estiver devidamente representada nos termos descritos nos subitens acima não terá prejudicada a sua participação no certame, mas a pessoa que estiver no certame à sua ordem não terá voz ativa.

5. DA PROPOSTA TÉCNICA (INVÓLUCROS 01, 02 E 03)

5.1. A licitante deverá apresentar proposta técnica estruturada de acordo com os seguintes quesitos:

a) **Plano de Comunicação Publicitária (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não-Mídia);**

b) **Capacidade de Atendimento;**

c) **Repertório;**

d) **Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.**

5.2. O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser entregue completo e sem identificação da licitante no invólucro "01". O invólucro "02" deverá conter cópia identificada do Plano de Comunicação Publicitária encadernada, sem as peças referentes à ideia criativa. Os demais componentes da proposta técnica (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) deverão ser entregues no invólucro "03".

5.3. A licitante deverá apresentar Plano de Comunicação Publicitária elaborado com base no Briefing, constante no Anexo I, deste Edital, devendo o mesmo compreender os seguintes subquesitos:

5.3.1. Raciocínio Básico, que será consubstanciado em texto no qual a licitante apresentará:

a) diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS para enfrentar o desafio de comunicação;

b) sua compreensão sobre o objeto da licitação e, principalmente, sobre o desafio de comunicação a ser enfrentado e sobre os objetivos, geral e específicos, de comunicação expressos no Briefing (Anexo I).

5.3.2. Estratégia de Comunicação Publicitária, texto em que a licitante:

a) apresentará e defenderá o partido temático e o conceito que, de acordo com o seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução do problema específico de comunicação da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS;

b) explicitará e defenderá os principais pontos da estratégia de comunicação publicitária sugerida para a solução do problema específico de comunicação, especialmente o que dizer, a quem dizer, como dizer e que instrumentos, ferramentas e meios de divulgação utilizar.

5.3.3. Ideia Criativa: a licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de peças que corporifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação, observadas as seguintes disposições:

a) apresentar relação de peças e/ou material que julgar necessários para a execução da sua proposta de estratégia de comunicação publicitária, como previsto no subitem, 5.3.3 deste Edital, com comentários sobre cada peça e/ou material.

b) da relação prevista na alínea anterior, escolher e apresentar como exemplos as peças e ou material que julgar mais indicados para corporificar objetivamente sua proposta de

solução do desafio de comunicação, conforme explicitado na estratégia de comunicação publicitária.

5.3.3.1. Os comentários mencionados na alínea 'a' do subitem 5.3.3, deste Edital, estão circunscritos à especificação de cada peça e ou material e à explicitação das funções táticas que se pode esperar de cada peça e ou material.

5.3.3.2. Se a campanha proposta pela licitante prever número de peças e/ou material superior ao que pode ser apresentado 'fisicamente', conforme estabelecido na alínea 'a' do subitem 5.3.3.3, a relação prevista na alínea 'a' do subitem 5.3.3 deverá ser elaborada em dois blocos: um para as peças e/ou material apresentados como exemplos (peças corporificadas) e outro para o restante (peças não corporificadas).

5.3.3.3. Os exemplos de peças:

a) estão limitados a 10 (dez), independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça;

b) podem ser apresentados sob a forma de roteiro, layout e storyboard impressos, para qualquer peça, e de "monstro", storyboard impresso, storyboard animado ou animatic para tv, cinema, internet, rádio e demais meios.

c) 'boneca' ou layout montado dos materiais de não mídia.

5.3.3.4. As peças gráficas poderão ser impressas em tamanho real ou reduzido, desde que não haja prejuízo em sua leitura, sem limitação de cores, com ou sem suporte ou *passe-partout*. Peças que não se ajustem às dimensões do Invólucro nº 1 poderão ser dobradas.

5.3.3.5. Na elaboração de 'monstro' ou *layout* eletrônico para os meios sonoros, poderão ser inseridos todos os elementos de referência, tais como trilha sonora, ruídos de ambientação, voz de personagens e locução.

5.3.3.6. Na elaboração do *storyboard* animado ou *animatic,* poderão ser inseridas fotos e imagens estáticas, além de trilha sonora, voz de personagens e locução.

5.3.3.7. O 'monstro' ou layout eletrônico e o *storyboard* animado ou animatic deverão ser apresentados em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, executáveis em sistema operacional *Windows*.

5.3.3.8. Nessas mídias de apresentação (CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO) não poderão constar informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante, ou de qualquer anunciante, somente a marca do seu fabricante.

216

5.3.3.9. Caso a Licitante opte por apresentar as peças na forma de "monstro", layout eletrônico, *storyboard* animado ou animatic o CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, pode ser apresentado solto ou fixado nas "pranchas".

5.3.3.10. Fica a critério da Licitante apresentar todas as peças eletrônicas em uma única mídia ou cada peça em uma única mídia.

5.3.3.11. Caberá à licitante providenciar a mídia que julgar adequada.

5.3.3.12. Os exemplos não serão avaliados sob os critérios utilizados para peças finalizadas, mas apenas como referências das propostas a serem produzidas, independente da forma escolhida pela licitante para a apresentação.

5.3.3.13. Para facilitar seu cotejo, cada exemplo deverá trazer indicação do tipo de peça (exemplos: cartaz, filme TV, spot rádio, anúncio revista, banner internet), de acordo com as seguintes orientações:

a) texto em fonte Arial, cor preta, tamanho de 12 pontos;

5.4.4.14. Nos casos de "monstro" ou layout eletrônico e de storyboard animado ou animatic, que deverão ser apresentados em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, a indicação do tipo de peça deve ocorrer nos nomes dos arquivos salvos, caso a Licitante opte por apresentar o CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO, solto. Caso opte por apresentar fixado na prancha, além da indicação do tipo de peça nos nomes dos arquivos salvos deve também constar a indicação do tipo de peça na prancha.

b) uma vez que essas mídias devem ser apresentadas na condição original, somente com a marca do fabricante, conforme descrito anteriormente.

5.3.3.14. Para fins de cômputo das peças que poderão ser apresentadas fisicamente como exemplos, até o limite de 10 (dez), devem ser observadas as seguintes regras:

a) as reduções e variações de formato serão consideradas como novas peças;

b) cada peça apresentada como parte de um kit será computada no referido limite;

c) uma peça sequencial, para qualquer meio (a exemplo de anúncio para revista e jornal, banner de internet e painéis sequenciais de mídia exterior, tais como *outdoor*, envelopamento de veículo, adesivagem de finger, entre outros), será considerada 01 (uma) peça, se o conjunto transmitir mensagem única;

d) um *hotsite* e todas as suas páginas serão considerados 01 (uma) peça;

e) um filme e o *hotsite* que o hospeda serão considerados 02 (duas) peças;

f) um *banner* e o *hotsite* por ele direcionado serão considerados 02 (duas) peças.

g) Descrição de Áudio junto à apresentação de peça produzida, será considerado 01 (uma) peça.

5.3.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia constituída de:

a) texto em que, de acordo com as informações do Briefing, demonstrará capacidade para atingir os públicos prioritários da campanha (permitida a inclusão de tabelas e gráficos) e indicará o uso dos recursos de comunicação próprios da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS;

b) simulação de plano de distribuição das peças de que trata o item 5.3.3, deste Edital, acompanhada de tabelas, planilhas e texto com a explicitação das premissas adotadas e suas justificativas.

b.1) As páginas em que estiverem inseridos os gráficos, tabelas e planilhas da simulação do plano de distribuição das peças poderão ser apresentadas em papel A3 branco dobrado.

5.3.4.1. Da simulação deverá constar um resumo geral com informações sobre, pelo menos, o período de veiculação; os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em mídia, os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça, separadamente de mídia e não mídia.

5.3.4.1.1. Os valores ou custos indicados pelas licitantes que não correspondam aos efetivamente cobrados pelos veículos de comunicação, serão contabilizados como falha na elaboração da Estratégia de Mídia e Não Mídia, cabendo à Subcomissão Técnica diminuir a respectiva nota, nos termos do item a.4, "a", 6.3.1., deste Edital.

5.3.4.2. Todas as peças e/ou materiais que integrem a relação comentada prevista no subitem 5.3.3.2 deverão constar dessa simulação.

5.3.4.3. Em se tratando de não mídia, no resumo geral também deverão ser explicitadas as quantidades a serem produzidas de cada peça.

5.3.4.4. Na simulação de que trata a alínea "b" do subitem 5.3.4:

a) os preços das inserções em veículos de divulgação deverão ser os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do último Aviso de Licitação;

b) não devem ser incluídos na estratégia de mídia dessa simulação veículos de divulgação que não atuem com tabela de preços. Pode-se utilizar empresas de trading desk que possuam tabela, para simulação em plataformas que não trabalhem com tabela de preços;

c) deverá ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do Artigo 11, da Lei nº 4.680/1965;

d) deverão ser desconsiderados os custos internos e os honorários sobre os bens e serviços especializados prestados por fornecedores.

5.3.4.5. Para fins desta concorrência, consideram-se como Não Mídia os meios que não implicam a compra de espaço e ou tempo em veículos de divulgação para a transmissão de mensagem publicitária.

5.4. Capacidade de atendimento, textos nos quais a licitante apresentará:

a) relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante, com a especificação do período de atendimento de cada um deles;

b) a quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que serão colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de atuação; estudo e planejamento, criação, produção de rádio, TV e internet, produção gráfica, mídia e atendimento;

c) as instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução do contrato;

d) a sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pela licitante, na execução do contrato, incluídos os prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;

e) a discriminação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que colocará regularmente à disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sem ônus adicional, durante a execução do contrato.

5.5. Repertório, consubstanciado em apresentação, sob forma de peças e respectivas fichas técnicas, de um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados/expostos pela licitante.

5.5.1. Poderão ser apresentadas até **10 (dez) peças**, independente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça.

5.5.2. Para cada peça, deve ser apresentada uma ficha técnica com a indicação sucinta do problema que cada peça se propôs a resolver e a identificação da licitante, título, data de produção, período de veiculação/exposição e menção de pelo menos 01 (um) veículo/espaço que a divulgou/expôs.

5.5.3. O material em vídeo, os spots e/ou jingle, as peças de internet deverão ser fornecidos em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO; as peças gráficas impressas em proporções que preservem suas dimensões originais e sua leitura.

5.5.4. Qualquer página com os documentos e informações previstos no subitem acima poderá ser editada em papel A3 dobrado.

5.5.5. As peças não podem se referir a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

5.6. Os Relatos de Solução de Problemas de Comunicação deverão ser apresentados, até 02 (dois) cases, relatando, em no máximo, 02 (duas) páginas cada, soluções de problemas de comunicação

5.6.1. Os relatos deverão ser elaborados pela Agência em papel timbrado ou com sua identificação e terão de ser formalmente referendados pelos respectivos anunciantes e não podem se referir a ações de comunicação solicitadas e/ou aprovadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

5.6.2 A validação deverá ser feita no próprio Relato, e deverá constar, além do ateste dos relatos o nome empresarial do cliente, o nome do signatário, seu cargo/função e sua assinatura.

5.6.2. Para cada Relato, é permitida a inclusão de até 05 (cinco) peças e/ou material, independente do meio de divulgação, tipo ou caracteristica da peça, caso em que, se incluídos:

a) O material em vídeo, os spots e/ou jingle, as peças de internet deverão ser fornecidos em CD, DVD, PENDRIVE ou HD EXTERNO; as peças gráficas impressas em proporções que preservem suas dimensões originais e sua leitura.

b) Qualquer página com os documentos e informações na alínea acima poderá ser editada em papel A3 dobrado

5.6.3. Os Relatos não podem se referir a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

5.7. Os textos pertinentes ao Plano de Comunicação Publicitária estão limitados a 10 (dez) páginas, ressalvada a relação das peças de que trata o subitem 5.3.3 "a" e os textos, tabelas, gráficos e planilhas referentes às alíneas "a" e "b" do subitem 5.3.4 não serão computados nesse limite de páginas.

5.8. A critério da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, as campanhas publicitárias das Propostas vencedoras poderão ou não vir a serem produzidas e veiculadas, com ou sem modificações, quando da vigência do contrato.

6. JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1. As propostas técnicas serão analisadas por subcomissão técnica, prevista no item 7, deste Edital, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e em seus anexos.

6.2. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta Técnica, em cada quesito ou subquesito:

6.2.1. Plano de Comunicação Publicitária

6.2.1.1. Raciocínio Básico

a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades da contratante e do contexto de sua atuação;

b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados, relativos às necessidades de comunicação publicitária identificadas;

c) a assertividade demonstrada na análise do desafio de comunicação a ser superado pela contratante e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing.

6.2.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária

a) a adequação do partido temático e do conceito à natureza e às atividades da contratante, bem como ao desafio e aos objetivos de comunicação;

b) a consistência da argumentação em defesa do partido temático e do conceito;

c) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta;

d) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre a contratante, o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;

e) o alinhamento da campanha com a diversidade de mídias disponíveis no mercado.

6.2.1.3. Ideia Criativa

a) o alinhamento da campanha com a Estratégia de Comunicação Publicitária;

b) a pertinência da solução criativa com a natureza da contratante, com o desafio e com os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;

c) a adequação das peças publicitárias ao perfil dos segmentos de público-alvo, levando em conta a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem;

d) a compatibilidade das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam;

e) a originalidade da solução criativa, considerando proposta visual, organização das informações no layout e multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta.

f) a exequibilidade das peças e de todos os elementos propostos, com base na verba referencial para investimento;

6.2.1.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia

a) a adequação da Estratégia de Mídia e Não Mídia com as características da ação publicitária, com a verba referencial para investimento e com o desafio e os objetivos de comunicação estabelecidos no Briefing;

b) a consistência técnica demonstrada na proposição e defesa da estratégia, da tática e do plano de mídia;

c) a consistência do conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos-alvo da campanha publicitária;

d) a adequação da proposta no uso dos recursos próprios de comunicação da contratante e seu alinhamento com a Estratégia de Mídia e Não Mídia;

e) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação dos parâmetros de cobertura e frequência.

6.2.2. Capacidade de Atendimento

a) o porte e a tradição dos clientes, como anunciantes publicitários, e o período de atendimento a cada um;

b) a experiência dos profissionais da licitante e a adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais às necessidades de comunicação publicitária da contratante;

c) a adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato;

d) a operacionalidade do relacionamento entre a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS e a licitante, esquematizado na proposta;

f) a relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará

regularmente à disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

6.2.3. Repertório:

a) a ideia criativa, sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver e sua adequação à natureza do cliente, ao público-alvo e ao desafio de comunicação;

b) a qualidade da produção, da execução e do acabamento da peça e/ou material;

c) a clareza e precisão das mensagens e a adequação da linguagem às características dos meios e públicos-alvo.

6.2.4. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação

a) a evidência de planejamento estratégico por parte da licitante na proposição da solução publicitária;

b) a demonstração de que a solução publicitária contribuiu para o alcance dos objetivos de comunicação do cliente;

c) a relevância dos resultados apresentados;

d) a concatenação lógica da exposição.

6.3 A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de 100 (cem) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir.

6.3.1 Aos quesitos ou subquesitos serão atribuídos, no máximo, os seguintes pontos:

a) Plano de Comunicação Publicitária – 70 (setenta) pontos

a.1) Raciocínio Básico – 10 (dez) pontos

a.2) Estratégia de Comunicação Publicitária – 25 (vinte e cinco) pontos

a.3) Ideia Criativa – 20 (vinte) pontos

a.4) Estratégia de Mídia e Não Mídia – 15 (quinze) pontos

b) Capacidade de Atendimento – 10 (dez) pontos

c) Repertório – 10 (dez) pontos

d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação – 10 (dez) pontos

6.3.2. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas dos membros da Subcomissão Técnica.

6.3.3. A nota de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

6.4 Será desclassificada a Proposta que:

a) não atender às exigências do presente Edital e de seus anexos;

b) apresentar qualquer informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, antes da abertura do Invólucro nº 2;

c) não alcançar, no total, a **nota mínima de 70 (setenta) pontos;**

d) obtiver nota zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos a que se referem os itens 6.2.1.1 a 6.2.1.4 e 6.2.2 a 6.2.4, deste Edital.

6.5. Serão consideradas melhor classificadas na fase do julgamento técnico as licitantes que obtiverem as quatro maiores pontuações na soma das notas dos quesitos.

6.6. Se houver empate que impossibilite a identificação automática das quatro melhores classificadas nesta fase, serão assim consideradas as licitantes que obtiverem as maiores pontuações, sucessivamente, nos quesitos correspondentes aos itens 6.2.1 a 6.2.4, deste Edital.

6.7. Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, cuja data será divulgada na forma do item 13, deste Edital, e para o qual serão convidadas todas as licitantes.

7. DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

7.1. As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, composta por 03 (três) membros que tenham formação superior em, no mínimo, Comunicação, Publicidade ou Marketing ou, ainda, que atuem profissionalmente em uma das duas áreas, nos termos da Lei Federal n. 12.232, de 29 de abril de 2010.

7.1.1. 01 (um) dos membros da Subcomissão não poderá manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

7.2. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes registrados por meio de Edital de Chamamento Público, em uma relação que terá, no mínimo, 09 (nove) integrantes, previamente cadastrados pea CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

7.2.1 A relação dos nomes referidos no subitem 7.2 deste Edital será publicada pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no Diário Oficial do Estado, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

7.2.2 O sorteio será processado pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO, com vistas a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos dos subitens 7.1.1 e 7.2., deste Edital.

7.2.3 A relação prevista no subitem 7.2, deste Edital, conterá, separadamente, os nomes dos que mantenham e os dos que não mantenham vínculo com a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

7.2.4. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o subitem 7.2, mediante a apresentação à COMISSÃO DE LICITAÇÃO de justificativa para a exclusão, juridicamente fundamentada.

7.2.5. De igual forma, o membro da referida Subcomissão deverá declarar-se suspeito ou impedido, imediatamente, sempre que constatar que participa do certame agência de publicidade e/ou projeto nos quais tenha trabalhado ou participado, em respeito aos princípios da impessoalidade e da transparência no julgamento das propostas, sob pena de responsabilidade, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.5.1. A ausência de manifestação do membro teoricamente suspeito não impede que qualquer outro participante da Subcomissão, tendo conhecimento dos fatos, possa alegálos, a qualquer tempo.

7.2.6. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste item 7, deste Edital.

7.2.6.1. Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido no subitem 7.2, deste Edital.

7.2.6.2. Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.

7.2.7 A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no subitem 7.2.1 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (INVÓLUCRO 04)

8.1. A proposta de preços da licitante deverá ser:

a) apresentada em caderno único, em papel que identifique a licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto à expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras;

b) elaborada em 02 (dois) documentos distintos, descritos nos subitens 8.2 e 8.3;

c) datadas e assinadas nos documentos referidos nos subitens 8.2 e 8.3, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

8.2. A licitante deverá apresentar Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, a ser elaborada com as informações constantes do Anexo III, deste Edital.

8.3. O prazo de validade da Proposta de Preços deverá ser de 60 (sessenta) dias, corridos, contados de sua apresentação.

8.4. A licitante deverá elaborar Declaração na qual:

a) Comprometer-se-á a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo aa CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS as vantagens obtidas;

b) informará estar ciente e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais estabelecidas na Cláusula Décima da Minuta do Contrato, constante no Anexo IV, deste Edital.

8.5. A licitante que não concordar em praticar o preço proposto pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS será desclassificada.

8.5.1. Tratará da questão dos direitos autorais, estabelecendo:

8.5.1.1. A cessão, total e definitiva, dos direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato que vier a ser firmado, sem qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do contrato.

8.5.1.2. O compromisso de em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, solicitar de cada terceiro que vier a ser contratado dois orçamentos para execução do

serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS escolha uma das alternativas;

8.5.1.3. Que nos casos de cessão de direitos por tempo limitado condicionará a contratação de serviços com terceiros pelo período indicado pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS e que utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão;

8.5.1.4. O compromisso de, quando a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:

8.5.1.4.1. Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, arranjo e execução de trilha sonora, as matrizes, os fotolitos e demais trabalhos assemelhados;

8.5.1.4.2. Estabeleçam que o da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

8.5.1.5. Que considerará como já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros em decorrência da cessão de direitos, por tempo limitado ou total e definitiva.

8.5.1.6. O compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s) incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos;

8.5.1.7. O compromisso de fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

8.5.1.7.1. Serão entregues para a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS duas cópias, uma em HD Externo e outra em DVD, de todo o material produzido;

8.5.1.7.2. A cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material aa CÂMARA

MUNICIPAL DE CANDEIAS que poderá, a seu juízo, utilizar referidos produtos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato a ser firmado e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que caiba aa CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

8.5.1.7.3. A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá reproduzir, de forma parcial ou integral, editar, adaptar o arranjo musical e quaisquer outras transformações, a tradução para qualquer idioma, a inclusão em fonograma ou produção audiovisual, veiculação, quando intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra.

8.5.1.7.4. A remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

8.5.1.8. O compromisso de sempre negociar as melhores condições de preço para os direitos de imagem e som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

8.5.2. Garantir a transferência da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS de toda e qualquer vantagem obtida nas negociações de preços e/ou condições de pagamento junto a veículos e a fornecedores.

8.6. Os preços propostos aceitos serão de exclusiva responsabilidade da licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTA DE PREÇOS

9.4 As Propostas de Preços das licitantes classificadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

9.5 Será desclassificada a Proposta de Preços que:

9.2.1 Não atender às exigências deste Edital e de seus anexos, que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver qualquer item condicionante para a entrega dos serviços.

9.2.2 Apresentar proposta em desacordo com os seguintes parâmetros:

a) Ofertar desconto inferior a 15% (quinze por cento) em relação aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria licitante.

b) Ofertar honorários superiores a 15% (quinze por cento) referente à produção de peças e materiais, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros.

c) Ofertar honorários superiores a 10% (dez por cento) incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referente ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato.

d) Ofertar honorários superiores a 15% (quinze por cento), incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.

9.3 A Comissão de Contratação atribuirá notas para cada um dos quesitos a serem valorados, conforme a seguinte tabela

Desconto/Honorários	**Notas (N)**
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda da Bahia	N = (% Desconto)
Percentual de honorários referentes à produção de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto padrão de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros	N = 5 x (15 – Honorários)
Percentual de honorários incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por	N = 5 x (10 – Honorários)

fornecedores, referente ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes à execução do contrato	
Percentual de honorários incidente sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.	N = (15 – Honorários) / 4
Observação: para efeito de cálculo das notas de cada licitante, os termos desconto e honorários serão substituídos nas fórmulas da coluna Notas pelas respectivas percentagens que constarem de sua Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo "%".	

9.4. A nota de cada Proposta de Preços será obtida mediante a soma das notas dos quesitos constantes da tabela referida no item anterior.

9.5 As notas serão calculadas com, no máximo, duas casas decimais.

9.6 Serão desclassificadas as licitantes que não atenderem às exigências do ato convocatório.

10 DO JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS

10.1 Para o julgamento final das propostas serão adotados os procedimentos estabelecidos neste capítulo.

10.2 A pontuação técnica é o somatório das notas atribuídas a cada quesito técnico e a pontuação de preço é o resultado do somatório das notas atribuídas a cada quesito da

planilha de preços contida no item

10.3 O Índice Técnico (IT) será aferido através do somatório das notas obtidas nas propostas técnicas, com máximo de 100 (cem) pontos.

10.4 A proposta que obtiver, no Índice Técnico, total de pontos menor que 70, será desclassificada.

10.5 O Índice de Preço (IP) será aferido através do somatório das notas obtidas nas propostas de preços.

10.6 O cálculo do índice de preço obedecerá à seguinte fórmula:

10.7 Índice de Preço (IP) = total de pontos obtidos na proposta em análise, dividido pela maior pontuação obtida dentre as demais propostas e multiplicado por 100:

$$IP = \frac{PA \times 100}{MP}$$

Onde:

IP = Índice de Preço

MP = Maior Pontuação de Preço

PA = Pontuação da Proposta em Análise

10.8 Para encontrar a melhor proposta será feita uma classificação decrescente das propostas classificadas, utilizado o seguinte critério:

Pontuação Resultante (PR) = Índice Técnico multiplicado por 7 (sete) somado a Índice de Preço multiplicado por 3 (três).

$$PR = (IT \times 7) + (IP \times 3)$$

Onde:

PR = Pontuação Resultante

IT = Índice Técnico

IP = Índice de Preço

10.9 Será julgada vencedora da licitação a proposta que obtiver a maior Pontuação

Resultante do somatório do IT + IP, após aplicados os respectivos pesos.

10.10 Se houver empate, será assegurada a preferência à empresa brasileira, persistindo o empate será realizado sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

11 ENTREGA, FORMA DE APRESENTAÇÃO E DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, pelas licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços, no dia, hora e local previstos na convocação da sessão a ser realizada para esse fim.

11.1.1 A licitante classificada no julgamento final das Propostas que não apresentar os Documentos de Habilitação na referida sessão será alijada do certame, exceto diante da ocorrência de que trata o subitem 11.8., deste Edital.

11.1.2 Os documentos deverão estar acondicionados no invólucro "05", que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "05" **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** **NOME DA LICITANTE/CNPJ** **CONCORRÊNCIA Nº _____- CÂMARA MUNICIPAL DE _____**

11.1.3 O invólucro "05" será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável quanto às informações de que trata, até sua abertura.

11.1.4 Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório. Somente serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese de o documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha acerca da validade do

mesmo. Na ausência de referida declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua emissão.

c) Em caderno único, rubricados, numerados sequencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir o número exato de páginas.

d) A eventual falta de numeração ou numeração incorreta, poderá ser suprida por representante credenciado da licitante na sessão de abertura dos Documentos de Habilitação.

e) Os Documentos de Habilitação somente serão aceitos mediante cópias legíveis e que ofereçam condições de análise por parte da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

11.2 Para se habilitar a esta Concorrência, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

11.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual;

b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ata da assembleia que elegeu seus atuais Administradores. Em se tratando de sociedades civis, Ato Constitutivo acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.1) Os documentos mencionados na alínea "b" deverão estar acompanhados de todas as suas alterações ou da respectiva consolidação e deles deverão constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta Concorrência;

c) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO EM CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, EM SE TRATANDO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição na Fazenda Federal (CNPJ);

b) Prova de Inscrição na Fazenda Estadual (CGF), se houver, ou Prova de Inscrição na Fazenda Municipal;

11.2.2.1 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da

sede da licitante:

a) A comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional referente a todos os tributos e à Dívida Ativa da União será efetuada mediante a apresentação da certidão prevista na Portaria nº 358, de 5 de setembro de 2014. As certidões de prova de regularidade fiscal emitidas nos termos do Decreto nº 6.106/2007 e da Portaria 358/2014 têm eficácia durante o prazo de validade nelas constante.

a.1) As empresas participantes desta licitação obedecerão ao que determina a legislação específica do MUNICÍPIO, do domicílio da licitante.

b) COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, que deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

c) PROVA DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS, por meio de Certificado de Regularidade de Situação – CRF.

11.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) REGISTRO OU INSCRIÇÃO NO SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA de sua base territorial.

b) CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CONCEDIDO PELO CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS PADRÃO.

c) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

11.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL do local da sede da licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento.**

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.**

c) A avaliação para todas as licitantes será apurada através da apresentação do Índice de Liquidez Geral (LG), a seguir definido, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamentos. A fonte de informação dos valores considerados deverá ser os Balanços Patrimoniais, apresentados na forma da lei. Tratando-se de Sociedade Anônima, deverão ser apresentadas as Demonstrações Contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação em Diário Oficial, publicação em jornal de grande circulação, ou ainda, através de cópia autenticada das mesmas. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia autenticada do Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial da sede da licitante ou em outro órgão equivalente.

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1,0$$

c.1) A licitante poderá apresentar o cálculo para obtenção do Índice de Liquidez Geral(LG) definido no subitem 11.2.4."c".

c.2) A agência que apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) relativo à boa situação financeira, menor que 1,0 (um vírgula zero) será considerada "inabilitada".

c.3) O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão ser apresentados conforme a seguir:

I – Sociedades Empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (Art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69).

II – Sociedades Empresárias, especificamente no caso de Sociedades Anônimas regidas pela Lei nº 6.404/76: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação (Art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/76).

III – Sociedades Simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive registro na Junta Comercial.

IV – Sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de 01 (um) ano: deverão apresentar balanços, conforme abaixo discriminado, contendo as assinaturas do contador ou técnico em contabilidade regularmente habilitado e do sócio-gerente, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante:

- Balanço de Abertura – sociedades sem movimentação;
- Balanço Intermediário – sociedades com movimentação.

11.3 Se a Licitante tiver filial, todos os Documentos de Habilitação deverão estar ou em nome da matriz ou da filial, dependendo de quem for a Licitante, salvo aqueles documentos que, por sua natureza, comprovadamente, deverão ser emitidos em nome da matriz.

11.4 A Licitante deverá fornecer a título de informação, número de telefone, e-mail, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

11.5 A licitante também deverá incluir no invólucro "05" declaração firmada conforme o modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

Referente Concorrência....., inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº....., inscrito(a) no CPF sob o nº , DECLARA, para fins do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (se for o caso acrescentar texto a seguir) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data:

11.5.1 Deverá incluir, de igual maneira, no invólucro "05", Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa SLTI/MP nº. 2/2009, nos seguintes termos:

Declaração de Elaboração Independente de Proposta Concorrência nº _____ – CÂMARA MUNICIPAL DE _____

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº....., inscrito(a) no CPF sob o nº como representante devidamente constituído da (Identificação completa da licitante),

doravante denominada licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente pela licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CÂMARA MUNICIPAL DE _____ antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

11.6 A COMISSÃO DE LICITAÇÃO examinará os Documentos de Habilitação e julgará habilitadas todas as licitantes que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos, neste edital.

11.7 Se nenhuma licitante restar habilitada será reaberta a fase de habilitação, com nova convocação de todas as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas, para apresentar os respectivos Documentos, no prazo de ao menos 03 (três) dias úteis.

12 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

12.1 Serão realizadas 04 (quatro) sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes.

12.1.1 A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido no subitem 3.8 deste Edital. (Credenciamento)

12.1.2 Os representantes das licitantes presentes poderão nomear comissão constituída de alguns entre eles para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar as Propostas e Documentos de Habilitação nas sessões públicas.

12.1.3 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e a Subcomissão Técnica, conforme o caso, poderão, no interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, relevar aspectos puramente formais nas Propostas e nos Documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência.

12.1.4 Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

12.1.5 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preços e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.

12.1.6 Antes do aviso oficial do resultado desta concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

12.1.7 Qualquer tentativa da licitante influenciar a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

12.1.8 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

12.1.9 Se os invólucros das licitantes desclassificadas ou inabilitadas não puderem ser devolvidos nas sessões públicas, ficarão à disposição das interessadas por 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento desta concorrência – após transcorrer o prazo para interposição de recurso contra o resultado final da licitação ou ter havido a sua desistência

ou, ainda, terem sido julgados os recursos interpostos. Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS providenciará sua destruição.

Primeira Sessão

12.2 A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Edital e terá a seguinte pauta inicial:

a) identificar os representantes das licitantes, por meio do documento exigido no subitem 3.8 deste Edital; (credenciamento)

b) receber os Invólucros "01", "02", "03" e "04", das licitantes em condições de participação;

c) conferir se esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital.

12.2.1 O Invólucro "01", com a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, só será recebido pela Comissão Especial de Contratação se não:

a) estiver identificado;

b) apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes da abertura do Invólucro "02";

c) estiver danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do Invólucro "02".

12.2.1.1 Ante a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do subitem 12.2.1, a Comissão Especial de Contratação não receberá o Invólucro "01", o que também a impedirá de receber os demais invólucros da mesma licitante.

12.2.2 A primeira sessão prosseguirá com a seguinte pauta básica:

a) rubricar, no fecho, sem abri-los, os Invólucros "02" e "04", que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão de Contratação, e separá-los dos Invólucros "01" e "03";

b) retirar e rubricar o conteúdo dos Invólucros "01";

c) abrir os Invólucros "03" e rubricar seu conteúdo;

d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame e rubrica, os documentos que constituem os Invólucros "01" e "03";

e) informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão na forma do item 13 deste Edital.

12.2.2.1 A Comissão de Contratação, antes do procedimento previsto na alínea 'b' do subitem 12.2.2, adotará medidas para evitar que seus membros e/ou os representantes das

licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação Publicitária.

12.2.2.2 Se, ao examinar e ou rubricar os conteúdos dos Invólucros "01" e "03", a Comissão Especial de Contratação e ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, a Comissão Especial de Contratação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

12.2.3 A Comissão de Contratação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Invólucros nº 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

12.2.4 Abertos os Invólucros "01" e "03", as licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão Especial de Contratação.

12.2.5 Se as licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão de Contratação na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade em conformidade com o previsto no subitem 12.2.6 e seguintes, caso contrário, consignará(ão) em ata o interesse de recorrer, oportunamente.

12.2.6 Após a lavratura da ata serão adotadas as seguintes providências:

a) encaminhamento, pela Comissão de Contratação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros "01", com as vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária;

b) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital;

c) elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão de Contratação, da ata de julgamento dos Planos de Comunicação Publicitária, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso;

d) encaminhamento, pela Comissão de Contratação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros "03", com a Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;

e) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, da Capacidade de Atendimento, do Repertório e dos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de

acordo com os critérios especificados neste Edital;

f) elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão Especial de Licitação, da ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

12.2.6.1 Se alguma Proposta Técnica for desclassificada com base na alínea 'a' do subitem 6.4 deste Edital, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

12.2.6.1.1 O disposto no subitem precedente não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos Invólucros "02".

12.2.7 As planilhas previstas nas alíneas 'c' e 'f' do subitem 12.2.6 conterão, respetivamente, as pontuações de cada membro para cada subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada licitante.

Segunda Sessão

12.3 Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (Invólucros "01" e "03"), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão de Contratação convocará as licitantes, na forma do item 13 deste Edital, para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) abrir os Invólucros "02";

c) cotejar as vias não identificadas (Invólucro "01") com as vias identificadas (Invólucro "02") do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria;

d) elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica;

e) proclamar o resultado do julgamento geral da Proposta Técnica;

f) executar o sorteio previsto no subitem 6.7, quando for o caso;

g) informar que o resultado do julgamento geral das Propostas Técnicas será publicado na forma do item 13, com a indicação dos proponentes classificados e dos desclassificados, em ordem decrescente de pontuação.

h) A intenção de interpor recurso deverá ser manifestada após o resultado proferido. O prazo para interposição de recurso, será único e processado conforme disposto no item 14.

12.3.1 Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Especial de Contratação 03.

Terceira Sessão

12.4 A Comissão poderá na mesma sessão anterior dar continuidade ao certame ou convocar as licitantes, na forma do item 13 deste Edital, para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) abrir os Invólucros "04", com a Proposta de Preços, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

c) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros "04";

d) analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;

e) identificar a Proposta de menor preço e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes;

f) efetuar negociação com a licitante mais bem classificada na fase da Proposta Técnica – caso não tenha apresentado a Proposta de menor preço – a negociação prevista na Lei nº 14.133/21, art. 61, § 1º, tendo como referência a Proposta de menor preço entre as licitantes classificadas;

g) adotar procedimento idêntico, na falta de êxito na negociação mencionada na alínea precedente, sucessivamente com as demais licitantes classificadas, até a consecução de acordo para a contratação;

h) declarar vencedoras do julgamento final das Propostas Técnica e de Preços as licitantes

mais bem classificadas, que tiverem apresentado a melhor proposta, de acordo com os cálculos apresentados no item 10;

i) informar que o resultado do julgamento da Proposta de Preço e do julgamento final das Propostas será publicado na forma do item 13 deste Edital, com a indicação da ordem de classificação. O prazo recursal será único, conforme disposto no item 14.

j) Solicitar das licitantes classificadas, que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ou outro definido pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO apresentem o Invólucro "05", contendo os documentos de habilitação.

Quarta Sessão

12.5 A Comissão de Contratação convocará as licitantes para participarem da quarta sessão, ocasião em que serão recebidos e abertos os Invólucros "05" - Documentos de Habilitação, com a seguinte pauta básica:

a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;

b) receber e abrir os Invólucros "05", cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Contratação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

c) analisar a conformidade dos Documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor;

d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros "05";

e) informar o seguinte:

e1) o resultado da habilitação;

e2) que na ausência de algum representante legal, o resultado da habilitação será publicado na forma do item 13 deste Edital, com a indicação dos proponentes habilitados e inabilitados;

e3) que será publicado na forma do item 13 deste Edital o nome das licitantes vencedoras desta concorrência, ocasião em que será aberto o prazo recursal em fase única, para todas as fases da presente licitação.

13 DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

13.1 A critério da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, todas as decisões referentes a esta Concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é obrigatória:

a) nas reuniões de abertura de invólucros;

b) no Diário Oficial;

c) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

14 IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade. Qualquer pedido de impugnação deverá ser protocolizado até **(03) três** dias úteis antes da data marcada para início do presente certame, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03(tres) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 Eventuais recursos referentes à presente Concorrência deverão ser interpostos no prazo máximo de (03) tres dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em petição escrita dirigida à Comissão de Contratação, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

14.4 A intenção de interpor recurso deverá ser manifestada imediatamente a cada resultado proferido, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 14.3 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.1 A apreciação dar-se-á em fase única.

14.5 Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo máximo de (03) tres dias úteis com início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição de recurso.

14.6 Recebido(s) o(s) recurso(s), ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão de Contratação 03 poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de (03) três dias úteis. Caso não reconsidere sua decisão, encaminhará o recurso devidamente instruído à autoridade

superior da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contados de seu recebimento.

14.6.1 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.7 Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo como representante da licitante.

14.8 Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos ou impugnações até o seu término, vista ao processo desta Concorrência, na sala da Comissão de Contratação, em horário a ser indicado por esta Comissão.

14.9 Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento de Propostas terão efeito suspensivo.

15 CONDIÇÕES CONTRATUAIS

15.1 A licitante vencedora terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da convocação, para apresentar a garantia prevista no item 16.1 deste Edital e assinarem o termo de contrato, nos moldes da minuta constante no Anexo IV.

15.2 Caso a licitante vencedora se recuse a assinar o contrato no prazo acima estipulado, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá, a seu critério, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas na proposta de menor preço, ou revogar esta Concorrência, independentemente da cominação prevista no Artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 Se a licitante vencedora se recusar a constituir a garantia contratual ou a assinar o contrato, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS lhes aplicará multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, além de poder aplicar-lhe outras sanções e penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.3.1 O disposto no item anterior não se aplica às Licitantes convocadas na forma do item15.2.

15.4 O contrato para a execução dos serviços objeto deste Edital terá duração de doze meses, contados a partir do dia da sua assinatura.

245

15.4.1 Esse prazo poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, a juízo da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, mediante acordo entre as partes, nos termos do art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

15.5 A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato que vier a ser assinado, observado o contido na Cláusula Décima Quarta da sua minuta, constante no Anexo IV, deste Edital.

15.6 Às contratadas poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas na legislação aplicável e no contrato a ser firmado entre as partes.

15.7 Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

15.8 Obrigam-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste Edital e do contrato que vier a ser assinado.

15.9 A contratada deverá prestar esclarecimentos, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que as envolvam, independentemente de solicitação.

15.10 A contratada só poderá divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto desta Concorrência, que envolvam o nome da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, se houver expressa autorização desta.

15.11 É vedado à contratada caucionar ou utilizar o contrato resultante da presente Concorrência para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

15.12 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Concorrência.

15.13 a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS realizará, semestralmente, avaliação da qualidade do atendimento, do nível técnico dos trabalhos e dos resultados concretos dos esforços de comunicação sugeridos pela contratada, da diversificação dos serviços prestados e dos benefícios decorrentes da política de preços praticada.

15.13.1 A avaliação semestral será considerada para aquilatar a necessidade de solicitar às contratadas que melhorem a qualidade de serviços prestados; para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o respectivo contrato; para

fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações.

15.14 Integrará o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenha servido de base para o julgamento desta Concorrência e, quando for o caso, as Propostas de Preços com elas negociadas.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada à prestação de garantia através de Títulos da Dívida Agrária.

16.2 Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

16.3 A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4 A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

16.5 Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 16.1. deste edital.

17 REMUNERAÇÃO E PAGAMENTOS

17.1 A remuneração às contratadas, pelos serviços prestados, será feita nos termos das Cláusulas Oitava e Nona da minuta do contrato, consoante os preços estabelecidos em sua Proposta de Preços.

17.2 A forma e as condições de pagamento são as constantes da Cláusula Décima Primeira da minuta do contrato, constante no Anexo IV, deste Edital.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 É facultada à Comissão de Contratação ou autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação ou das Propostas Técnica e de Preços.

18.2 A Comissão de Contratação poderá, em qualquer fase do processo, se julgar necessário, proceder à vistoria das instalações e da aparelhagem disponível para a realização dos serviços objeto desta Concorrência.

18.3 Até a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá ser inabilitada ou desclassificada se a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação ou classificação, conhecido após o julgamento.

18.4 Se ocorrer inabilitação ou desclassificação da licitante vencedora por fatos referidos no subitem anterior, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS poderá convocar as licitantes remanescentes por ordem de classificação ou revogar esta Concorrência.

18.5 Os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento (Proposta Técnica) deverão participar da elaboração dos serviços objeto deste Edital, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

18.6 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

18.7 A Comissão de Contratação poderá, no interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, relevar omissões puramente formais nos documentos e Propostas apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Concorrência e possam ser sanadas no prazo a ser fixado pela Comissão de Contratação.

18.8 Para fins desta Concorrência, o Briefing (Anexo I) atende às exigências do projeto básico a que se referem o art. 6º e o art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.9 Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS comunicará os fatos verificados à Procuradoria para as providências devidas.

18.10 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 337-I, do Capitulo II-B da Lei nº 14.133/2021.

18.11 Antes do aviso oficial do resultado desta Concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação do contrato ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

18.12 Qualquer tentativa de uma licitante influenciar a Comissão de Contratação no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

18.13 Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta Concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

18.14 Antes da data marcada para a abertura dos invólucros com as Propostas, a Comissão de Contratação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa ou em consequência de solicitações de esclarecimentos, alterar este Edital e seus anexos, ressalvado que será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos Documentos e Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

18.15 Correrão por conta da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS as despesas que incidirem sobre a formalização do contrato, aí incluídas as decorrentes de sua publicação, que deverá ser efetivada em extrato, no Diário Oficial do Estado, na forma prevista no art. 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.16 As questões suscitadas por este Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de CANDEIAS/BA, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

18.17 A entrega de qualquer documento relativo à presente licitação, à exceção dos citados no preâmbulo deste Edital, deverá ser feita na Comissão de Contratação, no horário

das **8h às 17h**, na Av. dos Três Poderes s/n Bairro: Ouro Negro – Candeias - Bahia. Quaisquer esclarecimentos porventura necessários para o perfeito entendimento deste Edital deverão ser encaminhados à Comissão de Contratação por e-mail para o endereço copel.cmc@hotmail.com, até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para abertura das propostas.

18.18 É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo na página do CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – no endereço https://camaracandeias.ba.gov.br/diario, até a data da realização da sessão pública de recebimento da documentação e propostas, tendo em vista que quaisquer esclarecimentos, referentes a este Edital, serão disponibilizados no referido endereço sem a identificação das consulentes.

18.19 Integram este Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I: Briefing.
b) Anexo II: Modelo de Procuração.
c) Anexo III: Planilha de Preços Sujeitos a Valoração.
d) Anexo IV: Minuta de Contrato.
e) Anexo V: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.
f) Anexo VI: Modelo de Declaração de Conhecimento do Instrumento Convocatório.

_____, ____

XXXXXX
(Ordenador de Despesas)

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica:

XXXXXX
XXXXXXX
CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

ANEXO I - BRIEFING

Cliente: Câmara Municipal de Candeias
Município: Candeias – Bahia

PÚBLICO

- População candeense, seja na área urbana ou rural;
- Poder público em todas as esferas (Executivo, Legislativo, Judiciário).

OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO

Os serviços de comunicação a serem desenvolvidos para a Câmara Municipal de Candeias devem ter como objetivos:

1. – Difundir os direitos do cidadão e estimular a participação da sociedade na definição de políticas para o desenvolvimento do Município de Candeias;

2. – Estabelecer canais de diálogo entre o poder público e a comunidade estimulando a participação nos trabalhos legislativos;

3. – A ampliação da visibilidade da instituição junto à sociedade, com o fornecimento de subsídios que contribuam para o melhor entendimento dos atos e processos decisórios da Casa;

4. - A ampliação da conexão entre os cidadãos e seus representantes eleitos, enfatizando a importância do Parlamento para a democracia;

OBJETIVOS DO MARKETING

1. – Fomentar a imagem institucional da Câmara Municipal como gestão participativa, integrada e dinâmica;

2. – Difundir as informações de interesse público, as ações da Câmara Municipal para maior número de pessoas possíveis;

3. – Garantir que as notícias institucionais cheguem aos diversos públicos pelos mais variados veículos de comunicação.

4. – Aumentar e diversificar os canais de comunicação entre a Câmara e a população através da rádio, televisão e Internet.

A TAREFA DOS LICITANTES

A empresa deverá desenvolver um Plano de Comunicação que proponha estratégias de divulgação publicitárias informando ao público o papel da Câmara Municipal para o desenvolvimento da cidadania na cidade de Candeias.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

PÚBLICO PRIORITÁRIO

A campanha publicitária deve atingir toda a sociedade de Candeias.

PEÇAS

As peças a serem desenvolvidas para a campanha não podem exceder a quantidade máxima de 4 (quatro) peças sendo elas: roteiro de texto para VT de TV 30", Spot Rádio de 30", layout de outdoor e banner de site.

RECURSOS

O custo limite estimado da campanha, incluindo produção e veiculação de mídia, é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PRAZO DE DURAÇÃO DA CAMPANHA

Até 30 (trinta) dias.

25

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

Outorgante

Qualificação (nome, endereço, razão social, etc.)

Outorgado

O representante devidamente qualificado

Objeto:

Representar a outorgante na Concorrência Nº _____ – CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Poderes:

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....,.....de de 20__.

NOME CARGO EMPRESA

Observações: se particular, a procuração será elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representantes legais ou pessoa devidamente autorizada; será necessário ***comprovar os poderes do outorgante para fazer a delegação acima.***

ANEXO III

PLANILHA DE PREÇOS

LICITAÇÃO Nº _____/____ - CÂMARA MUNICIPAL DE _____

Declaramos que, na vigência do contrato, concordaremos em adotar a seguinte política de preços para os serviços descritos:

a) desconto a ser concedido aa CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia): __% (_____ **por cento)**;

b) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, referentes à produção de peças e materiais, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros: __% (_____ **por cento)**;

c) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual: __% (_____ **por cento)**;

d) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias: __% (_____ **por cento)**;

1. Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2. O prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 14.3 do Edital.

3. Declarações:

254

3.1. Estamos cientes de que a CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

3.2. Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação, transferindo à CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS todas as vantagens obtidas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 12.232/2010.

3.3. Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de bens e de serviços especializados e aos veículos de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

3.4. Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Edital da Concorrência em referência.

.....-.....de ..... de 20__.

LICITANTE/CNPJ

(Assinatura do representante da Licitante, com indicação do seu nome e cargo)

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº ___/ 20__

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM(O)A_____E (O) A_____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE _____/BA, por meio da Diretoria _____ , inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e a AGÊNCIA DE PUBLICIDADE 01, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por (NOME COMPLETO), brasileiro, estado civil, profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxx Inscrito no RG sob o nº xxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, para prestação de serviços de publicidade e propaganda, oriundo da Concorrência Nº _____ /CÂMARA MUNICIPAL DE _____, a serem realizados na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1.O presente contrato tem como fundamento a Concorrência n° _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, Lei nº. 12.232, de 29 de abril de 2010, Decreto Federal nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, das normas-padrão da atividade publicitária e do relacionamento comercial entre anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação, Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, bem como Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária e das disposições deste Edital e de seus

anexos.

1.2. Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições, o Edital da Concorrência nº _____ /CÂMARA MUNICIPAL DE _____ e seus anexos, bem como as propostas da Contratada.

1.3. A CONTRATANTE publicará o extrato resumido do presente Contrato no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos da legislação aplicável

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **01(uma)** Agência de Publicidade e Propaganda, para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto e atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

2.2. Os serviços objeto deste contrato compreendem:

2.2.1. Também integram o objeto desta Concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

2.2.1.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas.

2.2.1.2. À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados.

2.2.1.3. À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

2.2.2. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos no subitem 2.2.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do CÂMARA

257

MUNICIPAL DE _____, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

2.2.3. Os serviços previstos no subitem 2.2.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações-públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.2.3.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem anterior o patrocínio de mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículo de comunicação e o patrocínio de transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento comercializados por veículo de comunicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei n° 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. Para as prorrogações, será observado o resultado das avaliações semestrais previstas na Cláusula Sétima, deste Contrato, **(subitens 7.10. e 7.10.1).**

CLÁUSULA QUARTA - VALOR GLOBAL E ORÇAMENTO

4.1. O valor global deste Contrato é de .....

4.2. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO:

CÓDIGO REDUZIDO:

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

5.1.2. Realizar com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de serviços especializados e veículos de comunicação e divulgação, todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE.

5.1.2.1. Não será admitida a subcontratação de agência de publicidade e propaganda, para execução dos serviços objeto deste contrato, conforme disposto em sua Cláusula Segunda, tais como planejamento, estudo, criação e concepção.

5.1.2.1.1. As CONTRATADA poderá contratar terceiros para a execução, produção e distribuição de campanhas e de peças publicitárias.

5.1.2.2. A CONTRATADA se compromete a utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica, da Concorrência que deu origem a este Contrato, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE.

5.1.3. Cumprir os prazos de execução dos serviços no desenvolvimento de cada ação, conforme as condições estabelecidas entre as partes, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.4. Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações de preços obtidas entre fornecedores que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido. Quando não for possível obter o mínimo de 03 (três) cotações, a CONTRATADA deverá justificar o fato, por escrito, sujeito à aceitação pela CONTRATANTE. O valor dos serviços será orçado pela contratada em cada caso, em função dos custos respectivos, obedecendo-se, rigorosamente, sob pena de responsabilidade, sua compatibilidade com os preços de mercado, e serão submetidos à apreciação da CONTRATANTE que decidirá quanto à sua aprovação.

5.1.4.1. As cotações de preços deverão ser elaboradas em papel timbrado e conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Razão Social;
b) CNPJ;
c) Endereço completo;

d) Telefone e e-mail para contato;

e) Descrição detalhada do produto ou serviço cotado, quantidade, preço unitário e preço total;

f) Local e data de emissão;

g) Nome por extenso, assinatura, cargo e função de seu representante;

h) Anexar o orçamento do fornecedor da cotação do preço devidamente assinado.

5.1.4.2. É facultado à CONTRATANTE sempre que achar necessário exigir que as cotações de preços apresentadas pelo CONTRATADO estejam acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou à sede do terceiro, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da cotação;

c) Prova de regularidade para com:

c.1.) Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

c.2.) Fazenda Estadual;

c.3.) Fazenda Municipal;

c.4.) INSS – Certidão Negativa de Débito/INSS;

c.5) FGTS – Certificado de Regularidade com o FGTS;

c.6.) Trabalhista – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.4.3. É facultado à CONTRATANTE realizar cotação de preço junto a outros fornecedores, observadas as mesmas especificações e as mesmas condições de cotação utilizadas pela CONTRATADA.

5.1.4.4. Todas as cotações formarão uma única base, da qual será escolhida e contratada a cotação de menor preço e/ou a de maior vantagem para a CONTRATANTE.

5.1.4.5. Sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do Contrato, a CONTRATADA procederá à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da CONTRATANTE.

5.1.5. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições de preços nas

negociações junto a fornecedores e veículos de comunicação e divulgação e transferir ao CONTRATANTE as vantagens obtidas.

5.1.5.1. Pertencem ao CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra de tempos e ou espaços publicitários diretamente ou por intermédio da CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de comunicação e divulgação.

5.1.6.1.1 O disposto no item 5.1.6.1 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos de comunicação e divulgação à CONTRATADA e a outras agências, nos termos do art. 18 da Lei 12.232/2010.

5.1.6. Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens 8.2.1. e 8.2.2., da Cláusula Oitava, para os direitos autorais de imagem e de som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da CONTRATANTE.

5.1.7. Obter da CONTRATANTE anuência prévia e por escrito de tudo o que vier a ser realizado por terceiros, responsabilizando-se pela boa execução dos serviços, seja qual for a forma de execução das atividades relacionadas ao objeto deste Contrato.

5.1.8. Ser responsável por orientar a produção dos materiais e das peças gráficas e eletrônicas, aprovadas pela CONTRATANTE, atestando a conformidade deste material com as especificações contidas no documento de autorização da ação.

5.1.9. Conferir (checking) os mapas de veiculação, fornecidos pelos veículos de comunicação, podendo valer-se de instrumentos verificadores de veiculação que se prestem a esse fim.

5.1.10. Entregar, como comprovante de peça(s) produzida(s), exemplar(es) para arquivo, conforme quantidade a ser definida pela CONTRATANTE para cada tipo de item.

5.1.11. Fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, um caderno em formato A4, contendo o resumo da ação (produção e veiculação da campanha publicitária).

5.1.12. Produzir e entregar ao final de cada ano ou ao final da vigência deste contrato, o que ocorrer primeiro, em CD ou em DVD ou outro meio magnético adequado, portfólio dos trabalhos que realizou (período: 01/01 a 31/12 ou início da vigência a 31/12 ou 01/01 até o final da vigência) para a CONTRATANTE.

5.1.13. Produzir, após a aprovação do serviço pela CONTRATANTE, uma cópia BETACAM ou similar editável e uma em DVD ou outro meio magnético adequado de cada

filme para TV; uma cópia, em DVD ou outro meio magnético adequado, de spots e jingles de rádio, de peças de internet, de anúncios para revistas ou para jornais e demais peças impressas. Além disso, fará a digitalização de todas as peças produzidas e encaminhará todo este material à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar de sua finalização, conforme o serviço realizado pela contratada.

5.1.14. Registrar em Relatórios semanais, as demandas recebidas e as atividades realizadas pela CONTRATADA em relação a cada uma das ações em desenvolvimento, os Briefings e as reuniões subsequentes para o desenvolvimento de cada ação. Os relatórios semanais deverão ser assinados e enviados pela CONTRATADA à CONTRATANTE no dia acordado entre as partes. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a CONTRATANTE solicitará a necessária correção no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento dos respectivos relatórios.

5.1.15. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados.

5.1.16. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.

5.1.17. Não utilizar o presente Contrato em qualquer operação financeira.

5.1.18. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar- se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.

5.1.19. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de terceiros contratados.

5.1.20. Assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.1.21. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

5.1.22. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

5.1.23. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e com a própria CONTRATANTE.

5.1.24. Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Concorrência que deu origem a este Contrato.

5.1.25. Exigir de terceiros em casos de contratação para a execução, total ou parcial, de serviços estipulados neste instrumento, as mesmas condições do presente contrato, inclusive a regularidade fiscal prevista no Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.26. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto deste contrato.

5.1.27. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou de erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou em perda de descontos para a CONTRATANTE.

5.1.28. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhes venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.

5.1.29. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à CONTRATANTE as importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

5.1.30. Responder por qualquer ação, de qualquer natureza, em âmbito administrativo, ou ação judicial, movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste Contrato.

5.1.31. As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão deste contrato.

5.1.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato previsto na Cláusula Quarta, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, devidamente comprovado.

5.1.33. Manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas, durante o período mínimo de 05 (cinco) anos após a extinção do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

6.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

6.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

6.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

6.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações

pelo contratado;

6.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

6.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias.

6.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

7.1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

7.1.1. A fiscalização dos serviços será exercida pelo gestor do contrato, ou por preposto devidamente credenciado, que terá poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou as falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Contrato.

7.2. A fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

7.2.1. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste Contrato.

7.3. A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da CONTRATANTE.

7.3.1 Não será permitido a CONTRATADA declinar de nenhuma solicitação dos serviços previstos na Cláusula Segunda deste CONTRATO.

7.4. A não-aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do

265

prazo de entrega, salvo expressa concordância da CONTRATANTE.

7.5. A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, a sua expensa e nos prazos estipulados pela fiscalização.

7.6. A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus contratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

7.7. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e às exigências apresentadas pela fiscalização.

7.8. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da CONTRATANTE ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à CONTRATANTE.

7.9. À CONTRATANTE é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste Contrato, juntamente com um representante credenciado pela CONTRATADA.

7.10. A CONTRATANTE realizará, semestralmente, avaliação da qualidade do atendimento, do nível técnico dos trabalhos e dos resultados concretos dos esforços de comunicação sugeridos pela CONTRATADA, da diversificação dos serviços prestados e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

7.10.1. A avaliação semestral será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados para decidir sobre a conveniência de prorrogar ou, a qualquer tempo, rescindir o presente Contrato; para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações.

CLÁUSULA OITAVA – REMUNERAÇÃO

8.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

8.1.1. (Percentual de desconto) sobre os custos internos, baseados na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia.

8.1.2. (Percentual de honorários) referentes à produção de peças e de materiais

decorrentes do estudo ou de criação intelectual da agência contratada e sob sua supervisão, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros.

8.1.3. (Percentual de honorários) incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual.

8.1.4 (Percentual de honorários) incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.

8.1.5 A Contratada fará, ainda, jus ao Desconto de Agência concedido pelos veículos de divulgação, na forma da Lei 12.232/10.

8.2 Em relação aos direitos autorais:

8.2.4 À atores e modelos, em relação ao cachê original, pelos direitos de uso de imagem e de som de voz, na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, a CONTRATANTE pagará no **máximo 50% do valor contratado**.

8.2.5 Aos detentores dos direitos patrimoniais de uso de obras consagradas, incorporadas a peças, em relação ao valor original da cessão desses direitos, na reutilização das peças por período igual ao inicialmente pactuado, a CONTRATANTE **pagará no máximo 50% do valor** contratado.

8.2.6 Em relação aos subitens 8.2.1. e 8.2.2.:

8.2.6.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante aplicação do Índicede Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA (IBGE), desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

8.2.6.2 Quando da reutilização de peças por período inferior ao inicialmente contratado, o limite máximo que a CONTRATANTE se propõe a pagar será obtido dividindo-se o valor total originalmente pago pelo número de meses contratados, para em seguida, multiplicar-se o valor correspondente a um mês pelo número de meses que será renovado.

8.2.6.3 A CONTRATADA se compromete a sempre negociar as melhores condições de preço.

8.3 A CONTRATADA não fará jus:

8.3.4 Às despesas com deslocamento (passagens aéreas e terrestres, hospedagens,

alimentação) de seus profissionais ou de seus representantes.

CLÁUSULA NONA – DESCONTO DE AGÊNCIA

9.1. Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência – à base de um percentual bruto de __% (_____ por cento) dos preços de tabela ou dos preços acertados para veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois – concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11, da Lei nº. 4.680/65, e com o art. 11, do Decreto nº. 57.690/66.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS

10.1. A CONTRATADA cede à CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados ou produzidos em decorrência deste Contrato, não cabendo remuneração adicional ou especial, mesmo depois de encerrada a vigência deste Contrato.

10.1.1. O valor dessa cessão é considerado incluso nas modalidades de remuneração definidas neste contrato.

10.1.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA.

10.1.3. A critério da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes da estrutura do Poder Legislativo, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA.

10.2. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA solicitará de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, 01 (um) de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a CONTRATANTE escolha uma das opções.

10.2.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA condicionará a contratação do serviço por período indicado pela CONTRATANTE e utilizará os trabalhos

de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.

10.2.2. Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros - para a produção de peças e de campanhas e a prestação de outros serviços - cláusulas escritas que:

a) Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes e os demais trabalhos assemelhados.

b) Estabeleçam que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

10.3. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão - definitiva ou por tempo limitado será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.4. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada (s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

10.5. A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e de som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

a) Que à CONTRATANTE serão entregues duas cópias, uma em BETACAM ou similar editável e a outra digitalizada, de todo material bruto produzido.

b) Que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

c) Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.6. A CONTRATANTE será a única e exclusiva proprietária dos resultados oriundos do

cumprimento do presente contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

10.7. É garantido à CONTRATANTE o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à CONTRATADA ou a terceiros, antes da assinatura do presente contrato.

10.8. Fica garantida à CONTRATANTE a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

10.9. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes do Poder Legislativo. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos das peças.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Entregar à CONTRATANTE, em meio eletrônico e em meio impresso, até o dia 10 (dez) de cada mês, um relatório total (mês a mês) de despesas referente a demanda dos serviços, oriundos do mês anterior, com o respectivo acompanhamento de seus comprovantes de realização.

11.2. Os documentos de cobrança da CONTRATADA, compostos de sua Fatura com a respectiva Nota Fiscal do terceiro, acompanhada dos comprovantes dos respectivos serviços prestados, serão liquidados por meio de depósito bancário, conforme os seguintes dados da CONTRATADA: Banco Bradesco – nº da Agência e nº. da Conta Corrente.

11.2.1 Encontram-se dentro da excepcionalidade à exigência do item 11.2, os comprovadamente isentos na forma da Lei;

11.3. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

11.4. O CNPJ que deverá constar nas Faturas apresentadas e na conta corrente utilizada

para pagamento à CONTRATADA deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste contrato.

11.5. O CNPJ que deverá constar das Notas Fiscais dos fornecedores deverá ser o mesmo da cotação de preços que norteou a contratação.

11.6. Nos documentos fiscais da CONTRATADA, referentes ao pagamento de terceiros, deverá constar, necessariamente, o número deste contrato; o número do documento que autorizou a veiculação ou produção do serviço; a razão social do fornecedor com seu respectivo CNPJ; e os dados bancários apresentados no subitem 11.2. deste contrato.

11.7. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

11.8. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento dos serviços, mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), após o atesto pela CONTRATANTE, a qual acontecerá da seguinte forma:

11.8.1. Veiculação: em até 30 (trinta) dias após o mês de veiculação, mediante apresentação dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos veículos, tabelas de preços dos veículos e respectivos comprovantes de veiculação;

11.8.2. Produção: em até 30 (trinta) dias após o mês de produção, mediante apresentação dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos fornecedores, demonstrativos de despesas e respectivos comprovantes;

11.8.3. Outros serviços: realizados por terceiros nos vencimentos previamente ajustados com a CONTRATANTE, mediante a entrega dos serviços solicitados, dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos fornecedores e respectivos comprovantes.

11.8.4. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, de sua pessoa jurídica e dos fornecedores a que se referem, juntamente com a Nota(s) Fiscal(is)/Fatura, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito do INSS;

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal nos seus respectivos órgãos;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.8.5. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à necessidade de apresentação e/ou regularização de tais documentos em até 30 (trinta) dias.

11.8.6. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, este Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, no caso de as certidões se referirem à pessoa jurídica da CONTRATADA. Caso se referirem à pessoa jurídica dos fornecedores emitentes das Notas Fiscais, a CONTRATADA será notificada para não mais agenciá-los, até que a situação fiscal dos mesmos esteja regularizada.

11.8.7. Deflagrada a situação do item anterior, fica facultado à CONTRATANTE oficiar a ocorrência ao INSS, no caso da CND/INSS, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, aos órgãos competentes, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais e ao Ministério Público do Trabalho no caso dos Tributos Trabalhistas.

11.8. Caso o serviço, objeto deste Contrato, seja recusado ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto no subitem 11.7. deste Contrato.

11.9. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

11.10. Todos os documentos de cobrança e demais documentos necessários para a efetivação de pagamento pela CONTRATANTE, deverão ser encaminhados ao endereço a seguir: _____, para _____

11.11. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore dos IGP-M (FGV), verificado entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

11.12. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

11.13. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

11.14. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

11.15 A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

11.16. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.17. A CONTRATADA apresentará cópias dos documentos fiscais que comprovem os pagamentos feitos a terceiros, até o 5º dia útil do mês subseqüente ao do pagamento realizado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada à prestação de garantia através de Títulos da Dívida Agrária.

12.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

12.3. A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

12.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 16.1. deste edital.

273

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SIGILO

13.1. A CONTATADA somente poderá divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolva o nome da CONTRATANTE, mediante sua prévia e expressa autorização.

13.2. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CONTRATANTE, mesmo após o término deste Contrato.

13.2.1. A infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato nos termos da Lei nº 14.133/2021, e sujeitará a CONTRATADA às penas cabíveis e às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados, as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência: será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, podendo ser cumulada com outra penalidade;

14.1.2. Multa: será aplicada nos seguintes casos:

14.1.2.1. O atraso injustificado na execução deste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma a seguir, garantida a defesa prévia:

a) Atraso na apresentação/atualização da garantia de execução contratual, estabelecida neste Contrato (Cláusula Décima Segunda): em 1% (um por cento) do valor total da garantia prestada, por dia de atraso, conforme subitem 12.1. deste contrato, até o limite de 10 (dez) dias úteis.

b) Ocorrência de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento não abrangidos pelas alíneas anteriores: em 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global deste instrumento, por dia de atraso.

14.1.2.2. Pela inexecução total ou parcial serão aplicadas multas na forma a seguir, garantida a prévia defesa:

a) Quando a CONTRATADA incorrer em alguma das hipóteses das alíneas "a" a "j" do subitem 15.1.1. deste Contrato (rescisão unilateral): em 10% (dez por cento) do valor global

atualizado deste Contrato.

b) Não-apresentação/atualização da garantia de execução contratual, após o limite de prazo constante na alínea "e" do subitem 14.1.2.1. na forma estabelecida neste Contrato: em 50% (cinquenta por cento) do valor total da garantia prestada, conforme subitem 12.1. deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

c) Pela não-manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme subitem 5.1.26 deste Contrato: em 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

d) Utilizar o presente Contrato em qualquer operação financeira, conforme subitem 5.1.18 deste Contrato: em 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

e) Ocorrência de quaisquer outros tipos de descumprimento contratual não abrangidos pelas alíneas anteriores: em 0,1% (um décimo por cento) do valor global atualizado deste Instrumento para cada evento.

14.1.2.3. As multas previstas nos subitens 14.1.2.1. e 14.1.2.2. são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas do subitem 14.1.2.1 limitado a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, sendo que, acima desse percentual a CONTRATADA ficará sujeita à rescisão contratual.

14.1.2.4. Em caso de descumprimento deste Contrato, além das multas de mora, a CONTRATADA responderá por quaisquer danos e prejuízos sofridos pela CONTRATANTE.

14.1.2.5. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.1.2.6. O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.6 deste Contrato.

14.1.2.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo período não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes casos, dentre outros:

a) Não-manutenção de situação regular em relação à Documentação de Habilitação;

b) Se a CONTRATADA der causa à rescisão unilateral deste Contrato, por

descumprimento de suas obrigações;

c) Apresentação de documentos falsos ou adulterados;

d) Cometimento de falhas ou fraudes na execução deste Contrato.

14.1.2.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, também, poderá ser aplicada nos casos previstos nas alíneas do subitem 14.1.2.4.

14.1.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção, previsto na Lei nº 14.133/2021, que será aplicada, também, nos seguintes casos:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da contratação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

14.2. As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

14.3. As sanções previstas no subitem 14.1.1. poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 14.1.2., facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação das mesmas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades; caso contrário, aplicar-se-á a sanção cabível.

14.4. Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

14.4.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, pela autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

14.5. O valor das multas e os prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser descontados da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente

da CONTRATADA.

14.6. A CONTRATADA desde logo autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula décima quarta:

15.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) O não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos, tais como:

a.1) Não-apresentação ou não-atualização da garantia de execução contratual;

a.2) Não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

a.3) Utilização deste Contrato em qualquer operação financeira;

a.4) Descumprimento do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

b) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

c) Atraso injustificado na entrega do produto ou do serviço;

d) Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

e) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;

f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;

g) Cometimento de falhas na execução deste Contrato;

h) Decretação de falência da CONTRATADA;

i) Dissolução da sociedade da CONTRATADA;

j) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a

CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;

I) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos à execução deste Contrato.

15.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.

15.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

15.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) Supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) Ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

15.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "k" e "l" do subitem 15.1.1., desta Cláusula e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.2., sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. A rescisão de que trata o subitem 15.1.1., exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) Retenção dos créditos existentes em outros Contratos, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) Retenção/execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

15.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas do subitem 15.6., a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

16.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

a) Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Contrato.

16.1.2. Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária à modificação do modo e/ou do cronograma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviço;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis,

retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

d) Quando conveniente a substituição da garantia de execução contratual.

16.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

16.2.1. APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;

b) O empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido;

c) Ajustes no cronograma de entrega ou na execução dos serviços, desde que não impactem nos encargos contratados e não afetem a isonomia do processo licitatório, situações estas, previamente, reconhecidas por autoridade competente da CONTRATANTE.

16.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Contrato ou do seu valor.

16.3. Os Termos Aditivos ou as Apostilas farão parte deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A CONTRATADA guiar-se-á pelo Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que estejam de acordo como Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

17.2. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Estado - DOE, as suas expensas, na forma prevista no Art. 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. A omissão ou tolerância das partes - em exigir o estrito cumprimento das disposições deste Contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas pelo Foro da Comarca de _____ Estado da Bahia.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

_____, XX de XXXXXXXX de 20XX.

NOME DO REPRESENTANTE CONTRANTANTE

NOME DO REPRESENTANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____
RG:
CPF:

Nome: _____
RG:
CPF:

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO

Agência _____, inscrita no CNPJ n°_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da Lei que até a presente data inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade/UF, __de _____de 2024.

(Assinatura do representante da Licitante, com indicação do seu nome e cargo)

OBSERVAÇÃO: Caso o representante que estiver subscrevendo o presente documento não seja o sócio, gerente ou diretor, declarado no contrato social ou na ata de constituição, será necessário comprovar os poderes para assinatura.

ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER ENTREGUE COM OS DOCUMENTOS REFERENTES AO CREDENCIAMENTO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Agência _____, inscrita no CNPJ n° _____,por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____,portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____e do CPF nº_____, DECLARA sob as penas da Lei o CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.

Cidade/UF, __de _____de 2024.

(Assinatura do representante da Licitante, com indicação do seu nome e cargo)

OBSERVAÇÃO: Caso o representante que estiver subscrevendo o presente documento não seja o sócio, gerente ou diretor, declarado no contrato social ou na ata de constituição, será necessário comprovar os poderes para assinatura.

ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER ENTREGUE COM OS DOCUMENTOS REFERENTES AO CREDENCIAMENTO

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
Processo Administrativo nº 035/2025

1. **OBJETO**: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.

1.1. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:
a) o estudo, o planejamento, a conceituação, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação;

b) a difusão de ideias, princípios, programas, serviços, ações e políticas públicas, com vistas ao atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

1.2. Também integram o objeto desta contratação, como atividades complementares, os seguintes serviços especializados:

a) o planejamento e a execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento, sobre o público-alvo, o mercado e os meios de divulgação;

b) a produção e a execução técnica de peças e projetos publicitários de mídia e não mídia;

c) a criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à ampliação dos efeitos das mensagens publicitárias;

d) a elaboração de marcas, expressões de propaganda, logotipos e demais elementos de identidade visual.

1.3. As pesquisas previstas no item anterior terão por finalidade:

a) gerar conhecimento sobre o ambiente de atuação da Administração, seu público-alvo e os canais mais eficazes de difusão;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação das mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias, sendo vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação de publicidade.

1.4. Os serviços ora contratados não abrangem atividades de promoção, patrocínio, relações

públicas, assessoria de comunicação ou de imprensa, nem a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.4.1. Exclui-se dessa vedação o patrocínio de mídia, compreendido como o apoio financeiro a projetos veiculados em meios de comunicação ou a transmissões de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento, comercializados por veículo de comunicação.

1.5. A prestação dos serviços será realizada por 01 (uma) agência de propaganda, a ser contratada mediante processo licitatório na modalidade Concorrência, do tipo técnica e preço, conforme disciplinado pela Lei Federal nº 12.232/2010, Lei nº 4.680/1965 e Lei nº 14.133/2021.

1.6. A agência deverá estar devidamente registrada no CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão) e em entidade sindical da categoria econômica correspondente à sua base territorial, devendo apresentar certificado de qualificação técnica de funcionamento nos moldes exigidos na legislação vigente.

1.7. A execução dos serviços será feita pela contratada por ordem e conta da Administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 4.680/1965, abrangendo a intermediação de serviços com terceiros e a contratação de espaços publicitários junto aos veículos de comunicação.

1.8. É vedada a subcontratação de outra agência de propaganda para a execução dos serviços principais previstos neste Termo de Referência, excetuando-se as atividades complementares que podem ser terceirizadas, conforme §1º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.

1.9. As ações de publicidade decorrentes desta contratação terão caráter educativo, informativo e de orientação social, com o objetivo de garantir a eficiência, a transparência e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos, e deverão estar sujeitas à avaliação sistemática de seus resultados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, a Câmara Municipal de Vereadores de Candeias enfrenta entraves significativos na efetivação de uma comunicação institucional abrangente e eficiente, especialmente no tocante à divulgação de suas atividades legislativas, ações institucionais, campanhas de interesse público e informações relevantes para a população. A ausência de um planejamento publicitário contínuo e estruturado compromete a transparência dos atos do Poder Legislativo e limita o acesso da sociedade às iniciativas e deliberações da Casa Legislativa. O cenário exige um esforço coordenado para ampliar o alcance das mensagens institucionais e garantir que a população receba informações claras, tempestivas e adequadas ao seu contexto.

2.2. A comunicação institucional vem sendo conduzida de forma dispersa e sem o amparo de um corpo técnico especializado, o que tem dificultado a articulação estratégica das ações informativas. Em diversas oportunidades, a Câmara investiu recursos pontuais em campanhas e divulgações isoladas, mas sem alcançar os resultados esperados em termos de abrangência e efetividade. Essa fragilidade estrutural repercute negativamente na participação social, na compreensão do papel do Poder Legislativo e no fortalecimento da relação entre os vereadores e a sociedade.

2.3. A carência de uma política de comunicação institucional articulada, com diretrizes claras, metas e métricas de avaliação, tem impossibilitado o pleno exercício da função pedagógica da publicidade legislativa. Em tempos de intensa circulação de informações, especialmente nos meios digitais, torna-se ainda mais necessária a adoção de práticas comunicacionais modernas, éticas e

efetivas, que assegurem à população o pleno conhecimento das ações da Câmara, fomentem o engajamento cívico e reforcem os valores republicanos que regem a atuação do Poder Legislativo.

2.4. A publicidade institucional, quando planejada e executada de modo estratégico, cumpre papel essencial na construção da cidadania, ao permitir que o cidadão conheça seus direitos, compreenda o funcionamento do Parlamento Municipal e se envolva nos processos legislativos e nas discussões públicas promovidas pela Câmara. No entanto, a inexistência de um modelo estruturado de comunicação, baseado em critérios técnicos e alinhado às exigências legais, tem impedido que esse potencial se realize de maneira plena em Candeias.

2.5. Diante desse contexto, revela-se evidente a necessidade de reestruturação da comunicação institucional da Câmara Municipal, com vistas a superar os desafios hoje enfrentados, a partir de práticas que valorizem a transparência, o fortalecimento da democracia participativa e o direito da população à informação clara e acessível. Essa necessidade é especialmente sensível no acompanhamento das sessões legislativas, dos projetos de lei, das fiscalizações e das ações de interesse coletivo desenvolvidas pelos parlamentares, que exigem canais efetivos de divulgação, orientação e interação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando que os serviços a serem prestados são técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a serem prestados por empresas com certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, será exigida qualificação técnica de acordo com **subitem 8.4.2** deste Termo de Referência.

3.2. A **CONTRATADA** poderá subcontratar os serviços especializados relacionados com as atividades complementares previstas nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.232 de 29 de abril de 2010.

3.2.1. A subcontratação fica limitada à prestação de Serviços Especializados nos termos do art. 14 da Lei nº 12.232/2010.

3.2.2. O Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

3.3. Será necessária comprovação de certificado de qualificação técnica de funcionamento, nos termos do art. 17, inciso I alínea "f" do Decreto nº 57.690/66 e art. 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, conforme **subitem 8.4.2** deste Termo de Referência.

3.4. Deverão ser observadas as providências para a proteção dos dados pessoais, previstas na Lei nº 13.709/2018, conforme cláusulas a constarem do Termo de Contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a necessidade de fortalecer a comunicação institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias, propõe-se como solução a contratação de uma agência de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, com vistas à execução integrada de serviços especializados de natureza publicitária. Essa solução visa garantir a difusão qualificada e estratégica das ações legislativas, a promoção do acesso à informação, o estímulo à participação cidadã e a consolidação dos princípios da publicidade, transparência e eficiência que regem a Administração Pública.

4.2. A agência contratada deverá prestar serviços que envolvam o estudo, o planejamento, a criação, a produção e a veiculação de peças e campanhas institucionais, assegurando a interlocução eficiente entre o Poder Legislativo e a população. A proposta contempla tanto os meios tradicionais de comunicação (mídia impressa, rádio, televisão) quanto os canais digitais e as novas plataformas tecnológicas, a fim de garantir uma comunicação multicanal, acessível, tempestiva e adaptada à realidade do público-alvo.

4.3. O escopo dos serviços a serem prestados abrange, ainda, atividades complementares de relevante importância, como a realização de pesquisas de opinião, análise de percepção pública, mensuração de resultados das ações comunicacionais, desenvolvimento de formas inovadoras de veiculação de conteúdo e produção de identidade visual para campanhas institucionais e projetos legislativos. A integração dessas atividades permitirá a construção de uma comunicação institucional coesa, moderna e alinhada com os objetivos estratégicos da Câmara.

4.4. O critério de julgamento eleito para a licitação será o de técnica e preço, considerado o mais compatível com a complexidade e a natureza predominantemente intelectual do objeto, em que a qualidade técnica da proposta é elemento central para assegurar a eficácia da contratação. A licitação será conduzida sob a modalidade concorrência pública, assegurando ampla participação, isonomia entre os licitantes e estrita observância às disposições legais.

4.5. Com a efetivação da contratação, a Câmara Municipal de Candeias contará com suporte profissional especializado para conduzir suas estratégias de comunicação institucional, ampliando o alcance de suas iniciativas, promovendo o acesso da população às informações de interesse coletivo e fortalecendo a presença do Poder Legislativo no espaço público. A medida contribuirá decisivamente para o aprimoramento da transparência, a consolidação da democracia participativa e a valorização do papel institucional da Câmara perante a sociedade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação de serviços reger-se-á pelo disposto no artigo 37, §1º, da Constituição da República Federativa, pelas disposições específicas contidas na Lei Federal nº 4.680, de 18/06/65, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 57.690, de 01 de fevereiro de 1966 e Decreto Federal n.º 4563, de 31 de dezembro de 2002, pelas Normas - Padrão para prestação de serviços de comunicação e suas recíprocas relações vigentes, do Conselho Executivo das Normas-Padrão, mais conhecido por CENP, conforme as normas previstas no Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, e pelas disposições contidas no capítulo III da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

5.2. O regime de execução do contrato é o de execução indireta, na forma de empreitada por preço unitário.

5.3. O objeto do ajuste será requisitado e executado na seguinte conformidade, observando-se o disposto no Capítulo III Dos Contratos de Serviços de Publicidade e da Sua Execução, artigos 13 a 17, e demais dispositivos pertinentes, da Lei Federal nº 12.232/2010;

5.3.1. A **CONTRATANTE**, por intermédio do seu responsável técnico, expedirá Ordem de Serviço especificando as atividades a serem desempenhadas.

5.3.2. A **CONTRATADA** elaborará a correspondente apropriação de custos, dentro dos parâmetros estabelecidos na Proposta Técnica e de Proposta de Preço aprovadas **no processo licitatório**, acompanhada de demonstrativo dos preços da média de mercado ou tabela de preços vigentes à época, conforme a espécie do trabalho a ser prestado, bem como a efetiva incidência dos descontos negociados em favor da **CONTRATANTE**, dentro do critério da melhor relação custo/benefício;

5.3.3. A **CONTRATADA** deverá obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato;

5.3.4. A **CONTRATADA** deverá submeter a contratação de serviços de terceiros, objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**, quanto à política de preços, permanecendo com todas as suas responsabilidades contratuais perante esta, inclusive quanto à qualidade e à finalidade almejada;

5.3.5. Todas as vantagens derivadas de negociação de preços e de condições de pagamento, inclusive especiais (além dos normais previstos em tabelas) com fornecedores e com veículos, e, quanto a estes, sob forma de descontos e bonificações ou reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens, deverão ser transferidas integralmente à **CONTRATANTE**, salvo se privativas da **CONTRATADA** e constarão das respectivas apropriações que esta encaminhar à **CONTRATANTE** para aprovação;

5.3.6. A **CONTRATADA**, produzirá e apresentará uma cópia em arquivo digital em alta resolução de cada filme para TV, *spots*, *jingles* de rádio e peças para mídia digital online (internet); mídia *out of home* (OOH / DOOH), cinema, revistas ou jornais;

5.3.7. Na execução dos serviços, a **CONTRATADA** será responsável pela administração dos suprimentos de bens e serviços de terceiros fornecedores e pela integral execução dos serviços, arcando integralmente com os encargos decorrentes;

5.3.8. A **CONTRATADA** deverá obter a aprovação da **CONTRATANTE** por meio da Diretoria Administrativa, após apresentação prévia: **I** - da ideia criativa, da ação e/ou campanha; do roteiro, do texto, da apresentação visual (layout) e da arte final das mensagens, peças ou qualquer outro tipo de comunicação publicitária; **II** - do plano de mídia e do plano dos demais meios de distribuição da comunicação publicitária; **III** - do período de realização; **IV** - da apropriação de custos; **V** - da assunção de despesas com fornecedores especializados, veículos ou qualquer outra relacionada com a Ordem de Serviço e **VI** - das métricas utilizadas para aferir o retorno dos esforços de comunicação;

5.3.9. Nos termos das disposições normativas, toda campanha, preparação de peças, planos de mídia e autorizações de mídia, destinadas aos veículos de comunicação, deverão ser apresentados, ainda na fase de planejamento, para que sejam examinados pela **CONTRATANTE**, sob o aspecto técnico-publicitário;

5.3.10. No caso de necessidade de segunda tiragem, a **CONTRATANTE** poderá optar pela contratação junto a terceiros, sob sua própria orientação;

5.3.11. A quantidade de material a ser utilizado na veiculação só será definida após a aprovação da mídia pela **CONTRATANTE** e sua reprodução dar-se-á a partir das peças aprovadas pela autoridade competente;

5.3.12. A **CONTRATADA** deverá entregar à **CONTRATANTE**, impreterivelmente, até o dia 10 do mês subsequente, um relatório detalhando, com base em dados que possam ser comprovados com documentos, as despesas de produção e veiculação autorizadas e realizadas no mês anterior, nos termos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e um relatório dos serviços em andamento com os dados mais relevantes para uma avaliação de seu estágio, nos moldes indicados pela **CONTRATANTE**, após esse prazo poderá ser aplicada a penalidade prevista **no subitem 10.2**

5.3.13. O fornecimento de bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.232/10, deverá observar o procedimento previsto no art. 14 e parágrafos da Lei Federal nº 12.232/10.

5.4. REMUNERAÇÃO

5.4.1. A **CONTRATADA** será remunerada pelos serviços prestados com base nos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia- SINAPRO- BA a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria **CONTRATADA**;

5.4.2. A **CONTRATADA** receberá honorários referentes à produção de peças e materiais incidente sobre os custos de serviços realizados por fornecedores;

5.4.3. A **CONTRATADA** receberá honorários incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por fornecedores, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias;

5.4.4. A **CONTRATADA** receberá honorários incidentes sobre os custos de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias;

5.4.5. A **CONTRATADA** receberá honorários na reutilização de peças em roteiros comerciais por período igual ao inicialmente pactuado, calculado com base no percentual máximo incidente sobre o cachê original, a ser pago pela **CONTRATANTE** a atores e modelos, pelos direitos de uso de imagem e som de voz;

5.4.6. A **CONTRATADA** receberá honorários na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, calculado com base no percentual máximo incidente sobre o valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de uso.

5.5. DO DESCONTO DE AGÊNCIA

5.5.1. Além da remuneração prevista no subitem **5.4**, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência sobre os preços de tabela ou os preços negociados para veiculação, prevalecendo sempre o menor dos dois, a ser concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com a legislação regente.

5.5.2. Da comissão de agência a que faz jus, a **CONTRATADA** repassará em favor da **CONTRATANTE**, sob a forma de desconto, o percentual máximo previsto na correspondente faixa de INVESTIMENTO BRUTO ANUAL DE MÍDIA PREVISTA PELA **CONTRATANTE**, no ato de pagamento de cada uma das respectivas faturas, permanecendo com o saldo restante de comissão.

5.6. PRAZOS

5.6.1. Para execução dos serviços serão emitidas Ordem de Serviço especificando as atividades a serem desempenhadas, cujos prazos serão estabelecidos de comum acordo considerando a complexidade, conveniência e urgência da prestação dos serviços.

5.6.2. Demais prazos estão disposto na Minuta do Termo de Contrato.

5.7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1.1. Além das obrigações constantes no Edital e seus Anexos, das estabelecidas no presente instrumento e das fixadas na normatização de regência, a **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados;

5.7.1.2. Guiar-se pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com CÓDIGIO DE DEFESA DO CONSUMIDOR e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes;

5.7.1.3. Executar o Plano de Ação, conforme informações e instrumentos de publicidade (Briefing) colocados à disposição da **CONTRATANTE**, sem ônus adicional, durante a vigência do ajuste, de acordo com o investimento previsto na proposta vencedora;

5.7.1.4. Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade;

5.7.1.5. Utilizar os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **CONTRATANTE** e aprovação da **CONTRATANTE**;

5.7.1.6. Realizar diretamente, ou, quando necessário, mediante a contratação de terceiros sob sua responsabilidade, os serviços contratados, de acordo com as especificações estipuladas e aprovadas pela **CONTRATANTE;**

5.7.1.7. Obter os melhores preços e condições nas negociações junto a terceiros, transferindo à **CONTRATANTE** as vantagens normais, previstas em tabela, e as especiais, derivadas de negociações de preços e de condições de pagamento entabuladas com os fornecedores e veículos, bem como as conferidas sob forma de descontos, bonificações ou reaplicações, prazos especiais de pagamento, etc., salvo se privativas da **CONTRATADA;**

5.7.1.8. É vedado à **CONTRATADA** privilegiar os planos de incentivo (Lei Federal Nº 12.232/2010, art. 18) em detrimento dos interesses da **CONTRATANTE**, seja preterindo veículos de divulgação que não os concedam, seja priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados;

5.7.1.8.1. O descumprimento ao disposto **no subitem 5.7.1.8** deste Termo de Referência constituirá violação aos deveres contratuais, submetendo à **CONTRATADA** infratora a processo administrativo que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação da sanção prevista no **subitem 10.3** deste Termo de Referência.

5.7.1.9. Fazer cotação de preços para todos os serviços de terceiros e apresentar, no mínimo, três propostas, com a indicação da mais adequada para sua execução, observando-se o que estabelece o Termo de Contrato. A impossibilidade de obter três propostas deverá ser justificada por escrito pela **CONTRATADA**, observadas as seguintes condições:

a) apresentar somente cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, aptos a fornecer bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato, nos termos da Lei federal nº 12.232/2010.

b) exigir do fornecedor que constem da cotação os produtos ou serviços que a compõem, seus preços unitários e total e, sempre que necessário, o detalhamento de suas especificações;

c) fazer constar dos orçamentos de produção a seguinte declaração assinada de forma digital por representante da **SUBCONTRATADA**, com poderes para tal. "*Estamos cientes e autorizamos, cedendo todos os direitos, que as peças/materiais produzidos fiquem expostos em acervo no Portal e nos Canais Próprios do cliente por tempo indeterminado*".

d) a cotação deverá ser apresentada no original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura digital do responsável pela cotação;

e) juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito e em atividade no CNPJ ou no CPF e nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido;

f) Para cada orçamento encaminhado deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada digitalmente por funcionário da **CONTRATADA** responsável pela documentação: "Atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais".

5.7.1.10. Obter a aprovação prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para assumir despesas de produção, veiculação e qualquer outra relacionada com este contrato;
5.7.1.11. Submeter a contratação de serviços de terceiros, objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**, quanto à política de preços, permanecendo com todas as suas responsabilidades contratuais perante esta, inclusive quanto à qualidade e à finalidade almejada;
5.7.1.12. Orientar a produção e a impressão das peças gráficas (folhetos, cartazes, malas diretas, etc.) aprovadas pela **CONTRATANTE**;
5.7.1.13. Exibir laudo que comprove a compra de pesquisas de mídia necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da espécie, no prazo de 15 (quinze) dias, após a solicitação da **CONTRATANTE**, após esse prazo, poderá ser aplicada a penalidade prevista no **subitem 10.2**
5.7.1.14. Registrar em Relatório de Atendimento todas as reuniões e comunicações de serviço mantidas com a **CONTRATANTE**, com o objetivo de tornar transparentes os entendimentos havidos e também para que ambas tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades. Tais relatórios deverão ser enviados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** até o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a realização do contato. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a **CONTRATANTE** solicitará a necessária correção, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório;
5.7.1.15. Tomar providências imediatas em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **CONTRATANTE**, respeitadas as obrigações contratuais assumidas com terceiros e os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou por terceiros por ela contratados;
5.7.1.16. Manter em Carteira os títulos originados pelos serviços executados, sendo vedada a sua negociação junto a estabelecimento financeiro. Se da infringência deste dispositivo advierem protestos do título, a **CONTRATADA** obriga-se a efetuar às suas expensas o respectivo cancelamento, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da emissão do correspondente instrumento cartorário, após esse prazo, poderá ser aplicada a penalidade prevista no **subitem 10.2**;

5.7.1.17. A **CONTRATADA** não poderá, a qualquer pretexto, utilizar o nome da **CONTRATANTE**, os serviços e os recursos a ela fornecidos como forma de publicidade, propaganda e/ou qualquer outra forma de divulgação sem o consentimento expresso e formal da **CONTRATANTE**.
5.7.1.18. A obrigação do sigilo prevista nesta cláusula subsistirá não só durante o prazo de vigência contratual, como também pelo prazo de 10 (dez) anos após o término de sua vigência.
5.7.1.19. A **CONTRATADA** se obriga a orientar seus empregados e demais prepostos, vinculados à execução do objeto deste instrumento, a observar e respeitar as obrigações aqui contratadas e as regras internas da **CONTRATANTE**.

5.7.1.20. Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
5.7.1.21. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na concorrência que deu origem a este ajuste;
5.7.1.22. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
5.7.1.23. Cumprir a legislação trabalhista com relação a seus funcionários e, quando for o caso, aos de terceiros contratados;
5.7.1.24. Responder pelos recolhimentos dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre os serviços prestados.
5.7.1.25. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;

5.7.1.26. Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
5.7.1.27. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a própria **CONTRATANTE**;
5.7.1.28. Nos casos de contratação de terceiros para a execução parcial de serviços estipulados neste instrumento, exigir dos eventuais contratados, no que couber, as mesmas condições originárias do presente contrato;
5.7.1.29. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **CONTRATANTE**. A infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato e sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades e às indenizações cabíveis;
5.7.1.30. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu, em quaisquer serviços objeto deste contrato;
5.7.1.31. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativas de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a **CONTRATANTE**;
5.7.1.32. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato, responsabilizando-se, enfim, por todas as obrigações decorrentes do ajuste, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, acidentárias e civis;
5.7.1.33. Responder por qualquer ação judicial ou extrajudicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedades ou direitos autorais, referentes ao objeto deste contrato;
5.7.1.34. Zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento de faturas e demais documentos decorrentes deste contrato, certificando-se da identificação do destinatário, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade e obrigações por parte da **CONTRATANTE**;

5.7.1.35. É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação de natureza financeira;
5.7.1.36. Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em outras leis, os constantes da Lei Federal n.º 14.133/21, que a **CONTRATADA** aceita e aos quais se submete;
5.7.1.37. A **CONTRATADA** deverá, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas;

5.7.1.38. Apresentar, ao final de cada campanha / ação publicitária, Relatório de Desempenho contendo o detalhamento das métricas, resultados alcançados e demais informações cabíveis.

5.7.1.39. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.8.1. Expedir as ordens de serviço, explicitando os trabalhos necessários;
5.8.2. Atestar o recebimento dos serviços prestados;
5.8.3. Efetuar o pagamento, conforme previsto no Termo de Contrato;
5.8.4. Será de responsabilidade da **CONTRATANTE** o tratamento e disponibilização à **CONTRATADA** os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços contratados, sendo certo que a **CONTRATADA** assume o compromisso de não divulgar, por qualquer forma, referidas informações a quem quer que seja, ainda que sobre a forma de cessão, locação, alienação, empréstimo, sem prévia e expressa concordância da **CONTRATANTE**, manifestada por documento escrito.
5.8.4.1. Em caso de comprovação da falta de cumprimento do disposto no subitem anterior, ou de utilização das informações fornecidas pela **CONTRATANTE** para outros fins de qualquer natureza ou espécie que não os expressamente autorizados e para uso exclusivo nos serviços prestados à **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** responderá de forma incondicional civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da **CONTRATANTE** de promover a rescisão contratual com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação.

5.8.5. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;

5.8.6. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA**, sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
5.8.7. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

5.9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.9.1. A gestão do contrato será realizada pelo **CONTRATANTE**, visando ao cumprimento de todas as condições estabelecidas no instrumento de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
5.9.2. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão realizadas por escrito, através de mensagem eletrônica.
5.9.3. A CONTRATANTE fará avaliação anual do contrato que se dará pela mensuração dos aspectos estratégicos, criação, produção, mídia, planejamento, pesquisa, compra e acompanhamento de mídia, acompanhamento de metas, grupo de atendimento, administração e finanças, serviços especiais, parcerias e atendimento global.

5.9.3.1. A fiscalização do contrato caberá ao servidor Fabiane de Jesus Sales, vinculado à Diretoria Administrativa, conforme Decreto nº 004/2025.

5.10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.10.1. Do recebimento:
5.10.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução do objeto do contrato e o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, fará a

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.10.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.10.1.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.10.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.10.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.10.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.10.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.10.2. O pagamento será creditado, em conta corrente da **CONTRATADA** pela Secretaria de Finanças da **CONTRATANTE**, preferencialmente através de crédito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, acompanhado da versão digital das notas fiscais, recibos ou documento de cobrança equivalente de fornecedores e de veículos, e respectivos comprovantes de realização de serviços.

5.10.3. No tocante à veiculação, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar sem ônus para a **CONTRATANTE** os seguintes comprovantes:

5.10.3.1. JORNAL e REVISTA: exemplar original com o anúncio; cópia de parecer ou qualquer manifestação de empresa independente de auditoria credenciada pelo Conselho Executivo de Normas Padrão – CENP, que ateste a tiragem e distribuição desse exemplar. Na falta dessa auditoria, deve ser fornecida prova de tiragem por meio de declaração assinada digitalmente /certidão emitida, sob a égide do art. 299 do Código Penal Brasileiro, pela(s) gráfica(s) responsável(eis) pela impressão da edição específica em que foi publicado o anúncio, detalhando o número de exemplares destinados à venda avulsa, assinaturas e circulação gratuita (cortesia, degustação e reparte interno), bem como cópia autenticada das notas fiscais do serviço de impressão de referida tiragem, além de declaração, redigida pelo representante legal do veículo, também sob a égide do art. 299 do Código Penal Brasileiro, informando a tiragem e a relação dos pontos de distribuição com endereço de cada um deles;

5.10.3.2. TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo (relatório de checagem de veiculação, mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, assinada digitalmente, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração, local, data, nome do programa (quando for o caso), dia e horário da veiculação;

5.10.3.3. Mídia *Out Of Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro,

firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração;

5.10.3.4. Mídia Digital *Out Of Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar fotos por amostragem, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura digital do responsável pela declaração;

5.10.3.5. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pela empresa que veiculou as peças, com a tipo e quantidade de inserções, período de veiculação, preferencialmente com identificação das peças e print da tela, métricas utilizadas e o resultado alcançado.

5.10.3.6. Formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nos subitens **5.10.2.1 a 5.10.2.5** serão estabelecidas formalmente pelo **CONTRATANTE**, antes da aprovação do respectivo Plano de Mídia.

5.10.4. Os pagamentos devidos serão efetuados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Até trinta dias após a realização dos serviços, e após atestada pelo fiscal da **CONTRATANTE**.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 1 (um) ano, prorrogáveis por iguais ou inferiores períodos, limitado a 10 (dez) anos, a critério da **CONTRATANTE**, considerados os resultados das avaliações anuais, de acordo com a legislação em vigor.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento do contrato decorrente desta Licitação, correrão por conta da **CONTRATANTE**, conforme a seguinte dotação orçamentária:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Não será permitida a participação de empresas através de consórcio, cooperativa ou similares ou que sejam estrangeiras e não funcionem no país.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento "melhor técnica", conforme disposto no Art. 5º da Lei 12.232/10.

8.3. Para fins de seleção da proposta haverá as seguintes condições:

8.3.1. PROPOSTAS TÉCNICAS

8.3.1.1. As propostas técnicas serão elaboradas com base no *briefing* a ser disponibilizado no Edital.

8.3.1.2. As propostas técnicas serão julgadas por Subcomissão Técnica, formada de acordo com o Art. 10 da Lei 12.232/10.

8.3.1.3. A Subcomissão Técnica analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

8.3.1.4. A Proposta Técnica será analisada e avaliada individualmente pelos membros da Subcomissão Técnica.

8.3.1.5. Serão levados em conta pela Subcomissão Técnica, como critério de julgamento técnico, os atributos da Proposta, em cada quesito ou subquesito elencados no Edital.

8.3.1.6. A Proposta Técnica está limitada ao máximo de 100 (cem) pontos e será apurada segundo a soma dos pontos dos quesitos ou subquesitos.

8.3.2. PROPOSTA DE PREÇO

8.3.2.1. As Propostas de Preço das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no Edital e receberão no máximo 100 (cem) pontos.

8.3.3. JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS

8.3.3.1. O julgamento final das Propostas desta Concorrência será feito de acordo com o procedimento previsto para o tipo de licitação "técnica e preço", conforme a Lei Federal nº 14.133/21 e critérios estabelecidos no Edital.

8.4. Para **fins de habilitação**, serão analisadas:
8.4.2. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

8.4.3. Para fins de **qualificação técnica** serão exigidos os seguintes documentos:

8.4.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa prestado ou estar prestando serviços de comunicação, publicidade e marketing, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

8.4.2.1.1. Considera-se em quantidades compatíveis, atestados que comprovem ter a licitante planejado e executado ações de publicidade, utilizando ao menos dois dos seguintes veículos de comunicação existentes no mercado de comunicação de massa: TV, Rádio, Revistas ou Jornais, eletrônicos ou não, Mídia Out Of Home sendo ao menos uma ação que envolva a mídia TV e outra a mídia rádio.

8.4.3.2. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado - no original ou em cópia reprográfica autenticada, ou cópia a ser autenticada pela Comissão de Licitação, à vista do original.

8.4.3.3. Certificado de qualificação técnica eletrônico de que trata a Lei nº 12.232/2010, art. 4º e seu § 1º, com código de validação, obtido perante site oficial do Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP https://www.cenp.com.br/certificacao.

8.4.3.4. REGISTRO OU INSCRIÇÃO NO SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA de sua base territorial.

8.4.3.5. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos serviços executados ou em execução na **CONTRATANTE**, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.4. O custo global estimado da contratação é de **R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**.

9.4.2. Os valores gastos a cada vigência contratual não são lineares, oscilam em razão das conjunturas: políticas, econômicas e sociais, fatores que norteiam as diretrizes da **CONTRATANTE**. Cabe observar que alguns fatores têm impacto direto nos valores executados, tais como as limitações legais de gastos em ano eleitoral, a pandemia, dentre outros.

10. SANÇÕES

10.4. Além das **penalidades** previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.5. Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada ao máximo de 05 (cinco) dias, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal. Decorrido esse prazo, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.5, 10.7, 10.8 e/ou 10.9.**

10.5.2. Entende-se por **execução dos serviços** todos os serviços prestados desde o planejamento até a devida prestação de contas, incluídas as obrigações administrativas contratuais e legais como comprovantes dos serviços prestados, planilhas e relatórios administrativos.

10.6. Multa de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor não repassado ao fornecedor de serviços especializados, incluindo os de veiculação por descumprimento do prazo estabelecido para apresentação dos comprovantes dos pagamentos efetuados a terceiros;

10.7. Multa cominatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da garantia a ser prestada, em caso de descumprimento dos prazos previstos nos **itens 13.1, 13.1.1 e 13.2 do Anexo III – Minuta de Contrato**, por culpa da **CONTRATADA**, limitado o atraso a 10 (dez) dias úteis.

10.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade grave havida no cumprimento do avençado, por culpa da

CONTRATADA, bem como para o caso de não serem atingidos os padrões de qualidade previstos na avaliação trimestral descrita no subitem **5.9.3** e no **Anexo Único** deste Termo de Referência.

10.9. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA.**

10.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.11. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do **CONTRATANTE** pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.12. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.13. As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.

10.14. No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.2,** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens**, 10.5, 10.7, 10.8 e/ou 10.9.**

10.15. As multas terão seus valores apurados na data da infração.

10.16. Para fins de atualização monetária para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.

11. DISPISÇÕES GERAIS

11.1. A Administração reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos contantes na Lei Federal 14.133/2021.

11.3. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias/BA, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Candeias, Bahia, 05 de maio de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretoria Administrativa

298

RECIBO DE RETIRADA DO INVÓLUCRO

CONCORRENCIA Nº. 001/2025

OBJETO: Prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Razão Social:	Tubarquino Comunicação Ltda
CNPJ:	09200 454/0001-80
Endereço:	Rua Tel Nemesio Caldeirão, 358
E-mail:	agencia@tubarquino.com
Cidade:	Feira de Santana — Estado: BA
Telefone/Fax	(75) 3623-8631
Contato:	Jaqueira Kelly

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Candeias, 16 de junho de 2025.

Assinatura

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

CREDENCIAMENTO

300

filópequeno
comunicação

CREDENCIAMENTO

À CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
REF. A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº. 001/2025

OUTORGANTE: A Filópequeno Comunicação Ltda, Cnpj nº: 09.200.454/0001-80, localizada na Rua Frei Hermenegildo Castorano, 358, Capuchinhos. Feira de Santana – BA, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr Valdeir Uchoa Brandão Carvalho, portador da carteira de identidade nº 08.529.381-44, Cpf:009.061.335-05, casado, brasileiro e publicitário.

OUTORGADO: Sra. Patricia Kelly Ferreira de Oliveira, brasileira, solteira, publicitária, portadora do Registro de Identidade nº. 13613624-99, expedido pela SSP BA , devidamente inscrito no CPF, sob o nº. 028.926.395-65, residente à rua Rubens Carvalho, nº 500, Feira de Santana – BA.

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos Sra. Patricia Kelly Ferreira de Oliveira, brasileira, solteira, publicitária, portadora do Registro de Identidade nº. 13613624-99, expedido pela SSP BA, devidamente inscrito no CPF, sob o nº. 028.926.395-65 , residente à rua Rubens Carvalho, nº 500, feira de Santana - BA, O OUTORGANTE confere ao OUTORGADO pleno e gerais poderes para representa-lo junto à Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA, na sessão de CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº. 001-2025-CP, podendo praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes do certame, apresentar proposta de preços; formular ofertas e lances; interpor recursos e desistir deles; contra-arrazoa; assinar propostas, atas, contratos; negociar preços e demais documentações necessárias; confessar; firmar compromissos ou acordos; receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.

Feira de Santana, 07 de julho de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO
Data: 07/07/2025 14:24:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44
CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 08 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
CNPJ nº 09.200.454/0001-80

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00906133505-VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO
http://assinador.pacs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=89tZ6werb1Q-xq5xuR1655Q4&chave2=8T-06aCCgMpeIH2nMmcfRg

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRO, nascido em 15/04/1983, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 009.061.335-05, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0852938144, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ALTO DO MURICI, 55, SIM, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44085540, BRASIL.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA , registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600099401, com sede R Marechal Castelo Branco, 501 , Capuchinhos, Feira de Santana, BA, CEP 44076020, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 09.200.454/0001-80, delibera ajustar a presente alteração e consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO, 358, CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44.076-170.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRO, nascido em 15/04/1983, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 009.061.335-05, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0852938144, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ALTO DO MURICI, 55, SIM, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44085540, BRASIL.

Único sócio componente da sociedade empresária limitada **FILOPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA** conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o **nº. 29600099401**, por despacho do dia **20 de setembro de 2007,** inscrita no **CNPJ (MF) sob o nº. 09.200.454/0001-80** com sede social na **RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO, 358, CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44.076-170,** resolve assim, consolidar o referido contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **FILOPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA**

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede na **RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO, 358, CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44.076-170.**

CLÁUSULA TERCEIRA. O objeto social é
AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE

CLÁUSULA QUARTA. O capital Social da empresa é de R$ 600.000.00 (Seiscentos Mil Reais) divididos em 600.000 (Seiscentos Mil) quotas de R$ 1,00 (Um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, assim distribuído para o sócio:

Junta Comercial do Estado da Bahia 20/05/2024
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral
JUCEB

NOME	Q ATUAIS	TOTAL (R$)
VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO	600.000	600.000,00

CLÁUSULA QUINTA. A sociedade teve início das suas atividades na Junta Comercial do Estado da Bahia em **20 de setembro de 2007** seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. As quotas são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento de outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postas á venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SETIMA. A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas o sócio responde solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao Sócio VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA NONA. Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador presta contas justificativas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberam sobre as contas e designam administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual por todos os sócios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O sócio VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO fará jus a uma retirada mensal a título de Pró-Labore determinada mediante comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continua sua atividade com os herdeiros, sucessora e a incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento é adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

http://assinador.pacs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=89t26wrb3G-xq5xuK1655Q&chave2=8T-06sCQtpeIH2nWnciBg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00906133505-VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

Junta Comercial do Estado da Bahia 20/05/2024
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral
JUCEB

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=85t26wrb3G-xq5nuKl665Q&chave2=8T-d6aCCpWpeIH2nWnctRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00906135505-VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito no foro de FEIRA DE SANTANA - BAHIA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estar assim justo e contratado, assina este instrumento.

FEIRA DE SANTANA-BAHIA, 16 de maio de 2024.

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

Junta Comercial do Estado da Bahia 20/05/2024
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral
JUCEB

304

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

248924303

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
PROTOCOLO	248924303 - 17/05/2024
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600099401
CNPJ 09.200.454/0001-80
CERTIFICO O REGISTRO EM 20/05/2024
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98511225 DE 20/05/2024 DATA AUTENTICAÇÃO 20/05/2024

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98511225

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00906133505 - VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO - Assinado em 16/05/2024 às 17:06:17

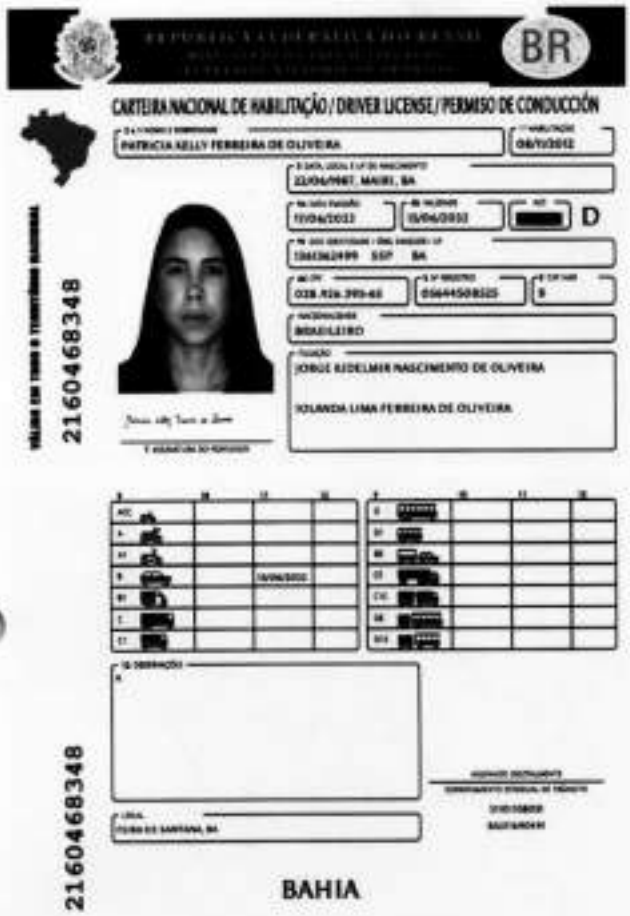
ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

BRUNO MOTA PASSOS
Secretário-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia 20/05/2024
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral

305



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

PATRICIA KELLY FERREIRA DE OLIVEIRA

08/11/2012

22/04/1987, MAIRI, BA

13/04/2022 — 15/04/2032 — AB — D

1364362499 SSP BA

038.926.395-60 — 05644508325 — 5

BRASILEIRO

JORGE ILDELMIR NASCIMENTO DE OLIVEIRA

IOLANDA LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA

13/04/2022

FEIRA DE SANTANA, BA

15/04/2032

2160468348

2160468348

BAHIA

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

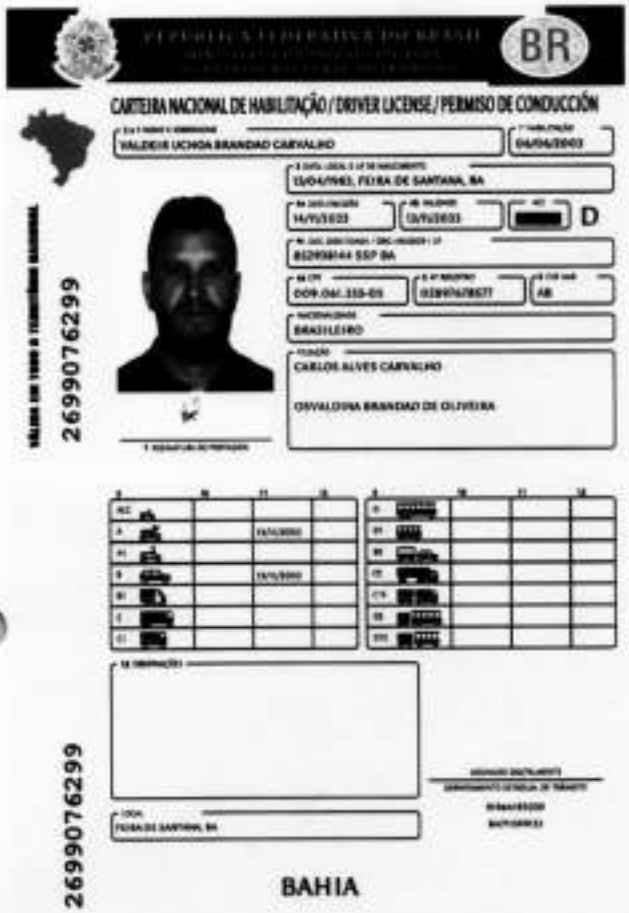
SERPRO / SENATRAN

I<BRA056445085<254<<<<<<<<<<<<
8706227F3206157BRA<<<<<<<<<<<0
PATRICIA<<FERREIRA<DE<OLIVEIRA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

gov.br

306



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

04/04/2003

13/04/1983, FEIRA DE SANTANA, BA

14/01/2023

13/01/2033

D

852938144 SSP BA

009.041.335-05

AB

BRASILEIRO

CARLOS ALVES CARVALHO

OSVALDINA BRANDAO DE OLIVEIRA

FEIRA DE SANTANA, BA

BAHIA

2699076299

2699076299

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

I<BRA028976785<772<<<<<<<<<<<<

8304151M3311134BRA<<<<<<<<<<<8

VALDEIR<<UCHO<BRANDAO<CARVALHO

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

ATA PRIMEIRA SESSÃO

308

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Aos 08 (oito) dias do mês de julho do ano de 2025, às 09h00min, na sede da Câmara Municipal de Candeias, localizada na Av. dos Três Poderes, s/n Candeias- Bahia, reuniram-se os membros da Comissão de contratação, nomeados pelo Decreto nº 002 de janeiro de 2025, com a finalidade de realizar a Primeira Sessão Pública da Concorrência Presencial nº 001/2025, cujo objeto é a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional, conforme disposto no edital e na legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 12.232/2010, subsidiariamente a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023.

1. Abertura dos Trabalhos

Iniciados os trabalhos, a Comissão procedeu com o credenciamento dos representantes legais das empresas licitantes presentes, mediante a apresentação dos documentos exigidos no subitem 3.9 do edital.

Portanto, foram credenciadas, até o horário estabelecido no preâmbulo do edital, as seguintes empresas licitantes e seus respectivos representantes legais:

	Razão Social	CNPJ	Representante Legal (com CPF)
1	A Filópequeno Comunicação Ltda	09.200.454/0001-80	Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira. CPF- 028.926.395-65.

Todos os representantes apresentaram a documentação exigida para credenciamento, conforme o item 3.9 do Edital, estando aptos à prática dos atos inerentes ao certame.

309

2. Recebimento dos Invólucros

Foram recebidos os Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4, contendo respectivamente:

a) Envelope 1 - Proposta Técnica (Via Não Identificada);
b) Envelope 2 - Proposta Técnica (Via Identificada);
c) Envelope 3 - Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;
d) Envelope 4 - Proposta Comercial.

3. Conferência dos Invólucros

A Comissão conferiu os invólucros apresentados pelas licitantes, verificando sua conformidade com os requisitos do edital, especialmente quanto à ausência de identificação no Invólucro nº 1, conforme subitem 4.1.1.1. Os envelopes foram rubricados no fecho e armazenados conforme orientações do edital.

4. Abertura dos Invólucros nº 1 e nº 3

Na sequência, a Comissão abriu os Invólucros nº 1 e nº 3 e procedeu à rubrica de seus conteúdos, disponibilizando-os para exame e rubrica pelos representantes das licitantes presentes. Não foram constatadas irregularidades formais que comprometessem a lisura do certame. Caso alguma identificação fosse encontrada nos documentos do Invólucro nº 1, haveria desclassificação, nos termos do item do edital, o que não se verificou.

5. Encaminhamento à Subcomissão Técnica

Foram tomados os seguintes encaminhamentos:

Os documentos do Invólucro nº 1 (via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária) serão encaminhados à Subcomissão Técnica, que analisará e julgará as propostas conforme os critérios estabelecidos no item 12 do edital.

Os documentos do Invólucro nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções) também serão enviados à Subcomissão Técnica após o julgamento do Plano de Comunicação.

6. Comunicações Finais

As licitantes foram informadas de que serão convocadas para a Segunda Sessão Pública, nos termos do edital, após o julgamento das propostas técnicas. Não houve, nesta sessão, qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento formalizado pelas licitantes presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das empresas licitantes presentes.

Candeias/BA, 08 de julho de 2025.

Comissão de Licitação:

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

Representantes das Licitantes:

Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira
CPF- 028.926.395-65
A Filópequeno Comunicação Ltda

DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Candeias - Bahia

ANO XIII - Edição Nº 54
BAHIA - 08 de Julho de 2025 - Terça-feira

311

PUBLICACOES
DA:219042030
182

Atos Administrativos

Câmara Municipal de Candeias publica:

- ➢ *ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025*



Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.812.254/0001-02

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Aos 08 (oito) dias do mês de julho do ano de 2025, às 09h00min, na sede da Câmara Municipal de Candeias, localizada na Av. dos Três Poderes, s/n Candeias- Bahia, reuniram-se os membros da Comissão de contratação, nomeados pelo Decreto nº 002 de janeiro de 2025, com a finalidade de realizar a Primeira Sessão Pública da Concorrência Presencial nº 001/2025, cujo objeto é a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional, conforme disposto no edital e na legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 12.232/2010, subsidiariamente a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023.

1. Abertura dos Trabalhos

Iniciados os trabalhos, a Comissão procedeu com o credenciamento dos representantes legais das empresas licitantes presentes, mediante a apresentação dos documentos exigidos no subitem 3.9 do edital.

Portanto, foram credenciadas, até o horário estabelecido no preâmbulo do edital, as seguintes empresas licitantes e seus respectivos representantes legais:

	Razão Social	CNPJ	Representante Legal (com CPF)
1	A Filópequeno Comunicação Ltda	09.200.454/0001-80	Patricia Kelly Ferreira de Oliveira. CPF- 028.926.395-65.

Todos os representantes apresentaram a documentação exigida para credenciamento, conforme o item 3.9 do Edital, estando aptos à prática dos atos inerentes ao certame.

1

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

2. Recebimento dos Invólucros

Foram recebidos os Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4, contendo respectivamente:

a) Envelope 1 - Proposta Técnica (Via Não Identificada);
b) Envelope 2 - Proposta Técnica (Via Identificada);
c) Envelope 3 - Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação;
d) Envelope 4 - Proposta Comercial.

3. Conferência dos Invólucros

A Comissão conferiu os invólucros apresentados pelas licitantes, verificando sua conformidade com os requisitos do edital, especialmente quanto à ausência de identificação no Invólucro nº 1, conforme subitem 4.1.1.1. Os envelopes foram rubricados no fecho e armazenados conforme orientações do edital.

4. Abertura dos Invólucros nº 1 e nº 3

Na sequência, a Comissão abriu os Invólucros nº 1 e nº 3 e procedeu à rubrica de seus conteúdos, disponibilizando-os para exame e rubrica pelos representantes das licitantes presentes. Não foram constatadas irregularidades formais que comprometessem a lisura do certame. Caso alguma identificação fosse encontrada nos documentos do Invólucro nº 1, haveria desclassificação, nos termos do item do edital, o que não se verificou.

5. Encaminhamento à Subcomissão Técnica

Foram tomados os seguintes encaminhamentos:

Os documentos do Invólucro nº 1 (via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária) serão encaminhados à Subcomissão Técnica, que analisará e julgará as propostas conforme os critérios estabelecidos no item 12 do edital.

314

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Os documentos do Invólucro nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções) também serão enviados à Subcomissão Técnica após o julgamento do Plano de Comunicação.

6. Comunicações Finais

As licitantes foram informadas de que serão convocadas para a Segunda Sessão Pública, nos termos do edital, após o julgamento das propostas técnicas. Não houve, nesta sessão, qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento formalizado pelas licitantes presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes das empresas licitantes presentes.

Candeias/BA, 08 de julho de 2025.

Comissão de Licitação:

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

Representantes das Licitantes:

Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira
CPF- 028.926.395-65
A Filópequeno Comunicação Ltda

Este documento está disponibilizado no site: camaracandeias.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Imprensa Oficial

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Assunto: Encaminhamento dos documentos do Invólucro nº 1 (via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária) para Análise da Subcomissão Técnica.

A/C: Subcomissão Técnica
Senhores(a)

Este encaminhamento está sendo levado efeito para fins disposto no item 12.2.6 do edital.

Solicitamos que a análise seja realizada no prazo de 05(cinco) dias e que o parecer seja encaminhado a este setor para as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Candeias/BA, 08 de julho de 2025.

Comissão de Contratação:

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

316

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

INVÓLUCRO Nº 1

Plano De Comunicação Publicitária

Raciocínio Básico

Situado na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo Baiano, Candeias fica localizado a aproximadamente 46 quilômetros da capital do Estado. Com uma população estimada em mais de 75 mil habitantes (IBGE), o município, que é vizinho de cidades como Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Dias d'Ávila e São Francisco do Conde, fica à beira da BR-324 e se liga com a mesma pela BA-522.

Nascido próximo ao rio São Paulo, o surgimento do município mescla história e misticismo. Segundo a tradição local, em meados de 1640, um milagre transformou o córrego que dividia o Engenho Pitanga em uma fonte dos milagres, que posteriormente passou a ser chamada de Candeias, nome que simboliza luz. Atraídos pela história e pelos milagres, romeiros construíram suas casas nas proximidades da fonte, até que em 1958 a região que atraiu religiosos se transformou no município de Candeias.

Paralelamente à lenda, a origem histórica de Candeias data de meados do século XVI, a partir das terras conhecidas como Matoim, sesmaria que englobava os Engenhos de Caboto e freguesia. Graças ao Ciclo da Cana-de-Açúcar, essas localidades tiveram papel fundamental no desenvolvimento da Bahia, especialmente do Recôncavo Baiano.

Se a história da cidade começa com os engenhos de cana-de-açúcar e a peregrinação religiosa, em 1941 um novo capítulo começa com o primeiro poço comercial de petróleo do Brasil. A descoberta abriu caminho para a construção da primeira Refinaria de Petróleo nas imediações - a apenas 6km de Candeias -, a Refinaria de Mataripe, e posteriormente a criação da Petrobrás. O progresso proveniente da descoberta do petróleo foi um marco decisivo para a emancipação de Candeias. Graças ao aumento populacional e a dinâmica econômica oriunda das atividades petrolíferas, em agosto de 1958 Candeias deixa de ser distrito de Salvador para ganhar sua emancipação política.

Atualmente, com o décimo primeiro maior PIB do Estado, as atividades econômicas giram em torno do parque industrial, que tem um dos portos mais importantes do país, o Porto de Aratu, além da proximidade com a segunda maior refinaria do país, a Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (RLAM). Além da indústria e do setor portuário, da pesca de mariscos e peixes, devido à sua relevância econômica e tradição religiosa, Candeias também desponta como um potencial destino no cenário turístico do Estado.

O município, ao longo dos anos, tem vivenciado uma nova fase de desenvolvimento, impulsionada por investimentos no crescimento socioeconômico e urbano do município. Nesse contexto, a gestão municipal segue promovendo ações para enfrentar os desafios estruturais e propiciar a melhora da qualidade de vida da população, especialmente no âmbito da mobilidade, infraestrutura, educação, saúde e acesso a serviços essenciais.

Nesse processo de crescimento do município e promoção de melhorias à população, o Poder Legislativo Municipal também exerce um papel fundamental. À Câmara Municipal de Candeias compete três funções básicas: a primeira é a função Legislativa que compreende todos os atos tidos por normativos como a elaboração de leis, cuidando de regular a administração do Município e a sua conduta no que diz respeito aos interesses da sociedade; a segunda é a função Deliberativa que consiste em realizar atividades administrativas internas que a Câmara desempenha, sem a necessidade da participação do prefeito; a terceira função, a fiscalizadora, como o próprio nome já diz, consiste em fazer a fiscalização financeira e orçamentária, além de fiscalizar se as Leis aprovadas em plenário estão sendo cumpridas e executadas pelo Poder Executivo.

É na Câmara que a democracia acontece. Demandas, interesses e necessidades da população devem ser ouvidos, debatidos e representados, sendo transformados em leis e projetos concretos para melhorar a vida da sociedade. Em 2025, até o momento, a Câmara Municipal de Candeias aprovou diversas iniciativas e projetos de lei em prol da

população e do município, como: a criação de comitê para viabilizar a implantação de universidade pública; instituição de testes de acuidade visual em escolas e creches; implantação do Circuito Municipal de Turismo Histórico e Cultural; criação de programa para garantir a segurança em obras em áreas de baixa renda; criação de Observatório Municipal para combater racismo, violência contra mulher e assédio em eventos culturais. Além de promover a discussão de temas relevantes para a comunidade, a Câmara também tem focado na modernização institucional da Casa, na efetivação de servidores e na transparência orçamentária.

Diante disso, é fundamental que esses esforços sejam amplamente divulgados, se certificando que a população de Candeias tenha conhecimento sobre os avanços municipais promovidos pelo poder legislativo, fortalecendo o relacionamento com os cidadãos e promovendo a confiança na Câmara.

Nessa função, a comunicação é indispensável para todo e qualquer órgão que preze pela transparência pública, obtendo papel de informar, esclarecer, orientar, educar as pessoas no que diz respeito aos seus direitos e deveres para fortalecer a cidadania, e também divulgar suas realizações, além de prestar contas. A Câmara deve se comunicar da forma mais coerente possível com o seu público-alvo, criando canais diversos para propagar mensagens, usando todos os mecanismos disponíveis, adequados a cada circunstância, dialogando abertamente com a população através de uma linguagem próxima.

A Estratégia de Comunicação que vem a seguir surge como solução do objetivo da comunicação apresentado no briefing:

- Difundir os direitos do cidadão e estimular a participação da sociedade na definição de políticas para o desenvolvimento do Município de Candeias;
- Estabelecer canais de diálogo entre o poder público e a comunidade estimulando a participação nos trabalhos legislativos;
- A ampliação da visibilidade da instituição junto à sociedade, com o fornecimento de subsídios que contribuam para o melhor entendimento dos atos e processos decisórios da Casa;
- A ampliação da conexão entre os cidadãos e seus representantes eleitos, enfatizando a importância do Parlamento para a democracia.

Estratégia De Comunicação Publicitária

Conforme apresentado no Raciocínio Básico, a Câmara Municipal de Candeias vem atuando de forma ativa e próxima da população, com o objetivo de representar os interesses dos candeenses e promover o desenvolvimento do município de forma responsável. Essas ações evidenciam que a Câmara entende a sua responsabilidade, enquanto instituição legislativa, deliberativa e fiscalizadora, e cumpre sua função de forma próxima e parceira da população.

A partir desse ponto de partida, o nosso desafio enquanto agência é desenvolver uma estratégia identificando o público-alvo que se deseja atingir e seu perfil sociocultural, desenvolvendo uma comunicação institucional que informe aos candeenses, a importância da atuação da Câmara como parceira dos cidadãos, colocando em pauta as suas demandas de maneira ética e transparente. Na campanha elaborada pela agência serão divulgados todos os pontos presentes no briefing, reforçando o papel da Câmara e a aproximação da instituição à população.

Ciente disso, a estratégia de comunicação pauta-se nas diretrizes do briefing para alcançar os objetivos com clareza e impacto.

TEMA E MOTE

O texto é responsável por estabelecer uma relação entre as peças da campanha, uma vez que todas apresentarão o mote "Sua voz bem representada". Um tema estrategicamente escolhido para traduzir de forma clara, mas impactante, o papel da Câmara como uma instituição responsável por representar as demandas da comunidade. O uso do subtítulo "A Câmara em parceria com você para fazer o melhor por Candeias" reforça exatamente essa ideia, destacando a importância da participação da população e do diálogo para promover melhorias para o município.

O uso da expressão "Sua voz bem representada", visa criar proximidade com o público-alvo da campanha, criando a visão empática de que os projetos e ações desenvolvidos pela Câmara são baseados na participação dos munícipes e no interesse coletivo.

O tema da campanha também foi pensado para fortalecer a identidade da Câmara como uma instituição participativa no desenvolvimento da cidade, atuando lado a lado com o povo em uma escuta ativa para construir um município melhor para todos.

CONCEITO CRIATIVO

O conceito da campanha publicitária preocupou-se em solucionar o problema apresentado, desenvolvendo ações publicitárias de comunicação com o objetivo especificado no briefing: difundir os direitos do cidadão e estimular a participação da sociedade na definição de políticas para o desenvolvimento do Município de Candeias; estabelecer canais de diálogo entre o poder público e a comunidade estimulando a participação nos trabalhos legislativos; a ampliação da visibilidade da instituição junto à sociedade, com o fornecimento de subsídios que contribuam para o melhor entendimento dos atos e processos decisórios da Casa; a ampliação da conexão entre os cidadãos e seus representantes eleitos, enfatizando a importância do Parlamento para a democracia.

Como resposta, o conceito criativo desenvolvido para a campanha da Câmara Municipal de Candeias tem como base a valorização da representatividade, da escuta ativa e do fortalecimento do vínculo entre a instituição legislativa e a sociedade candeense. A proposta parte do princípio de que a Câmara é um espaço legítimo de construção da cidadania, onde a voz da população, seja da zona urbana ou rural, deve ser ouvida, respeitada e transformada em ação política concreta. O conceito apresenta o cidadão como protagonista da comunicação, destacando que é por meio da participação popular que se fortalecem a democracia e o desenvolvimento municipal. Essa abordagem busca despertar o sentimento de pertencimento, reforçando a ideia de que cada morador de Candeias é parte essencial das decisões que moldam a cidade.

Visualmente, o conceito integra elementos que simbolizam tanto a estrutura institucional quanto o aspecto humano da gestão pública. A imagem do prédio da Câmara representa o espaço de diálogo, legitimidade e acolhimento, funcionando como âncora simbólica do poder legislativo no território local. Já a presença de cidadãos nas peças reforça a proximidade da instituição com a comunidade, humanizando a mensagem e estabelecendo uma conexão emocional direta com o público. Essa combinação valoriza a atuação da Câmara como uma gestão moderna, acessível e voltada para as reais necessidades do povo.

A proposta visual da campanha foi desenvolvida com base em três cores principais, cada uma escolhida por sua carga simbólica e comunicação estratégica, segundo a Psicologia das Cores. O azul transmite seriedade, confiança e credibilidade, valores fortemente associados à instituição pública. Além disso, é uma cor institucional já presente na identidade da Câmara, o que reforça a coesão da comunicação. O laranja, por sua vez, é vibrante e expressa dinamismo e ação, funcionando como um excelente contraponto visual para destacar informações-chave e transmitir sensação de movimento. Já o amarelo, otimismo, atenção e participação, dialogando diretamente com a ideia de parceria com a comunidade. Essa paleta de cores foi estrategicamente pensada para manter uma identidade visual coesa entre todas as peças, reforçando a presença da instituição em diferentes mídias e suportes.

A tipografia é um item determinante na composição da peça, manifestando juntamente com as cores, a foto e o texto, o conceito da ideia, com finalidade de chamar a atenção do público. Considerando esse fator, a tipografia escolhida na representação da campanha é moderna e sem serifa, o que confere clareza, autoridade e contemporaneidade às peças, além disso, as variações de peso facilitam a hierarquização das informações e aumentam o impacto da mensagem.

A harmonia entre cores, tipografia e imagens assegura uma comunicação eficaz, acessível e emocionalmente conectada ao público-alvo. Todos os layouts são assinados com o logotipo da Câmara Municipal de Candeias e endereços do site e da rede social da instituição com o objetivo de ampliar o alcance e a efetividade da campanha, promovendo uma comunicação mais eficaz, transparente e engajada, assegurando que a população se sinta mais próxima e conheça de forma clara e direta todas as ações e projetos que acontecem a seu favor. Além disso, o banner impresso apresenta um call to action (CTA) com QR Code para que as pessoas se informem das atividades da Câmara.

O conceito criativo dessa campanha visa mostrar para as pessoas que a Câmara de Candeias está comprometida com as demandas da sociedade e com o desenvolvimento do município, reforçando a importância de cada cidadão nas ações da instituição e a relação de parceria com a participação ativa da população. Ao adotar uma linguagem clara, inclusiva e emocionalmente conectada, o conceito mostra que a Câmara Municipal de Candeias é mais do que uma estrutura legislativa: é a extensão da própria comunidade, atuando em nome de seus interesses, garantindo direitos e abrindo caminhos para um futuro mais justo e participativo. Trata-se de uma abordagem que cumpre com excelência o papel da comunicação pública, informando, educando e mobilizando, e que fortalece o papel do Parlamento como pilar indispensável da democracia local.

Serão usados diversos meios de comunicação para que essa mensagem alcance o município de Candeias e os diversos públicos-alvo da campanha. Para a divulgação das peças publicitárias elaboradas ficaram definidos os seguintes meios:

Televisão – É a mídia de caráter nacional mais eficiente, permite uma programação regional por intermédio de emissoras locais que podem inserir comerciais desvinculados da rede nacional nos formatos 15, 30, 45 e 60 segundos. A TV alia som, imagem, cor e movimento, proporcionando emoção e impacto às mensagens publicitárias. Apresenta

maior cobertura por mensagem transmitida, tanto de público quanto geográfica, sendo a mídia de maior penetração, atingindo todas as faixas etárias, gêneros e classes.

Rádio – É o meio de comunicação mais democrático dentre todas as mídias, atingindo quase a totalidade da população. Com a capacidade de aguçar a imaginação dos ouvintes, a programação do rádio se divide, fundamentalmente, entre lazer, informação, prestação de serviços, entretenimento e educação. O rádio é um meio eficiente que permite alta frequência de veiculação por um custo de veiculação bastante reduzido, se comparado a outros meios, além de grande maleabilidade dos anúncios, que podem ser trocados ou inseridos na programação, a qualquer momento, sem maiores dificuldades. O rádio não exige atenção exclusiva do ouvinte, podendo exercer outras atividades ao mesmo tempo em que ouve a programação. Os formatos de anúncio são os spots, jingles e testemunhais.

Carro de som – Estratégia eficaz e de baixo custo, é altamente assertiva para alcançar o público-alvo em diferentes regiões, permitindo a disseminação rápida da mensagem, de maneira dinâmica, com grande alcance e maior memorização do conteúdo pela população.

Outdoor – Possui ampla cobertura e é uma mídia de grande impacto visual, de ação rápida e constante (quinze dias de veiculação ininterruptos), que impressiona pelo grande formato, podendo ser instalado em locais estrategicamente pré-estabelecidos com grande fluxo de pessoas. As mensagens são objetivas, podendo ser colocadas em momentos oportunos, sendo a sua substituição relativamente rápida. Permite maleabilidade, podendo ser utilizada local, regional ou nacionalmente. Massifica e permite uma maior memorização da mensagem pelo fato de as pessoas circularem cotidianamente pelos mesmos locais, visualizando repetidas vezes as placas.

Internet – A internet é um meio que possibilita construir relacionamentos estreitos com o público. Permite a divulgação de forma abrangente, tanto nos aspectos das informações institucionais e promocionais, quanto no alcance geográfico a um baixo custo.

Redes Sociais – As redes sociais permitem a divulgação de forma abrangente, tanto nos aspectos das informações institucionais e promocionais, quanto no alcance geográfico a um baixo custo.

Banner impresso – Mídia impressa em grandes formatos, o banner físico tem grande impacto visual. Utilizada em locais estratégicos de grande fluxo, a mídia permite uma comunicação clara e direta, potencializando a visibilidade da campanha e reconhecimento da mensagem.

Wallpaper – Uma mídia estratégica para distribuição da campanha de forma interna na instituição com alto potencial de alcance, criando uma presença constante da mensagem de forma direta e eficaz. Além de promover o alinhamento entre vereadores e servidores com os valores da Câmara e objetivo da campanha.

Ideia Criativa

Para atender a necessidade do briefing, mantendo uma resposta criativa e eficaz, as peças seguem de forma minuciosa o que foi defendido na Estratégia de Comunicação Publicitária.
Relação de peças corporificadas:

PEÇA 01 – SPOT DE RÁDIO - 30"

BG: Trilha regional
Loc. masc. off - Tom regional:
Na Câmara de Candeias, sua voz é bem representada!
Aqui, cada proposta e projeto nasce dos sonhos e das demandas da nossa gente.
É por isso que ouvir você é tão importante: Juntos, podemos fazer parte da transformação de Candeias.
Acompanhe as sessões e participe!
Câmara Municipal de Candeias
Em parceria com você para fazer o melhor por Candeias!
O spot de rádio reforça a mensagem do vídeo institucional apresentado na televisão, ajudando a fixar na mente dos ouvintes a importância da Câmara e da participação da comunidade.

324

PEÇA 02 – VT - 30"

CENA 01



Imagem aberta da Câmara. Com efeito, mote da campanha surge na tela.

BG: Trilha regional
Loc. masc. off – Tom regional:
Na Câmara de Candeias, sua voz é bem representada!

CENA 02



Cena com imagem de sessão e vereadores interagindo.

BG: Trilha regional
Loc. masc. off – Tom regional:
Aqui, cada proposta e projeto nasce dos sonhos e das demandas da nossa gente.

CENA 03



Cena com vereador conversando com cidadã e escutando suas demandas.

BG: Trilha regional
Loc. masc. off – Tom regional:
É por isso que ouvir você é tão importante.

CENA 04



Imagem de drone mostra vista aérea de Candeias, da sede e área rural.

BG: Trilha regional
Loc. masc. off – Tom regional:
Juntos, podemos fazer parte da transformação de Candeias.

CENA 05



Imagem com pessoa sorridente.

BG: Trilha regional
Loc. masc. off – Tom regional:
Acompanhe as sessões e participe!

ASSINATURA



Cartela de assinatura com logo da CMC e subtítulo da campanha.

BG: Trilha regional
Loc. masc. off – Tom regional:
Câmara Municipal de Candeias
Em parceria com você para fazer o melhor por Candeias!

Na televisão, será veiculado um vídeo institucional que se inicia com a imagem imponente da Câmara com o mote da campanha, reforçando o papel fundamental da instituição. Cenas reais dos vereadores em atividade e imagens de interação direta com cidadã, trazem força à narrativa e reforçam a relação de parceria entre a Câmara e a comunidade. O VT será encerrado com um convite à população para acompanhar as sessões e participar ativamente, fortalecendo o vínculo entre os munícipes e o poder legislativo. A trilha sonora e locução em tom regional complementam a mensagem, com o intuito de promover proximidade e o senso de pertencimento.

PEÇA 03 – CARRO DE SOM - 30"

BG: Trilha regional envolvente
Loc. masc. off - Tom regional:
Alô, Candeias!
Na Câmara de Vereadores, a sua voz é bem representada!
Em cada sessão, suas ideias e pedidos são debatidos pra se transformar em ações concretas.
O que a nossa gente precisa, vira pauta na Câmara.
E você também pode fazer parte da transformação de Candeias.
Aqui, sua opinião importa: acompanhe as sessões e participe!
Câmara Municipal de Candeias
Em parceria com você para fazer o melhor por Candeias!

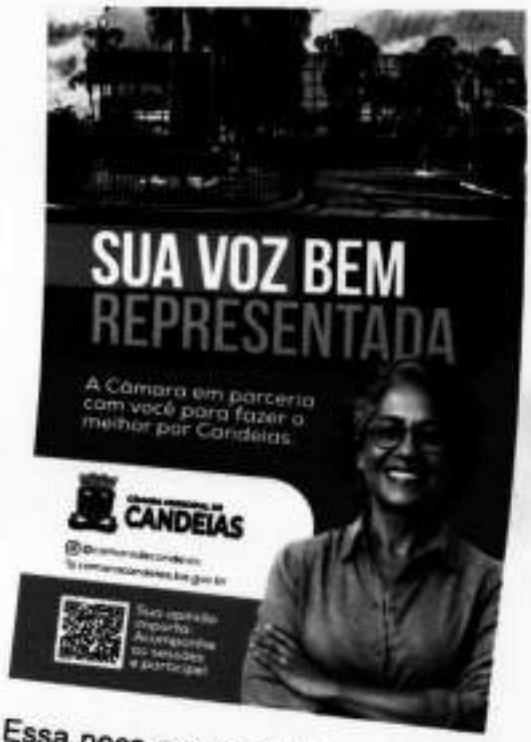
O material para carro de som apresentará linguagem leve, acessível e popular, para facilitar o entendimento e gerar identificação com a população. O conteúdo destacará a função da Câmara e convida os cidadãos a participarem das decisões que fazem parte da transformação do município.

PEÇA 04 – OUTDOOR - 9X3M



Traz imagem de um munícipe e destaca a imagem imponente da Câmara. No desenvolvimento da campanha cada outdoor apresentará um cidadão diferente, variando entre as placas, mantendo o sentimento de identificação com o público-alvo.

PEÇA 05 – BANNER IMPRESSO - 0,8X1,2M



Essa peça segue a linha visual da campanha, com imagem de cidadão e agregando um QR Code com call to action (CTA) estrategicamente posicionado, com o intuito de engajar o público e mantê-lo informado.

PEÇA 06 – BANNER DE INTERNET - 728X90PX

328



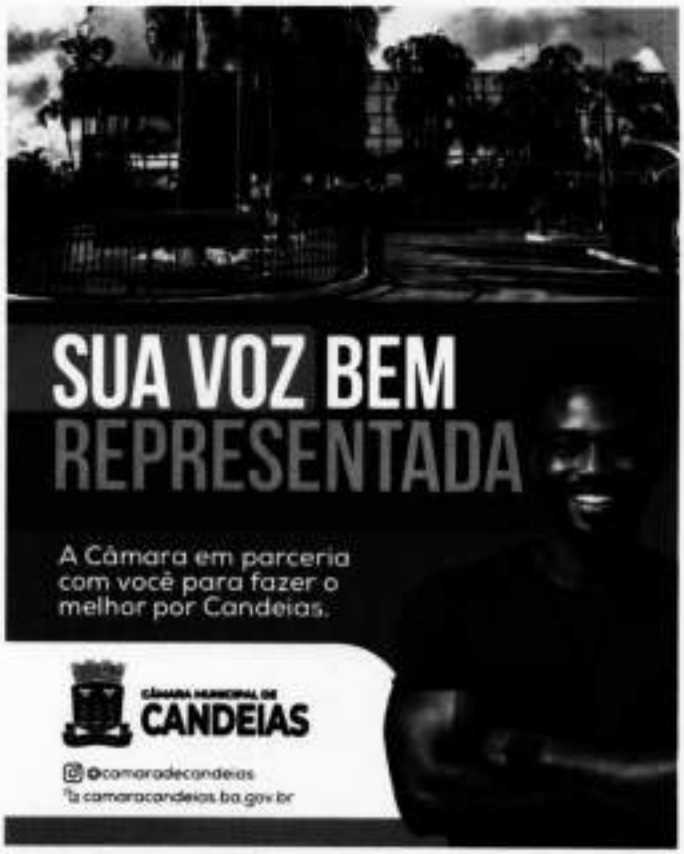
Pensado para o ambiente digital, essa peça continuará o engajamento com a campanha. A presença da imagem de candeense aliada ao mote e subtítulo da campanha estabelece uma conexão com o trabalho da Câmara, reforçando a relação de parceria e escuta ativa da instituição.

PEÇA 07 – STORIE PARA REDES SOCIAIS - 1080X1920PX



Com estética vertical e variação na imagem do cidadão real de Candeias, a peça segue o dinamismo das redes sociais mantendo o conceito da campanha.

PEÇA 08 – CARD PARA REDES SOCIAIS - 1080X1350PX



Os cards seguem a unidade visual da campanha, incentivando a interação e o alcance orgânico.

PEÇA 09 – CAPA PARA FACEBOOK - 820X312PX



Centrado na identidade visual da campanha, o layout destaca a imagem do cidadão de forma estratégica em sintonia com a faixa etária predominante na plataforma. A escolha reforça a proximidade, e promove identificação e reconhecimento da mensagem institucional.

PEÇA 10 – WALLPAPER PARA COMPUTADORES DA CÂMARA - 1920X1080PX



Desenvolvido para ambiente interno, o wallpaper reforça o vínculo e mantém a identidade da campanha nos espaços de trabalho dos servidores, vereadores e colaboradores.

A comunicação tem como objetivo transmitir para as pessoas o sentimento de que a Câmara Municipal trabalha de maneira estratégica e próxima da população, para proporcionar melhorias na qualidade de vida de todos e no desenvolvimento de Candeias. Para reforçar essa mensagem, as imagens utilizadas foram cuidadosamente selecionadas, de maneira a refletir essa relação e presença continua da instituição no dia a dia das pessoas. Ressalta-se que as imagens apresentadas são meramente ilustrativas, após a aprovação do projeto, serão utilizadas fotografias reais de munícipes, valorizando a representatividade local.

Estratégia de Mídia e Não Mídia

Para garantir uma comunicação eficiente com a população de Ipecaetá, o plano de mídia foi desenvolvido com base nos hábitos de consumo de informação da comunidade e na escolha criteriosa de canais com alto poder de alcance e boa relação custo-benefício. A seleção dos veículos priorizou mídias com abrangência local e regional, visando atingir o maior número de pessoas com mensagens institucionais claras e impactantes. Além dos veículos pagos, também foram previstas ações de comunicação não midiáticas que reforçam a identidade da nova gestão.

Estratégia de Mídia

Televisão – TV Bahia (afiliada Rede Globo)
Com grande credibilidade e audiência no estado, a TV Bahia foi escolhida para veiculação de inserções nos principais telejornais da grade:

- Jornal da Manhã – 2 inserções de 30 segundos
- Bom Dia Brasil – 2 inserções de 30 segundos
- Bahia Meio Dia – 1 inserção de 30 segundos

As veiculações serão concentradas no período da manhã e início da tarde, garantindo visibilidade para a campanha institucional da Prefeitura de Ipecaetá.

Rádio – Sociedade da Bahia e Baiana FM
A rádio permanece como um dos principais meios de comunicação com o público local.

- Sociedade da Bahia – 20 inserções de 30 segundos na programação geral
- Baiana FM – 48 inserções de 30 segundos na programação geral

Com grande penetração em áreas urbanas e rurais, as rádios reforçarão a presença da nova gestão no cotidiano da população.

Carro de som – MF (zona urbana)
Veículo itinerante com circulação em toda a zona urbana de Ipecaetá.

- 18 inserções de 30 segundos

Essa estratégia garante capilaridade da comunicação em áreas com menor acesso digital ou tradicional.

Outdoor – Bahia Comenta

- 2 painéis de 9x3 metros instalados em pontos estratégicos da cidade

A mídia externa contribui para a fixação da mensagem institucional, promovendo o reconhecimento da nova gestão de forma constante e visual.

Banners de internet
A comunicação digital será reforçada com banners em portais de grande acesso regional.

- Veículos: Jornalismo Cidadão, Vox Livre, Candeias Fala e Imprensa BA
- Formato: 728x90 pixels
- Duração: 30 dias

Esses portais são fontes confiáveis de informação para a comunidade local e exibirão os banners em áreas de destaque nas páginas.

Estratégia de Não Mídia

Banner impresso – Gráfica Plantão
Produção de 30 banners institucionais para distribuição em repartições públicas, escolas, postos de saúde e outros espaços de circulação social.

Redes sociais e materiais digitais

Para ampliar o alcance da campanha e estimular o engajamento com a nova gestão, serão criadas peças específicas para canais digitais, incluindo:

- Stories para Instagram
- Capa para Facebook
- Cards institucionais
- Wallpapers personalizados

Esses materiais garantem a presença da marca da gestão nas plataformas onde o público se informa e interage.

335

Planilha de Custos					
Veículo	Programa	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
TV Bahia	Jornal da Manhã	30"	2	R$ 3.200,00	R$ 8.426,00
	Bom Dia Brasil	30"	2		R$ 9.378,00
	Bahia Meio Dia	30"	1		R$ 6.433,00
Veículo	Programa	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
Sociedade da Bahia	Programação Geral	30"	20	R$ 350,00	R$ 5.000,00
Baiana FM	Programação Geral	30"	48		R$ 4.800,00
Veículo	Circulação	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
MF	Zona Urbana	30"	18	350,00	R$ 2.700,00
Veículo	Local	Formato	Quantidade	Produção	Veiculação
Bahia Comenta	Zona Urbana	9x3m	2	R$ 560,00	R$ 2.600,00
Peça	Fornecedor		Quantidade	Produção	Veiculação
Banner	Gráfica Plantão		30	R$ 600,00	•
Stories	•		•	•	•
Capa facebook	•		•	•	•
Card	•		•	•	•
Walpaper	•		•	•	•
Veículo	Formato		Inserções	Produção	Veiculação

336

Jornalismo Cidadão	728x90px	30 Dias	•	R$ 3.500,00
Vox Livre	728x90px	30 Dias	•	R$ 3.500,00
Candeias Fala	728x90px	30 Dias	•	R$ 5.000,00
Imprensa BA	728x90px	30 Dias	•	R$ 3.500,00

Valor Produção	R$	5.060,00
Valor Veiculação	R$	54.837,00
Valor Total:	R$	59.897,00

PEÇAS DE MÍDIA e NÃO MIDIA								
	Produção			Veiculação				
Peça	Quantidade	Custo R$	% do total geral	Período	Custo R$	% do total geral	Custo total R$	% do total geral
VT	1	R$ 3.200,00	5,34	3 dias	R$ 24.237,00	40,46	R$ 27.437,00	45,81
Banner Site	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ 15.500,00	25,88	R$ 15.500,00	25,88
Spot Rádio 30"	1	R$ 350,00	0,58	8 dias	R$ 9.800,00	16,36	R$ 10.150,00	16,95
Outdoor	2	R$ 560,00	0,93	15 dias	R$ 2.600,00	4,34	R$ 3.160,00	5,28
Carro de Som	1	R$ 350,00	0,58	5 dias	R$ 2.700,00	4,51	R$ 3.050,00	5,09
PEÇAS DE NÃO MIDIA								
Card	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ -	0,00
Stories	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ -	0,00
Walpaper	1	R$ -	0,00	30 dias		0,00	R$ -	0,00
Banner	30	R$ 600,00	1,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ 600,00	1,00
Capa facebook	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ -	0,00

	Valor Total	% do Total Geral
Produção	R$ 5.060,00	8,45
Veiculação	R$ 54.837,00	91,55
Valor Total	R$ 59.897,00	100,00

	Estado																														
Rádio	Jornal da Manhã				1		1																								
	Bom Dia Brasil				1	1																									
	Bahia Meio Dia				1																										
	Sociedade da Bahia			3	3	3	3	3	3	2																					
	Baiana FM			4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4																
Redes Sociais	Outdoor																														
	Banner																														
Redes Sociais	Redes Sociais (Card, Stories, Facebook), Walpaper																														
Digital	Jornalismo Cidadão																														
	Vox Livre																														
	Candeias Fala																														
	Imprensa BA																														
	MF				2	2	2	2	2			2	2	2	2																

339

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

ANALISE SUBCOMISSÃO

INVÓLUCRO Nº 1

340

Candeias, 11 de julho de 2025

À Câmara de Candeias
REF CONCORRÊNCIA Nº 001/2025
ATA DE JULGAMENTO DO INVÓLUCRO Nº 1

Às 09 horas e 32 minutos do dia 11 de julho de 2025 reuniram-se na sede da Câmara Municipal de Candeias os três membros que formaram a subcomissão técnica para avaliação dos invólucros nº 1 da referida concorrência. A subcomissão recebeu dois envelopes, que foram separados entre o nº 1 para início do julgamento. O primeiro envelope a ser julgado foi o nº 1, sem nenhuma identificação. Cada membro analisou os materiais e foram feitas algumas pontuações:

As peças gráficas possuem bom acabamento. Os textos do plano de comunicação tem linha de raciocínio bem definida, bem como foi apresentado um plano de mídia que consegue atender a diversos tipos de mídias, o que faz com que a comunicação seja entregue para mais pessoas. A campanha, portanto, foi considerada por todas de boa qualidade técnica.

Abaixo pontuação individual e média do Invólucro nº 1.

SUB - COMISSÃO	RACIOCÍNIO BÁSICO	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	IDEIA CRIATIVA	ESTRATÉGIA DE MÍDIA E NÃO MÍDIA	TOTAL
UILSON FERREIRA DE SOUZA	10	22	20	15	67
KAIQUE SILVA GUEDES	9	24	20	14	67
EGIVALDO LIMA DE SOUZA	9	24	20	15	68
MÉDIA					67,33

UILSON FERREIRA DE SOUZA (CPF: 017.897.745-53)

KAIQUE SILVA GUEDES (CPF: 040.400.315-97)

EGIVALDO LIMA DE SOUZA (CPF: 008.934.595-93)

341

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Assunto: Encaminhamento dos documentos do Invólucro nº 3 (Capacidade de Atendimento, Repertorio e relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) para Análise da Subcomissão Técnica.

A/C: Subcomissão Técnica
Senhores(a),

Este encaminhamento está sendo levado efeito para fins disposto no item 12.2.6 do edital.

Solicitamos que a análise seja realizada no prazo de 05(cinco) dias e que o parecer seja encaminhado a este setor para as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Candeias/BA, 14 de julho de 2025.

Comissão de Contratação:

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

342

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

INVÓLUCRO Nº 3

CAPACIDADE DE

ATENDIMENTO

REPERTÓRIO

RELATOS DE

SOLUÇÕES DE PROBLEMAS

DE COMUNICAÇÃO

filópequeno comunicação

344

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

A Câmara Municipal de Candeias
Ref. a Concorrência Presencial nº 001/2025

Tel.: (75) 3623-8631 | agencia@filopequeno.com | www.filopequeno.com
Rua Frei Hermenegildo Castorano, 358 - Capuchinhos - Feira de Santana - Ba

filópequeno

CAPACIDADE DE

ATENDIMENTO

345

Relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante com a especificação do periodo de atendimento de cada um deles:

Prefeitura Municipal de Candeias - Ba
Setor Público
Inicio do Atendimento: Junho de 2022

Prefeitura Municipal de Capim Grosso - Ba
Setor Público
Inicio do Atendimento: Junho de 2014

Prefeitura Municipal de Coração de Maria - Ba
Setor Público
Inicio do Atendimento: Abril 2017

Câmara Municipal de Paulo Afonso - Ba
Setor Público
Inicio do Atendimento: Dezembro de 2019

346

Estação 1 - Construção e Incorporação
Setor Privado
Início do Atendimento: Março 2024

Colégio Santo Antônio
Setor Privado
Início do Atendimento: Outubro de 2009

Distribuidora São Roque
Setor Privado
Início do Atendimento: Outubro 2024

Laboratório Pró-Diagnóstico
Setor Privado
Início do Atendimento: Abril de 2008

Domo Construtora e Empreendimentos
Setor Privado
Início do Atendimento: Novembro 2024

Quantificação e a qualificação, sob a forma de curriculo resumido, dos profissionais que serão colocados à disposição da execução do contrato:

347

ATENDIMENTO



VALDEIR UCHOA

Diretor / Executivo de Contas

Profissional com mais de 17 anos de experiência no mercado publicitário, Valdeir Uchoa é graduado em Publicidade e Propaganda e atua estrategicamente na criação, planejamento e execução de campanhas de alto impacto. Com uma trajetória consolidada em agência de comunicação e rádio, destaca-se pela habilidade em atendimento publicitário, desenvolvimento de projetos personalizados e gestão de contas públicas.

Além de sua expertise no setor, é locutor experiente e comanda o programa Altos Papos na Rádio Princesa FM, uma das emissoras de maior audiência em Feira de Santana. Sua versatilidade e profundo conhecimento do mercado tornam-no um especialista na construção de marcas e na entrega de soluções publicitárias eficazes.

ALEX OLIVEIRA

Executivo de Contas

Com mais de 15 anos de experiência no atendimento publicitário, Alex Oliveira, que possui o 2º grau completo, construiu sua trajetória no mercado da comunicação, destacando-se pela gestão estratégica de clientes. Atua, há mais de 12 anos, como coordenador de atendimento comercial do Programa Linha Direta com o Povo, na Rádio Sociedade de Feira de Santana.

Além de sua vivência na publicidade, Alex também atua como produtor musical, unindo criatividade e técnica para entregar projetos diferenciados. Profissional dinâmico e versátil, possui grande habilidade na articulação comercial e na construção de soluções personalizadas para cada cliente.



348



THAÍS COSTA

Executiva de Contas

Com 9 anos de experiência no mercado publicitário, Thaís Costa se destaca pela sua expertise em planejamento estratégico de campanhas e pesquisa qualitativa. Fluente em inglês e espanhol, possui visão global e habilidades analíticas que aprimoram sua atuação na construção de mensagens eficazes para diferentes públicos. Especializada em Planejamento de Campanha pela Miami Ad School São Paulo e em Análise do Discurso pela PUC-SP, Thaís alia criatividade e metodologia para desenvolver narrativas que engajam e geram resultados. Ao longo de sua trajetória, trabalhou no atendimento publicitário de grandes marcas, incluindo construtoras, escolas, ONGs, hospitais e clínicas, sempre focada em estratégias personalizadas e comunicação assertiva.

CRIAÇÃO

RAPHAEL SANTANA

Diretor de Arte



Profissional com sólida formação e mais de 15 anos de experiência no mercado publicitário, Raphael Santana é Técnico em Design Gráfico pelo Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia - Áureo de Oliveira Filho – CETEB (2006) e bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda. Iniciou sua carreira como arte-finalista, desenvolvendo diversos materiais gráficos. Desde 2009, atua como Diretor de Arte da Agência Filópequeno, sendo responsável pela criação e desenvolvimento de layouts impactantes para campanhas publicitárias, sempre alinhados às estratégias de comunicação e identidade visual das marcas. Com um olhar criativo e atento às tendências do design, Raphael combina técnica e inovação para entregar peças visuais de alta qualidade, contribuindo para o sucesso das campanhas e a construção de marcas fortes no mercado.

349



MARCUS VINÍCIUS LEÃO

Designer Gráfico

Com mais de 7 anos de experiência no mercado, e o 2º grau completo, Marcus é um profissional altamente qualificado em design gráfico e arte-finalização, combinando criatividade e técnica para desenvolver peças visuais de impacto. Formado em Design Gráfico pela Gracom – Escola de Efeitos Visuais, domina ferramentas e conceitos essenciais para a criação de layouts estratégicos e de alto padrão. Ao longo de sua trajetória, trabalhou na concepção e finalização de campanhas publicitárias, garantindo identidade visual coesa e materiais gráficos de qualidade. Com olhar apurado para detalhes e tendências do design, Marcus transforma ideias em soluções visuais eficazes, contribuindo para a comunicação assertiva e o sucesso das campanhas.

JÉSSICA CONCEIÇÃO

Redatora

Com 10 anos de experiência no mercado publicitário, Jéssica Conceição é graduada em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, destacando-se na criação de textos persuasivos e estratégicos para diversos segmentos. Sua expertise abrange tanto o mercado offline, com campanhas tradicionais, quanto o digital, com foco em campanhas políticas. Possui nível de inglês C2 e especializações em Produção de Conteúdo, Revisão de Conteúdo para Web e Copywriting, habilidades que aprimoram sua capacidade de desenvolver mensagens claras, envolventes e orientadas para conversão. Seu trabalho combina criatividade e técnica e persuasão, garantindo que cada peça publicitária entregue impacto e relevância para o público-alvo.



PRODUÇÃO DE RÁDIO, TV E INTERNET

350



CAROLINE MASCARENHAS

Produtora de Rádio e Tv

Com 10 anos de experiência no setor publicitário, Caroline Mascarenhas é graduada em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda e atualmente pós-graduanda em Marketing Estratégico. Sua atuação como produtora envolve a coordenação e execução de campanhas publicitárias, garantindo que cada projeto seja desenvolvido com excelência, desde a concepção até a entrega final. Já trabalhou na produção de programas de TV, ampliando sua expertise na criação e gerenciamento de conteúdos audiovisuais. Possui inglês nível C2 e formação complementar em Planejamento de Campanha, Marketing Digital e Marketing Pessoal, habilidades que agregam estratégia e inovação às suas produções. Com um olhar atento aos detalhes e um forte senso organizacional, Caroline transforma ideias em projetos bem-estruturados, garantindo entregas eficientes e impactantes no cenário publicitário.

LIZANDRA SANTANA

Produtora de Internet / Fotógrafa

Lizandra é bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda e atua há 8 anos no mercado, com sólida experiência em produção de conteúdo digital e fotografia. Integra a equipe da agência de publicidade como produtora para internet e fotógrafa, sendo responsável pela concepção e execução de materiais visuais voltados para campanhas institucionais e promocionais. Seu trabalho alia domínio técnico e sensibilidade estética, garantindo a produção de conteúdos dinâmicos, coerentes com a identidade das marcas e adaptados aos diferentes formatos exigidos pelos meios digitais. Sua atuação contribui diretamente para a qualidade e a eficácia das entregas da agência.



PRODUÇÃO GRÁFICA

351



ALESSANDRA BARBOSA

Produtora Gráfica

Alessandra é bacharel em Direito e possui uma trajetória sólida no setor comercial, o que lhe proporcionou uma visão estratégica e voltada para resultados. Desde 2023, integra a equipe da agência Filópequeno, onde atua na área de produção gráfica, coordenando a execução de peças publicitárias com foco em qualidade, prazos e alinhamento aos objetivos das campanhas. Sua experiência anterior, incluindo passagem pela TV Subaé (afiliada da Rede Globo), contribui para sua habilidade em gerenciar demandas com eficiência, lidando com fornecedores, orçamentos e processos de finalização gráfica. Em constante aperfeiçoamento, concluiu os cursos de Inbound Marketing e Marketing Digital para o Empreendedor (Sebrae, 2025), agregando conhecimento técnico à sua atuação na produção publicitária..

ESTUDO E PLANEJAMENTO



JOANNA MORBECK

Estudo e Planejamento

Joanna é graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e pós-graduada em Comunicação Organizacional. Com mais de 10 anos de experiência na área, atua no estudo e planejamento publicitário, desenvolvendo estratégias de comunicação integradas e alinhadas aos objetivos institucionais. Sua trajetória é marcada pela capacidade de transformar análises e diagnósticos em ações concretas, garantindo coerência entre mensagem, público e meio. Com sólida formação em comunicação estratégica, Joanna combina visão analítica e criatividade na elaboração de campanhas que geram impacto e resultados mensuráveis.

MÍDIA

352

PATRÍCIA KELLY

Midia



Patricia é graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, com uma trajetória consolidada e uma experiência de mais de 15 anos nas áreas de marketing e mídia. Ao longo de sua carreira criou e implementou estratégias de midia eficazes para diferentes segmentos. Com um olhar analitico e estratégico, é especializada em maximizar o retorno sobre o investimento publicitário, empregando a verba disponivel de forma otimizada para alcançar os melhores resultados. Sua expertise abrange desde a definição de públicos-alvo até a escolha das plataformas e canais mais eficazes, sempre focada em atingir os objetivos de comunicação de forma assertiva e mensurável.

ADMINISTRATIVO / FINANCEIRO

NAYARA LOPES

Administrativo / Financeiro



Nayara desempenha um papel crucial na gestão administrativa e financeira da Filópequeno, sendo responsável por assegurar a organização e o funcionamento eficaz de todos os processos internos da agência. Com uma visão estratégica, ela gerencia orçamentos, fluxos de caixa, e planejamento financeiro, além de coordenar as atividades administrativas que garantem o bom andamento dos projetos e a saúde financeira da empresa. Possui o 2º grau completo e há mais de 10 anos na empresa, ela aplica suas habilidades práticas para manter os sistemas administrativos e financeiros da Filópequeno alinhados com os objetivos e metas estabelecidos.

353



JOVICTOR OLIVEIRA

Auxiliar Administrativo

Jovictor atua como auxiliar administrativo, contribuindo diretamente para o bom funcionamento das operações diárias da empresa. Com 8 anos de experiência no setor administrativo, ele possui conhecimento na organização de processos internos, gestão de documentos, controle de agendas e apoio às diversas áreas da organização. Possui o 2º grau completo. Sua experiência prática e dedicação no ambiente corporativo são os diferenciais que fazem de Jovictor um profissional capacitado, sempre pronto para otimizar o fluxo de trabalho e garantir a eficiência administrativa.

Infraestrutura e instalações da licitante que estarão à disposição para execução do contrato:

351

A Filópequeno Comunicação está sediada na Rua Frei Hermenegildo Castorano, nº 358, no bairro Capuchinhos, na cidade de Feira de Santana, Bahia.



A agência oferece uma infraestrutura moderna e confortável, com ambientes totalmente climatizados, projetados para garantir o bem-estar de seus colaboradores e proporcionar um atendimento de excelência a clientes, fornecedores e parceiros.

355

O imóvel possui uma disposição estratégica de espaços, divididos da seguinte forma:
- Recepção: Área para acolher visitantes com conforto e cordialidade. Aqui dispomos de uma mesa de sinuca que transforma a espera em um momento de descontração, estimula a interação entre clientes e equipe e reforça um ambiente criativo e acolhedor.
- Sala de Criação e Produção: Um ambiente amplo e dinâmico, onde as ideias ganham vida.
- Sala Administrativa e Financeira: Local destinado à gestão e organização das finanças da agência.
- Sala de Diretoria e Atendimentos: Espaço reservado para reuniões estratégicas e contato direto com clientes.
- Sala de Mídia: Focada no planejamento e execução de campanhas e estratégias de mídia.
- Sala de Planejamento e Social Media: Dedicada à análise, criação e gerenciamento de conteúdo para as plataformas digitais.
- Sala de Reunião: Ambiente moderno e funcional para encontros internos e com clientes.
- Copa-cozinha: Um espaço amplo e equipado para alimentação dos colaboradores.
- Sanitários: Três banheiros bem localizados para maior comodidade.





O Coração da Agência – Sala de Criação

A sala de criação é o verdadeiro coração da Filópequeno. O maior espaço da agência é reservado para a equipe criativa, formada por diretores de arte, redatores e produtores. Aqui, as ideias ganham forma e energia, passando por um processo colaborativo e dinâmico que visa entregar soluções inovadoras e impactantes para os clientes. A equipe de produção está completamente integrada ao processo criativo, participando ativamente em todas as fases do projeto, sugerindo as melhores alternativas para garantir a excelência nas entregas e a satisfação do cliente.





357

Recursos Materiais

Para atender às exigências de qualquer edital e garantir a qualidade dos serviços prestados, a Filópequeno Comunicação conta com um portfólio de recursos materiais de alta performance, como:
- 01 Servidor Dell
- 05 iMac (24-inch, M1, 2021) – Tela de retina integrada, 24 polegadas, memória de 8GB
- 02 Macbook Air
- 02 Computadores Dell All-in-One – Modelo Optiplex 3030AIO com processador Intel® Core™ i5-4590S, 8GB de memória RAM, 1TB de HD e tela de 19"
- 01 iPad
- 03 Iphone 13
- 02 Notebooks Positivo
- 04 HD's Externo de 1TB
- 01 Máquina fotográfica Nikon 3100
- 01 Smart TV 48"
- 02 Impressoras LaserJet HP P1102w
- 01 Impressora Multifuncional Epson Ecotank L3150 – Tanque de tinta colorida

Softwares

A Filópequeno Comunicação mantém assinaturas ativas dos principais softwares utilizados na indústria de comunicação e design, incluindo:
- Adobe Creative Cloud – Com programas como Photoshop e Illustrator
- CorelDraw
- Pacote Office

Veículos/Equipamentos de Apoio

Além da estrutura física e digital, a Filópequeno conta com os seguintes recursos de apoio para agilizar a logística e demandas externas:
- 01 Automóvel Fiat Toro
- 01 Motocicleta POP 100

Com essas ferramentas, a agência garante agilidade nas visitas e entregas, mantendo a qualidade e eficiência em todos os processos.

A Filópequeno Comunicação está completamente equipada para oferecer soluções criativas, inovadoras e eficientes, atendendo às demandas de seus clientes com a máxima qualidade e comprometimento.

Sistemática Operacional de atendimento:

358

Sistemática Operacional de Atendimento

Para garantir o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato de prestação de serviços de publicidade, a Filópequeno Comunicação mantem uma equipe altamente qualificada e estruturada, reunindo todos os setores essenciais à atividade publicitaria.

A agência disponibiliza profissionais especializados nas áreas de estudo e planejamento, criação, produção, midia e atendimento, que atuarão exclusivamente neste contrato. Dessa forma, asseguramos a execução eficiente das demandas, sempre dentro dos prazos minimos:

- Criação de campanha: prazo máximo de 04 dias úteis

- Criação de peças avulsas: prazo máximo de 02 dias úteis

- Elaboração de plano de midia: prazo máximo de 02 dias úteis

Fluxo de Trabalho

1. Briefing
O processo inicia-se com uma reunião entre o profissional de atendimento da agência e o responsavel do governo para alinhar informações e construir um briefing detalhado. Quando necessaria, outros setores da agência podem participar para contribuir com insights técnicos. Após a coleta e organização das informações, o briefing é formalizado e segue para a equipe interna.

2. Planejamento de Ações
Com base no briefing, a equipe de planejamento analisa as informações levantadas e desenvolve estratégias adequadas às necessidades do contrato, definindo os melhores caminhos para a comunicação da campanha.

3. Criação e Planejamento de Midia
Após a etapa de planejamento, os setores de criação e midia entram em ação para desenvolver peças publicitarias e estruturar o plano de veiculação, garantindo a eficácia da comunicação e o alcance dos objetivos da campanha.

359

4. Seleção de Fornecedores
Para a execução da campanha, a agência selecionará fornecedores qualificados, priorizando custo-benefício e qualidade na entrega dos serviços e materiais contratados.

5. Reunião de Apresentação
A equipe de atendimento se reune novamente com o responsavel da prefeitura para apresentar a proposta final. Caso seja aprovada, o projeto segue para produção. Se houver necessidade de ajustes ou reprovação, o material retorna as fases de criação, planejamento de midia e seleção de fornecedores para as devidas adequações.

6. Produção dos Materiais
Após a aprovação da campanha ou peça publicitária, a criação final é enviada para produção. A equipe da Filópequeno Comunicação acompanha de perto todo o processo para garantir que o resultado final esteja alinhado com os padrões de qualidade exigidos.
Além disso, nossa equipe se compromete a negociar e assegurar os melhores custos de produção junto aos fornecedores, buscando sempre otimizar os recursos disponíveis e cumprir os percentuais máximos estabelecidos no contrato.

Com esse fluxo de trabalho bem definido, garantimos um processo ágil, estratégico e eficiente, sempre focado na excelência da comunicação e na melhor utilização dos investimentos públicos.

Relação das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia

360

Para a elaboração e execução de um plano publicitário eficaz, é fundamental que a agência disponha de informações atualizadas e precisas sobre marketing, comunicação, audiência e circulação de mídia.
Esses dados são essenciais para embasar as estratégias adotadas, garantindo que todas as ações planejadas estejam alinhadas aos objetivos do município de Ipecaetá e gerem impacto positivo na comunicação institucional.

Todos os recursos de informações adquiridos pela Filópequeno Comunicação estarão à disposição da licitante.

Ferramentas e Fontes de Informação

Kantar IBOPE Media – A Filópequeno mantém contrato anual com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), garantindo acesso a pesquisas de audiência de TV, rádio e digital, fundamentais para embasar o planejamento de mídia e a veiculação das campanhas institucionais.

Plataformas e Softwares de Gestão

Publi – Software especializado em gestão de agências de publicidade, que automatiza processos internos, permite controle de fluxo de trabalho e possibilita uma comunicação ágil entre a equipe, clientes e fornecedores.

Trello – Plataforma de gerenciamento de projetos e tarefas, utilizada para organizar demandas e acompanhar o andamento das campanhas em tempo real.

Banco de Imagens e Recursos Visuais

Shutterstock – Assinatura ativa no maior banco de imagens profissional do mundo, garantindo o uso de fotos e ilustrações de alta qualidade e dentro dos padrões legais.

Freepik Premium – Acesso a um extenso acervo de vetores, imagens, ícones e templates, essenciais para o desenvolvimento de peças gráficas atrativas e modernas.

REPERTÓRIO

A Câmara Municipal de Candeias
Ref. a Concorrência Presencial nº 001/2025

REPERTÓRIO

362



PEÇA 01
OUTDOOR - 9X3m

Anunciante: Hospital Emec
Licitante: Filópequeno Comunicação
Título: UTI Cardiológica
Data de Produção: Janeiro/2022
Período de Veiculação: 01 a 28/02/2022
Veículo: Mozany Outdoor
Problema: O Hospital Emec precisava comunicar à população a existência de seu avançado centro de alta complexidade em cardiologia, garantindo que mais pessoas tivessem acesso a esse serviço essencial.
Solução: Com uma campanha estratégica e multicanal, incluindo VT para TV aberta, busdoor e outras mídias, o destaque ficou por conta do outdoor, que garantiu alta visibilidade e fixação da mensagem. Como resultado, o centro cardiológico do hospital passou a ser amplamente conhecido pelo público, fortalecendo sua posição como referência na área.

363

PEÇA 02
OUTDOOR - 9x3m

Anunciante: Prefeitura de Capim Grosso - Ba
Licitante: Filópequeno Comunicação
Título: Mais Obras
Data de Produção: 28/11/2024
Periodo de Veiculação: 02/12/2024 a 16/12/2024
Veiculo: Placa própria da Prefeitura
Problema: A Prefeitura precisava comunicar de forma clara e acessível à população as obras entregues na cidade, garantindo que os cidadãos soubessem das melhorias realizadas e do impacto positivo para a comunidade.
Solução: Para resolver esse desafio, a Agência Filópequeno desenvolveu uma campanha visual atrativa, utilizando outdoors e cards para redes sociais como principais meios de divulgação. Cada peça foi planejada para destacar uma obra específica, garantindo que todas as melhorias fossem devidamente apresentadas à população. O resultado foi um maior engajamento da população, que passou a reconhecer e valorizar os avanços promovidos pela prefeitura.



364



PEÇA 03
OUTDOOR - 9x3m

Anunciante: Prefeitura de Paulo Afonso - Ba
Licitante: Filópequeno Comunicação
Titulo: O Trabalho não Para
Data de Produção: Março/2022
Período de Veiculação: 07/03/2022 a 20/03/2022
Veiculo: PJOS Outdoor
Problema: A Prefeitura de Paulo Afonso enfrentava o desafio de comunicar de forma eficiente à população todas as obras e serviços de melhorias realizados na cidade, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Era essencial que os cidadãos soubessem das entregas e do impacto positivo dessas ações no dia a dia.
Solução: Foi desenvolvida uma campanha, utilizando outdoors, spot em carros de som, banners em sites e um VT para TV. Cada peça foi planejada para destacar diferentes obras e serviços. Com essa abordagem, a campanha não apenas informou a população, mas também reforçou a presença da gestão municipal, gerando reconhecimento sobre os avanços na cidade.

PEÇA 04
BACKBUS - 2,13x2,20m

365

Anunciante: Colégio Santo Antônio
Licitante: Filópequeno Comunicação
Título: Matrículas 2024
Data de Produção: Outubro/2023
Período de Veiculação: 01/11/2023 a 31/12/2023
Veículo: Maria e João Mídia e Assessoria
Problema: O Colégio enfrentava a necessidade de comunicar de forma clara e inspiradora a abertura das matrículas para o ano letivo de 2024, reafirmando seu compromisso com a educação de qualidade.
Solução: A campanha destacou alunos de diferentes idades, mostrando a educação como o primeiro passo para grandes realizações. Divulgada em TV, outdoors, backbus, internet, spots de rádio e outros meios, garantiu ampla visibilidade e engajamento, resultando no sucesso das matrículas e fortalecendo o Colégio como referência educacional.



PEÇA 05
VT - 1'
Material em anexo (CD)

366

Anunciante: Prefeitura de Santo Estêvão - Ba
Licitante: Filópequeno Comunicação
Título: 100 anos
Data de Produção: Setembro/2021
Periodo de Veiculação: 15/09/2021 a 22/09/2021
Veiculo: TV Subaé
Problema: O municipio de Santo Estêvão estava prestes a celebrar 100 anos de história, e a gestão precisava de uma campanha que não apenas emocionasse a população, mas também destacasse as conquistas, melhorias e serviços realizados pela gestão.
Solução: Um VT emocionante uniu imagens das obras, avanços e belezas naturais de Santo Estêvão, destacando o orgulho de pertencer à cidade. A campanha se expandiu para outdoors, redes sociais, spots de rádio e um jingle exclusivo, tornando a celebração dos 100 anos ainda mais marcante e reafirmando o compromisso da gestão com o desenvolvimento do municipio.









367

PEÇA 06
Jingle - 30"
Material em anexo (CD)

Anunciante: Câmara Municipal de Feira de Santana
Licitante: Filópequeno Comunicação
Titulo: Interesse dos feirenses
Data de Produção: Abril/2022
Periodo de Veiculação: 02/05/2022 a 30/05/2022
Veiculo: R;adio Princesa FM
Problema: A Câmara Municipal de Feira de Santana precisava reforçar junto à população que as decisões tomadas estavam sempre alinhadas aos interesses dos cidadãos. Era essencial demonstrar que os temas debatidos na Casa eram construidos em parceria com o feirense, garantindo transparência e participação democrática.
Solução: Para transmitir essa mensagem de forma marcante, a agência Filópequeno criou um jingle envolvente, que destacou como a voz do cidadão está sempre em pauta. A música reforçou os valores da democracia e da transparência, aproximando a população das ações da Câmara e tornando a comunicação mais acessível e memorável. Como resultado a campanha engajou e conscientizou os cidadãos, fortalecendo a imagem da Câmara como um espaço de diálogo e construção coletiva para o progresso de Feira de Santana.

PEÇA 07
VT - 30"
Material em anexo (CD)

368

Anunciante: Prefeitura de Candeias - Ba
Licitante: Filópequeno Comunicação
Titulo: Saúde
Data de Produção: Março/2025
Periodo de Veiculação: 19/03/2025 a 31/03/2025
Veiculo: TV Bahia - Globo
Problema: A Prefeitura de Candeias precisava comunicar à população os novos investimentos na saúde, incluindo a entrega da nova unidade de saúde em Passé, a terceira etapa da reforma do Hospital Municipal com a requalificação da maternidade, entre outros avanços. Era essencial que os cidadãos conhecessem essas melhorias e o impacto positivo na qualidade do atendimento.
Solução: Para garantir uma ampla divulgação, foi produzido um VT para TV, destacando cada novo equipamento e sua importância para a saúde da população. Com imagens e uma narrativa acessível, a campanha mostrou as transformações realizadas e reforçou o compromisso da gestão com o bem-estar dos cidadãos.
O resultado foi uma comunicação eficiente, que informou à população de forma clara e abrangente, fortalecendo a transparência da administração e aproximando a comunidade das conquistas da saúde pública municipal.









PEÇA 08
VT - 1'
Material em anexo (CD)

369

Anunciante: Prefeitura de Capim Grosso - Ba
Licitante: Filópequeno Comunicação
Título: Diferente
Data de Produção: Julho/2024
Período de Veiculação: 08/07/2024 a 18/07/2024
Veiculo: TV São Francisco
Problema: A Prefeitura precisava comunicar à população os avanços na cidade, como novas praças, quadras, pavimentação de ruas, melhorias na limpeza pública, escolas e unidades de saúde. A mensagem precisava ser dinâmica e envolvente para alcançar um público amplo e engajar os cidadãos.
Solução: Foi criado um jingle animado e contagiante, que deu o tom para um vídeo de 1 minuto exibido nas redes sociais. O material trouxe um grupo dançando com energia, intercalado com imagens dos novos equipamentos e melhorias na cidade, tornando a comunicação leve, acessível e atrativa. O resultado foi um grande engajamento popular, com o vídeo sendo bem recebido pela população. A Prefeitura conseguiu destacar suas entregas de forma moderna e eficiente, reforçando a presença e o compromisso da gestão com o desenvolvimento do município.






PEÇA 09
VT - 45"
Material em anexo (CD)

370

Anunciante: Prefeitura de Candeias - Ba
Licitante: Filópequeno Comunicação
Título: Obras Geral
Data de Produção: Dezembro/2023
Período de Veiculação: 18/12/2023 a 26/12/2023
Veículo: TV Bahia - Globo
Problema: A Prefeitura de Candeias precisava apresentar à população um resumo das principais entregas e melhorias realizadas pela gestão, evidenciando as transformações que estavam deixando a cidade de cara nova. A comunicação precisava ser objetiva, dinâmica e de fácil assimilação.
Solução: Foi produzido um VT de 45 segundos, reunindo de forma ágil e envolvente as obras concluídas e em andamento. Com uma edição moderna, imagens marcantes e uma narrativa clara, o vídeo mostrou os avanços em infraestrutura, educação, saúde e qualidade de vida, reforçando o impacto positivo das ações da gestão.
O resultado foi uma comunicação eficaz e bem recebida pela população, que pôde visualizar de maneira direta tudo o que foi realizado e o que ainda está por vir, fortalecendo a transparência e o reconhecimento do trabalho da Prefeitura.









371

PEÇA 10
OUTDOOR - 9x3m

Anunciante: Estação 1 - Construção e Incorporação
Licitante: Filópequeno Comunicação
Titulo: Olivas Residence
Data de Produção: Setembro/2024
Periodo de Veiculação: 16/09/2024 a 29/09/2024
Veiculo: Bullos Outdoor
Problema: A Estação 1 precisava divulgar o lançamento do Olivas Residence, seu mais novo empreendimento imobiliário dentro do complexo urbanistico Boulevard Papagaio. Era essencial atrair o público certo, gerar interesse e impulsionar as vendas das unidades.
Solução: A agência desenvolveu uma estratégia de comunicação integrada e multicanal, combinando visibilidade, persuasão e segmentação. A peça de maior destaque foi um outdoor, que despertou a atenção e reforçou a identidade do empreendimento, apoiado por outras ações de mídia para ampliar o alcance. Como resultado, a campanha impulsionou a comercialização das unidades e consolidou o sucesso do lançamento do Olivas Residence no mercado imobiliário de Feira de Santana.



372

REPERTÓRIO
CD COM OS MATERIAIS ANEXOS



373

RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO

A Câmara Municipal de Candeias
Ref. a Concorrência Presencial nº 001/2025

RELATOS DE

SOLUÇÕES DE PROBLEMAS

DE COMUNICAÇÃO

374

CASE 01
CLIENTE: COLÉGIO SANTO ANTÔNIO
Período: 2024/2025

Com mais de 50 anos de história, o Colégio Santo Antônio é referência em educação em Feira de Santana, reconhecido pela excelência no ensino e pela formação de cidadãos comprometidos com o futuro.

O Desafio
A campanha de matrículas para 2025 teve como desafio superar os resultados do ano anterior, destacando os diferenciais da escola em um cenário competitivo com outras instituições privadas.

A Solução
A Filópequeno Comunicação criou uma estratégia multicanal, valorizando os pilares da escola: tradição, inovação e excelência. A campanha buscou ampliar a visibilidade e reforçar a credibilidade da marca por meio de ações como:

✓ VT para TV – Reforçando identidade e confiança
✓ Cards para redes sociais – Com foco em engajamento
✓ Outdoors – Fortalecendo a presença na cidade
✓ Jingle exclusivo – Para fixação da campanha
✓ Spots de rádio e busdoors – Ampliando o alcance

O Resultado
A campanha superou as metas, com aumento nas matrículas e fortalecimento da imagem do colégio como referência em ensino de qualidade na região.

Peça Case 01: VT 30"
Material em Anexo (CD)

375

O desafio era reforçar a credibilidade do Colégio Santo Antônio e atrair novas matriculas, destacando seus diferenciais de ensino e infraestrutura. No VT de 30", mostramos a qualidade do ensino, a infraestrutura e os pontos que fazem do Colégio Santo Antônio a melhor escolha. Uma peça estratégica dentro da campanha de matriculas, reforçando a confiança das famílias e impulsionando novas adesões para 2025.



Declaro, para os devidos fins, que o Relato de Soluções de Problemas – Case 01, referente ao Colégio Santo Antônio, apresentado pela licitante Filópequeno Comunicação, foi devidamente analisado e encontra-se verídico, autêntico e em conformidade com os fatos ocorridos.

Colégio Santo Antônio
Vilmario Santos Amorim
CPF: 012.673.865-33
Assistente de Marketing

370

CASE 02
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BA
Período: 2023

O verão na Bahia é sinônimo de sol, mar e experiências inesqueciveis. No entanto, mesmo com tantas riquezas naturais e culturais, Candeias ainda era pouco explorada como destino turístico. Para mudar essa realidade e potencializar a visibilidade do município, a Prefeitura de Candeias contou com a expertise da Filópequeno Comunicação no desenvolvimento de uma campanha estratégica voltada para o turismo local.

O Desafio
Apesar de seu grande potencial turístico, Candeias enfrentava o desafio de atrair mais visitantes e consolidar-se como um destino desejado dentro da Bahia. Era necessário destacar suas belezas naturais, orla renovada e experiências únicas, garantindo que turistas e moradores enxergassem o município como um lugar vibrante e acolhedor para curtir o verão.

A Solução
Para garantir o engajamento do público-alvo e o fortalecimento da identidade turística da cidade, a agência desenvolveu uma campanha integrada, vibrante e emocionalmente envolvente. A peça central foi um VT dinâmico e inspirador, criado para transmitir toda a energia, hospitalidade e riqueza cultural de Candeias. O vídeo destacou:
✔ A deslumbrante Praia de Caboto, um verdadeiro paraíso natural;
✔ A nova orla da cidade, requalificada para oferecer mais lazer e infraestrutura aos moradores e visitantes;
✔ A charmosa Prainha da Mucunga;
✔ A gastronomia autêntica do distrito de Passé, famosa pelos seus sabores marcantes.
Para garantir ampla visibilidade e impacto, o VT foi veiculado na TV aberta e complementado com ações estratégicas que incluíram outdoors, banner para site e empena, ampliando a visibilidade e atraindo mais visitantes para a cidade.

O Resultado
A campanha obteve um aumento no fluxo de visitantes e turistas durante o verão, impulsionando o setor hoteleiro, bares, restaurantes e demais estabelecimentos ligados ao turismo. O sucesso da iniciativa demonstrou como a comunicação eficiente pode fortalecer a identidade local e impulsionar o desenvolvimento regional. Com planejamento estratégico e criatividade, a Filópequeno Comunicação consolidou Candeias como um destino turístico forte e promissor, trazendo benefícios diretos para a cidade e sua população.

Peça Case 02: VT 30"
Material em Anexo (CD)

O VT exibido na TV aberta foi a peça central da campanha, despertando o interesse do público ao destacar as belezas naturais e a gastronomia de Candeias. Com imagens vibrantes e um convite envolvente, ele impulsionou o turismo local, aumentando o fluxo de visitantes nos pontos turísticos da cidade, resolvendo o problema de mostrar o potencial turístico do município. 377

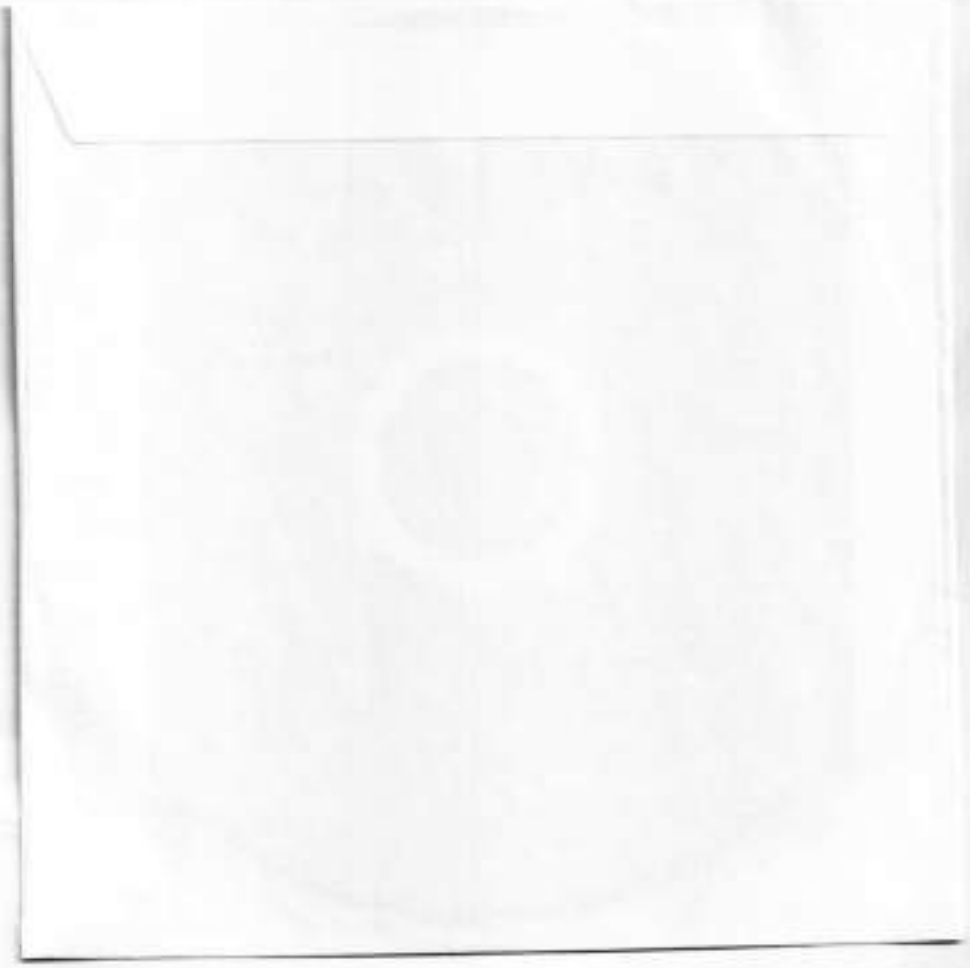


Declaro, para os devidos fins, que o Relato de Soluções de Problemas – Case 02, referente a Prefeitura de Candeias, apresentado pela licitante Filópequeno Comunicação, foi devidamente analisado e encontra-se veridico, autêntico e em conformidade com os fatos ocorridos.

Prefeitura Municipal de Candeias
Jeferson Fack Pereira dos Santos
CPF: 051.148.665-08
Superintendente de Comunicação

378

RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS
CD COM OS MATERIAIS ANEXOS



FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44 / CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

379

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

ANALISE SUBCOMISSÃO

INVÓLUCRO Nº 3

À Câmara Municipal de Candeias
REF CONCORRÊNCIA Nº 001/2025
ATA DE JULGAMENTO DO INVÓLUCRO Nº 3

A subcomissão analisou os documentos do invólucro nº 3 e fez as seguintes observações:

EMPRESA FILOPEQUENO – Os julgadores entendem que a empresa atende a todos os quesitos do edital. Possui infraestrutura e funcionários qualificados. Peças apresentadas possuem boa qualidade, além de atender outras Câmaras. Repertório com boa qualidade e relatos de soluções de problemas de comunicação também.

Abaixo pontuação individual e média do Invólucro nº 3.

SUB-COMISSÃO	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	REPERTÓRIO	RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	TOTAL
UILSON FERREIRA DE SOUZA	10	9	9	28
KAIQUE SILVA GUEDES	10	8	8	26
EGIVALDO LIMA DE SOUZA	10	9	9	28
MÉDIA				**27,33**

UILSON FERREIRA DE SOUZA (CPF: 017.897.745-53)

KAIQUE SILVA GUEDES (CPF: 048.480.345-07)

EGIVALDO LIMA DE SOUZA (CPF: 008.934.595-93)

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

AVISO DE CONVOCAÇÃO – SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS**, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público aos interessados que será realizada a segunda sessão pública da Concorrência Presencial nº 001/2025, cujo objeto é a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

A sessão ocorrerá no dia 23/07/2025, às 10:00, na sede da Câmara Municipal de Candeias, situada na Avenida dos Três Poderes, s/n, Bairro Ouro Negro, Candeias/BA.

Considerando que apenas uma licitante apresentou proposta, e com fundamento nos subitens 12.3 e 12.4 do Edital, as etapas subsequentes poderão ser concentradas em uma única sessão, medida esta que se coaduna com os princípios da celeridade, da economicidade e da eficiência que regem os procedimentos licitatórios.

Ressalta-se, contudo, por oportuno e necessário, que tal concentração somente será efetivada caso a licitante não manifeste intenção de interpor recurso quanto a qualquer das decisões proferidas no curso da sessão. Havendo manifestação expressa nesse sentido, os trabalhos serão suspensos, nos termos do item 14 do Edital, para análise das razões e posterior retomada do certame.

Ainda, informa-se à licitante que, caso já disponha da documentação exigida para a fase de habilitação, poderá apresentá-la no decorrer da referida sessão, possibilitando, desde logo, sua análise pela Comissão, sem prejuízo do prazo de 48 (quarenta e oito) horas previsto para apresentação do invólucro de habilitação.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Outras informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Contratação, pelo e-mail: copel.cmc@gmail.com ou presencialmente, no endereço acima indicado, das 08h às 14h.

Candeias/BA, 17 de julho de 2025.

Comissão de Contratação:

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Candeias - Bahia

383

ANO XIII - Edição Nº 60
BAHIA - 17 de Julho de 2025 - Quinta-feira

Atos Administrativos

Câmara Municipal de Candeias publica:

- ➢ *AVISO DE CONVOCAÇÃO – SESSÃO PÚBLICA - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025 - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025*



Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

AVISO DE CONVOCAÇÃO – SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público aos interessados que será realizada a segunda sessão pública da Concorrência Presencial nº 001/2025, cujo objeto é a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

A sessão ocorrerá no dia 23/07/2025, às 10:00, na sede da Câmara Municipal de Candeias, situada na Avenida dos Três Poderes, s/n, Bairro Ouro Negro, Candeias/BA.

Considerando que apenas uma licitante apresentou proposta, e com fundamento nos subitens 12.3 e 12.4 do Edital, as etapas subsequentes poderão ser concentradas em uma única sessão, medida esta que se coaduna com os princípios da celeridade, da economicidade e da eficiência que regem os procedimentos licitatórios.

Ressalta-se, contudo, por oportuno e necessário, que tal concentração somente será efetivada caso a licitante não manifeste intenção de interpor recurso quanto a qualquer das decisões proferidas no curso da sessão. Havendo manifestação expressa nesse sentido, os trabalhos serão suspensos, nos termos do item 14 do Edital, para análise das razões e posterior retomada do certame.

Ainda, informa-se à licitante que, caso já disponha da documentação exigida para a fase de habilitação, poderá apresentá-la no decorrer da referida sessão, possibilitando, desde logo, sua análise pela Comissão, sem prejuízo do prazo de 48 (quarenta e oito) horas previsto para apresentação do invólucro de habilitação.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA .....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

Outras informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Contratação, pelo e-mail: copel.cmc@gmail.com ou presencialmente, no endereço acima indicado, das 08h às 14h.

Candeias/BA, 17 de julho de 2025.

Comissão de Contratação:

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

ATA SEGUNDA SESSÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – BAHIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ATA DA SEGUNDA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho do ano de 2025, às 10h00min, na sede da Câmara Municipal de Candeias, situada na Avenida dos Três Poderes, s/n, Bairro Ouro Negro, no município de Candeias/BA, reuniu-se a Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 002/2025, com o objetivo de realizar a Segunda Sessão Pública da Concorrência Presencial nº 001/2025.

O objeto da licitação é a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional, conforme previsto no edital e legislação aplicável, especialmente a Lei nº 12.232/2010, subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Estadual nº 14.634/2023.

1. Presenças e Abertura dos Trabalhos

Foi registrada a presença da representante legal da única empresa licitante habilitada na fase anterior do certame, a saber: A Filópequeno Comunicação Ltda, representada por Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira, CPF nº 028.926.395-65.

Confirmada a inexistência de manifestações de intenção recursal contra decisões anteriores, a Comissão autorizou a concentração das etapas subsequentes nesta mesma sessão, com fundamento nos subitens 12.3, 12.4 e 14 do Edital, visando à observância dos princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

2. Julgamento Técnico – Invólucro nº 1 e Invólucro nº 3

Invólucro nº 1

Sub - Comissão	Raciocínio Básico	Estratégia de Comunicação	Ideia Criativa	Estratégia de Mídia e não Mídia	Total
Uilson Ferreira de Souza	10	22	20	15	67
Kaique Silva Guedes	9	24	20	14	67
Egivaldo Lima de Souza	9	24	20	15	68
Média Final					67,33

A Subcomissão Técnica apresentou parecer conclusivo após análise do conteúdo do Invólucro nº 1, referente ao Plano de Comunicação Publicitária.

Invólucro nº 3

Membro da Subcomissão	Capacidade de Atendimento	Repertório	Relatos de Soluções	Subtotal
Uilson Ferreira de Souza	10	9	9	28
Kaique Silva Guedes	10	8	8	26
Egivaldo Lima de Souza	10	9	9	28
Média Final				27,33

A Subcomissão Técnica apresentou parecer conclusivo após análise do conteúdo do Invólucro nº 3, referente à Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

A empresa Filópequeno Comunicação Ltda demonstrou possuir infraestrutura compatível com as exigências do certame, equipe técnica qualificada, além de repertório publicitário compatível com o perfil institucional da Câmara Municipal. Os relatos apresentados também foram considerados pertinentes, consistentes e adequadamente validados.

3. Abertura dos Invólucros nº 2 e nº 4

Prosseguindo com os trabalhos, procedeu-se à abertura do Invólucro nº 2 (Proposta Técnica Identificada), confirmando-se a correspondência entre o conteúdo e a versão apócrifa anteriormente avaliada.

Em seguida, foi aberto o Invólucro nº 4 (Proposta Comercial), sendo a proposta considerada regular e compatível com as exigencies do edital e conforme aos percentuais definidos no Edital, especialmente quanto aos limites de descontos e honorários estabelecidos nos subitens 9.2.2 e 9.3.

4. Cálculo das Notas e Classificação Final

A nota atribuída ao Plano de Comunicação Publicitária (Invólucro nº 1) foi de 67,33 pontos. Somando-se à nota do Invólucro nº 3 (27,33 pontos), a proposta técnica da licitante obteve nota total de 94,66 pontos.

A proposta de preços apresentada foi avaliada conforme os critérios do Edital, resultando na nota de 94,75 pontos. Aplicando-se a fórmula estabelecida no subitem 10.8 do edital, obteve-se a seguinte Pontuação Resultante (PR):

PR = (IT x 7) + (IP x 3) = (94,66 x 7) + (94,75 x 3) = 662,62 + 284,25 = 946,87.

5. Habilitação

A empresa A Filópequeno Comunicação Ltda apresentou os documentos de habilitação exigidos no Invólucro nº 5, em conformidade com o item 11 do Edital. Após análise, a documentação foi considerada completa e regular, não havendo óbices à habilitação da proponent, tendo sido considerada habilitada para futura contratação.

6. Resultado Final e Encerramento

Habilitada para futura contratação.

Candeias/BA, 23 de julho de 2025.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

LICITANTE

Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira
Representante legal da A Filópequeno Comunicação Ltda

DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Candeias - Bahia

391

ANO XIII - Edição Nº 63
BAHIA - 29 de Julho de 2025 - Terça-feira

Atos Administrativos

Câmara Municipal de Candeias publica:

- ➤ *COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - ATA DA SEGUNDA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025*



Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
CNPJ.: 13.612.254/0001-02

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – BAHIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ATA DA SEGUNDA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho do ano de 2025, às 10h00min, na sede da Câmara Municipal de Candeias, situada na Avenida dos Três Poderes, s/n, Bairro Ouro Negro, no município de Candeias/BA, reuniu-se a Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 002/2025, com o objetivo de realizar a Segunda Sessão Pública da Concorrência Presencial nº 001/2025.

O objeto da licitação é a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade institucional, conforme previsto no edital e legislação aplicável, especialmente a Lei nº 12.232/2010, subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Estadual nº 14.634/2023.

1. Presenças e Abertura dos Trabalhos

Foi registrada a presença da representante legal da única empresa licitante habilitada na fase anterior do certame, a saber: A Filópequeno Comunicação Ltda, representada por Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira, CPF nº 028.926.395-65.

Confirmada a inexistência de manifestações de intenção recursal contra decisões anteriores, a Comissão autorizou a concentração das etapas subsequentes nesta mesma sessão, com fundamento nos subitens 12.3, 12.4 e 14 do Edital, visando à observância dos princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.812.254/0001-02

2. Julgamento Técnico – Invólucro nº 1 e Invólucro nº 3

Invólucro nº 1

Sub - Comissão	Raciocínio Básico	Estratégia de Comunicação	Ideia Criativa	Estratégia de Mídia e não Mídia	Total
Uilson Ferreira de Souza	10	22	20	15	67
Kaique Silva Guedes	9	24	20	14	67
Egivaldo Lima de Souza	9	24	20	15	68
Média Final					67,33

A Subcomissão Técnica apresentou parecer conclusivo após análise do conteúdo do Invólucro nº 1, referente ao Plano de Comunicação Publicitária.

Invólucro nº 3

Membro da Subcomissão	Capacidade de Atendimento	Repertório	Relatos de Soluções	Subtotal
Uilson Ferreira de Souza	10	9	9	28
Kaique Silva Guedes	10	8	8	26
Egivaldo Lima de Souza	10	9	9	28
Média Final				27,33

A Subcomissão Técnica apresentou parecer conclusivo após análise do conteúdo do Invólucro nº 3, referente à Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.812.254/0001-02

A empresa Filópequeno Comunicação Ltda demonstrou possuir infraestrutura compatível com as exigências do certame, equipe técnica qualificada, além de repertório publicitário compatível com o perfil institucional da Câmara Municipal. Os relatos apresentados também foram considerados pertinentes, consistentes e adequadamente validados.

3. Abertura dos Invólucros nº 2 e nº 4

Prosseguindo com os trabalhos, procedeu-se à abertura do Invólucro nº 2 (Proposta Técnica Identificada), confirmando-se a correspondência entre o conteúdo e a versão apócrifa anteriormente avaliada.

Em seguida, foi aberto o Invólucro nº 4 (Proposta Comercial), sendo a proposta considerada regular e compatível com as exigencies do edital e conforme aos percentuais definidos no Edital, especialmente quanto aos limites de descontos e honorários estabelecidos nos subitens 9.2.2 e 9.3.

4. Cálculo das Notas e Classificação Final

A nota atribuída ao Plano de Comunicação Publicitária (Invólucro nº 1) foi de 67,33 pontos. Somando-se à nota do Invólucro nº 3 (27,33 pontos), a proposta técnica da licitante obteve nota total de 94,66 pontos.

A proposta de preços apresentada foi avaliada conforme os critérios do Edital, resultando na nota de 94,75 pontos. Aplicando-se a fórmula estabelecida no subitem 10.8 do edital, obteve-se a seguinte Pontuação Resultante (PR):

PR = (IT x 7) + (IP x 3) = (94,66 x 7) + (94,75 x 3) = 662,62 + 284,25 = 946,87.

5. Habilitação

A empresa A Filópequeno Comunicação Ltda apresentou os documentos de habilitação exigidos no Invólucro nº 5, em conformidade com o item 11 do Edital. Após análise, a documentação foi considerada completa e regular, não havendo óbices à habilitação da proponent, tendo sido considerada habilitada para futura contratação.

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

6. Resultado Final e Encerramento

Habilitada para futura contratação.

Candeias/BA, 23 de julho de 2025.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Frederico Custodio da Silva
Presidente

Creonice Santos Silva e Silva
Membro

Emmanoel Sales
Membro

LICITANTE

Patrícia Kelly Ferreira de Oliveira
Representante legal da A Filópequeno Comunicação Ltda

396

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

INVÓLUCRO Nº2

PROPOSTA TÉCNICA

filópequeno comunicação

Plano De Comunicação Publicitária via identificada

Raciocínio Básico

Situado na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo Baiano, Candeias fica localizado a aproximadamente 46 quilômetros da capital do Estado. Com uma população estimada em mais de 75 mil habitantes (IBGE), o município, que é vizinho de cidades como Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Dias d'Ávila e São Francisco do Conde, fica à beira da BR-324 e se liga com a mesma pela BA-522.

Nascido próximo ao rio São Paulo, o surgimento do município mescla história e misticismo. Segundo a tradição local, em meados de 1640, um milagre transformou o córrego que dividia o Engenho Pitanga em uma fonte dos milagres, que posteriormente passou a ser chamada de Candeias, nome que simboliza luz. Atraídos pela história e pelos milagres, romeiros construíram suas casas nas proximidades da fonte, até que em 1958 a região que atraiu religiosos se transformou no município de Candeias.

Paralelamente à lenda, a origem histórica de Candeias data de meados do século XVI, a partir das terras conhecidas como Matoim, sesmaria que englobava os Engenhos de Caboto e freguesia. Graças ao Ciclo da Cana-de-Açúcar, essas localidades tiveram papel fundamental no desenvolvimento da Bahia, especialmente do Recôncavo Baiano.

Se a história da cidade começa com os engenhos de cana-de-açúcar e a peregrinação religiosa, em 1941 um novo capítulo começa com o primeiro poço comercial de petróleo do Brasil. A descoberta abriu caminho para a construção da primeira Refinaria de Petróleo nas imediações - a apenas 6km de Candeias -, a Refinaria de Mataripe, e posteriormente a criação da Petrobrás. O progresso proveniente da descoberta do petróleo foi um marco decisivo para a emancipação de Candeias. Graças ao aumento populacional e a dinâmica econômica oriunda das atividades petrolíferas, em agosto de 1958 Candeias deixa de ser distrito de Salvador para ganhar sua emancipação política.

Atualmente, com o décimo primeiro maior PIB do Estado, as atividades econômicas giram em torno do parque industrial, que tem um dos portos mais importantes do país, o Porto de Aratu, além da proximidade com a segunda maior refinaria do país, a Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (RLAM). Além da indústria e do setor portuário, da pesca de mariscos e peixes, devido à sua relevância econômica e tradição religiosa, Candeias também desponta como um potencial destino no cenário turístico do Estado.

O município, ao longo dos anos, tem vivenciado uma nova fase de desenvolvimento, impulsionada por investimentos no crescimento socioeconômico e urbano do município. Nesse contexto, a gestão municipal segue promovendo ações para enfrentar os desafios estruturais e propiciar a melhora da qualidade de vida da população, especialmente no âmbito da mobilidade, infraestrutura, educação, saúde e acesso a serviços essenciais.

Nesse processo de crescimento do município e promoção de melhorias à população, o Poder Legislativo Municipal também exerce um papel fundamental. À Câmara Municipal de Candeias compete três funções básicas: a primeira é a função Legislativa que compreende todos os atos tidos por normativos como a elaboração de leis, cuidando de regular a administração do Município e a sua conduta no que diz respeito aos interesses da sociedade; a segunda é a função Deliberativa que consiste em realizar atividades administrativas internas que a Câmara desempenha, sem a necessidade da participação do prefeito; a terceira função, a fiscalizadora, como o próprio nome já diz, consiste em fazer a fiscalização financeira e orçamentária, além de fiscalizar se as Leis aprovadas em plenário estão sendo cumpridas e executadas pelo Poder Executivo.

É na Câmara que a democracia acontece. Demandas, interesses e necessidades da população devem ser ouvidos, debatidos e representados, sendo transformados em leis e projetos concretos para melhorar a vida da sociedade. Em 2025, até o momento, a Câmara Municipal de Candeias aprovou diversas iniciativas e projetos de lei em prol da população e do município, como: a criação de comitê para viabilizar a implantação de universidade pública; instituição de testes de acuidade visual em escolas e creches; implantação do Circuito Municipal de Turismo Histórico e Cultural; criação de programa para garantir a segurança em obras em áreas de baixa renda; criação de Observatório Municipal para combater racismo, violência contra mulher e assédio em eventos culturais. Além de promover a discussão de temas relevantes para a comunidade, a Câmara também tem focado na modernização institucional da Casa, na efetivação de servidores e na transparência orçamentária.

Diante disso, é fundamental que esses esforços sejam amplamente divulgados, se certificando que a população de Candeias tenha conhecimento sobre os avanços municipais promovidos pelo poder legislativo, fortalecendo o relacionamento com os cidadãos e promovendo a confiança na Câmara.

Nessa função, a comunicação é indispensável para todo e qualquer órgão que preze pela transparência pública, obtendo papel de informar, esclarecer, orientar, educar as pessoas no que diz respeito aos seus direitos e deveres para fortalecer a cidadania, e também divulgar suas realizações, além de prestar contas. A Câmara deve se comunicar da forma mais coerente possível com o seu público-alvo, criando canais diversos para propagar mensagens, usando todos os mecanismos disponíveis, adequados a cada circunstância, dialogando abertamente com a população através de uma linguagem próxima.

A Estratégia de Comunicação que vem a seguir surge como solução do objetivo da comunicação apresentado no briefing:

- Difundir os direitos do cidadão e estimular a participação da sociedade na definição de políticas para o desenvolvimento do Município de Candeias;
- Estabelecer canais de diálogo entre o poder público e a comunidade estimulando a participação nos trabalhos legislativos;
- A ampliação da visibilidade da instituição junto à sociedade, com o fornecimento de subsídios que contribuam para o melhor entendimento dos atos e processos decisórios da Casa;
- A ampliação da conexão entre os cidadãos e seus representantes eleitos, enfatizando a importância do Parlamento para a democracia.

Estratégia De Comunicação Publicitária

Conforme apresentado no Raciocínio Básico, a Câmara Municipal de Candeias vem atuando de forma ativa e próxima da população, com o objetivo de representar os interesses dos candeenses e promover o desenvolvimento do município de forma responsável. Essas ações evidenciam que a Câmara entende a sua responsabilidade, enquanto instituição legislativa, deliberativa e fiscalizadora, e cumpre sua função de forma próxima e parceira da população.

A partir desse ponto de partida, o nosso desafio enquanto agência é desenvolver uma estratégia identificando o público-alvo que se deseja atingir e seu perfil sociocultural, desenvolvendo uma comunicação institucional que informe aos candeenses, a importância da atuação da Câmara como parceira dos cidadãos, colocando em pauta as suas demandas de maneira ética e transparente. Na campanha elaborada pela agência serão divulgados todos os pontos presentes no briefing, reforçando o papel da Câmara e a aproximação da instituição à população.

Ciente disso, a estratégia de comunicação pauta-se nas diretrizes do briefing para alcançar os objetivos com clareza e impacto.

TEMA E MOTE

O texto é responsável por estabelecer uma relação entre as peças da campanha, uma vez que todas apresentarão o mote "Sua voz bem representada". Um tema estrategicamente escolhido para traduzir de forma clara, mas impactante, o papel da Câmara como uma instituição responsável por representar as demandas da comunidade.

O uso do subtítulo "A Câmara em parceria com você para fazer o melhor por Candeias" reforça exatamente essa ideia, destacando a importância da participação da população e do diálogo para promover melhorias para o município.

O uso da expressão "Sua voz bem representada", visa criar proximidade com o público-alvo da campanha, criando a visão empática de que os projetos e ações desenvolvidos pela Câmara são baseados na participação dos munícipes e no interesse coletivo.

O tema da campanha também foi pensado para fortalecer a identidade da Câmara como uma instituição participativa no desenvolvimento da cidade, atuando lado a lado com o povo em uma escuta ativa para construir um município melhor para todos.

CONCEITO CRIATIVO

O conceito da campanha publicitária preocupou-se em solucionar o problema apresentado, desenvolvendo ações publicitárias de comunicação com o objetivo especificado no briefing: difundir os direitos do cidadão e estimular a participação da sociedade na definição de políticas para o desenvolvimento do Município de Candeias; estabelecer canais de diálogo entre o poder público e a comunidade estimulando a participação nos trabalhos legislativos; a ampliação da visibilidade da instituição junto à sociedade, com o fornecimento de subsídios que contribuam para o melhor entendimento dos atos e processos decisórios da Casa; a ampliação da conexão entre os cidadãos e seus representantes eleitos, enfatizando a importância do Parlamento para a democracia.

Como resposta, o conceito criativo desenvolvido para a campanha da Câmara Municipal de Candeias tem como base a valorização da representatividade, da escuta ativa e do fortalecimento do vínculo entre a instituição legislativa e a sociedade candeense. A proposta parte do princípio de que a Câmara é um espaço legítimo de construção da cidadania, onde a voz da população, seja da zona urbana ou rural, deve ser ouvida, respeitada e transformada em ação política concreta. O conceito apresenta o cidadão como protagonista da comunicação, destacando que é por meio da participação popular que se fortalecem a democracia e o desenvolvimento municipal. Essa abordagem busca

despertar o sentimento de pertencimento, reforçando a ideia de que cada morador de Candeias é parte essencial das decisões que moldam a cidade.

Visualmente, o conceito integra elementos que simbolizam tanto a estrutura institucional quanto o aspecto humano da gestão pública. A imagem do prédio da Câmara representa o espaço de diálogo, legitimidade e acolhimento, funcionando como âncora simbólica do poder legislativo no território local. Já a presença de cidadãos nas peças reforça a proximidade da instituição com a comunidade, humanizando a mensagem e estabelecendo uma conexão emocional direta com o público. Essa combinação valoriza a atuação da Câmara como uma gestão moderna, acessível e voltada para as reais necessidades do povo.

A proposta visual da campanha foi desenvolvida com base em três cores principais, cada uma escolhida por sua carga simbólica e comunicação estratégica, segundo a Psicologia das Cores. O azul transmite seriedade, confiança e credibilidade, valores fortemente associados à instituição pública. Além disso, é uma cor institucional já presente na identidade da Câmara, o que reforça a coesão da comunicação. O laranja, por sua vez, é vibrante e expressa dinamismo e ação, funcionando como um excelente contraponto visual para destacar informações-chave e transmitir sensação de movimento. Já o amarelo, otimismo, atenção e participação, dialogando diretamente com a ideia de parceria com a comunidade. Essa paleta de cores foi estrategicamente pensada para manter uma identidade visual coesa entre todas as peças, reforçando a presença da instituição em diferentes mídias e suportes.

A tipografia é um item determinante na composição da peça, manifestando juntamente com as cores, a foto e o texto, o conceito da ideia, com finalidade de chamar a atenção do público. Considerando esse fator, a tipografia escolhida na representação da campanha é moderna e sem serifa, o que confere clareza, autoridade e contemporaneidade às peças, além disso, as variações de peso facilitam a hierarquização das informações e aumentam o impacto da mensagem.

A harmonia entre cores, tipografia e imagens assegura uma comunicação eficaz, acessível e emocionalmente conectada ao público-alvo. Todos os layouts são assinados com o logotipo da Câmara Municipal de Candeias e endereços do site e da rede social da instituição com o objetivo de ampliar o alcance e a efetividade da campanha, promovendo uma comunicação mais eficaz, transparente e engajada, assegurando que a população se sinta mais próxima e conheça de forma clara e direta todas as ações e projetos que acontecem a seu favor. Além disso, o banner impresso apresenta um call to action (CTA) com QR Code para que as pessoas se informem das atividades da Câmara.

O conceito criativo dessa campanha visa mostrar para as pessoas que a Câmara de Candeias está comprometida com as demandas da sociedade e com o desenvolvimento do município, reforçando a importância de cada cidadão nas ações da instituição e a relação de parceria com a participação ativa da população. Ao adotar uma linguagem clara, inclusiva e emocionalmente conectada, o conceito mostra que a Câmara Municipal de Candeias é mais do que uma estrutura legislativa: é a extensão da própria comunidade, atuando em nome de seus interesses, garantindo direitos e abrindo caminhos para um futuro mais justo e participativo. Trata-se de uma abordagem que cumpre com excelência o papel da comunicação pública, informando, educando e mobilizando, e que fortalece o papel do Parlamento como pilar indispensável da democracia local.

Serão usados diversos meios de comunicação para que essa mensagem alcance o município de Candeias e os diversos públicos-alvo da campanha. Para a divulgação das peças publicitárias elaboradas ficaram definidos os seguintes meios:

Televisão – É a mídia de caráter nacional mais eficiente, permite uma programação regional por intermédio de emissoras locais que podem inserir comerciais desvinculados da rede nacional nos formatos 15, 30, 45 e 60 segundos. A TV alia som, imagem, cor e movimento, proporcionando emoção e impacto às mensagens publicitárias. Apresenta maior cobertura por mensagem transmitida, tanto de público quanto geográfica, sendo a mídia de maior penetração, atingindo todas as faixas etárias, gêneros e classes.

Rádio – É o meio de comunicação mais democrático dentre todas as mídias, atingindo quase a totalidade da população. Com a capacidade de aguçar a imaginação dos ouvintes, a programação do rádio se divide, fundamentalmente, entre lazer, informação, prestação de serviços, entretenimento e educação. O rádio é um meio eficiente que permite alta frequência de veiculação por um custo de veiculação bastante reduzido, se comparado a outros meios, além de grande maleabilidade dos anúncios, que podem ser trocados ou inseridos na programação, a qualquer momento, sem maiores dificuldades. O rádio não exige atenção exclusiva do ouvinte, podendo exercer outras atividades ao mesmo tempo em que ouve a programação. Os formatos de anúncio são os spots, jingles e testemunhais.

Carro de som – Estratégia eficaz e de baixo custo, é altamente assertiva para alcançar o público-alvo em diferentes regiões, permitindo a disseminação rápida da mensagem, de maneira dinâmica, com grande alcance e maior memorização do conteúdo pela população.

Outdoor – Possui ampla cobertura e é uma mídia de grande impacto visual, de ação rápida e constante (quinze dias de veiculação ininterruptos), que impressiona pelo grande formato, podendo ser instalado em locais estrategicamente pré-estabelecidos com grande fluxo de pessoas. As mensagens são objetivas, podendo ser colocadas em momentos oportunos, sendo a sua substituição relativamente rápida. Permite maleabilidade, podendo ser utilizada local, regional ou nacionalmente. Massifica e permite uma maior memorização da mensagem pelo fato de as pessoas circularem cotidianamente pelos mesmos locais, visualizando repetidas vezes as placas.

Internet – A internet é um meio que possibilita construir relacionamentos estreitos com o público. Permite a divulgação de forma abrangente, tanto nos aspectos das informações institucionais e promocionais, quanto no alcance geográfico a um baixo custo.

Redes Sociais – As redes sociais permitem a divulgação de forma abrangente, tanto nos aspectos das informações institucionais e promocionais, quanto no alcance geográfico a um baixo custo.

Banner impresso – Mídia impressa em grandes formatos, o banner físico tem grande impacto visual. Utilizada em locais estratégicos de grande fluxo, a mídia permite uma comunicação clara e direta, potencializando a visibilidade da campanha e reconhecimento da mensagem.

Wallpaper – Uma mídia estratégica para distribuição da campanha de forma interna na instituição com alto potencial de alcance, criando uma presença constante da mensagem de forma direta e eficaz. Além de promover o alinhamento entre vereadores e servidores com os valores da Câmara e objetivo da campanha.

filópequeno comunicação

Ideia Criativa

Para atender a necessidade do briefing, mantendo uma resposta criativa e eficaz, as peças seguem de forma minuciosa o que foi defendido na Estratégia de Comunicação Publicitária.
Relação de peças corporificadas:

Estratégia de Mídia e Não Mídia

Para garantir uma comunicação eficiente com a população de Ipecaetá, o plano de mídia foi desenvolvido com base nos hábitos de consumo de informação da comunidade e na escolha criteriosa de canais com alto poder de alcance e boa relação custo-benefício.
A seleção dos veículos priorizou mídias com abrangência local e regional, visando atingir o maior número de pessoas com mensagens institucionais claras e impactantes. Além dos veículos pagos, também foram previstas ações de comunicação não midiáticas que reforçam a identidade da nova gestão.

Estratégia de Mídia

Televisão – TV Bahia (afiliada Rede Globo)
Com grande credibilidade e audiência no estado, a TV Bahia foi escolhida para veiculação de inserções nos principais telejornais da grade:

- Jornal da Manhã – 2 inserções de 30 segundos
- Bom Dia Brasil – 2 inserções de 30 segundos
- Bahia Meio Dia – 1 inserção de 30 segundos

As veiculações serão concentradas no período da manhã e início da tarde, garantindo visibilidade para a campanha institucional da Prefeitura de Ipecaetá.

Rádio – Sociedade da Bahia e Baiana FM
A rádio permanece como um dos principais meios de comunicação com o público local.

- Sociedade da Bahia – 20 inserções de 30 segundos na programação geral
- Baiana FM – 48 inserções de 30 segundos na programação geral

Com grande penetração em áreas urbanas e rurais, as rádios reforçarão a presença da nova gestão no cotidiano da população.

Carro de som – MF (zona urbana)
Veículo itinerante com circulação em toda a zona urbana de Ipecaetá.

- 18 inserções de 30 segundos

Essa estratégia garante capilaridade da comunicação em áreas com menor acesso digital ou tradicional.

Outdoor – Bahia Comenta

- 2 painéis de 9x3 metros instalados em pontos estratégicos da cidade

A mídia externa contribui para a fixação da mensagem institucional, promovendo o reconhecimento da nova gestão de forma constante e visual.

Banners de internet
A comunicação digital será reforçada com banners em portais de grande acesso regional.

- Veículos: Jornalismo Cidadão, Vox Livre, Candeias Fala e Imprensa BA
- Formato: 728x90 pixels
- Duração: 30 dias
  Esses portais são fontes confiáveis de informação para a comunidade local e exibirão os banners em áreas de destaque nas páginas.

Estratégia de Não Mídia

Banner impresso – Gráfica Plantão
Produção de 30 banners institucionais para distribuição em repartições públicas, escolas, postos de saúde e outros espaços de circulação social.

Redes sociais e materiais digitais
Para ampliar o alcance da campanha e estimular o engajamento com a nova gestão, serão criadas peças específicas para canais digitais, incluindo:

- Stories para Instagram
- Capa para Facebook
- Cards institucionais
- Wallpapers personalizados

Esses materiais garantem a presença da marca da gestão nas plataformas onde o público se informa e interage.

Planilha de Custos					
Veículo	Programa	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
TV Bahia	Jornal da Manhã	30"	2	R$ 3.200,00	R$ 8.426,00
	Bom Dia Brasil	30"	2		R$ 9.378,00
	Bahia Meio Dia	30"	1		R$ 6.433,00
Veículo	Programa	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
Sociedade da Bahia	Programação Geral	30"	20	R$ 350,00	R$ 5.000,00
Baiana FM	Programação Geral	30"	48		R$ 4.800,00
Veículo	Circulação	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
MF	Zona Urbana	30"	18	350,00	R$ 2.700,00
Veículo	Local	Formato	Quantidade	Produção	Veiculação
Bahia Comenta	Zona Urbana	9x3m	2	R$ 560,00	R$ 2.600,00
Peça	Fornecedor		Quantidade	Produção	Veiculação
Banner	Gráfica Plantão		30	R$ 600,00	•
Stories	•		•	•	•
Capa facebook	•		•	•	•
Card	•		•	•	•
Walpaper	•		•	•	•

406

Veículo	Formato	Inserções	Produção	Veiculação
Jornalismo Cidadão	728x90px	30 Dias	*	R$ 3.500,00
Vox Livre	728x90px	30 Dias	*	R$ 3.500,00
Candeias Fala	728x90px	30 Dias	*	R$ 5.000,00
Imprensa BA	728x90px	30 Dias	*	R$ 3.500,00

Valor Produção	R$	5.060,00
Valor Veiculação	R$	54.837,00
Valor Total:	R$	59.897,00

filópequeno
comunicação

PEÇAS DE MÍDIA e NÃO MIDIA								
	Produção			Veiculação				
Peça	Quantidade	Custo R$	% do total geral	Período	Custo R$	% do total geral	Custo total R$	% do total geral
VT	1	R$ 3.200,00	5,34	3 dias	R$ 24.237,00	40,46	R$ 27.437,00	45,81
Banner Site	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ 15.500,00	25,88	R$ 15.500,00	25,88
Spot Rádio 30"	1	R$ 350,00	0,58	8 dias	R$ 9.800,00	16,36	R$ 10.150,00	16,95
Outdoor	2	R$ 560,00	0,93	15 dias	R$ 2.600,00	4,34	R$ 3.160,00	5,28
Carro de Som	1	R$ 350,00	0,58	5 dias	R$ 2.700,00	4,51	R$ 3.050,00	5,09
PEÇAS DE NÃO MIDIA								
Card	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ -	0,00
Stories	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ -	0,00
Walpaper	1	R$ -	0,00	30 dias		0,00	R$ -	0,00
Banner	30	R$ 600,00	1,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ 600,00	1,00
Capa facebook	1	R$ -	0,00	30 dias	R$ -	0,00	R$ -	0,00

	Valor Total	% do Total Geral
Produção	R$ 5.060,00	8,45

Veiculação	R$	54.837,00	91,55
Valor Total	R$	59.897,00	100,00

		Estado																													
		Jornal da Manhã				1		1																								
		Bom Dia Brasil				1	1																								
		Bahia Meio Dia				1																									
	Rádio	Sociedade da Bahia			3	3	3	3	3	3	2																				
		Baiana FM			4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4															
		Outdoor																													
		Banner																													
	Redes Sociais	Redes Sociais (Card, Stories, Facebook), Walpaper																													
	Digital	Jornalismo Cidadão																													
		Vox Livre																													
		Candeias Fala																													
		Imprensa BA																													



FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44
CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

INVÓLUCRO Nº4

PROPOSTA DE PREÇOS

411

filópequeno comunicação

PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão de Contratação
Referente à Concorrência nº 001/2025 – Câmara Municipal de Candeias

Declaramos que, na vigência do contrato, celebrado com base na Concorrência nº 001/2025, adotaremos a seguinte política de preços para os serviços descritos:

a) desconto a ser concedido à CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda da Bahia: 15%(quinze por cento);

b) honorários, a serem cobrados da CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, referentes à produção de peças e materiais cuja, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros: 15 % (quinze por cento);

c) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual: 10 % (dez por cento);

d) honorários, a serem cobrados da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias: 15 % (quinze por cento);

1- Os preços propostos são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2- O prazo de validade desta Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados de sua apresentação, em consonância com o disposto no subitem 14.3 do Edital.

3 - Declarações

3.1 Estamos cientes de que o CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

Tel.: (75) 3623-8631 agencia@filopequeno.com | www.filopequeno.com
Rua Frei Hermegildo Castorano, 358, Capuchinhos, Feira de Santana – BA

412

filópequeno
comunicação

3.2 Comprometemo-nos a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação, transferindo ao CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS todas as vantagens obtidas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 12.232/2010.

3.3 Garantimos o pagamento integral dos valores devidos aos fornecedores de bens e de serviços especializados e aos veículos de divulgação, após a liquidação das despesas e o pagamento a cargo do CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, nos termos da Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo IV).

2.5 Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Edital da Concorrência em referência.

Feira de Santana, 07 de julho de 2025

FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44
CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

Tel.: (75) 3623-8631 agencia@filopequeno.com | www.filopequeno.com
Rua Frei Hermegildo Castorano, 358, Capuchinhos. Feira de Santana – BA

413

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, CONFORME PREVISTO NO EDITAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, ESPECIALMENTE A LEI Nº 12.232/2010, SUBSIDIARIAMENTE A LEI Nº 14.133/2021 E A LEI ESTADUAL Nº 14.634/2023.

INVÓLUCRO Nº5

HABILITAÇÃO

filópequeno comunicação

HABILITAÇÃO
À Câmara Municipal de Candeias
Ref. a Concorrência nº 001/2025

ÍNDICE

Habilitação Jurídica:

- Contrato-Social 03
- Documento sócio 07

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Comprovante de inscrição no CNPJ 08
- Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual 09
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União) 11
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual 09
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal 10
- Prova de regularidade relativa ao FGTS 12
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (C.N.D) 13

Qualificação Técnica:

- Certificado de regularidade técnica de funcionamento (CENP) 14
- Certidão Sinapro BA 31
- Atestados de capacidade técnica 15

415

filópequeno
comunicação

Qualificação Econômico – Financeira

- Certidão Negativa de falência e concordata 17
- Balanço Patrimonial / Comprovação de boa situação financeira 18
- Declaração quanto ao trabalho do menor 28
- Declaração de elaboração independe de proposta 29

Feira de Santana, 23 de julho de 2025

FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44
CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 08 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA

CNPJ nº 09.200.454/0001-80

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRO, nascido em 15/04/1983, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 009.061.335-05, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0852938144, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ALTO DO MURICI, 55, SIM, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44085540, BRASIL.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA , registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600099401, com sede R Marechal Castelo Branco, 501 , Capuchinhos, Feira de Santana, BA, CEP 44076020, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 09.200.454/0001-80, delibera ajustar a presente alteração e consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO, 358, CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44.076-170.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO, nacionalidade BRASILEIRO, nascido em 15/04/1983, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESARIO, CPF nº 009.061.335-05, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0852938144, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ALTO DO MURICI, 55, SIM, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44085540, BRASIL.

Único sócio componente da sociedade empresária limitada **FILOPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA** conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o **nº. 29600099401**, por despacho do dia **20 de setembro de 2007,** inscrita no **CNPJ (MF) sob o nº. 09.200.454/0001-80** com sede social na **RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO, 358, CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44.076-170,** resolve assim, consolidar o referido contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **FILOPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA**

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede na **RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO, 358, CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA, BA, CEP 44.076-170.**

CLÁUSULA TERCEIRA. O objeto social é
AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE

CLÁUSULA QUARTA. O capital Social da empresa é de R$ 600.000.00 (Seiscentos Mil Reais) divididos em 600.000 (Seiscentos Mil) quotas de R$ 1,00 (Um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, assim distribuído para o sócio:

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23 / 07 / 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 20/05/2024
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral
JUCEB

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=89t26wrbJ0-mq5xuKl6S5Q&chave2=8T-06aCCpMpeIH2nNocfBg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00906133505:VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 08 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA

CNPJ nº 09.200.454/0001-80

NOME	Q ATUAIS	TOTAL (R$)
VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO	600.000	600.000,00

CLÁUSULA QUINTA. A sociedade teve início das suas atividades na Junta Comercial do Estado da Bahia em **20 de setembro de 2007** seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA. As quotas são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento de outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direto de preferência para a sua aquisição se postas á venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SETIMA. A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas o sócio responde solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao Sócio VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA NONA. Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador presta contas justificativas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberam sobre as contas e designam administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual por todos os sócios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O sócio VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO fará jus a uma retirada mensal a título de Pró-Labore determinada mediante comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continua sua atividade com os herdeiros, sucessora e a incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento é adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral
20/05/2024
JUCEB

http://assinador.pacs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=89e26wrb9G-xq5nuK1669Q&chave2=BT-06aCCpMpe1H2nNncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00906133505-VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

http://assinador.pacs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=89t26wrb3Q-xq5xuR16650&chave2=8T-06aCCpMpeIH2nNOcfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 00906133505-VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito no foro de FEIRA DE SANTANA - BAHIA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estar assim justo e contratado, assina este instrumento.

FEIRA DE SANTANA-BAHIA, 16 de maio de 2024.

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Computação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral
20/05/2024
JUCEB

05

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

248924303

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
PROTOCOLO	248924303 - 17/05/2024
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600099401
CNPJ 09.200.454/0001-80
CERTIFICO O REGISTRO EM 20/05/2024
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98511225 DE 20/05/2024 DATA AUTENTICAÇÃO 20/05/2024

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98511225

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00906133505 - VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO - Assinado em 16/05/2024 às 13:06:17

BRUNO MOTA PASSOS
Secretário-Geral

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23 / 07 / 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

1

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro sob o nº 98511225 em 20/05/2024
Protocolo 248924303 de 17/05/2024
Nome da empresa FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA NIRE 29600099401
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 90660053309782
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2024
por Bruno Mota Passos - Secretário-Geral

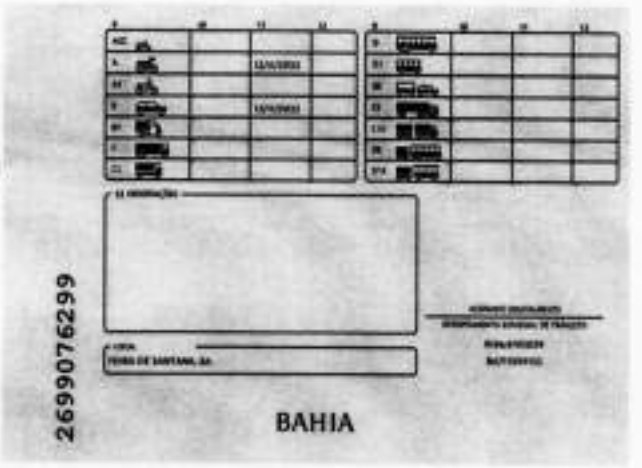
20/05/2024

JUCEB

06

420







QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

07

421

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
09.200.454/0001-80 MATRIZ		**20/09/2007**

NOME EMPRESARIAL
FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FILOPEQUENO COMUNICACAO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
73.11-4-00 - Agências de publicidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R FREI HERMENEGILDO CASTORANO	**358**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
44.076-170	**CAPUCHINHOS**	**FEIRA DE SANTANA**	**BA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@FILOPEQUENO.COM	**(71) 8412-9090**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**20/09/2007**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silva de Jesus Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

08

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 09/07/2025 10:53

422

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20253597810**

RAZÃO SOCIAL	
FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
009.695.731 - BAIXADO	**09.200.454/0001-80**

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 09/07/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA OU ACESSO À INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Prefeitura Municipal de Candeias

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

09

RelCertidaoNegativa.rpt

PREFEITURA MUNICIPAL DE
FEIRA DE SANTANA

423

Secretaria Municipal da Fazenda
Departamento de Administração Tributária

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Emitida nos termos dos arts. 215, 216, 217, 218 e 219, da Lei Complementar nº 003, de 22 de Dezembro 2000 – Código Tributário do Município de Feira de Santana.

CÓDIGO: N / 2025 / 121666

CONTRIBUINTE:	**FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA**
ENDEREÇO:	**RUA FREI HERMENEGILDO, 358 - SANTA MONICA**
CNPJ/CPF:	**09.200.454/0001-80**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	**37.701-5**
INSCRIÇÃO DE LOCALIZAÇÃO:	**20.813-2**
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:	**73.11-4-00 - Agências de publicidade**
DATA DA EMISSÃO DA CERTIDÃO:	**12/06/2025**
DATA DE VALIDADE DA CERTIDÃO:	**11/08/2025**

Fica ressalvado o direito de a Fazenda do Município de Feira de Santana a cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, relativas aos tributos deste município, administrados por esta Secretaria Municipal da Fazenda, inclusive os inscritos em Dívida Ativa.

A presente Certidão não servirá de prova contra quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal da Fazenda, conforme prerrogativa legal prevista nos incisos de I a IX, do Artigo 149, da Lei Federal nº. 5.172, de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional.

Conforme o Art. 215, § 3º, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar de nº. 003, 22 de dezembro 2000, as certidões fornecidas não excluem o direito de a Fazenda Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

A autenticidade deste documento pode ser comprovada através do site da Secretaria Municipal da Fazenda pelo endereço eletrônico: http://www.sefaz.feiradesantana.ba.gov.br/certidao.

*Esta **CERTIDÃO** abrange, apenas, o estabelecimento vinculado a(s) inscrição(ões) supracitada(s) do contribuinte e refere-se apenas aos **TRIBUTOS MUNICIPAIS**. É válida pelo prazo de **60 DIAS**, contado a partir da data da sua emissão.*

Código de verificação de autenticidade:

cd27556edbe456e197ade1b55c87ae5d

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23 / 07 / 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

10

424

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:21:42 do dia 08/04/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/10/2025.
Código de controle da certidão: **3386.7EDA.2B6D.F4CD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

425

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.200.454/0001-80
Razão Social: FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Endereço: - RUA FREI HERMENEGILDO CASTORANO 358 / CAPUCHINHOS / FEIRA DE SANTANA / BA / 44076-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:30/06/2025 a 29/07/2025

Certificação Número: 2025063005291564598101

Informação obtida em 09/07/2025 10:48:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silva dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 0[illegible]/2025
Câmara Municipal de Candeias

12

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.200.454/0001-80
Certidão nº: 19967188/2025
Expedição: 08/04/2025, às 11:26:30
Validade: 05/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.200.454/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 685/2025
Câmara Municipal de Candeias

JB

Agência
Full Service

CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Por cumprimento das metas de qualidade e compromisso com as Normas-Padrão de Atividade Publicitária, estabelecidas em 16/12/1998, o Cenp outorga este Certificado de Qualificação Técnica à:

FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA ME

09.200.454/0001-80| Grupo Técnico 7 | BA.0802.A57101.7

São Paulo, 12 de janeiro de 2024.

Luiz Lara
Presidente

O prazo de vigência do Certificado de Qualidade Técnica está condicionado à manutenção dos compromissos técnicos de certificação da Agência, o que deve ser confirmado em www.cenp.com.br. Este documento tem valor por 90 dias, contados da data de sua emissão, indicada no rodapé abaixo.
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silveira dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

PRÓ-DIAGNÓSTICO
Laboratório de Análises Clínicas
Qualidade a serviço da vida

428

À Câmara Municipal de Candeias

Ref. a Concorrência nº 001/2025

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDAME, estabelecida na Rua Frei Hermenegildo Castorano, 358, CEP 44.076-020, Capuchinhos, Feira de Santana –Bahia, inscrita junto CNPJ: 09.200.454/0001-80, é nossa Agência de Propaganda e Publicidade, cumprindo sempre com excelente qualidade e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados no edital da referida licitação, pelo que declaramos ser apta e idônea nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Feira de Santana, Bahia 21 de julho de 2025

PAULO MAIA
DIRETOR ADMINISTRATIVO
LABORATÓRIO PRÓ-DIAGNÓSTICO
CNPJ: 02.867.263/0001-28

JS

429

UNIDOS
IMPORTADOS

À Câmara Municipal de Candeias
Comissão Permanente de Licitação
REF: Concorrência Pública 001/2025

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO EIRELI ME, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, 501, CEP 44.076-020, Capuchinhos, Feira de Santana –Bahia, inscrita junto CNPJ: 09.200.454/0001-80, é nossa Agência de Propaganda e Publicidade, cumprindo sempre com excelente qualidade e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos ser apta e idônea nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Feira de Santana, Bahia 21 de julho de 2025

RONALDO
GERENTE
R R O AUTO PEÇAS CNPJ: 03.583.040/0001-00

JG

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00883729E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **23/07/2025**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
Endereço: RUA FREI HERMEGILDO CASTORANO, 358 CAPUCHINHOS, FEIRA DE SANTANA - BA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Salvador/BA, quarta-feira, 23 de julho de 2025

J7

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	09.200.454/0001-80
Número de Ordem do Livro:	18		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
NIRE	29600099401
CNPJ	09.200.454/0001-80
Número de Ordem	18
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	FEIRA DE SANTANA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	18/04/2022
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6617

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	18
Quantidade total de linhas do arquivo digital	6617
Data de início	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A5.CD.10.4C.52.DA.BE.21.29.B6.37.B7.E9.BF.01.5E.E3.65.DB.64-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

18

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped

Entidade:	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	09.200.454/0001-80
Número de Ordem do Livro:	18
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R$ 9.356.171,18	R$ 7.008.511,49
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 9.356.171,18	R$ 7.008.511,49
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (531.495,07)	R$ (412.268,47)
(-) (-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS		R$ (531.495,07)	R$ (412.268,47)
RECEITA LÍQUIDA		R$ 8.824.676,11	R$ 6.596.243,02
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (6.524.717,63)	R$ (5.031.944,47)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (6.524.717,63)	R$ (5.031.944,47)
LUCRO BRUTO		R$ 2.299.958,48	R$ 1.564.298,55
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (214.268,98)	R$ (206.911,76)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (214.268,98)	R$ (206.911,76)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (151.621,23)	R$ (184.665,64)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R$ (113.725,02)	R$ (131.545,14)
(-) PRÓ-LABORE		R$ (15.768,00)	R$ (16.944,00)
(-) 13º SALÁRIO		R$ (9.876,00)	R$ (12.840,92)
(-) FÉRIAS		R$ (7.071,04)	R$ (18.017,33)
(-) FGTS		R$ (10.456,10)	R$ (12.744,13)
(-) INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO		R$ (1.272,23)	R$ (0,00)
VALE TRANSPORTE		R$ 6.547,16	R$ 7.425,68
(-) TAXAS DIVERSAS		R$ (200,00)	R$ (0,00)
(-) MULTAS DE MORA		R$ (3,06)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (62.419,70)	R$ (21.687,37)
(-) ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		R$ (11.154,00)	R$ (12.861,60)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R$ (51.265,70)	R$ (1.619,50)
(-) USO E CONSUMO		R$ (0,00)	R$ (7.206,27)
(-) JUROS PASSIVOS		R$ (24,99)	R$ (558,75)
RESULTADO OPERACIONAL		R$ 2.085.689,50	R$ 1.357.386,79
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R$ 2.085.689,50	R$ 1.357.386,79
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ 2.085.689,50	R$ 1.357.386,79

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Canderas

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A5.CD.10.4C.52.DA.BE.21.29.B6.37.B7.E9.BF.01.5E.E3.65.DB.64-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

JG

433

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
29600099401	09.200.454/0001-80	
NOME EMPRESARIAL		
FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário	18
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
A5.CD.10.4C.52.DA.BE.21.29.B6.37.B7.E9.BF.01.5E.E3.65.DB.64	

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	66717329572	CARLOS MARCELO MENEZES DE JESUS:66717329572	872435651996702395 8	02/08/2024 a 02/08/2025	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	09200454000180	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA:09200454000180	872435760239449398 2	08/04/2025 a 08/04/2026	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

A5.CD.10.4C.52.DA.BE.21.29.B6.37.B7
.E9.BF.01.5E.E3.65.DB.64-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 08/04/2025 às 17:02:13

6A.EE.0E.60.69.6B.E1.DD
5A.D9.E4.68.96.5B.95.59

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

20

434

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2024

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	6.630.449,87 + 0,00	2,11
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	3.137.657,34 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	6.630.449,87	2,11
	Passivo Circulante	3.137.657,34	
Índice de Solvência Geral	Ativo	6.630.449,87	2,11
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	3.137.657,34 + 0,00	

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO
TITULAR PESSOA FÍSICA-EIRELI
CPF: 009.061.335-05

AGENOR LIMA FILHO:45349487515 Assinado de forma digital por AGENOR LIMA FILHO:45349487515 Dados: 2025.04.09 09:46:06 -03'00'

AGENOR LIMA FILHO
Reg. no CRC - BA sob o No. BA-018272/O9
CPF: 453.494.875-15

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silveira dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 093/2025
Camara Municipal de Candeias

21

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA		
Periodo da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	09.200.454/0001-80
Número de Ordem do Livro:	18		
Periodo Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 6.922.761,92	R$ 6.630.449,87
ATIVO CIRCULANTE		R$ 6.922.761,92	R$ 6.630.449,87
DISPONÍVEL		R$ 260.567,87	R$ 21.140,92
CAIXA		R$ 260.567,87	R$ 21.140,92
CAIXA GERAL		R$ 260.567,87	R$ 21.140,92
CLIENTES		R$ 6.661.679,49	R$ 6.606.272,35
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 6.661.679,49	R$ 6.606.272,35
CLIENTES DIVERSOS		R$ 6.661.679,49	R$ 6.606.272,35
OUTROS CRÉDITOS		R$ 514,56	R$ 3.036,60
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R$ 488,40	R$ 3.010,44
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		R$ 488,40	R$ 3.010,44
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R$ 26,16	R$ 26,16
INSS A COMPENSAR		R$ 26,16	R$ 26,16
PASSIVO		R$ 6.922.761,92	R$ 6.630.449,87
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 3.429.969,39	R$ 3.137.657,34
FORNECEDORES		R$ 3.354.236,06	R$ 3.107.783,43
FORNECEDORES		R$ 3.354.236,06	R$ 3.107.783,43
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PAGAR		R$ 454,75	R$ 604,90
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 3.353.781,31	R$ 3.102.473,57
DIST DE PROD ALIM SAO ROQUE LTDA		R$ 0,00	R$ 3.615,99
JACUIPE VEICULOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL		R$ 0,00	R$ 888,97
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 72.526,07	R$ 25.586,66
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 72.526,07	R$ 25.586,66
ISS A RECOLHER		R$ 26.119,10	R$ 19,10
ISS RETIDO A RECOLHER		R$ 99,25	R$ 108,08
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R$ 46.307,72	R$ 25.459,48
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R$ 2.349,26	R$ 3.369,19
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R$ 2.349,26	R$ 3.369,19
INSS A RECOLHER		R$ 1.069,26	R$ 1.514,87
FGTS A RECOLHER		R$ 1.280,00	R$ 1.854,32
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 858,00	R$ 918,06
CONTAS A PAGAR		R$ 858,00	R$ 918,06
HONORÁRIOS CONTÁBEIS		R$ 858,00	R$ 918,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 3.492.792,53	R$ 3.492.792,53
CAPITAL SOCIAL		R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
RESERVAS		R$ 329.495,25	R$ 329.495,25
RESERVAS DE LUCROS		R$ 329.495,25	R$ 329.495,25
RESERVA DE RETENÇÃO		R$ 329.495,25	R$ 329.495,25
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 2.563.297,28	R$ 2.563.297,28
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 2.563.297,28	R$ 2.563.297,28
LUCROS ACUMULADOS		R$ 2.563.297,28	R$ 2.563.297,28

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A5.CD.10.4C.52.DA.BE.21.29.B6.37.B7.E9.BF.01.5E.E3.65.DB.64-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

436

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Periodo da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023 — CNPJ: 09.200.454/0001-80
Número de Ordem do Livro:	17
Periodo Selecionado:	01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
NIRE	29600099401
CNPJ	09.200.454/0001-80
Número de Ordem	17
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	FEIRA DE SANTANA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	18/04/2022
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8070

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	17
Quantidade total de linhas do arquivo digital	8070
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 46.26.61.33.15.87.10.4F.9C.DE.82.EE.CD.D8.D8.C3.F3.7A.A3.5D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

23

437

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023 — CNPJ: 09.200.454/0001-80
Número de Ordem do Livro:	17
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R$ 8.790.575,31	R$ 9.356.171,18
RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 8.790.575,31	R$ 9.356.171,18
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (376.266,50)	R$ (531.495,07)
(-) (-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS		R$ (376.266,50)	R$ (531.495,07)
RECEITA LÍQUIDA		R$ 8.414.308,81	R$ 8.824.676,11
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (6.279.837,41)	R$ (6.524.717,63)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (6.279.837,41)	R$ (6.524.717,63)
LUCRO BRUTO		R$ 2.134.471,40	R$ 2.299.958,48
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (140.606,41)	R$ (214.268,96)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (140.594,99)	R$ (214.268,96)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (121.242,91)	R$ (151.621,23)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R$ (86.387,72)	R$ (113.725,02)
(-) PRÓ-LABORE		R$ (14.544,00)	R$ (15.768,00)
(-) 13º SALÁRIO		R$ (7.690,60)	R$ (9.876,00)
(-) FÉRIAS		R$ (9.333,48)	R$ (7.071,04)
(-) FGTS		R$ (8.128,81)	R$ (10.456,10)
(-) INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO		R$ (0,00)	R$ (1.272,23)
VALE TRANSPORTE		R$ 4.841,70	R$ 6.547,16
(-) TAXAS DIVERSAS		R$ (400,00)	R$ (200,00)
(-) MULTAS DE MORA		R$ (0,00)	R$ (3,06)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (18.952,08)	R$ (62.419,70)
(-) ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		R$ (10.241,40)	R$ (11.154,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R$ (8.710,68)	R$ (51.265,70)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (11,42)	R$ (24,99)
RESULTADO OPERACIONAL		R$ 1.993.864,99	R$ 2.085.689,50
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R$ 1.993.864,99	R$ 2.085.689,50
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ 1.993.864,99	R$ 2.085.689,50

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silva dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Prefeitura Municipal de Candeias

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 46.26.61.33.15.87.10.4F.9C.DE.82.EE.CD.D8.D8.C3.F3.7A.A3.5D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

24

438

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
29600099401	09.200.454/0001-80	
NOME EMPRESARIAL		
FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário	17
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
46.26.61.33.15.87.10.4F.9C.DE.82.EE.CD.D8.D8.C3.F3.7A.A3.5D	

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	66717329572	CARLOS MARCELO MENEZES DE JESUS:66717329572	872435542070495867 2	11/08/2023 a 10/08/2024	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	09200454000180	FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA:09200454000180	872435541650991758 4	17/07/2023 a 16/07/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

46.26.61.33.15.87.10.4F.9C.DE.82.EE.
CD.D8.D8.C3.F3.7A.A3.5D-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 06/06/2024 às 08:51:47

98.2C.52.7C.17.52.96.9E
AD.6D.51.FC.E5.A1.5B.A9

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silva de Jesus
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

25

Empresa: FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA
Inscrição: 09.200.454/0001-80
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

Página: 0001
Número livro: 0012

439

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	6.922.761,92 + 0,00	2,02
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	3.429.969,39 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	6.922.761,92	2,02
	Passivo Circulante	3.429.969,39	
Índice de Solvência Geral	Ativo	6.922.761,92	2,02
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	3.429.969,39 + 0,00	

AGENOR LIMA FILHO:45349487515
Assinado de forma digital por AGENOR LIMA FILHO:45349487515
Dados: 2025.04.09 09:54:13 -03'00'

VALDEIR UCHOA BRANDAO CARVALHO
TITULAR PESSOA FÍSICA-EIRELI
CPF: 009.061.335-05

AGENOR LIMA FILHO
Reg. no CRC - BA sob o No. BA-018272/O9
CPF: 453.494.875-15

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

26

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped

Entidade: FILOPEQUENO COMUNICACAO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 09.200.454/0001-80

Número de Ordem do Livro: 17

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 6.538.854,97	R$ 6.922.761,92
ATIVO CIRCULANTE		R$ 6.538.854,97	R$ 6.922.761,92
DISPONÍVEL		R$ 254.184,23	R$ 260.567,87
CAIXA		R$ 254.184,23	R$ 260.567,87
CAIXA GERAL		R$ 254.184,23	R$ 260.567,87
CLIENTES		R$ 6.282.040,67	R$ 6.661.679,49
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 6.282.040,67	R$ 6.661.679,49
CLIENTES DIVERSOS		R$ 6.282.040,67	R$ 6.661.679,49
OUTROS CRÉDITOS		R$ 2.630,07	R$ 514,56
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R$ 2.603,91	R$ 488,40
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		R$ 2.603,91	R$ 488,40
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO		R$ 0,00	R$ 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R$ 26,16	R$ 26,16
INSS A COMPENSAR		R$ 26,16	R$ 26,16
ISS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
PASSIVO		R$ 6.538.854,97	R$ 6.922.761,92
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 3.046.062,44	R$ 3.429.959,39
FORNECEDORES		R$ 2.985.721,96	R$ 3.354.236,06
FORNECEDORES		R$ 2.985.721,96	R$ 3.354.236,06
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PAGAR		R$ 2.862,80	R$ 454,75
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 2.982.859,16	R$ 3.353.781,31
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 57.419,40	R$ 72.526,07
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 57.419,40	R$ 72.526,07
ISS A RECOLHER		R$ 18.586,34	R$ 26.119,10
ISS RETIDO A RECOLHER		R$ 25,00	R$ 99,25
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R$ 38.808,06	R$ 46.307,72
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R$ 2.133,28	R$ 2.349,28
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R$ 0,00	R$ 0,00
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
PRÓ-LABORE A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
FÉRIAS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
13º SALARIO A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO A PAGAR		R$ 0,00	R$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R$ 2.133,28	R$ 2.349,28
INSS A RECOLHER		R$ 1.001,63	R$ 1.069,28
FGTS A RECOLHER		R$ 1.131,65	R$ 1.280,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 787,80	R$ 858,00
CONTAS A PAGAR		R$ 787,80	R$ 858,00
HONORÁRIOS CONTÁBEIS		R$ 787,80	R$ 858,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 3.492.792,53	R$ 3.492.792,53
CAPITAL SOCIAL		R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 600.000,00	R$ 600.000,00
RESERVAS		R$ 329.495,25	R$ 329.495,25
RESERVAS DE LUCROS		R$ 329.495,25	R$ 329.495,25
RESERVA DE RETENÇÃO		R$ 329.495,25	R$ 329.495,25
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 2.563.297,28	R$ 2.563.297,28
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 2.563.297,28	R$ 2.563.297,28
LUCROS ACUMULADOS		R$ 2.563.297,28	R$ 2.563.297,28

VERIFICADA A AUTENTICIDADE NA INTERNET
DATA 23/07/25

Marcelo Sampaio dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 46.26.61.33.15.87.10.4F.9C.DE.82.EE.CD.D8.D8.C3.F3.7A.A3.5D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

441

filópequeno
comunicação

À Câmara Municipal de Candeias
Ref. a Concorrência Pública nº 001/2025

DECLARAÇÃO

Prezados Senhores,

A Filópequeno Comunicação Ltda inscrita no CNPJ n° 09.200.454/0001-80, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr Valdeir Uchoa Brandão Carvalho, portador da Carteira de Identidade n° 08.529.381-44 e do CPF nº 009.061.335-05, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Feira de Santana, 22 de julho de 2025

FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44
CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

Tel.: (75) 3623-8631 agencia@filopequeno.com | www.filopequeno.com
Rua Frei Hermenegildo Castorano,, 358, Capuchinhos. Feira de Santana – BA.

28

442

filópequeno comunicação

À Câmara Municipal de Candeias
Ref. a Concorrência Pública nº 001/2025

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A Filópequeno Comunicação Eireli inscrita no CNPJ nº 09.200.454/0001-80, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr Valdeir Uchoa Brandão Carvalho, portador da Carteira de Identidade nº 08.529.381-44 e do CPF nº 009.061.335-05, doravante denominada licitante, para fins do disposto no item 11.5 do Edital da referida concorrência, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente pela licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

443

filópequeno
comunicação

DADOS CONTATO
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
E-MAIL: FINANCEIRO@FILOPEQUENO.COM
TELEFONE (75) 3623-8631

Feira de Santana, 22 de julho de 2025

FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 09.200.454/0001-80
VALDEIR UCHOA BRANDÃO CARVALHO
RG: 08.529.381-44
CPF:009.061.335-05
SÓCIO-GERENTE

444

Sinapro BAHIA

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE

Declaramos para os devidos fins, que a **Filopequeno Comunicação Ltda,** estabelecida á Rua Marechal Castelo Branco, 501 Ponto Central, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, CNPJ nº **09.200.454/0001-80** é agência de propaganda nos termos da Lei nº 4.680, art. 3º, de 18 de junho de 1965.

Como tal, é filiada a este Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia **desde 09/08/2011**, tendo por registro o nº 141, encontrando-se plenamente em dia com as suas obrigações sociais.

VÁLIDO POR 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE SUA EMISSÃO

16302614/0001-68
SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DA BAHIA
Rua Senador Theotônio Vilela, 110 Sala 407
Cond. Cidadella Center II - Candeal
CEP: 40279-900
Salvador - BA

Salvador, 23 de julho de 2025.

SINDICATO DAS AGENCIAS DE PROPAGANDA DO ESTADO DA:16302614000168

André Araújo Mascarenhas
Presidente

31

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
REGIÃO METROPOLITANA

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CONCORRENCIA PRESENCIA N. º 001/2025
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 035/2025

A Presidente da Câmara Municipal de Cadeias, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram vencidas as formalidades da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de formar complementar, das Leis nº 4.680/1965 e a Lei Federal N.º 14.133/2021, bem como, demais legislações correlatas e das condições estabelecidas no ato convocatório, frente ao processo de licitação na modalidade Concorrência Presencial nº 001/2025, cujo objeto é a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, destinados ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Candeias-BA, concordando com o Parecer Final da Procuradoria Jurídica, **ADJUDICA** o objeto licitado e **HOMOLOGA** o resultado do certame, reconhecendo como vitoriosa a empresas **FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA**, de acordo com os termos da proposta apresentada no bojo do processo em referência.

A Câmara Municipal de Cadeias, através da sua Comissão de Contratação, está responsável pelas medidas cabíveis e indispensáveis objetivando a contratação da empresa vencedora desse procedimento licitatório, como também, a confecção e manutenção do Contrato Administrativo.

Candeias (BA), 01 de agosto de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

446

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
REGIÃO METROPOLITANA

LEIA-SE:

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
CONCORRENCIA PRESENCIA N. º 001/2025
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 035/2025

A Presidente da Câmara Municipal de Cadeias, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram vencidas as formalidades da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de formar complementar, das Leis nº 4.680/1965 e a Lei Federal N.º 14.133/2021, bem como, demais legislações correlatas e das condições estabelecidas no ato convocatório, frente ao processo de licitação na modalidade Concorrência Presencial nº 001/2025, cujo objeto é a prestação dos serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, destinados ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Candeias-BA, concordando com o Parecer Final da Procuradoria Jurídica, **ADJUDICA** o objeto licitado e **HOMOLOGA** o resultado do certame, reconhecendo como vitoriosa a empresas **FILÓPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA**, de acordo com os termos da proposta apresentada no bojo do processo em referência.

A Câmara Municipal de Cadeias, através da sua Comissão de Contratação, está responsável pelas medidas cabíveis e indispensáveis objetivando a contratação da empresa vencedora desse procedimento licitatório, como também, a confecção e manutenção do Contrato Administrativo.

Candeias (BA), 01 de agosto de 2025.

Rosane de Souza Silva
Presidente

CONTRATO

Contrato nº022/ 2025.
Processo nº 035/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS/BA, por meio da Diretoria Administrativa , inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.612.254/0001-02, com sede na Av. dos Três Poderes, s/n, Candeias - Ba, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo seu Presidente, Rosana de Souza Silva, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Candeias - Bahia e a FILOPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.200.454/0001-80, com sede em Rua Frei Hermenegildo Castorano, Cep: 44.076-170 – Feira de Santana - Bahia, neste ato representada por Valdeir Uchoa Brandão Carvalho, brasileiro, casado, empresario, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.061.335-05 Inscrito no RG sob o nº 0852938144, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, para prestação de serviços de publicidade e propaganda, oriundo da Concorrência Nº 001/2025 CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, a serem realizados na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1.O presente contrato tem como fundamento a Concorrência nº 001/2025, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, Lei nº. 12.232, de 29 de abril de 2010, Decreto Federal nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966, das normas-padrão da atividade publicitária e do relacionamento comercial entre anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação, Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, bem como Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária e das disposições deste Edital e de seus anexos.

1.2. Independentemente de transcrição, passam a fazer parte deste contrato e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições, o Edital da Concorrência nº 001/2025 CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS e seus anexos, bem como as propostas da Contratada.

1.3. A CONTRATANTE publicará o extrato resumido do presente Contrato no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos da legislação aplicável

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **01(uma)** Agência de Publicidade e Propaganda, para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto e atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

2.2. Os serviços objeto deste contrato compreendem:

2.2.1. Também integram o objeto desta Concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

2.2.1.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas.

2.2.1.2. À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados.

2.2.1.3. À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

2.2.2. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos no subitem 2.2.1.1 terão a finalidade de:

a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;

b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;

c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

449

2.2.3. Os serviços previstos no subitem 2.2.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações-públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.2.3.1. Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem anterior o patrocínio de mídia ou em instalações, dispositivos e engenhos que funcionem como veículo de comunicação e o patrocínio de transmissão de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento comercializados por veículo de comunicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei n° 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.1.2. Para as prorrogações, será observado o resultado das avaliações semestrais previstas na Cláusula Sétima, deste Contrato, **(subitens 7.10. e 7.10.1).**

CLÁUSULA QUARTA - VALOR GLOBAL E ORÇAMENTO

4.1. O valor global deste Contrato é de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

4.2. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO:

Gestão das Ações do Poder Legislativo	
Atividade	2002
Elemento	33903900 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica
Fonte	101

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

150

5.1.2. Realizar com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de serviços especializados e veículos de comunicação e divulgação, todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela CONTRATANTE.

5.1.2.1. Não será admitida a subcontratação de agência de publicidade e propaganda, para execução dos serviços objeto deste contrato, conforme disposto em sua Cláusula Segunda, tais como planejamento, estudo, criação e concepção.

5.1.2.1.1. As CONTRATADA poderá contratar terceiros para a execução, produção e distribuição de campanhas e de peças publicitárias.

5.1.2.2. A CONTRATADA se compromete a utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica, da Concorrência que deu origem a este Contrato, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE.

5.1.3. Cumprir os prazos de execução dos serviços no desenvolvimento de cada ação, conforme as condições estabelecidas entre as partes, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.4. Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações de preços obtidas entre fornecedores que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido. Quando não for possível obter o mínimo de 03 (três) cotações, a CONTRATADA deverá justificar o fato, por escrito, sujeito à aceitação pela CONTRATANTE. O valor dos serviços será orçado pela contratada em cada caso, em função dos custos respectivos, obedecendo-se, rigorosamente, sob pena de responsabilidade, sua compatibilidade com os preços de mercado, e serão submetidos à apreciação da CONTRATANTE que decidirá quanto à sua aprovação.

5.1.4.1. As cotações de preços deverão ser elaboradas em papel timbrado e conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Razão Social;

b) CNPJ;

c) Endereço completo;

d) Telefone e e-mail para contato;

e) Descrição detalhada do produto ou serviço cotado, quantidade, preço unitário e preço total;

451

f) Local e data de emissão;

g) Nome por extenso, assinatura, cargo e função de seu representante;

h) Anexar o orçamento do fornecedor da cotação do preço devidamente assinado.

5.1.4.2. É facultado à CONTRATANTE sempre que achar necessário exigir que as cotações de preços apresentadas pelo CONTRATADO estejam acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou à sede do terceiro, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da cotação;

c) Prova de regularidade para com:

c.1.) Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

c.2.) Fazenda Estadual;

c.3.) Fazenda Municipal;

c.4.) INSS – Certidão Negativa de Débito/INSS;

c.5) FGTS – Certificado de Regularidade com o FGTS;

c.6.) Trabalhista – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.4.3. É facultado à CONTRATANTE realizar cotação de preço junto a outros fornecedores, observadas as mesmas especificações e as mesmas condições de cotação utilizadas pela CONTRATADA.

5.1.4.4. Todas as cotações formarão uma única base, da qual será escolhida e contratada a cotação de menor preço e/ou a de maior vantagem para a CONTRATANTE.

5.1.4.5. Sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do Contrato, a CONTRATADA procederá à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da CONTRATANTE.

5.1.5. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições de preços nas negociações junto a fornecedores e veículos de comunicação e divulgação e transferir ao CONTRATANTE as vantagens obtidas.

5.1.5.1. Pertencem ao CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra

452

de tempos e ou espaços publicitários diretamente ou por intermédio da CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de comunicação e divulgação.

5.1.6.1.1 O disposto no item 5.1.6.1 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos de comunicação e divulgação à CONTRATADA e a outras agências, nos termos do art. 18 da Lei 12.232/2010.

5.1.6. Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens 8.2.1. e 8.2.2., da Cláusula Oitava, para os direitos autorais de imagem e de som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da CONTRATANTE.

5.1.7. Obter da CONTRATANTE anuência prévia e por escrito de tudo o que vier a ser realizado por terceiros, responsabilizando-se pela boa execução dos serviços, seja qual for a forma de execução das atividades relacionadas ao objeto deste Contrato.

5.1.8. Ser responsável por orientar a produção dos materiais e das peças gráficas e eletrônicas, aprovadas pela CONTRATANTE, atestando a conformidade deste material com as especificações contidas no documento de autorização da ação.

5.1.9. Conferir (checking) os mapas de veiculação, fornecidos pelos veículos de comunicação, podendo valer-se de instrumentos verificadores de veiculação que se prestem a esse fim.

5.1.10. Entregar, como comprovante de peça(s) produzida(s), exemplar(es) para arquivo, conforme quantidade a ser definida pela CONTRATANTE para cada tipo de item.

5.1.11. Fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, um caderno em formato A4, contendo o resumo da ação (produção e veiculação da campanha publicitária).

5.1.12. Produzir e entregar ao final de cada ano ou ao final da vigência deste contrato, o que ocorrer primeiro, em CD ou em DVD ou outro meio magnético adequado, portfólio dos trabalhos que realizou (período: 01/01 a 31/12 ou início da vigência a 31/12 ou 01/01 até o final da vigência) para a CONTRATANTE.

5.1.13. Produzir, após a aprovação do serviço pela CONTRATANTE, uma cópia BETACAM ou similar editável e uma em DVD ou outro meio magnético adequado de cada filme para TV; uma cópia, em DVD ou outro meio magnético adequado, de spots e jingles de rádio, de peças de internet, de anúncios para revistas ou para jornais e demais peças impressas. Além disso, fará a digitalização de todas as peças produzidas e encaminhará

453

todo este material à CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar de sua finalização, conforme o serviço realizado pela contratada.

5.1.14. Registrar em Relatórios semanais, as demandas recebidas e as atividades realizadas pela CONTRATADA em relação a cada uma das ações em desenvolvimento, os Briefings e as reuniões subsequentes para o desenvolvimento de cada ação. Os relatórios semanais deverão ser assinados e enviados pela CONTRATADA à CONTRATANTE no dia acordado entre as partes. Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a CONTRATANTE solicitará a necessária correção no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento dos respectivos relatórios.

5.1.15. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados.

5.1.16. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.

5.1.17. Não utilizar o presente Contrato em qualquer operação financeira.

5.1.18. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar- se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.

5.1.19. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação a empregados de terceiros contratados.

5.1.20. Assumir, com exclusividade, todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

5.1.21. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

454

5.1.22. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

5.1.23. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e com a própria CONTRATANTE.

5.1.24. Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Concorrência que deu origem a este Contrato.

5.1.25. Exigir de terceiros em casos de contratação para a execução, total ou parcial, de serviços estipulados neste instrumento, as mesmas condições do presente contrato, inclusive a regularidade fiscal prevista no Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.26. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou por erro seu em quaisquer serviços objeto deste contrato.

5.1.27. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou de erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou em perda de descontos para a CONTRATANTE.

5.1.28. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhes venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.

5.1.29. Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a CONTRATADA adotará as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à CONTRATANTE as importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

5.1.30. Responder por qualquer ação, de qualquer natureza, em âmbito administrativo, ou ação judicial, movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto

455

deste Contrato.

5.1.31. As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão deste contrato.

5.1.32. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato previsto na Cláusula Quarta, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, devidamente comprovado.

5.1.33. Manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas, durante o período mínimo de 05 (cinco) anos após a extinção do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

6.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

6.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

6.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

6.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

6.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes,

456

meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

6.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias.

6.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

7.1. A CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

7.1.1. A fiscalização dos serviços será exercida pelo servidor Lidio Gabriel Chaves Silva desigando pela Presidencia da Câmara, com registro formal formal em processo administrativo e que caberá a contratada prestar contas conforme exigencias da Lei nº 12.232/2010, ou por preposto devidamente credenciado, que terá poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou as falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste Contrato.

7.2. A fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

7.2.1. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste Contrato.

7.3. A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da CONTRATANTE.

7.3.1 Não será permitido a CONTRATADA declinar de nenhuma solicitação dos serviços previstos na Cláusula Segunda deste CONTRATO.

7.4. A não-aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da CONTRATANTE.

7.5. A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, a sua expensa e nos prazos estipulados pela fiscalização.

7.6. A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus contratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

7.7. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e às exigências apresentadas pela fiscalização.

7.8. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da CONTRATANTE ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à CONTRATANTE.

7.9. À CONTRATANTE é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste Contrato, juntamente com um representante credenciado pela CONTRATADA.

7.10. A CONTRATANTE realizará, semestralmente, avaliação da qualidade do atendimento, do nível técnico dos trabalhos e dos resultados concretos dos esforços de comunicação sugeridos pela CONTRATADA, da diversificação dos serviços prestados e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

7.10.1. A avaliação semestral será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados para decidir sobre a conveniência de prorrogar ou, a qualquer tempo, rescindir o presente Contrato; para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações.

CLÁUSULA OITAVA – REMUNERAÇÃO

8.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

8.1.1. 15% (quinze por cento) sobre os custos internos, baseados na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Bahia.

8.1.2. 15% (quinze por cento) referentes à produção de peças e de materiais decorrentes do estudo ou de criação intelectual da agência contratada e sob sua supervisão, incidente

sobre os custos de serviços realizados por terceiros.

8.1.3. 10% (dez por cento)incidentes sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros, referentes a pesquisas de pré-teste e pós-teste – vinculadas à concepção e criação de campanhas e peças publicitárias – e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual.

8.1.4 15% (quinze por cento) incidentes sobre os preços de serviços especializados prestados por fornecedores, referentes à produção e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária destinadas a expandir os efeitos das mensagens, em consonância com novas tecnologias.

8.1.5 A Contratada fará, ainda, jus ao Desconto de Agência concedido pelos veículos de divulgação, na forma da Lei 12.232/10.

8.2 Em relação aos direitos autorais:

8.2.4 À atores e modelos, em relação ao cachê original, pelos direitos de uso de imagem e de som de voz, na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, a CONTRATANTE pagará no **máximo 50% do valor contratado**.

8.2.5 Aos detentores dos direitos patrimoniais de uso de obras consagradas, incorporadas a peças, em relação ao valor original da cessão desses direitos, na reutilização das peças por período igual ao inicialmente pactuado, a CONTRATANTE **pagará no máximo 50% do valor** contratado.

8.2.6 Em relação aos subitens 8.2.1. e 8.2.2.:

8.2.6.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante aplicação do Índicede Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA (IBGE), desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

8.2.6.2 Quando da reutilização de peças por período inferior ao inicialmente contratado, o limite máximo que a CONTRATANTE se propõe a pagar será obtido dividindo-se o valor total originalmente pago pelo número de meses contratados, para em seguida, multiplicar-se o valor correspondente a um mês pelo número de meses que será renovado.

8.2.6.3 A CONTRATADA se compromete a sempre negociar as melhores condições de preço.

8.3 A CONTRATADA não fará jus:

8.3.4 Às despesas com deslocamento (passagens aéreas e terrestres, hospedagens, alimentação) de seus profissionais ou de seus representantes.

459

CLÁUSULA NONA – DESCONTO DE AGÊNCIA

9.1. Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a CONTRATADA fará jus ao desconto concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11, da Lei nº. 4.680/65, e com o art. 11, do Decreto nº. 57.690/66.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS

10.1. A CONTRATADA cede à CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados ou produzidos em decorrência deste Contrato, não cabendo remuneração adicional ou especial, mesmo depois de encerrada a vigência deste Contrato.

10.1.1. O valor dessa cessão é considerado incluso nas modalidades de remuneração definidas neste contrato.

10.1.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA.

10.1.3. A critério da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes da estrutura do Poder Legislativo, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA.

10.2. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA solicitará de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, 01 (um) de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a CONTRATANTE escolha uma das opções.

10.2.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA condicionará a contratação do serviço por período indicado pela CONTRATANTE e utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão.

10.2.2. Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e

460

definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros - para a produção de peças e de campanhas e a prestação de outros serviços - cláusulas escritas que:

a) Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes e os demais trabalhos assemelhados.

b) Estabeleçam que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

10.3. Qualquer remuneração devida em decorrência da cessão - definitiva ou por tempo limitado será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.4. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada (s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

10.5. A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e de som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

a) Que à CONTRATANTE serão entregues duas cópias, uma em BETACAM ou similar editável e a outra digitalizada, de todo material bruto produzido.

b) Que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

c) Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.6. A CONTRATANTE será a única e exclusiva proprietária dos resultados oriundos do cumprimento do presente contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

10.7. É garantido à CONTRATANTE o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável

461

da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à CONTRATADA ou a terceiros, antes da assinatura do presente contrato.

10.8. Fica garantida à CONTRATANTE a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

10.9. A CONTRATANTE, a seu critério, poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos, entidades ou sociedades integrantes do Poder Legislativo. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos das peças.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Entregar à CONTRATANTE, em meio eletrônico e em meio impresso, até o dia 10 (dez) de cada mês, um relatório total (mês a mês) de despesas referente a demanda dos serviços, oriundos do mês anterior, com o respectivo acompanhamento de seus comprovantes de realização.

11.2. Os documentos de cobrança da CONTRATADA, compostos de sua Fatura com a respectiva Nota Fiscal do terceiro, acompanhada dos comprovantes dos respectivos serviços prestados, serão liquidados por meio de depósito bancário, conforme os seguintes dados da CONTRATADA: Banco Bradesco – nº da Agência e nº. da Conta Corrente.

11.2.1 Encontram-se dentro da excepcionalidade à exigência do item 11.2, os comprovadamente isentos na forma da Lei;

11.3. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

11.4. O CNPJ que deverá constar nas Faturas apresentadas e na conta corrente utilizada para pagamento à CONTRATADA deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste contrato.

11.5. O CNPJ que deverá constar das Notas Fiscais dos fornecedores deverá ser o mesmo da cotação de preços que norteou a contratação.

462

11.6. Nos documentos fiscais da CONTRATADA, referentes ao pagamento de terceiros, deverá constar, necessariamente, o número deste contrato; o número do documento que autorizou a veiculação ou produção do serviço; a razão social do fornecedor com seu respectivo CNPJ; e os dados bancários apresentados no subitem 11.2. deste contrato.

11.7. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

11.8. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento dos serviços, mediante apresentação de Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), após o atesto pela CONTRATANTE, a qual acontecerá da seguinte forma:

11.8.1. Veiculação: em até 30 (trinta) dias após o mês de veiculação, mediante apresentação dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos veículos, tabelas de preços dos veículos e respectivos comprovantes de veiculação;

11.8.2. Produção: em até 30 (trinta) dias após o mês de produção, mediante apresentação dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos fornecedores, demonstrativos de despesas e respectivos comprovantes;

11.8.3. Outros serviços: realizados por terceiros nos vencimentos previamente ajustados com a CONTRATANTE, mediante a entrega dos serviços solicitados, dos documentos de cobrança da CONTRATADA e dos fornecedores e respectivos comprovantes.

11.8.4. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, de sua pessoa jurídica e dos fornecedores a que se referem, juntamente com a Nota(s) Fiscal(is)/Fatura, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito do INSS;

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal nos seus respectivos órgãos;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.8.5. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à necessidade de apresentação e/ou

regularização de tais documentos em até 30 (trinta) dias.

11.8.6. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, este Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, no caso de as certidões se referirem à pessoa jurídica da CONTRATADA. Caso se referirem à pessoa jurídica dos fornecedores emitentes das Notas Fiscais, a CONTRATADA será notificada para não mais agenciá-los, até que a situação fiscal dos mesmos esteja regularizada.

11.8.7. Deflagrada a situação do item anterior, fica facultado à CONTRATANTE oficiar a ocorrência ao INSS, no caso da CND/INSS, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, aos órgãos competentes, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais e ao Ministério Público do Trabalho no caso dos Tributos Trabalhistas.

11.8. Caso o serviço, objeto deste Contrato, seja recusado ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto no subitem 11.7. deste Contrato.

11.9. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

11.10. Todos os documentos de cobrança e demais documentos necessários para a efetivação de pagamento pela CONTRATANTE, deverão ser encaminhados ao endereço a seguir: e-mail: candeias492@gmail.com.

11.11. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore dos IGP-M (FGV), verificado entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

11.12. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

11.13. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

11.14. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

11.15 A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente,

464

nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

11.16. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.17. A CONTRATADA apresentará cópias dos documentos fiscais que comprovem os pagamentos feitos a terceiros, até o 5º dia útil do mês subseqüente ao do pagamento realizado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada à prestação de garantia através de Títulos da Dívida Agrária.

12.2. Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual.

12.3. A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

12.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 16.1. deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SIGILO

13.1. A CONTATADA somente poderá divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolva o nome da CONTRATANTE, mediante sua prévia e expressa autorização.

465

13.2. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CONTRATANTE, mesmo após o término deste Contrato.

13.2.1. A infração a este dispositivo implicará a rescisão imediata deste contrato nos termos da Lei nº 14.133/2021, e sujeitará a CONTRATADA às penas cabíveis e às indenizações por perdas e danos previstos na legislação ordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados, as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência: será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, podendo ser cumulada com outra penalidade;

14.1.2. Multa: será aplicada nos seguintes casos:

14.1.2.1. O atraso injustificado na execução deste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma a seguir, garantida a defesa prévia:

a) Atraso na apresentação/atualização da garantia de execução contratual, estabelecida neste Contrato (Cláusula Décima Segunda): em 1% (um por cento) do valor total da garantia prestada, por dia de atraso, conforme subitem 12.1. deste contrato, até o limite de 10 (dez) dias úteis.

b) Ocorrência de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento não abrangidos pelas alíneas anteriores: em 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global deste instrumento, por dia de atraso.

14.1.2.2. Pela inexecução total ou parcial serão aplicadas multas na forma a seguir, garantida a prévia defesa:

a) Quando a CONTRATADA incorrer em alguma das hipóteses das alíneas "a" a "j" do subitem 15.1.1. deste Contrato (rescisão unilateral): em 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Contrato.

b) Não-apresentação/atualização da garantia de execução contratual, após o limite de prazo constante na alínea "e" do subitem 14.1.2.1. na forma estabelecida neste Contrato: em 50% (cinquenta por cento) do valor total da garantia prestada, conforme subitem 12.1. deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste

466

Contrato.

c) Pela não-manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme subitem 5.1.26 deste Contrato: em 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

d) Utilizar o presente Contrato em qualquer operação financeira, conforme subitem 5.1.18 deste Contrato: em 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e demais penalidades previstas neste Contrato.

e) Ocorrência de quaisquer outros tipos de descumprimento contratual não abrangidos pelas alíneas anteriores: em 0,1% (um décimo por cento) do valor global atualizado deste Instrumento para cada evento.

14.1.2.3. As multas previstas nos subitens 14.1.2.1. e 14.1.2.2. são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas do subitem 14.1.2.1 limitado a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, sendo que, acima desse percentual a CONTRATADA ficará sujeita à rescisão contratual.

14.1.2.4. Em caso de descumprimento deste Contrato, além das multas de mora, a CONTRATADA responderá por quaisquer danos e prejuízos sofridos pela CONTRATANTE.

14.1.2.5. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

14.1.2.6. O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.6 deste Contrato.

14.1.2.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo período não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes casos, dentre outros:

a) Não-manutenção de situação regular em relação à Documentação de Habilitação;

b) Se a CONTRATADA der causa à rescisão unilateral deste Contrato, por descumprimento de suas obrigações;

c) Apresentação de documentos falsos ou adulterados;

d) Cometimento de falhas ou fraudes na execução deste Contrato.

14.1.2.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, também, poderá ser aplicada nos casos previstos nas alíneas do

467

subitem 14.1.2.4.

14.1.2.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção, previsto na Lei nº 14.133/2021, que será aplicada, também, nos seguintes casos:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da contratação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública.

14.2. As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

14.3. As sanções previstas no subitem 14.1.1. poderá ser aplicada juntamente com a do subitem 14.1.2., facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação das mesmas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades; caso contrário, aplicar-se-á a sanção cabível.

14.4. Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

14.4.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, pela autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

14.5. O valor das multas e os prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser descontados da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente da CONTRATADA.

14.6. A CONTRATADA desde logo autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

468

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula décima quarta:

15.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) O não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos, tais como:

a.1) Não-apresentação ou não-atualização da garantia de execução contratual;

a.2) Não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

a.3) Utilização deste Contrato em qualquer operação financeira;

a.4) Descumprimento do disposto na Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

b) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

c) Atraso injustificado na entrega do produto ou do serviço;

d) Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

e) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;

f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;

g) Cometimento de falhas na execução deste Contrato;

h) Decretação de falência da CONTRATADA;

i) Dissolução da sociedade da CONTRATADA;

j) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;

l) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos à execução deste Contrato.

15.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.

15.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

15.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) Supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) Ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

15.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "k" e "l" do subitem 15.1.1., desta Cláusula e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 15.2., sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. A rescisão de que trata o subitem 15.1.1., exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) Retenção dos créditos existentes em outros Contratos, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) Retenção/execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE

170

dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

15.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas do subitem 15.6., a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

16.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

a) Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Contrato.

16.1.2. Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária à modificação do modo e/ou do cronograma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviço;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis,

retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

d) Quando conveniente a substituição da garantia de execução contratual.

16.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

16.2.1. APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;

b) O empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido;

c) Ajustes no cronograma de entrega ou na execução dos serviços, desde que não impactem nos encargos contratados e não afetem a isonomia do processo licitatório, situações estas, previamente, reconhecidas por autoridade competente da CONTRATANTE.

16.2.2 TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Contrato ou do seu valor.

16.3. Os Termos Aditivos ou as Apostilas farão parte deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A CONTRATADA guiar-se-á pelo Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que estejam de acordo como Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

17.2. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Estado - DOE, as suas expensas, na forma prevista no Art. 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. A omissão ou tolerância das partes - em exigir o estrito cumprimento das disposições deste Contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas pelo Foro da Comarca de Candeias Estado da Bahia.

472

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Candeias - BA, 01 de agosto de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Rosana de Souza Silva
CONTRATANTE

FILOPEQUENO COMUNICAÇÃO LTDA
Valdeir Uchoa Brandão Carvalho
CONTRATADA

Testemunhas

Nome:
CPF: 058 372975 53

Nome: Veronica Santos Silva
CPF: 548563 455-91

ESTADO DA BAHIA
CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV DOS TRES PODERES, SN - OURO NEGRO
Candeias - BA
C.N.P.J.: 13.612.254/0001-02

473

Nota de Empenho

AGOSTO/2025

Nota de Empenho 08010001 **Tipo:** Global **Data:** 01/08/2025

FORNECEDOR

Nome: FILOPEQUENO COMUNICACAO EIRELI
CNPJ/CPF: 09.200.454/0001-80
Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO, 501 **Compl:**
Bairro: CAPUCHINHOS **Cidade:** Feira de Santana **UF:** BA
E-mail: agenor@consensocontabilidade.com.br **Telefone:** (75)32232-333
PIS/PASEP: **RG:**

DADOS BANCÁRIOS

Banco: **Agência:** **Operação:** **Conta:**
Pix:

CLASSIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária:	0101	CÂMARA MUNICIPAL
Função:	01	Legislativa
SubFunção:	031	Ação Legislativa
Programa:	0001	TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
Ação:	2002	GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO
Natureza Despesa:	33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
SubElemento:	33903993	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA
Fonte:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Marcador:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Centro Custo:		

Licitação: Nº 001/2025 - Concorrência - Art. 28 Inciso II Lei 14.133/2021 **Nº Recibo:**

Processo: **Prazo Liquidação:** 0

CONTRATO/ANO	SD/ANO	TIPO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHO	SALDO DISPONÍVEL
022 / 2025		Global	1.040.081,37	175.000,00	865.081,37

HISTÓRICO

EMPENHO DE VALOR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O INTUITO DE ATENDER AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, BEM COMO AO DIREITO À INFORMAÇÃO, DE DIFUNDIR IDÉIAS, PRINCÍPIOS, INICIATIVAS OU INSTITUIÇÕES OU DE INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL, ALÉM DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, CONFORME FSPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 001/2025, PADM 035/2025, CONTRATO: 022/2025. VIGÊNCIA: 01/08/2025 A 01/08/2026. Valor: 420.000,00 - valor empenhado para 5 meses $175.000, saldo para o exercicio 2026: $245.000,00.

	Especificação	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	2899 - Publicidade Institucional na Administração Publica	UND	5,0000	35.000,0000	175.000,0000

CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS **175.000,00**

Emitido em 01/08/2025

Autorizo/Ratifico o empenho dessa despesa

Essa despesa foi empenhada em crédito próprio

ROSANA DE SOUZA SILVA
PRESIDENTE CAMARA Mat.002653

JEAN CARLOS SOUZA FERREIRA
Diretor Financeiro Mat.003223

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

.....CNPJ.: 13.612.254/0001-02

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – BA
CNPJ Nº 13.612.254/0001-02

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

EXTRATO DO CONTRATO

Processo Administrativo: 035/2025
Contrato nº 022/2025
Contratante: Câmara Municipal de Candeias – Bahia
Contratada: Filopequeno Comunicação Ltda (CNPJ nº 09.200.454/0001-80).
Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, além de atividades complementares, conforme especificações constantes do Edital da Concorrência Presencial nº 001/2025.
Vigência: 01/08/2025 a 01/08/2026
Valor: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).
Dotação Orçamentária:
Órgão 01.01 – Câmara Municipal de Candeias;
Projeto/Atividade 2002 – Gestão das Ações do Poder Legislativo;
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso 101.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 12.232/2010, Lei nº 4.680/1965, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 14.133/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Publicado
Em 01/08/25
Servidor
Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 007/2025
Câmara Municipal de Candeias

DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Candeias - Bahia

475

ANO XIII - Edição Nº 65

BAHIA - 01 de Agosto de 2025 - Sexta-feira

Atos Administrativos

Câmara Municipal de Candeias publica:

➢ *EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2025 - Processo Administrativo: 035/2025*



Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA
CNPJ.: 13.612.254/0001-02

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – BA
CNPJ Nº 13.612.254/0001-02

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025

EXTRATO DO CONTRATO

Processo Administrativo: 035/2025
Contrato nº 022/2025
Contratante: Câmara Municipal de Candeias – Bahia
Contratada: Filopequeno Comunicação Ltda (CNPJ nº 09.200.454/0001-80).
Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade, bem como ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, além de atividades complementares, conforme especificações constantes do Edital da Concorrência Presencial nº 001/2025.
Vigência: 01/08/2025 a 01/08/2026
Valor: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).
Dotação Orçamentária:
Órgão 01.01 – Câmara Municipal de Candeias;
Projeto/Atividade 2002 – Gestão das Ações do Poder Legislativo;
Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso 101.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 12.232/2010, Lei nº 4.680/1965, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 14.133/2021.